Editora Bernoulli

HISTÓRIA

Volume 06

Sumário - História

Frente A

Frente B

HISTÓRIA

Guerra Fria

MÓDULO 26 FRENTE A

PRIMEIROS MOVIMENTOS DO CONFLITO

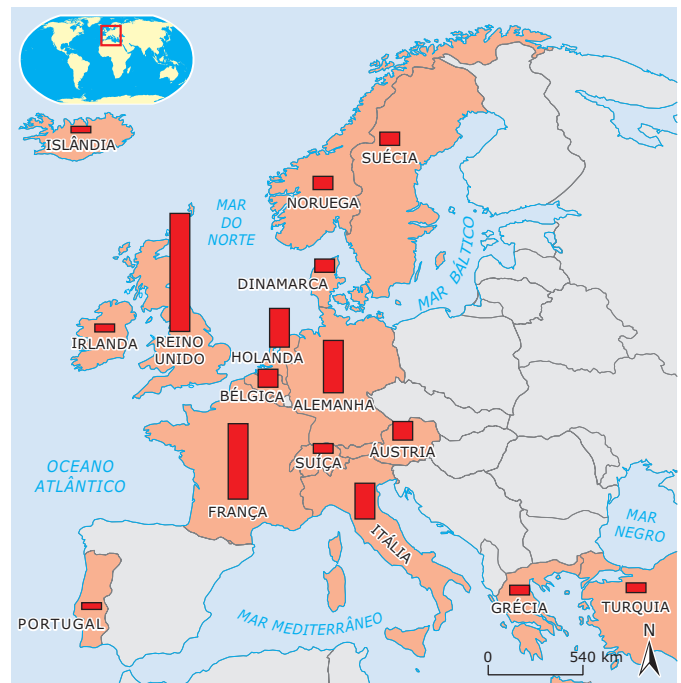
O conflito ideológico, político, econômico e militar ocorrido de maneira indireta entre os Estados Unidos e a União Soviética – denominado Guerra Fria – tem suas raízes em um período anterior ao final da Segunda Guerra Mundial, pois, através da Conferência de Potsdam (1945), os dois países já divergiam quanto à divisão do mundo em áreas de influência. Alguns autores chegam a dizer que a Guerra Fria se iniciou com a explosão das bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, afinal, os Estados Unidos teriam usado as bombas para intimidar a União Soviética, que, fortalecida pela campanha vitoriosa da Segunda Guerra, fazia muitas exigências em relação à reorganização mundial.

Apesar da falta de consenso entre os historiadores em relação ao exato início do conflito, a maioria deles considera que a Guerra Fria se iniciou formalmente com o lançamento da Doutrina Truman, em 1947. Naquele ano, o primeiro-ministro inglês, Winston Churchill, visitou os Estados Unidos e alertou os estadunidenses sobre a ameaça de expansão do socialismo na Europa. Diante da recomendação inglesa, portanto, o então presidente americano, Harry Truman, fez uma declaração no Congresso dos Estados Unidos, no dia 12 de março, afirmando que usaria todos os recursos disponíveis para conter o avanço do socialismo.

Uma das estratégias práticas utilizadas pelos Estados Unidos para conter a possível expansão socialista sobre a Europa foi o lançamento do Plano Marshall (1947), que visava à destinação de investimentos estadunidenses para a reconstrução da economia europeia em moldes capitalistas. Além de frear a expansão soviética, o Plano Marshall possibilitaria ainda que os Estados Unidos continuassem exportando seus produtos para a Europa, que, ao final da Segunda Guerra, encontrava-se arrasada economicamente. Ao todo, foram investidos 17 bilhões de dólares, sendo que a maior beneficiada foi a Inglaterra, seguida da França, Alemanha e Itália e do restante do bloco capitalista europeu.

O único país socialista que recebeu investimentos do Plano Marshall foi a Iugoslávia, que, após ter sido alvo das anexações de Hitler, conseguiu se libertar dos nazistas sem o auxílio soviético. Assim, Tito, que havia liderado o Exército de resistência à invasão nazista (os *partisans*), implantou o socialismo na Iugoslávia sem se subordinar à influência da União Soviética, o que possibilitou àquele país se relacionar com as duas potências ao longo da Guerra Fria.

Além de manter uma postura ambígua diante da bipolarização mundial, a Iugoslávia defendia o eurocomunismo, alegando que cada país da Europa deveria implantar o seu próprio modelo socialista, de acordo com a sua realidade.

Plano Marshall

Mapa da Europa mostrando os países capitalistas que receberam ajuda do Plano Marshall. As colunas assinaladas representam o montante da ajuda dada pelos EUA a cada país.

Para fazer frente aos investimentos estadunidenses, os soviéticos criaram, em 1949, o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), que consistia em uma série de investimentos voltados para a planificação das economias do Leste Europeu, o que, de certa forma, sustentou os países beneficiados durante a Guerra Fria e conteve a expansão capitalista naquela região.

No plano militar, os estadunidenses criaram, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança militar entre os países capitalistas liderada pelos Estados Unidos. Além de visar ao auxílio bélico entre esses países, a OTAN também tinha uma funcionalidade econômica, afinal, seus membros se municiavam através da compra de armamentos junto aos Estados Unidos, razão pela qual a aliança se sustenta até os dias atuais.

Diante do clima de tensão instaurado pela Guerra Fria, a União Soviética também procurou construir suas alianças militares e, para isso, criou, em 1955, o Pacto de Varsóvia, composto de países do Leste Europeu e com funções semelhantes às da OTAN. Uma das atribuições delegadas ao Pacto de Varsóvia era a aliança militar contra ataques externos ao bloco, ou seja, caso um membro do Pacto fosse atacado pelo bloco antagônico, os outros o auxiliariam. Além disso, a aliança soviética tinha o objetivo de reprimir uma possível oposição interna ao regime socialista.

Tal repressão se fazia necessária, pois, em países como a Hungria, que antes da Segunda Guerra Mundial era fascista, os socialistas eram vistos como invasores e não como libertadores. Por tal motivo, em 1956, os trabalhadores e estudantes húngaros formaram o primeiro movimento contestador dentro do bloco socialista, exigindo maiores liberdades políticas e a abertura econômica. Utilizando o aparato militar que havia formado, a URSS ordenou a ação do Pacto de Varsóvia, e, assim, o movimento húngaro foi suprimido.

EXPANSÃO DO BLOCO SOCIALISTA

Apesar da existência de partidos socialistas em todo o mundo e das tentativas de implantação do regime em muitos países – o que ameaçava o sistema capitalista –, o socialismo assumiu formas variadas nos lugares onde vigorou. Uma das primeiras e mais bem-sucedidas experiências da extrema-esquerda ocorreu na Rússia em 1917, quando, após uma revolução, os Bolcheviques, liderados por Lênin, tomaram o poder e promoveram reformas socializantes no país. Após a morte de Lênin, Stálin venceu a disputa sucessória travada contra Trotsky e, assim, tornou-se líder da URSS. Stálin defendia o isolacionismo soviético, acreditando que inicialmente o socialismo deveria se fortalecer na URSS para depois ser levado a outras partes do mundo.

Após a campanha vitoriosa da URSS na Segunda Guerra Mundial e diante do fortalecimento dos Estados Unidos no cenário internacional, no entanto, Stálin percebeu que era o momento de mudar os rumos da política internacional e passou a adotar uma postura mais imperialista e expansionista. Para viabilizar a expansão socialista, em 1945, os soviéticos criaram o *Kominform*, órgão responsável por coordenar, treinar e financiar os partidos socialistas espalhados pelo mundo. Fortalecidos, portanto, os soviéticos explodiram a sua primeira bomba atômica em 1949, fato que ameaçava os Estados Unidos e ao mesmo tempo dava mais força à expansão do socialismo sob os auspícios de Moscou.

Formação da Cortina de Ferro

Não é possível entender o final da Segunda Guerra Mundial sem levar em conta a participação da União Soviética, que, se entre 1941 e 1943 esteve ocupada pela Alemanha, a partir da Batalha de Stalingrado, não só expulsou os nazistas dos seus domínios como também contribuiu amplamente para o fracasso alemão. Os soviéticos foram os primeiros a chegar a Berlim, tendo passado antes pelo Leste Europeu, que estava sob o domínio da Alemanha. A partir de então, a região, arrasada e subjugada pelos nazistas, passou a ver o Exército Vermelho como o grande libertador, fato que favoreceu a implantação de governos pró-socialistas, orientados por Moscou, no Leste Europeu.

Apesar da evidente hegemonia soviética diante de seus vizinhos, foi somente após as conferências de Yalta e Potsdam – realizadas pelas lideranças dos Estados Unidos, da União Soviética e da Inglaterra – que a Europa Oriental passou oficialmente para a esfera de influência soviética. Uma vez que ingleses e estadunidenses concordaram com as ações expansionistas soviéticas, formou-se o que Churchill denominou Cortina de Ferro. O termo se relacionava a um grupo de países do Leste Europeu nos quais o capitalismo não conseguiria penetrar, devido à "barreira institucional" imposta pela URSS. As únicas exceções na região ficaram por conta da Iugoslávia e da Albânia, que inicialmente se alinhou ao bloco soviético, mas interrompeu as suas relações com Moscou após o Rompimento Sino-Soviético na década de 1960.

Caso da Alemanha

Findada a Segunda Guerra Mundial, as nações vencedoras se depararam com um enorme dilema sobre o que fazer com a Alemanha, considerada a culpada pelo conflito. O consenso entre os Aliados era o de que não era viável manter os alemães fortes e armados, mas, por outro lado, não havia o interesse em gerar no país um sentimento revanchista, como o que havia ocorrido ao final da Primeira Guerra, quando a Alemanha foi humilhada pelo Tratado de Versalhes. A saída encontrada pelas nações vencedoras, portanto, foi dividir a Alemanha em quatro zonas de ocupação, sendo uma soviética, uma estadunidense, uma inglesa e uma francesa. A cidade de Berlim também foi dividida em quatro zonas, estando, porém, dentro da área de influência soviética.

Diante da divisão alemã, os Estados Unidos perceberam a oportunidade de difundir os princípios da sociedade capitalista através de uma forte propaganda na parte da Alemanha que os cabia. Dessa forma, através do Plano Marshall, os estadunidenses reestruturaram a parte capitalista alemã e, dessa forma, conseguiram que o marco alemão conquistasse uma grande estabilidade.

O fortalecimento da Alemanha capitalista, entretanto, era extremamente prejudicial aos soviéticos e, por isso, Stálin decretou o bloqueio dos acessos terrestres à cidade de Berlim. A cidade ficou isolada do Ocidente e milhares de pessoas ficaram presas dentro da parte capitalista de Berlim.

A saída viabilizada pelo bloco capitalista foi a criação de uma ponte aérea para abastecer a cidade. Ainda assim, os soviéticos mantiveram sua postura intolerante e ameaçaram bombardear os aviões que invadissem o espaço aéreo da parte oriental.

O embate diplomático travado entre os dois blocos rivais da Guerra Fria ficou conhecido como Bloqueio de Berlim (1948-1949), atingindo repercussões mundiais, afinal, Estados Unidos, Inglaterra e França acenaram para a possibilidade de imposição de retaliações contra a URSS. Stálin, que naquele momento não queria se envolver em uma guerra que poderia ganhar contornos nucleares, acabou suspendendo o bloqueio em 1949.

Para que novos embates fossem evitados, a Alemanha foi oficialmente dividida em dois novos países totalmente independentes: a República Federal da Alemanha, mais conhecida como Alemanha Ocidental, de regime capitalista, e a República Democrática Alemã, conhecida como Alemanha Oriental, que adotou o regime socialista. A cidade de Berlim, no entanto, continuou dividida, sendo um lado capitalista e o outro, socialista. Essa coexistência de sistemas acabou gerando desequilíbrios posteriores, afinal, como os salários e as condições de vida eram melhores no lado capitalista, e as propagandas forjavam uma maior prosperidade desse sistema, muitas pessoas que viviam sob o regime socialista fugiam para a Berlim Ocidental, o que desagradava o governo soviético.

Para evitar a fuga de mão de obra qualificada, portanto, a República Democrática Alemã construiu, em 1961, o Muro de Berlim, que dividia as partes capitalista e socialista da capital alemã. O muro, que simbolizou materialmente a Guerra Fria, existiu até o ano de 1989, quando foi derrubado pela própria população alemã.

Alemanha dividida

Socialismo na Ásia

Guerra da Coreia

A Coreia, que ao final da 2ª Guerra estava sob domínio japonês, foi libertada pelos Aliados e, durante a Conferência de Potsdam, dividida em duas zonas de ocupação, separadas pelo paralelo 38°: o norte, que caberia à União Soviética, e o sul, sob responsabilidade administrativa dos Estados Unidos. Em 1949, tanto o bloco capitalista quanto o socialista terminaram o projeto de reestruturação das suas zonas de influência na Coreia e, assim, dois países independentes foram criados: a República Popular Democrática da Coreia, socialista, e a República da Coreia, capitalista.

Divisão da Coreia após a Segunda Guerra

Apesar de o controle dos novos países ter sido passado para os nativos, a divisão da península não acarretou a estabilidade da região, tanto que, em 1950, a Coreia do Norte – estimulada pelos comunistas que haviam tomado o poder na China – invadiu a Coreia do Sul. Diante da investida nortista, os Estados Unidos intervieram em favor dos sul-coreanos; já a União Soviética procurou não se envolver diretamente no conflito, limitando-se a prestar ajuda estritamente militar aos norte-coreanos. A China foi quem acabou prestando apoio ostensivo aos nortistas, o que aumentou ainda mais o potencial bélico desse conflito, que vitimou milhões de nativos, fossem eles militares envolvidos nas batalhas ou civis, que foram atingidos indiretamente pela guerra. Após três anos de combate, foi assinado o Armistício de Pan Munjom em 27 de julho de 1953, que, além de acertar o fim das batalhas, ratificou a divisão das Coreias, que ainda hoje se mantêm separadas.

Revolução Chinesa

Um marco da expansão do socialismo na Ásia foi a Revolução Chinesa de 1949, que teve suas origens na disputa entre dois partidos: o *Kuomintang* – Partido Nacionalista liderado por Chiang Kai-shek – e o Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Tsé-Tung. A disputa entre os partidos chineses antecedia a Segunda Guerra, sendo que o *Kuomintang* propunha a manutenção de alianças com forças capitalistas internacionais, como os Estados Unidos, enquanto o Partido Comunista Chinês defendia a implantação de um regime socialista no país.

As diferenças ideológicas entre os chineses vieram à tona principalmente durante o período em que Kai-shek esteve à frente do *Kuomintang*, que passou a perseguir a ala comunista do país. Sitiados no sul da China e liderados por Mao Tsé-Tung, os comunistas romperam o cerco imposto pelos nacionalistas e caminharam mais de 10 000 Km até o norte do país, com o intuito de mobilizar os camponeses quanto à necessidade de se realizar uma reforma socialista na China.

A Longa Marcha, como ficou conhecida a formação das colunas camponesas, contou inicialmente com cerca de cem mil rebeldes, que, durante a marcha, fortaleceram o vínculo entre si e ganharam a convicção da possibilidade de realização de uma reforma socialista. Estima-se, entretanto, que, ao final da marcha, o grupo tenha se reduzido a trinta mil pessoas. Estas, ainda assim, lutaram pela causa revolucionária e contribuíram para o fortalecimento da liderança de Mao Tsé-Tung.

Creative Commons

Mao Tsé-Tung, líder da Revolução Chinesa

A expansão dos comunistas foi contida temporariamente em 1937, quando, diante da invasão japonesa na China, os seguidores de Mao Tsé-Tung e o *Kuomintang* se uniram para lutar contra o inimigo comum. Ainda assim, os comunistas aproveitaram para se destacar na luta contra os japoneses e ganhar ainda mais prestígio junto às massas, uma vez que, em cada região libertada do invasor japonês, os comunistas promoviam uma reforma agrária. Tal posição fez com que, ao final da Segunda Guerra, mesmo com o recomeço dos conflitos entre o *Kuomintang* e o Partido Comunista Chinês, uma grande parcela da população apoiasse a causa de Mao Tsé-Tung, visto como o verdadeiro libertador da China.

Respaldado, portanto, por grande parte dos chineses, o líder dos comunistas entrou triunfante em Pequim, em janeiro de 1949, consolidando a vitória da Revolução Chinesa. Naquele ano, Mao proclamou a República Popular da China, que passaria por intensas reformas socialistas, enquanto Chiang Kai-shek fugiu para a Ilha de Formosa, atualmente conhecida como Taiwan.

Guerra do Vietnã

Um dos conflitos mais violentos ocorridos durante a Guerra Fria se deu na Península da Indochina, que, durante boa parte da vigência do neocolonialismo, havia sido de domínio francês. A luta pela independência naquela região já ocorria antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, mas foi somente após 1945, quando a França estava enfraquecida pelo extenso conflito, que as rebeliões emancipacionistas ganharam maiores repercussões.

Em 1954, através do Acordo de Genebra, a França reconheceu a independência da região, desde que fossem formados países independentes, entre eles, o Vietnã do Norte, de regime socialista, comandado por Ho Chi Minh, e o Vietnã do Sul, inicialmente sob o regime monárquico,

mas que posteriormente se tornaria uma república capitalista. Esse acordo ainda previa a realização de um plebiscito para que a população pudesse optar pela reunificação ou não do país e pudesse escolher o regime ideal para os vietnamitas.

A proposta democrática viabilizada pelo plebiscito não agradou a parte sulista, que, temendo a adoção do regime socialista em um país unificado, se opôs à realização da consulta popular. Tal intransigência fez com que os vietcongs (guerrilheiros que defendiam a unificação sob o regime socialista) entrassem em guerra com os militares que se opunham a essa reunificação.

Diante da iminência de uma guerra civil, as forças começaram a se dividir e, assim, o norte, apoiado pela China, aderiu à guerra lutando ao lado dos vietcongs. Outro país que se envolveu na guerra foi os Estados Unidos, que, a partir de 1961, passaram a apoiar abertamente o governo do sul. Os estadunidenses, orientados pelo seu Departamento de Defesa, acreditavam que, se o Vietnã se convertesse ao socialismo, todo o Sudeste Asiático corria o risco de seguir o mesmo caminho em uma espécie de "efeito dominó".

Empenhados, portanto, em evitar a expansão socialista, os Estados Unidos passaram a enviar tropas ao país, principalmente após 1965. Ainda assim, os vietcongs, apoiados pelos soviéticos e pelos chineses, resistiam e impunham sucessivas derrotas ao Exército americano através da utilização de táticas de guerrilhas.

Buscando evitar uma derrota, que àquela altura seria humilhante, os Estados Unidos lançaram mão de armas químicas na selva vietnamita. A utilização de armas nucleares, sugerida pelo Pentágono, só foi evitada pelo temor de uma reação semelhante por parte da União Soviética.

US Army

Movimentação de tropas estadunidenses durante a Guerra do Vietnã

Mesmo sem a utilização de armas nucleares, já no início da década de 1970, a Guerra do Vietnã se mostrava um conflito altamente destrutivo, seja para os vietnamitas alvejados pelos militares, seja para os soldados estadunidenses enviados para o Vietnã. Dessa forma, a opinião pública dos Estados Unidos, endossada pela juventude de várias partes do planeta, passou a se opor à continuação do país no conflito, pressão que fez com que, em 1973, os Estados Unidos retirassem as suas tropas do Vietnã.

Beneficiado, portanto, pela rendição estadunidense, o Vietnã do Norte, vitorioso, ocupou Saigon, a capital sulista, dando os contornos finais ao conflito. No ano seguinte, sob a orientação dos nortistas, o Vietnã se reunificou oficialmente, adotando o regime socialista e se aliando à União Soviética.

Ao final do conflito, contabilizou-se a morte de aproximadamente sessenta mil estadunidenses e um milhão e meio a dois milhões de vietnamitas, números que refletem o grande investimento bélico realizado pelas forças internacionais diante do conflito vietnamita. Em virtude do fracasso que significou a Guerra do Vietnã para os Estados Unidos, estes, ainda hoje, não admitem sua derrota, alegando que o governo teria abandonado o conflito por escolha própria e não pela imposição militar. Apesar das polêmicas, o que se observou foi o fracasso estadunidense em impedir que o Vietnã se convertesse por completo ao socialismo, por mais que o "efeito dominó" não tenha se concretizado.

COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Com a morte de Stálin, em 1953, Nikita Khrushchev assumiu o poder na União Soviética e realizou reformas que causaram grandes impactos no bloco socialista. O novo líder soviético propunha a desestalinização do país e, dessa forma, em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PUCS), denunciou os crimes de Stálin, atacando a imagem quase religiosa do ex-dirigente soviético. O discurso, que foi proferido ao grupo fechado de dirigentes, acabou vazando na mídia internacional, tendo reflexos em várias partes do mundo.

Khrushchev acreditava que a convivência pacífica entre as duas potências era possível e, por isso, visitou os Estados Unidos em 1959. A postura do novo líder soviético agradava ao governo americano, que planejou uma visita do presidente Eisenhower à União Soviética. A retribuição diplomática, entretanto, foi adiada após a derrubada de um avião U-2 dos Estados Unidos pelos soviéticos; o avião espionava o território soviético quando foi abatido, em 1960.

U.S. Department of State

Reunião entre Khrushchev (à esquerda) e John Kennedy

A eleição de John Kennedy à Presidência dos Estados Unidos em 1961 fez com que a perspectiva de negociações entre as potências voltasse a crescer. Dessa forma, mesmo após o incidente da Crise dos Mísseis em Cuba (quando os soviéticos tentaram implantar mísseis nucleares naquela ilha), os dois governos voltaram a dialogar, chegando a ser criado o telefone vermelho, uma linha direta entre a Casa Branca e o Kremilin.

Em 1963, as superpotências assinaram um acordo que proibia testes nucleares a céu aberto; todos os testes deveriam ser subterrâneos, diminuindo assim o risco de contaminação por radiação. Outra ação semelhante a essa veio a acontecer cerca de uma década mais tarde, quando, em 1972, as superpotências assinaram o Salt-1, que reduzia os arsenais de armas nucleares de longo alcance.

Apesar de a postura pacificadora de Khrushchev agradar à Casa Branca, boa parte da ala conservadora comunista, não só da URSS, se opôs à proposta de coexistência pacífica junto aos Estados Unidos. Tal descontentamento acabou gerando as divergências necessárias à desagregação do bloco socialista, que, já no início da década de 1960, foi evidenciada para todo o mundo.

DESAGREGAÇÃO DO BLOCO SOCIALISTA

Rompimento Sino-Soviético (1960)

Mao Tsé-Tung era um dos líderes comunistas que se opunham às reformas propostas por Khrushchev. O líder chinês temia que um processo parecido ocorresse em seu país e, por isso, começou a alegar que Khrushchev estava traindo os ideais socialistas. Vale ressaltar, ainda, que, desde que assumiu o poder em 1949, Mao procurava viabilizar um programa econômico chamado Grande Salto Adiante. O plano, declaradamente inspirado na política stalinista, previa a coletivização forçada da terra e a industrialização acelerada do país para que este pudesse liderar o bloco socialista. Como os planos de Mao Tsé-Tung não prosperaram e a liberalização de Khrushchev colocava a hegemonia do líder chinês em risco, este anunciou, em 1960, o rompimento das relações diplomáticas entre a China e a URSS, episódio conhecido como Rompimento Sino-Soviético.

Inicialmente, a cisão foi mais prejudicial para os chineses, afinal, a União Soviética retirou seus técnicos e toda ajuda que havia sido concedida aos orientais. Além disso, ao contrário do que desejava Mao Tsé-Tung, Moscou continuou mantendo sua esfera de influência sobre os países do bloco socialista. Um dos únicos países vinculados à esfera soviética que se posicionou abertamente ao lado da China foi a Albânia, que, na verdade, não tinha um peso político importante no mundo socialista.

Percebendo o enfraquecimento dos comunistas em nível global, os Estados Unidos se aproveitaram de uma ausência da União Soviética em uma das reuniões da ONU e, em 1971, substituíram a Ilha de Formosa pela China para ocupar uma vaga de membro permanente do Conselho de Segurança da instituição. A clara provocação aos soviéticos passou a alimentar ainda mais as divergências entre os comunistas e foi fundamental para o resultado final da Guerra Fria.

Internacionalmente, o Rompimento Sino-Soviético também acarretou diversas repercussões. No Brasil, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se fragmentou, dando origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), de tendência maoísta.

Distensão da Guerra Fria

Em 1964, a ala conservadora comunista soviética, insatisfeita com as reformas pacificadoras realizadas por Khrushchev, assim como com suas consequências, depôs o líder soviético. O escolhido para ocupar o cargo foi Leonid Brejnev, que, diferentemente de seu antecessor, adotou um conjunto de medidas repressivas que ficaram conhecidas como Doutrina Brejnev. Um exemplo da nova postura soviética ocorreu na Tchecoslováquia, em 1968, quando houve uma manifestação em prol da democratização do país, conhecida como Primavera de Praga. Sob a liderança do comunista Alexander Dubcek, estudantes, intelectuais e trabalhadores manifestaram-se contra a opressão que Moscou exercia na Tchecoslováquia e declararam a ruptura com a União Soviética. A reação de Moscou foi imediata, e, por ordem de Brejnev, as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram o país, depuseram Dubcek e mantiveram o regime socialista na Tchecoslováquia.

Ainda durante o governo de Brejnev, a URSS comandou a invasão do Afeganistão, alegando ajuda ao governo afegão, que enfrentava inimigos externos. Na verdade, Moscou temia que a expansão do islamismo naquele país enfraquecesse seu domínio sobre as repúblicas soviéticas de maioria islâmica (Turcomenistão, Tajiquistão, Cazaquistão, etc.), uma vez que as manifestações culturais e religiosas dessas repúblicas eram reprimidas.

Diante da investida soviética, os Estados Unidos se limitaram a financiar e a treinar guerrilheiros afegãos para que estes pudessem lutar contra os soviéticos. Curiosamente, um dos líderes da resistência afegã era Osama Bin Laden, treinado pela CIA, mas que, após os atentados de 2001, foi considerado foragido pelo governo estadunidense. Em maio de 2011, enfim, Bin Laden foi morto após uma operação financiada pelo governo norte-americano.

A invasão soviética no Afeganistão durou até 1988, quando Gorbachev, dando início a um processo de abertura política e econômica na URSS, determinou a retirada das tropas soviéticas do país. A Guerra do Afeganistão, que significou uma pesada derrota para os soviéticos, possibilitou aos talebãs afegãos, que lutavam contra o Exército Vermelho, assumirem o controle do país.

Fragmentação da ex-União Soviética

O processo de desagregação da URSS está relacionado muito mais às suas estruturas internas do que a fatores externos. Em primeiro lugar, no plano ideológico, o socialismo não cumpriu a tarefa a qual havia proposto de transformar a sociedade distribuindo riquezas de forma mais igualitária. Assim, a população soviética esperou por mais de sessenta anos por transformações que, na verdade, não aconteceram, gerando insatisfações sociais.

É importante ressaltar, ainda, que a União Soviética era um Estado multinacional, composto de várias etnias, línguas, culturas e religiões. À época da Revolução Russa, isto não parecia ser um problema, já que Lênin havia se comprometido a respeitar a autodeterminação dos povos. Ao assumir o comando soviético, entretanto, Stálin promoveu a "russificação" da União Soviética, não respeitando as diferenças existentes. O objetivo de Stálin era criar uma identidade nacional coesa, uma vez que, para a manutenção de um regime totalitário, a exaltação do nacionalismo como elemento unificador era fundamental. Em virtude do desrespeito à autodeterminação dos povos que compunham a URSS, quando o governo acenou para uma abertura do regime, as diferentes nacionalidades passaram a se expressar e a exigir maior participação política e liberdade cultural.

A crise de abastecimento foi um outro problema enfrentado pelo Estado soviético, que, desde as reformas stalinistas, passara a priorizar as indústrias bélica, aeroespacial, petroquímica e siderúrgica em detrimento de indústrias que atendiam as demandas básicas da população. Dessa forma, a população se via privada diante da escassez de produtos primários duráveis e não duráveis de primeira necessidade, ou seja, o regime socialista não atendia as necessidades econômicas mínimas da população. A falha socialista ganhava uma repercussão negativa se comparada com a lógica do capitalismo, através da qual, aparentemente, o indivíduo pode conquistar o que quiser através do seu poder de compra obtido por meio do trabalho.

Por fim, um outro problema enfrentado pela URSS foi o gigantismo estatal, já que, para se manter, o governo autoritário e centralizador teve de desenvolver uma estrutura burocrático-administrativa enorme e complexa, o que, na prática, significou a elevação dos gastos governamentais com o funcionalismo público e com o militarismo, deixando, com isso, de investir em setores sociais como saúde, alimentação, transporte e infraestrutura para as forças produtivas.

Em 1982, período em que as estruturas do Estado soviético já se encontravam abaladas, Brejnev veio a falecer. As incertezas estruturais se refletiram na disputa sucessória, e foi somente três anos após a morte de Brejnev que o alto comando soviético conseguiu uma liderança estável. Em 1985, um jovem advogado chamado Mikhail Gorbachev assumiu a liderança da URSS e, assim, deu início a um governo marcado por diversas reformas liberais.

No campo institucional, Gorbachev idealizou a *Glasnost*, programa de abertura política que prezava pela transparência, abrindo espaço para debates políticos e para a realização de críticas ao Estado. Já na esfera econômica, o líder soviético implantou a *Perestroika*, que consistia em uma abertura da economia das repúblicas que compunham a URSS no intuito de modernizar as suas estruturas produtivas.Em continuidade às suas reformas liberais, em 1986, Gorbachev se propôs, unilateralmente, a cessar os testes nucleares subterrâneos, o que, na prática, significou a primeira de uma série de medidas visando ao desarmamento soviético.

White House Photo Office

O líder Gorbachev (à esquerda) ao lado de Reagan, então presidente dos Estados Unidos.

Apesar de serem bem-vistas pela ala liberal e pela opinião pública dos países capitalistas, as reformas iniciadas por Gorbachev não eram apreciadas pelos dirigentes da velha guarda socialista. Assim, em agosto de 1991, as forças conservadoras aplicaram um golpe político, fazendo o líder soviético prisioneiro e alegando que ele se encontrava doente e incapaz de dirigir a União das Repúblicas.

Se, em um primeiro momento, a ação da ala conservadora conseguiu um grande êxito, os dias que se seguiram à deflagração do golpe foram marcados por inúmeros protestos realizados pela população soviética, situação que demonstrava aos golpistas a força política que Gorbachev havia construído em virtude das suas reformas liberais. Diante, portanto, do apelo popular pela volta do líder legítimo, a ala liberal soviética, liderada por Boris Yeltsin (presidente da Federação Russa), comandou um movimento de resistência que, contando com o auxílio de alguns militares, reconduziu Gorbachev ao governo. A rápida ação que ocorreu três dias após a deflagração do golpe ratificou a vitória da ala liberal e possibilitou que Mikhail Gorbachev e Boris Yeltsin comandassem o processo de desmantelamento do Estado soviético.

Percebendo a instabilidade institucional soviética, em setembro de 1991, Estônia, Letônia e Lituânia declararam-se independentes e buscaram se integrar à União Europeia, que, naquele momento, já apresentava uma sólida estrutura.

A separação das chamadas "repúblicas do báltico" representou, ao mesmo tempo, um grande avanço para as suas economias e um duro golpe para a URSS, que sentia a iminência da desagregação do bloco socialista. Assim, tentando manter os vínculos econômicos com os seus ex-membros, em dezembro de 1991, os presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia, reunidos na cidade de Brest, criaram a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), um órgão de cooperação econômica que visava ao auxílio mútuo entre as repúblicas que se desagregavam da URSS. Esse ato representou, na prática, a preocupação do Leste Europeu no que se referia à sua inserção no mercado capitalista, da mesma forma que evidenciava a fragmentação latente do grupo de países que havia sido formado sob a orientação de Lênin durante a década de 1920 e consolidado por Stálin após a Segunda Guerra Mundial.

Apesar de todas as evidências de fraqueza demonstradas pela URSS, foi no Natal de 1991 que Gorbachev realizou um anúncio oficial, através do qual renunciou ao cargo de presidente e comandante-chefe das Forças Armadas e declarou o desmantelamento da União Soviética, um país que, na prática, não existia mais. É importante ressaltar também que o ato comandado por Gorbachev gerou uma reconfiguração do mapa europeu, afinal, após esse desmantelamento, várias repúblicas que compunham a URSS conquistaram a sua independência política.

Comunidade dos Estados Independentes e outros países do Leste Europeu

Chechênia

Assim como a Armênia, o Azerbaijão e a Geórgia – países independentes –, a Chechênia, república atualmente vinculada à Rússia, situa-se na região do Cáucaso, limitada entre o Mar Negro e o Cáspio e envolta por montanhas, planaltos e bacias fluviais. A população do Cáucaso gira em torno de 25 milhões de pessoas, com destaque para a influência do islamismo, religião ligada a mais de 20 etnias (azerbaijanos, chechenos, ingushes, etc.).

Em 1991, aproveitando-se da desintegração da URSS, os chechenos declararam a sua independência, ato não reconhecido pelo governo de Moscou. Ainda assim, como estava enfraquecida, a Rússia, inicialmente, optou por não intervir na região e simplesmente ignorou a declaração chechena, considerando que a região ainda lhe pertencia. Os chechenos, por sua vez, passaram a se manifestar e a buscar reconhecimento internacional para que a sua emancipação fosse consolidada. Assim, entre 1994 e 1996, as tropas russas se estabeleceram na região, de forma a restabelecer a ordem.

A partir de então, o governo russo passou a enfrentar diversos protestos – pacíficos ou não – por parte dos chechenos, que buscavam efetivar a sua emancipação. Uma das ações mais violentas ocorreu em 1999, quando um grupo de guerrilheiros chechenos promoveu diversos atentados à bomba em edifícios residenciais situados em Moscou e em outras cidades russas. Protesto semelhante ocorreu em outubro de 2002, quando guerrilheiros invadiram um teatro em Moscou e fizeram os espectadores reféns. Diante da ofensiva dos rebeldes, a tropa de elite russa invadiu o teatro e, utilizando gases letais (proibidos por convenções internacionais), provocou a morte de 41 guerrilheiros chechenos e de 129 reféns.

A insistência russa em conter o movimento separatista é justificada pelo fato de que a região do Cáucaso é extremamente estratégica para os interesses comerciais da Rússia, uma vez que passam pela Chechênia os oleodutos que transportam o petróleo vindo do Mar Cáspio. Além disso, o governo de Moscou teme que a independência da Chechênia possa provocar uma reação em cadeia, levando a um processo de fragmentação política do país. Dessa forma, a manutenção do controle da Chechênia – apesar de gerar um foco de tensão no Cáucaso – representa a força política e militar que a Rússia pretende transmitir ao mundo após o fim da URSS e, consequentemente, da Guerra Fria.

A expansão da crise

Através dos indícios apresentados, é possível afirmar que a crise do bloco socialista já vinha se delineando desde o início da década de 1980, fazendo com que os descontentes com o domínio soviético se manifestassem nas repúblicas que, de uma forma ou de outra, eram ligadas à URSS. Na Polônia, por exemplo, as manifestações foram comandadas pelo Solidariedade, considerado o primeiro sindicato independente do mundo socialista. Como forma de protesto contra a manutenção do regime ligado à cúpula soviética, o Solidariedade – liderado por Lech Walesa – promoveu greves e passeatas, além de confeccionar panfletos e jornais criticando os governos polonês e soviético.

Apesar de ter sido colocado na ilegalidade, o Solidariedade continuou a atuar na Polônia até o fim do regime, em 1990, quando a sua causa foi alcançada. A influência do movimento polonês foi tanta que Lech Walesa foi eleito presidente durante as primeiras eleições livres do país. Mesmo estando relacionado à causa revolucionária, Walesa conquistou o apoio da opinião pública e de diversas autoridades, como o papa João Paulo II, que também era polonês.

Na Hungria, a transição para uma economia de mercado foi acelerada, e, em outubro de 1989, diante do enfraquecimento soviético, o Partido Comunista Húngaro foi dissolvido, sendo adotada no país uma linha social-democrata. Dessa forma, já nas eleições de 1990, os socialistas foram derrotados nas urnas em uma clara manifestação popular contra os anos do domínio soviético na Hungria. Mesmo assim, diante das dificuldades enfrentadas pelo país durante a sua inserção no mercado capitalista internacional, os comunistas voltaram a atingir um certo prestígio e, ainda hoje, partidos de esquerda e de direita disputam de forma acirrada as eleições, dividindo os principais cargos da política húngara.

Outro país a se redemocratizar em 1989 foi a Tchecoslováquia, que só teve a sua liberalização política consolidada graças a um movimento popular pacífico que foi denominado posteriormente de Revolução de Veludo. Após a volta das eleições, Alexander Dubcek, líder da Primavera de Praga – que ainda em 1968 havia lutado pela liberalização –, foi eleito presidente do Parlamento. Apesar da independência conquistada, em 1992, o Parlamento aprovou a divisão do país em dois, divisão esta ratificada em 1993, quando foram criadas a República Tcheca e a Eslováquia, independentes.

Se a redemocratização da Tchecoslováquia foi marcada pelo seu caráter pacífico, na Romênia, também ex-república soviética, o dirigente comunista Nicolae Ceausescu, que não aceitava a abertura política e econômica do seu país, lançou mão da violência como forma de reprimir as manifestações populares. Após diversos conflitos travados entre a população civil, aliada aos soldados rebeldes, e as tropas leais ao governo, o movimento popular se sagrou vitorioso. Depois de serem presos, Ceausescu e sua esposa foram fuzilados em praça pública e uma nova Constituição foi aprovada em 1991. A nova Carta Constitucional restabeleceu a democracia na Romênia, reintegrando-a à economia de mercado.

Ainda acompanhando a liberalização à qual as ex-repúblicas soviéticas foram submetidas, a Albânia foi a última dessas repúblicas a passar por reformas estruturais democráticas. Foi somente no começo de 1990 que o país passou a permitir medidas como o pluripartidarismo e a liberdade de culto religioso, já que a existência de um só partido e o ateísmo eram imposições realizadas pelo governo aliado a Moscou, que, assim como o romeno, acreditava na manutenção do socialismo, mesmo que desvinculado da URSS. A insistência do governo albanês, entretanto, acabou fazendo com que o país tivesse ainda mais dificuldades em se integrar ao mercado internacional, fato que se reflete ainda hoje em um país economicamente fragilizado.

Por fim, vale ressaltar que o grande marco do liberalismo no Leste Europeu foi, sem dúvida, a queda do socialismo na República Democrática Alemã. Contrariando a expectativa liberal europeia, o dirigente da RDA, Erich Honecker, chegou a afirmar que o socialismo alemão iria durar mil anos. Honecker, entretanto, estava enganado, pois, já no final da década de 1980, enormes manifestações populares levaram à realização de reformas que resultaram na derrocada do regime socialista na Alemanha Oriental. Um importante passo para a concretização desse processo ocorreu em outubro de 1989, quando uma multidão de alemães de ambos os lados pôs abaixo o símbolo máximo da Guerra Fria, o Muro de Berlim.

Due Ream / Creative Commons

Moradores de Berlim Ocidental e Oriental tomaram a frente no processo que levou à derrubada do Muro de Berlim, em 1989.

Um ano depois, através de eleições livres realizadas nos dois países, a população alemã votou a favor da reunificação entre a República Federativa Alemã (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA), separadas desde a década de 1940. A unificação efetiva ocorreu em outubro de 1990, quando o primeiro-ministro da Alemanha Ocidental, Helmut Kohl, foi confirmado no cargo pelo novo Parlamento.

LEITURA COMPLEMENTAR

Woodstock e a contracultura

O fato mais marcante desse novo momento cultural foi o festival de *rock* realizado numa fazenda na cidade de Woodstock, estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos, em agosto de 1969. Superando as expectativas de seus organizadores, o festival juntou cerca de 500 mil jovens que cantaram a paz e o amor. Seu emblema era, sinteticamente, sexo, drogas e *rock'n'roll*.

Woodstock não se encaixava na lógica da Guerra Fria. O festival criticava o capitalismo, mas apoiava o autoritarismo do bloco socialista. Criticava também a Guerra do Vietnã, mas apoiava a luta armada pela tomada do poder, como queriam os comunistas. Woodstock foi o momento do auge daquilo que hoje chamamos de "contracultura".

A contracultura criou seus próprios ícones. Rapazes cabeludos e barbudos, garotas de longos cabelos e minissaias ou batas indianas, todos com atitude a um só tempo pacífica, irônica e calma, passaram a povoar as ruas e os parques das grandes metrópoles. A distância entre o masculino e o feminino foi encurtada. Os valores morais tradicionais foram virados de pernas para o ar. Dali para frente, bem ou mal, a Guerra Fria teria de conviver com a lógica da contracultura, até que uma das duas, ou ambas, se tornassem coisa do passado.

ARBEX Jr., José. *Guerra Fria, Terror de Estado, Política e Cultura*. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1997 (Adaptação).

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (PUC-Campinas-SP) Leia os trechos da mensagem do presidente Harry Truman, dos Estados Unidos da América, ao Congresso, em 1947.

No momento atual da história do mundo, quase todas as nações se vêem na contingência de escolher entre modos alternativos de vida. E a escolha, algumas vezes, não é livre. Acredito que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que estão resistindo à subjugação tentada por minorias armadas ou por pressões vindas de fora. Acredito que precisamos ajudar os povos livres a elaborar os seus destinos à sua maneira [...] *e fraquejarmos em nossa liderança, poderemos pôr em perigo a paz do mundo e poremos seguramente em perigo o bem-estar da nossa nação.*

FARIA, Ricardo de Moura *et al*. *História*. Belo Horizonte: Lê, 1993. p. 366-367.

Os princípios contidos na mensagem serviram como justificativa para que o governo dos Estados Unidos da América

A) ajudasse, militar e economicamente, a luta de independência dos países africanos e asiáticos.

B) contribuísse para a proliferação de governos democráticos em todo o continente americano.

C) desse continuidade à política intervencionista, visando garantir sua hegemonia no mundo.

D) reconhecesse os direitos políticos e a liberdade de expressão dos cidadãos do seu próprio país.

E) desencadeasse uma política de pacificação e ajuda econômica no Oriente Médio.

02. (PUC RS / Adaptado) Após o término da Segunda Guerra Mundial, o governo norte-americano lançou o Plano Marshall, que se constituiu em uma manobra estratégica fundamental no interior da Guerra Fria. Esse plano visava a

A) garantir, aos norte-americanos, o fim das hostilidades entre o Vietnã do Sul e o Vietnã do Norte.

B) obter a vitória, no Senado, dos republicanos, os quais defendiam o retorno do isolacionismo norte-americano em relação às guerras na Europa.

C) assegurar a livre penetração dos capitais norte-americanos no continente europeu, reafirmando a ordem econômica liberal.

D) difundir uma doutrina político-ideológica que alertasse quanto ao perigo do macartismo na década de 1950, nos Estados Unidos.

E) estabelecer a "coexistência pacífica" entre os Estados Unidos e os países do Leste Europeu, através da política de investimentos no bloco soviético.

03. (UFMG–2009) Os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial foram tensos entre as grandes potências mundiais. Considerando-se a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia, criados nesse período, é **CORRETO** afirmar que

A) a OTAN visava a apaziguar os conflitos relacionados à divisão da cidade de Berlim, bem como a proteger os países sob sua influência econômica das ameaças de invasão externa e de conflitos militares.

B) ambos desenvolveram políticas que incentivaram a chamada corrida armamentista, que, durante o período da Guerra Fria, colocou o planeta sob a ameaça de uma guerra nuclear.

C) ambos foram estabelecidos, simultaneamente, para defender os interesses dos países que disputavam, após a Segunda Guerra, uma reordenação dos espaços europeu e americano.

D) os países signatários do Pacto de Varsóvia se aliaram e, para defender seus interesses financeiros, formaram um bloco econômico, a fim de competir com a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos.

04. (UFU-MG–2009) *A essência do Realismo Socialista reside na fidelidade à verdade da vida, por mais penosa que possa ser, e na totalidade expressa em imagens artísticas concebidas de um ponto de vista comunista. Os princípios ideológicos e estéticos fundamentais do Realismo Socialista são os seguintes: devotamento à ideologia comunista, colocar sua atividade a serviço do povo e do espírito do partido, ligar-se estreitamente às lutas das massas trabalhadoras, humanismo socialista e internacionalista, otimismo histórico, recusa do formalismo e do subjetivismo, bem como do primitivismo naturalista.*

DICIONÁRIO FILOSÓFICO. Moscou, 1967.

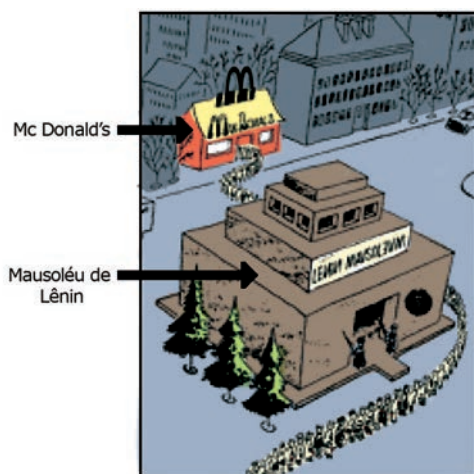
De acordo com o trecho anterior e considerando o contexto cultural dos países socialistas durante o período da Guerra Fria, marque a alternativa **CORRETA**.

A) O Realismo Socialista rivalizou com as chamadas vanguardas europeias do início do século XX, como, por exemplo, o Surrealismo, o Abstracionismo e o Cubismo, correntes estéticas que sofreram censura por parte do regime stalinista.

B) Durante a Guerra Fria, enquanto as potências capitalistas desenvolveram uma estética a serviço de sua propaganda ideológica, o mundo socialista optou por uma arte realista sem apelo propagandístico e destituída de marcas ideológicas.

C) O otimismo histórico, prescrito anteriormente para a estética socialista, marca o viés conformista da arte russa na década de 1960, destinada tão somente a retratar as "utopias" revolucionárias, sem qualquer relação com a "crua" realidade social.

D) A patrulha ideológica das artes nos países do bloco socialista ocasionou o declínio estético do Leste Europeu. Exemplos disso foram: a proibição do *ballet* clássico na URSS e o fechamento das orquestras sinfônicas na Tchecoslováquia.

05. (UEMG–2009) Observe atentamente a charge a seguir sobre o colapso do regime soviético:

SANTIAGO. Revista *Palavra*, nº. 1. Abril de 1999. p. 142.

No ano de 1985, Mikhail Gorbachev assumiu a direção da ex-URSS. Para corrigir os rumos do regime comunista no campo econômico, Gorbachev prometeu uma política de abertura e transparência, que ficou conhecida como *Perestroika*. Todas as alternativas a seguir representam as principais dificuldades econômicas da sociedade soviética nos anos 1980, **EXCETO**

A) Economia pouco dinâmica engessada pelo rígido planejamento central do Estado.

B) Crises de abastecimento e baixa oferta de produtos de consumo popular.

C) Processos decisórios lentos e inadequados às dimensões continentais do país e sua diversidade.

D) Baixa escolaridade da população russa e infraestrutura reduzida.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFMG) *Entre 1961 e 1973, um total de 57 939 norte-americanos morreram no conflito da Indochina, a mais longa e custosa guerra externa na história dos Estados Unidos. A Força Aérea dos EUA jogou sobre o Vietnã uma tonelagem de bombas mais de três vezes superior ao que foi jogado na Alemanha durante a Segunda Guerra.*

KEYLOR, William R. *The twentieth-century world*: an international history. New York: Oxford University Press, 1996. p. 375.

Considerando-se a Guerra do Vietnã, é **CORRETO** afirmar que

A) o conflito foi motivado pela intenção do governo norte-americano de impedir a expansão do comunismo no Sudeste Asiático.

B) os norte-americanos deram apoio decidido às ações de seu governo no Vietnã e manifestaram insatisfação quando suas tropas foram retiradas de lá.

C) os vietnamitas que enfrentavam o Exército dos EUA lutavam em condições difíceis, pois não dispunham de apoio externo.

D) a saída das tropas norte-americanas e a subsequente derrota das forças locais pró-Ocidente levaram à divisão do Vietnã.

02. (UNESP–2010) *A Coreia do Norte e a Coreia do Sul foram delimitadas após a 2.ª Guerra Mundial, quando soviéticos e americanos dividiram a Península da Coreia no paralelo 38°N. Durante o período da Guerra Fria, a reunificação se tornou inviável, surgindo em 1948 as duas Coreias. Nos últimos 56 anos as duas Coreias se mantiveram em estado de guerra. A tensão nesta área se torna crítica em 2009, devido ao fato de a Coreia do Norte ter realizado testes nucleares.*

TREVISAN, Cláudia. *O Estado de S. Paulo*. Coreia do Norte deixa armistício e ameaça Seul com ataque militar, maio / 2009 (Adaptação).

Ao fazer uma retrospectiva desse período histórico, é **POSSÍVEL** afirmar que

A) as tensões permaneceram restritas a tiroteios na fronteira entre as duas Coreias até que a Revolução Chinesa, em 1929, encorajou a Coreia do Norte a tentar unificar a Península sob a bandeira do comunismo.

B) em junho de 1914 tropas norte-coreanas invadiram a Coreia do Sul, sendo que os EUA usaram a ONU para legitimar uma intervenção internacional e expulsaram os comunistas, ultrapassaram o paralelo 38ºN, chegando até a fronteira com a China.

C) em nenhum momento histórico Mao Tsé-tung apoiou a Coreia do Norte, que, desta maneira, não conseguiu empurrar os americanos para o paralelo 38ºN e delimitar seu território.

D) os dois lados negociaram só um cessar-fogo, em 1983, o que manteve as duas Coreias em estado de guerra.

E) a Coreia do Norte ameaçou, em 2009, atacar militarmente a Coreia do Sul e romper o acordo de armistício de 1953.

03. (UFU-MG–2006) Leia o trecho do discurso a seguir.

Que toda nação saiba [...] *que pagaremos qualquer preço, suportaremos qualquer fardo, enfrentaremos qualquer privação, apoiaremos qualquer amigo, obstaremos qualquer inimigo, para assegurar a sobrevivência e o triunfo da liberdade.*

KENNEDY, John F. Discurso de Posse. *Apud* NEVINS, A.; COMMAGER, H.S. *Breve História dos Estados Unidos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p. 591.

Baseando-se na citação e na política externa do governo norte-americano na década de 1960, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) No início do Governo Kennedy, ocorreram intervenções e conflitos envolvendo Cuba e União Soviética. Os Estados Unidos apoiaram a invasão da Baía dos Porcos, promoveram o bloqueio naval e aéreo à ilha e exigiram a retirada dos foguetes soviéticos instalados em Cuba.

B) Ao enfatizar a aplicação do Plano Marshall e da Doutrina Truman, o Governo Kennedy foi marcado pelas negociações com a União Soviética e a China, que objetivaram solucionar os conflitos envolvendo a Coreia e o Vietnã e evitaram a expansão do comunismo na Ásia.

C) Em relação à América Latina, o governo norte-americano formulou a Aliança para o Progresso, cuja proposta era conceder ajuda e financiamentos para o desenvolvimento econômico, a fim de evitar o crescimento da influência comunista sobre as populações latino-americanas.

D) O governo norte-americano organizou iniciativas de treinamento das Forças Armadas e dos serviços de repressão da América Latina, a fim de reprimir manifestações populares e opositores aos governos favoráveis à influência norte-americana.

04. (UFTM-MG–2009) *Com a rendição do Japão aos Aliados, em 1945, reiniciou-se a guerra civil na China. Chiang Kai-shek não conseguiu deter as ofensivas do PCC, apesar da ajuda que recebeu dos EUA. Os comunistas entraram em Pequim em janeiro de 1949 e, no dia 1º de outubro, proclamaram a República Popular da China, com Mao Tsé-tung como dirigente supremo* [...] *No ano de 1952, o general Fulgêncio Batista liderou um golpe de Estado e implantou uma ditadura em Cuba* [...] *Grupos rebeldes, liderados por Fidel Castro e pelo argentino Ernesto Che Guevara, instalaram-se no território cubano de Sierra Maestra, de onde lançaram um movimento de guerrilha. Em janeiro de 1959, os guerrilheiros tomaram o poder.*

MOTA, Myriam; BRAICK, Patrícia. *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*.

Esses movimentos de 1949 e 1959

A) manifestaram de imediato sua adesão ao bloco socialista soviético.

B) foram uma reação das populações locais ao imperialismo europeu.

C) priorizaram o desenvolvimento industrial por meio dos Planos Quinquenais.

D) tiveram a participação destacada das massas camponesas.

E) criaram bem-sucedidos modelos econômicos em vigor até a atualidade.

05. (FJP-MG–2009) Os processos de democratização e de reorganização econômica implementados por Mikhail Gorbachev na URSS tiveram desdobramentos importantes para os países que compunham a ordem comunista europeia. Na República Democrática Alemã, em outubro de 1989, o governo tentou minimizar as pressões populares liberando viagens ao Ocidente. Em 09 de novembro de 1989, cidadãos berlinenses de ambas as Alemanhas correram em direção ao Muro de Berlim. Em poucos dias, vários pontos de contato foram abertos dando passagem à Berlim Ocidental, e berlinenses orientais cruzaram a fronteira para vislumbrar o mundo capitalista. Os problemas dos alemães, porém, não estavam solucionados. Com a unificação das duas Alemanhas, o maior desses problemas passou a ser

A) a ação de sindicatos de trabalhadores do Estaleiro Lênin que se opunham à chegada de imigrantes em larga escala.

B) a atuação da URSS, cuja *Perestroika* não conseguiu resolver os problemas de escassez de bens que atingiram vários países da Europa Central.

C) a falta de estrutura da República Federal Alemã para acolher o grande fluxo de refugiados.

D) o fortalecimento da oposição na RFA que trouxe à baila um conjunto de rivalidades e tensões latentes existentes na sua liderança política.

06. (Mackenzie-SP–2009)

VEJA.

Na figura, a charge nos remete à crise da ex-URSS e, por extensão, do mundo socialista, acerca da qual considere as afirmações a seguir.

I. Frente à crise soviética, o líder Mikhail Gorbachev (1985-1991) deu início a um amplo programa de reestruturação econômica (*Perestroika*) e de abertura política (*Glasnost*), cujo desfecho inesperado foi a desintegração política do país.

II. No plano da política externa soviética, esse panorama refletiu em propostas de aproximação e cooperação com os EUA, que resultariam no fim da bipolarização mundial.

III. As transformações ocorridas na ex-URSS promoveram o esfacelamento do bloco socialista, com amplas repercussões, tal como a reunificação da Alemanha (1990).

Das afirmações,

A) todas estão corretas.

B) somente III está correta.

C) somente I e III estão corretas.

D) somente II está correta.

E) somente II e III estão corretas.

07. (UFTM-MG–2009) *Numa noite de novembro de 1989, quando milhares de berlinenses puderam atravessar o muro que dividia a cidade havia 28 anos, o mundo assistiu espantado ao desmoronamento da Europa Oriental. A decisão de abrir as fronteiras foi resultado de uma enorme mobilização popular que durara algumas semanas e de negociações diplomáticas entre a Alemanha Oriental e os demais países socialistas. No fim de 1988, os ventos de liberdade e democracia já haviam abalado os regimes comunistas da Polônia e da Tchecoslováquia* [...]

COSSERON, Serge. *Alemanha*: Da divisão à reunificação.

Em parte, esses acontecimentos podem ser explicados

A) pela desintegração do bloco socialista e pela Doutrina Bush.

B) pela crise do petróleo e pela ascensão de governos stalinistas.

C) pelo desgaste da Guerra Fria e pela falência do modelo soviético.

D) pela pressão popular por reformas e pela queda do nazismo.

E) pela *Glasnost* e pela *Perestroika*, bem-sucedidas na URSS.

08. (UFMG–2007) As viagens espaciais conjuntas têm comprovado que as potências militares podem cooperar pacificamente nessa área. No entanto, essas cooperações são fenômeno recente, pois, entre os anos 1950 e 1980, no quadro da Guerra Fria, prevaleceu uma competição acirrada. Considerando-se a corrida espacial travada, nessa época, entre os EUA e a URSS, é **INCORRETO** afirmar que

A) as conquistas obtidas eram usadas na guerra de propaganda, a exemplo do que ocorreu com Iuri Gagarin, enviado em turnê mundial para divulgar os feitos da URSS.

B) o propósito era conseguir superioridade científica e política em relação à potência oponente, sem, contudo, a intenção de usar as conquistas espaciais para fins bélicos.

C) os investimentos dos EUA, na fase final da corrida espacial, se dirigiram para os ônibus espaciais, enquanto os da URSS se concentraram na construção de estações orbitais.

D) os melhores resultados soviéticos alcançados nos anos 1950 foram compensados pelos norte-americanos com o projeto vitorioso de chegar primeiro à Lua.

09. (UFMG–2006) Analise esta charge:

Essa charge foi publicada no início dos anos 1960, momento em que as disputas da Guerra Fria começaram a envolver, com mais intensidade, a América Latina. De maneira zombeteira e irônica, o autor interpreta as relações políticas entre os EUA e os países latino-americanos, representados, na charge, por, respectivamente, John F. Kennedy e uma figura feminina.

1. A partir da análise da charge, **INTERPRETE** o significado político dessa imagem.

2. A orientação diplomática do governo brasileiro à época – especialmente no que diz respeito a Cuba – reforçou a polarização ideológica que abriu caminho ao Golpe de 1964. **ANALISE** os traços mais importantes da política externa brasileira em vigor nos primeiros anos da década de 1960.

10. (UFMG) Leia este texto:

O colapso repentino da União Soviética, e com ele a derrocada do movimento comunista internacional, dá origem a um enigma histórico: por que razão, na década de 80, os líderes soviéticos pressentiram a necessidade imediata de iniciar um processo de reestruturação radical, de proporções tais que acabou levando à desintegração do próprio Estado? Afinal, a União Soviética não era apenas uma superpotência militar; o país ocupava a posição de terceira maior economia industrial do mundo, sendo o maior produtor de petróleo, gás natural e metais raros, e o único país auto-suficiente em matérias-primas e recursos energéticos.

CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 24.

1. **EXPLIQUE** o processo de crise da URSS, apontando os principais elementos que permitem compreender esse fenômeno.

2. **ANALISE** a situação social da Rússia pós-comunista, procurando avaliar o impacto, sobre a população, das reformas implantadas nesse país, no decorrer dos anos 90 do século passado.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009) Do ponto de vista geopolítico, a Guerra Fria dividiu a Europa em dois blocos. Essa divisão propiciou a formação de alianças antagônicas de caráter militar, como a OTAN, que aglutinava os países do bloco ocidental, e o Pacto de Varsóvia, que concentrava os do bloco oriental. É importante destacar que, na formação da OTAN, estão presentes, além dos países do Oeste Europeu, os EUA e o Canadá. Essa divisão histórica atingiu igualmente os âmbitos político e econômico que se refletia pela opção entre os modelos capitalista e socialista. Essa divisão europeia ficou conhecida como

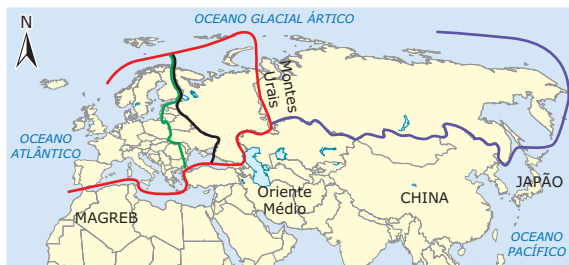
A) Cortina de Ferro.

B) Muro de Berlim.

C) União Europeia.

D) Convenção de Ramsar.

E) Conferência de Estocolmo.

02. (Enem–2009) A figura apresenta diferentes limites para a Europa, o que significa que existem divergências com relação ao que se considera como território europeu.

Diferentes representações

- Visão clássica: do Atlântico aos Montes Urais
- Visão ampla: do Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico
- Visão geopolítica: período da Guerra Fria
- Visão geopolítica recente

BOURGEAT, S.; BRÁS, C. (Coord.). *Histoire et Géographie. Travaux dirigés*. Paris: Hatier, 2008 (Adaptação).

De acordo com a figura,

A) a visão geopolítica recente é a mais restritiva, com um número diminuto de países integrando a União Europeia.

B) a delimitação da Europa na visão clássica, separando-a da Ásia, tem como referência critérios naturais, ou seja, os Monteis Urais.

C) a visão geopolítica dos tempos da Guerra Fria sobre os limites territoriais da Europa supõe o limite entre civilizações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

D) a visão geopolítica recente incorpora elementos da religião dos países indicados.

E) a representação mais ampla a respeito das fronteiras da Europa, que engloba a Rússia chegando ao Oceano Pacífico, descaracteriza a uniformidade cultural, econômica e ambiental encontrada na visão clássica.

03. (Enem–1999) *Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não foram um período homogêneo único na história do mundo* [...] *dividem-se em duas metades, tendo como divisor de águas o início da década de 70. Apesar disso, a história deste período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS.*

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

O período citado no texto e conhecido por Guerra Fria pode ser definido como aquele momento histórico em que houve

A) corrida armamentista entre as potências imperialistas europeias ocasionando a Primeira Guerra Mundial.

B) domínio dos países socialistas do Sul do globo pelos países capitalistas do Norte.

C) choque ideológico entre a Alemanha Nazista / União Soviética stalinista, durante os anos 1930.

D) disputa pela supremacia da economia mundial entre o Ocidente e as potências orientais, como a China e o Japão.

E) constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial.

GABARITO

Fixação

01. C 02. C 03. B 04. A 05. D

Propostos

01. A 03. B 05. C 07. C
02. E 04. D 06. A 08. B

09. 01. A disputa pela hegemonia mundial entre EUA e URSS refletiu na América Latina principalmente após a Revolução Cubana e a implantação do regime socialista em Cuba, realizada por Fidel Castro. Os EUA reagiram, inicialmente, através do programa Aliança para o Progresso, na tentativa de minimizar as questões sociais impedindo o avanço do socialismo e a penetração política da URSS no continente.

02. No início dos anos 1960, o Governo Jânio Quadros optou por uma política externa independente, marcada pelo não alinhamento na Guerra Fria. Entre as suas ações, destacam-se a reaproximação com a URSS e o bloco socialista, a condecoração de Che Guevara no Brasil e a condenação da expulsão de Cuba da OEA. Essa política de não alinhamento foi mantida pelo Governo João Goulart, colaborando para a criação das condições para o Golpe Militar de 1964.

10. 01. É possível distinguir vários elementos que conduziram a crise da URSS. Dentro de seu universo, a URSS apresentava uma grave crise de abastecimento, oriunda de um gigantismo estatal e da burocracia, que impossibilitava o Estado de garantir as necessidades básicas da população. Agravando mais essa crise, o Estado soviético investiu uma considerável parte de seu orçamento na atividade bélica, dentro do contexto da Guerra Fria. A ausência de liberdade política e de imprensa, somada à questão das nacionalidades dentro do bloco socialista ou das repúblicas da URSS, acabou por criar um grupo de opositores do dirigismo econômico e político conduzido pelo Partido Comunista Soviético. Essas questões ficaram ainda mais explícitas no cenário das transformações promovidas pela *Glasnost* e pela *Perestroika* de Mikhail Gorbachev, gerando a fragmentação do país.

02. As reformas da década de 1990 foram responsáveis por crises na economia e na sociedade da antiga URSS. Podem ser destacadas como consequências a escassez de gêneros de primeira necessidade e a formação de uma massa de empobrecidos e desvalidos, visto a menor participação do Estado nas questões sociais. A transição para a economia de mercado gerou uma alta generalizada dos preços devido ao fim dos subsídios e do controle econômico do Estado, além da formação de grupos de criminosos, que aproveitaram o enfraquecimento governamental para ampliar a atuação dentro do antigo território soviético.

Seção Enem

01. A 02. B 03. E

HISTÓRIA

Estados Unidos no século XX

MÓDULO 27 FRENTE A

MACARTISMO

Em 1945, em meio à consolidação da Guerra Fria, os Estados Unidos buscaram se estruturar e, para isso, criaram o Comitê de Investigação de Atividades Antiamericanas, comandado pelo Senado. Com o objetivo de encontrar os supostos inimigos do Estado, a atuação do Comitê ficou conhecida como "caça às bruxas". O líder desse órgão era o senador Joseph MacCarthy, responsável pela perseguição de várias pessoas acusadas de serem comunistas ou, simplesmente, simpatizantes. Dois exemplos famosos de vítimas dessa política foram os casos de Charles Chaplin e do casal Rosenberg.

Chaplin, acusado de ser socialista, foi proibido de filmar nos Estados Unidos, tendo de retornar à Europa por causa das perseguições. Já o casal de físicos Ethel e Julius Rosenberg, acusado de vender segredos militares aos soviéticos, foi sentenciado à morte. Apesar de nunca terem sido encontradas provas suficientes para condená-los e da ocorrência de manifestações por todo o mundo, pedindo a anistia dos dois, ambos foram executados na cadeira elétrica.

Sátira à política proposta pelo senador MacCarthy, que procurou oprimir os inimigos internos dos Estados Unidos durante a Guerra Fria.

Disponível em: <www.laborarts.org>. Acesso em: 09 mai. 2011.

O macartismo, como também ficou conhecida a perseguição aos inimigos do capitalismo, entrou em declínio quando MacCarthy começou a levantar suspeita sobre membros do alto escalão das Forças Armadas e do governo. Dessa forma, o senador caiu em descrédito e no ostracismo, tendo, anos mais tarde, saído do cenário político estadunidense e se tornado alcoólatra. O macartismo representou um dos momentos mais autoritários da história dos Estados Unidos, país que, desde os seus primórdios coloniais, se autovinculava aos ideais de liberdade.

DIREITOS CIVIS DOS NEGROS

Logo após a Guerra de Secessão, ainda durante o século XIX, a 13ª (1865) e a 14ª (1868) Emenda à Constituição dos Estados Unidos, respectivamente, aboliram a escravidão e declararam os negros cidadãos americanos. Ainda assim, na prática, em virtude dos preconceitos raciais, grande parte dos negros continuou privada de seus direitos civis, entre eles, os políticos. Entre o reconhecimento constitucional da abolição e as primeiras ações práticas visando à cidadania dos negros, passaram-se cerca de cem anos de história. Dessa forma, foi apenas na década de 60 do século XX que os negros, de fato, passaram a conquistar seus direitos.

Para entender tais conquistas, entretanto, é necessário ter em mente que, apesar de oprimidos – até pelos aparatos policiais –, os negros foram à luta e, por isso, não deixaram de reivindicar a garantia da sua dignidade. A caminhada rumo à garantia dos direitos civis dos negros se acirrou, principalmente, a partir do processo de independência da África, uma vez que, diante da libertação do continente do qual descendiam os afro-americanos, estes se encorajaram a reivindicar a sua liberdade.

Voltando ao contexto interno dos Estados Unidos, é importante ressaltar que as formas de reivindicação registradas ao longo do século XX não foram homogêneas. Assim, para que haja uma melhor compreensão acerca desse assunto, é necessário dividir essas lutas em pacifistas ou não. Dentro do primeiro grupo, a principal figura foi a do pastor Martin Luther King, que, no dia 28 de agosto de 1963, em Washington, discursou para mais de 200 mil pessoas defendendo a igualdade entre os homens.

> [...] eu tenho um sonho: que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos de ex-escravos e os filhos de ex-senhores de escravos possam se sentar juntos à mesa da fraternidade [...] Poderemos apressar a chegada do dia em que todos os filhos de Deus, negros e brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão se dar as mãos e cantar juntos as palavras do velho *Spiritual negro*: livres finalmente! Graças a Deus Todo-Poderoso, estamos livres finalmente.
>
> Martin Luther King – Pronunciamento em Washington.

Outro personagem importante para a luta dos negros foi John Fitzgerald Kennedy, que foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1960, vencendo com uma pequena margem de votos o republicano Nixon, apoiado pelo então presidente Eisenhower. Foi fundamental para a vitória de Kennedy o apoio dos negros que, em alguns estados, tinham direito ao voto. Dessa forma, ao assumir, o presidente manteve o seu compromisso de tentar promover a igualdade social e política entre brancos e negros. Tais conquistas, entretanto, custaram as vidas de seus principais articuladores: Kennedy foi assassinado em novembro de 1963, em Dallas, no Texas, e Martin Luther King em abril de 1968, em Memphis, no Tennessee.

Se, por um lado, Luther King e Kennedy consideravam a resistência pacífica e constitucional como o mais efetivo dos protestos, por outro, houve defensores dos direitos civis dos negros que lançaram mão da violência. O principal exemplo dessas manifestações extremas ocorreu através das ações do grupo Black Panthers (Panteras Negras), que, surgido na década de 1960, defendia a luta armada como forma de conquistar os direitos civis. Posto que constantemente entravam em conflitos com a polícia, vários membros do Panteras Negras foram presos e mortos. Assim, em virtude dos desgates provocados pela repressão, já nos anos 1970, os remanescentes, enfraquecidos, passaram a adotar uma postura mais flexível, que não mais condizia com a filosofia do grupo, tanto que este encerrou suas atividades na década seguinte.

Ainda no campo das manifestações extremas, Malcolm X foi outro importante ativista que defendia os direitos civis dos negros. Além de divergir quanto aos meios empregados para a conquista desses direitos, Malcolm discordava de Martin Luther King também no que se refere à organização social dos Estados Unidos; para ele, deveria haver a separação entre um Estado branco e outro negro, de tendência socialista. Assim como Kennedy e Luther King, Malcolm X não viu os seus planos concretizados, pois foi assassinado em 1965, enquanto fazia um discurso em Nova Iorque.

Encontro entre Martin Luther King, à esquerda, e Malcolm X

Apesar da conquista dos direitos civis, que, graças às ações dos grupos pacifistas ou não, foi configurada nas últimas décadas do século XX, é importante ressaltar que ainda hoje os negros continuam marginalizados e sofrem discriminações dentro dos Estados Unidos, situação que cria um contexto favorável à continuidade das lutas. Em 1992, por exemplo, explodiu em Los Angeles uma revolta de negros e hispânicos contra a discriminação e o abuso das autoridades. Houve saques a lojas, depredações e conflitos com as forças policiais. O estopim do conflito foi a absolvição de alguns policiais brancos que haviam espancado um taxista negro, Rodney King, diante da câmera de um cinegrafista amador. É interessante perceber que protestos como esse extrapolam o problema étnico registrado nos Estados Unidos, relacionando-se também ao aumento das desigualdades sociais.

ESCÂNDALO WATERGATE

Em 1972, em meio ao conturbado contexto da Guerra Fria, Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos, foi acusado pelo jornal *Washington Post* de colocar escuta telefônica na sede do partido rival, o Democrata, durante a campanha presidencial. Como essa suposta atitude feria as ações democráticas que envolvem o processo eleitoral, o Congresso americano instalou uma comissão para apurar as denúncias realizadas.

Manifestações populares em favor da renúncia do presidente Nixon

Após a realização de vários depoimentos e de diversas apurações, a comissão encerrou os seus trabalhos, confirmando a veracidade das denúncias contra o presidente. O relatório final da comissão, entretanto, ia além da utilização da máquina estatal para espionagem do partido rival, dirigindo outras acusações ao presidente, como a conspiração para escapar da Justiça, a sonegação de impostos e o perjúrio. Tais comprovações fizeram com que, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, fosse instaurado um processo de *impeachment*, situação que levou à renúncia de Nixon no dia 08 de agosto de 1973.

ESCÂNDALO IRÃ-CONTRAS

Entre 1986 e 1987, um novo escândalo colocou sob os holofotes da mídia a Presidência dos Estados Unidos. O então governante do país era Ronald Reagan, um ex-ator que havia denunciado vários colegas de profissão na época do macartismo. Diante da grande rejeição ao seu comando, Reagan foi acusado pelos jornais *New York Times* e *Washington Post* de negociar armas com o Irã em troca da libertação de reféns estadunidenses que se encontravam em poder de terroristas islâmicos. Ora, tendo em vista que, naquele contexto, os Estados Unidos apoiavam o Iraque em uma guerra contra o Irã, aquela situação soou como uma grande contradição para a opinião pública estadunidense.

As denúncias ganharam um vulto ainda maior quando os jornais apontaram também para uma suposta lavagem do dinheiro oriundo da venda das armas. Ainda de acordo com o plano apresentado, posteriormente, esse dinheiro acumulado seria utilizado para financiar os Contras, um grupo guerrilheiro que atuava na Nicarágua em oposição ao governo sandinista, que, por sua tendência socialista, era prejudicial aos interesses estadunidenses na América Central.

Executive Office of the President of the United States

Ronald Reagan

Após ganhar uma grande repercussão nacional e mundial, o escândalo Irã-Contras caminhava para um novo processo de *impeachment*, quando Oliver North, assessor do chefe da CIA, assumiu toda a responsabilidade pelo caso, isentando o presidente. Assim, North acabou condenado a três anos de prisão domiciliar e a pagar uma multa. É interessante constatar que, após ser condenado, North montou uma empresa de segurança particular, que posteriormente veio a ganhar contratos com pessoas ligadas à administração de Reagan. Ora, dada a clara evidência de que o agente da CIA foi beneficiado pela sua ação em inocentar o presidente, alguns anos mais tarde, no livro *Outra América*, José Arbex Jr. afirmou categoricamente que, diante do escândalo Irã-Contras, "a Casa Branca venceu, a democracia perdeu".

A DÉCADA DE 1980

Normalmente, o termo "Década Perdida" é utilizado para se referir à situação degradante da economia da América Latina durante a década de 1980, assim como à crise vivida pela região nesse período. Porém, a despeito da decadência latino-americana, é importante destacar que essa década foi crítica para toda a economia mundial, sendo que algumas regiões sofreram mais. Assim, em virtude da interligação global da economia dos países capitalistas, a economia capitalista, em geral, sofreu um grande baque durante a "Década Perdida".

Nos Estados Unidos, por exemplo, a estagnação econômica se evidenciou pelo grande aumento da entrada de produtos japoneses no seu mercado. O principal símbolo da indústria dos Estados Unidos, o automóvel, passou a enfrentar, a partir de então, a concorrência dos veículos japoneses, assustando os analistas econômicos e levando os estadunidenses a perceberem que as suas indústrias estavam perdendo mercado para os produtos importados.

Assim, tomando consciência da crise que se delineava, a alternativa encontrada pelo governo foi a implantação de medidas neoliberais que, apesar de se apresentarem como uma possível solução para atenuar os efeitos negativos da "Década Perdida", não foram suficientes para evitar que os Estados Unidos registrassem pequenas taxas de crescimento durante a década de 1980.

LEITURA COMPLEMENTAR

Anos 60: Imagens do pacifismo

No início dos anos 60, no entanto, a histeria anticomunista logo seria substituída pelas imagens dos movimentos contra o racismo e pelo fim da Guerra do Vietnã. É verdade que o FBI tentou inventar provas para desacreditar líderes negros com Martin Luther King e Malcolm X, assim como ameaçou e espionou ilegalmente líderes pacifistas. Mas foi em vão. Apesar de tudo, manifestações cada vez mais grandiosas mudavam o cenário cultural americano.

Os quatro rapazes de Liverpool revolucionaram os costumes com a sua música irreverente e atitudes surpreendentes.

Nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, os costumes começavam a ser revolucionados pelo rock'n'roll, com Elvis Presley, os Beatles e os Rolling Stones, e por feministas como Mary Quaint, que queimava sutiãs em praça pública e usava minissaia.

Esse panorama de grande agitação cultural preparou a grande mágica de 1968, o ano que, em muitos aspectos, mudou a face do mundo. Em março daquele ano, universitários franceses entraram em greve e organizaram manifestações em Paris. Eles protestavam contra os valores hipócritas de uma sociedade que consideravam ultrapassada e injusta, e exigiam uma ampla reforma universitária. Simultaneamente, estourou uma revolta nacional na Tchecoslováquia, a Primavera de Praga. Jovens e idosos, homens e mulheres – todos – exigiam nas ruas a independência do país em face do Pacto de Varsóvia, que era dominado por Moscou.

Nos dois blocos, os donos do poder tomaram medida para conter os movimentos rebeldes. Em abril de 1968, Martin Luther King foi assassinado nos Estados Unidos. Em outubro do mesmo ano, os tanques soviéticos invadiram Praga, a capital da Tchecoslováquia. Em Paris, a repressão e pressões do governo desarticularam e liquidaram o movimento dos jovens. Mas estavam lançadas as sementes de uma nova concepção cultural do mundo.

ARBEX Jr., José. *Guerra Fria, Terror de Estado, Política e Cultura*. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. Em 5 de junho de 2004, morreu o ex-presidente norte-americano Ronald Reagan, um dos protagonistas do fim da Guerra Fria. Profundamente anticomunista, Reagan, que governou entre 1981 e 1988, promoveu ações polêmicas, entre as quais:

I. O combate ao regime de esquerda da Nicarágua, com a autorização de uma operação ilegal para o financiamento de grupos rebeldes com recursos obtidos da venda ilícita de armas ao Irã (Irã-Contras).

II. A realimentação da corrida armamentista, que obrigou a URSS a elevar os gastos com a Defesa em detrimento de outros setores, levando-a à ruína e, consequentemente, à implosão do comunismo naquele país.

III. A invasão da Ilha de Granada para depor um governo de esquerda.

IV. A retirada das tropas norte-americanas do Vietnã, ante o fracasso das operações militares naquela região, fato que acabou consolidando a vitória do Vietnã do Norte e a posterior unificação do país.

V. Financiamento de Saddam Hussein na guerra contra o Irã e de Osama Bin Laden na luta contra a ocupação soviética do Afeganistão.

Está **CORRETO** o afirmado em

A) I, II, III, IV e V.
B) I, II, III e V.
C) II, III e IV, apenas.
D) III, IV e V, apenas.
E) IV e V, apenas.

02. (Mackenzie-SP) *Pode ser verdade que é impossível decretar a integração por lei, mas pode-se decretar a não segregação* [...] *Pode ser verdade que a lei não é capaz de fazer com que uma pessoa me ame, mas pode impedi-la de me linchar.*

Martin Luther King, Prêmio Nobel da Paz, 1964.

O pastor Martin Luther King foi assassinado em Memphis, Tennessee, em 03 de abril de 1968. Assinale a alternativa que corresponde à sua atuação.

A) A Conferência de Bandung, reunindo os países do Terceiro Mundo, que incorporou o ideal da neutralidade no conflito leste-oeste e a coexistência pacífica.

B) A luta pela paz mundial e o esforço diplomático para fazer com que árabes e israelenses chegassem a um acordo sobre a ocupação da Palestina.

C) A organização do movimento dos direitos civis dos negros, que pregava a não violência e a desobediência civil como meios de conquistas sociais.

D) A sua aliança política nos anos 1960 com grupos pacifistas, adeptos da contracultura, como os Panteras Negras e os seguidores de Malcolm X.

E) A defesa dos Direitos Humanos, através das manifestações do sindicato independente Solidariedade.

03. (UFU-MG / Adaptado) *Mas, quando os legionários abusam dos seus legítimos privilégios e, sob a capa do patriotismo, utilizam a influência que têm para oprimir outras pessoas, então desrespeitam os próprios fundamentos do governo americano. Tais superpatriotas poderiam constituir as células capazes de transformar os Estados Unidos numa nação fascista.*

Charles Chaplin

O texto anterior faz referência a um dos momentos mais opressivos da história americana do século XX, marcado pelas investigações e perseguições do movimento macartista. A esse respeito, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) O macartismo deve ser visto como parte da política externa dos Estados Unidos. Seu objetivo era conter o avanço do comunismo e a expansão da União Soviética, financiando a propaganda antissoviética na Europa e na América Latina.

B) O macartismo, desenvolvido no contexto da Guerra Fria, era um conjunto de leis aprovadas pelo Congresso, que visava reforçar a segurança nacional dos Estados Unidos, proibindo as atividades comunistas em território americano.

C) O macartismo durou até o final dos anos 60, quando a Revolução Cubana, ao fazer a opção pelo socialismo, intensificou a histeria anticomunista nos Estados Unidos, gerando perseguição, preferencialmente, aos líderes sindicais.

D) A resolução da questão racial nos Estados Unidos, no final dos anos 40, com a conquista dos direitos civis pelos negros, levou os grupos conservadores a se voltarem para a luta contra as tendências políticas esquerdistas.

E) O episódio da condenação e da execução de Saco e Vanzetti em 1927 e do casal de físicos Ethel e Julius Rosenberg nos anos 50, assim como as acusações indiscriminadas do macartismo são exemplos da perseguição às ideias esquerdistas pela tradição conservadora dos Estados Unidos.

04. (FGV-SP) Em 1992, milhões de brasileiros saíram às ruas exigindo o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Apesar das dificuldades do termo em inglês, os manifestantes logo aprenderam que se tratava de um mecanismo legal para o afastamento do presidente e a perda do mandato presidencial. Na verdade, o mundo todo acompanhara, alguns anos antes, a renúncia de um presidente ameaçado por um pedido de *impeachment* registrado no Congresso de seu país. Essa situação refere-se a

A) Salvador Allende, que renunciou à Presidência do Chile em 11 de setembro de 1973, diante das acusações de corrupção que eram apuradas pelos deputados chilenos.

B) John Kennedy, que renunciou à Presidência dos Estados Unidos em 22 de novembro de 1963, devido às acusações de que seu governo mantinha estreitas ligações com a máfia norte-americana.

C) Ronald Reagan, que renunciou à Presidência dos Estados Unidos em 14 de abril de 1986, após as repercussões negativas provocadas pelos bombardeios da força aérea norte-americana na Líbia, o que levou a oposição a formular o pedido de *impeachment* do presidente.

D) Richard Nixon, que renunciou à Presidência dos Estados Unidos em 8 de agosto de 1974, acusado de envolvimento no escândalo Watergate, no qual se configurava a montagem de espionagem eletrônica ao oposicionista Partido Democrata norte-americano.

E) Jânio Quadros, que renunciou à Presidência do Brasil em 25 de agosto de 1961, para escapar da aprovação do seu *impeachment* devido às suas declarações de apoio ao regime cubano de Fidel Castro.

05. (Mackenzie-SP) [...] *eu tenho um sonho: que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos de ex-escravos e os filhos de ex-senhores de escravos possam se sentar juntos à mesa da fraternidade* [...] *Poderemos apressar a chegada do dia em que todos os filhos de Deus, negros e brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão se dar as mãos e cantar juntos as palavras do velho Spiritual negro: livres finalmente! Graças a Deus Todo-Poderoso, estamos livres finalmente.*

Martin Luther King – Pronunciamento em Washington – *Os Grandes Líderes.*

O presente trecho do pronunciamento de Martin Luther King refere-se

A) à Guerra de Secessão, durante o Governo Lincoln, e à abolição da escravatura nos EUA.

B) a distúrbios raciais durante o Governo Clinton, na cidade de Los Angeles.

C) ao movimento pelos direitos civis, durante o Governo Kennedy, contra a segregação racial.

D) à proibição de atividades da Ku Klux Klan durante o Governo Carter, impedindo o racismo.

E) à libertação do líder negro Nelson Mandela durante o governo Bush, liquidando o *Apartheid*.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFU-MG–2009) *A idéia de hemisfério ocidental, de um "relacionamento especial" entre as Américas, perdeu muito de seu significado depois da Segunda Guerra Mundial. Com a aceitação de papéis internacionais mais amplos e da perseguição de relações íntimas com a Europa, os Estados Unidos abandonaram a idéia de duas esferas mundiais separadas e distintas.*

ATKINS, G. Pope. *Apud* PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos:* continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 215.

Considerando a citação anterior e a política externa dos Estados Unidos no imediato Pós-Guerra (na década de 1940), assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Predominou a *détente*, sustentada por um elemento central da política externa: a questão dos direitos humanos.

B) Vigorou a política de intervenção militar para os países do hemisfério ocidental com a formação de um sistema interamericano.

C) Houve a diminuição da importância estratégica da América Latina, cuja retomada consolidou-se com a Aliança para o Progresso (ALPRO).

D) Ocorreu o apoio aos regimes democráticos na América Latina, fundamentado na Doutrina Monroe.

02. (UFSM-RS–2007 / Adaptado)

Em 1953, nos Estados Unidos, o jornalista Edward R. Murrow utiliza seu programa na TV CBS – a maior rede de TV norte-americana – para denunciar a política de "caça às bruxas" do senador Joseph McCarthy.

O contexto da década de 1950, em que está ambientado esse episódio, que foi também tema do filme *Boa noite, boa sorte*, corresponde às alternativas a seguir, **EXCETO**

A) Formulação da Doutrina Truman e criação do Comitê de Atividades Antiamericanas para realizar a propaganda comunista em apoio à União Soviética.

B) Fragilização dos direitos civis e políticos nos EUA – qualquer pessoa com críticas ao capitalismo podia ser considerada um potencial inimigo do Estado e traidor da pátria.

C) Revolução Cubana em contraposição à política dos EUA de ter a América Latina sob sua influência – algo enunciado desde a Doutrina Monroe, na 1ª metade do século dezenove.

D) Apoio dos EUA, através da CIA, à derrubada do Governo Jacob Arbenz da Guatemala – esse governo vinha atuando na defesa do interesse nacional e na de implementar a reforma agrária e expropriar a empresa norte-americana United Fruit Company.

E) Apoio dos EUA à queda do primeiro-ministro iraniano Mohammed Mossadegh, que havia nacionalizado os campos de petróleo. O poder é assumido pelo xá Reza Pahlevi, aliado de Washington.

03. (UFU-MG) *Tenho um sonho: o de que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos dos antigos escravos e os filhos dos antigos senhores de escravos poderão sentar-se juntos à mesa da fraternidade. Tenho um sonho: o de que, um dia, mesmo o estado do Mississipi, um estado ora sufocado sob o ódio da opressão, será transformado em um oásis de liberdade e de justiça.*

O discurso anterior foi proferido por Luther King em agosto de 1963, no auge do movimento a favor da organização dos negros e pelos direitos civis nos EUA. Com relação à história do movimento negro norte-americano, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) O legado da Guerra Civil – a abolição da escravidão – tornou-se ambíguo e sem efeito. Apesar de os negros assumirem legalmente a cidadania civil e política, no sul os direitos foram ignorados em diversos estados, estabelecendo-se a segregação em transportes, escolas, hospitais, restaurantes e locais de lazer, além dos ataques violentos promovidos pela Ku Klux Klan, que defendia a supremacia do branco.

B) O movimento liderado por Luther King tinha como sustentação a organização de campanhas de desobediência civil, por meio da ação direta e sem violência contra a discriminação racial, a qual somente poderia ser combatida com a não obediência às leis e práticas segregacionistas.

C) A Lei dos Direitos Civis de 1964 tornou-se um marco nas lutas do movimento negro. Ela tornou ilegal a discriminação racial em restaurantes, hotéis, lanchonetes, postos de gasolina e exigiu igual acesso aos estabelecimentos públicos.

D) A campanha pacifista de Martin Luther King conseguiu conter o ímpeto de violência do movimento negro durante a segunda metade da década de 1960, com o chamado Black Power (Poder Negro). A partir da eleição de John F. Kennedy, houve um atendimento às reivindicações dos militantes e um período de paz para a sociedade americana.

04. (FGV-SP) Podemos definir o macartismo como

A) uma dura campanha de investigações dirigida por parlamentares norte-americanos, voltada a quem fosse considerado suspeito de subversão ou colaboração com os países comunistas.

B) uma campanha antissemita que se estabeleceu nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e que investigava as vinculações entre os judeus e os dirigentes soviéticos.

C) uma campanha de investigações que se voltou contra sindicalistas, intelectuais e cientistas e poupou os artistas de Hollywood, os diretores de cinema e os escritores norte-americanos.

D) uma campanha publicitária que procurava enaltecer o senador Joseph McCarthy, candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos da América e que era profundamente anticomunista.

E) uma política de aproximação entre os EUA e a União Soviética liderada, na década de 1940, pelo socialista Joseph McCarthy, em virtude da necessidade de derrotar o nazifascismo.

05. (UFRGS–2006) Considere o enunciado a seguir e as três propostas para completá-lo. Na década de 1960, os EUA foram abalados, na política interna, pelo surgimento e crescimento de movimentos de contestação que denunciavam a discriminação racial, a atitude belicosa do Pentágono contra o Terceiro Mundo e a pressão de grandes empresas impondo seus interesses corporativos em detrimento da sociedade civil. Entre esses movimentos de contestação, é correto citar:

1. As diversas manifestações promovidas por organizações sociais, tais como o movimento pelos direitos civis, vinculado a Martin Luther King, o Black Power e os Panteras Negras.
2. A organização liderada pelo senador Joseph McCarthy e apoiada por Richard Nixon e Ronald Reagan, que defendia a tolerância racial, a liberdade sexual e o respeito à autodeterminação dos povos do Sudeste Asiático.
3. As modalidades de questionamentos indentificadas como contracultura, fenômeno político, cultural e comportamental que abrangia, entre outras, a denominada música de protesto, representada por Bob Dylan, as manifestações pacifistas contra as guerras promovidas pelos EUA e o movimento *hippie*.

Quais propostas estão **CORRETAS**?

A) Apenas 1
B) Apenas 1 e 2
C) Apenas 1 e 3
D) Apenas 2 e 3
E) 1, 2 e 3

06. (FGV-SP) Em dezembro de 1987, após décadas de impasses nas relações entre soviéticos e norte-americanos, foi assinado em Washington, entre Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev, um acordo que estipulava

A) o desenvolvimento mútuo de um complexo sistema tecnológico avançado em defesa de mísseis nucleares.

B) a retirada dos conselheiros soviéticos da Nicarágua.

C) a ajuda econômica norte-americana no campo tecnológico e da biotecnologia à URSS.

D) a desaceleração da corrida armamentista, por prever a destruição dos mísseis atômicos.

E) a retirada do contingente militar norte-americano do Afeganistão.

07. (PUC RS) Durante as administrações Reagan, nos anos 1980, um dos efeitos internacionais da política econômica americana, a qual visava retomar a espiral de crescimento, foi

A) a transferência dos custos da crise para o Terceiro Mundo, tendo como resultado o progressivo endividamento deste.

B) a substituição do padrão dólar pelo padrão ouro, que permitiu aos Estados Unidos concentrar a poupança internacional e multiplicar a emissão de papel-moeda.

C) a disputa entre NAFTA e a União Europeia pela hegemonia comercial mundial, através do GATT.

D) a falência das economias latino-americanas, que foram forçadas a adotar o dólar como moeda nacional.

E) a emergência do Japão como potência militar aliada dos americanos, passando esse país a dominar o comércio no Oceano Pacífico.

08. (UERJ–2010)

O mundo de acordo com Ronald Reagan

Disponível em: <www.strangemaps.com> (Adaptação).

A política externa praticada pelos EUA no Governo de Ronald Reagan, entre 1980 e 1988, reaqueceu os antagonismos que caracterizaram o período da Guerra Fria. A ilustração anterior faz uma representação irônica dos continentes, condizente com as ideias propagadas pelo líder estadunidense.

Durante o Governo Reagan, duas características importantes da geopolítica dos EUA são:

A) Ênfase no combate às ditaduras – antagonismo com os países do Sul

B) Incentivo à fragmentação territorial – envolvimento em conflitos religiosos

C) Estímulo ao expansionismo colonial – estabelecimento de alianças militares

D) Acentuação da rivalidade ideológica – práticas de imperialismo econômico

09. (UFSM-RS) As imagens ilustram dois momentos da política externa dos EUA: em 1903, no governo de Theodore Roosevelt, os EUA apoiaram o Panamá no rompimento com a Colômbia; em 2003, George W. Bush decidiu invadir e ocupar o Iraque.

Considerando a política externa norte-americana, analise as seguintes afirmações:

I. No governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), os EUA assumem o papel de potência policial ocupando vários Estados-Nação do Caribe e da América Central.

II. O isolacionismo e o respeito pela autodeterminação dos povos marcam a política externa dos EUA desde o início do século XX.

III. A política do *Big Stick*, proposta por Theodore Roosevelt, baseava-se na ideia de que os EUA estavam autorizados a impor seu estilo de vida aos países latino-americanos.

IV. A nova fase da política externa dos EUA, inaugurada por George W. Bush, baseia-se no complexo industrial militar e no fundamentalismo cristão.

Está(ão) **CORRETA(S)**

A) apenas I e II.

B) apenas II e III.

C) apenas I, III e IV.

D) apenas II, III e IV.

E) apenas IV.

10. (UNESP) *Na verdade, os regimes mais profundamente comprometidos com a economia de* laissez-faire *eram também às vezes, e notadamente no caso dos EUA de Reagan* [1980-1988] *e da Grã-Bretanha de Thatcher* [1979-1990]*, profunda e visceralmente nacionalistas e desconfiados do mundo externo. O historiador não pode deixar de notar que as duas atitudes são contraditórias.*

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos.*

EXPLIQUE por que as "duas atitudes" de Reagan e Thatcher são contraditórias.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2004) *O movimento* hip-hop *é tão urbano quanto as grandes construções de concreto e as estações de metrô, e cada dia se torna mais presente nas grandes metrópoles mundiais. Nasceu na periferia dos bairros pobres de Nova Iorque. É formado por três elementos: a música (o* rap*), as artes plásticas (o* grafite*) e a dança (o* break*). No hip-hop os jovens usam as expressões artísticas como uma forma de resistência política. Enraizado nas camadas populares urbanas, o* hip-hop *afirmou-se no Brasil e no mundo com um discurso político a favor dos excluídos, sobretudo dos negros. Apesar de ser um movimento originário das periferias norte-americanas, não encontrou barreiras no Brasil, onde se instalou com certa naturalidade – o que, no entanto, não significa que o* hip-hop *brasileiro não tenha sofrido influências locais. O movimento no Brasil é híbrido:* rap *com um pouco de samba,* break *parecido com capoeira e grafite de cores muito vivas.*

CIÊNCIA E CULTURA, 2004 (Adaptação).

De acordo com o texto, o hip-hop é uma manifestação artística tipicamente urbana, que tem como principais características

A) a ênfase nas artes visuais e a defesa do caráter nacionalista.

B) a alienação política e a preocupação com o conflito de gerações.

C) a afirmação dos socialmente excluídos e a combinação de linguagens.

D) a integração de diferentes classes sociais e a exaltação do progresso.

E) a valorização da natureza e o compromisso com os ideais norte-americanos.

02. Bernice King, a filha do líder da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos Martin Luther King Jr. (1929-1968), celebrou a eleição de Barack Obama como presidente dos Estados Unidos e afirmou:

Eu sei que meu pai estaria orgulhoso pela grande quantidade de jovens que compareceram às urnas para que isto fosse possível. É um novo dia que começa nos Estados Unidos [...] *Isto significa que o trabalho pelo qual meu pai e minha mãe se sacrificaram não foi em vão. Fiquei muito nervosa esta noite e chorei à espera do anúncio.*

Folha de S. Paulo. 5 abr. 2008.
Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u464228.shtml> Acesso em: 19 abr. 2011 (Adaptação).

A comoção vivida por Berenice King em 2008, registrada anteriormente, foi compartilhada por milhões de estadunidenses que consideravam Barack Obama uma liderança capaz de

A) vingar as humilhações sofridas pelos negros estadunidenses, dizimando os tradicionais algozes da negritude.

B) frear a investida militar realizada outrora pelo presidente George W. Bush no Oriente Médio.

C) garantir a ampliação dos Direitos Humanos em diversas partes do planeta, a começar pela prisão de Guantánamo.

D) incorporar a luta dos afro-americanos, que, apesar de terem logrado certos direitos civis, ainda são discriminados.

E) defender os direitos dos milhões de latinos que habitam ilegalmente os Estados Unidos.

GABARITO

Fixação

01. B 02. C 03. E 04. D 05. C

Propostos

01. C 04. A 07. A
02. A 05. C 08. D
03. D 06. D 09. C
10. Ao mesmo tempo que os governos Reagan e Thatcher defendiam o neoliberalismo e a economia de livre-mercado, eles adotaram medidas de caráter protecionista em favor do nacionalismo.

Seção Enem

01. C 02. D

HISTÓRIA

Descolonização afro-asiática

MÓDULO 28 | FRENTE A

Após o término da Segunda Guerra Mundial, as nações que se sagraram vitoriosas no conflito comandaram um processo de reorganização de poderes. A partir desse novo contexto, marcado pela Guerra Fria, o mundo passou por transformações que alteraram profundamente a relação entre dominadores e dominados. Dessa forma, boa parte da África e da Ásia, que desde o século XIX se encontravam sob o domínio europeu, conquistou a sua independência, o que significou, na prática, a inserção de novos parâmetros geográficos, econômicos e culturais para a ordem mundial vigente.

Entre os elementos que nos permitem compreender a aceleração do processo de independência da África e da Ásia, pode-se ressaltar o enfraquecimento da Europa, que, por abrigar boa parte das batalhas travadas durante a Segunda Guerra, encontrava-se economicamente arrasada após o conflito. Mesmo os países europeus que haviam lutado ao lado dos Aliados e, assim, vencido o conflito passaram a depender dos investimentos estadunidenses para que pudessem reestruturar suas economias. Tal fraqueza, portanto, passou a ser um dos fatores que tornavam inviável a manutenção do domínio colonial europeu na África e na Ásia.

Concomitantemente à fragilização europeia, as duas grandes forças que à época disputavam a Guerra Fria – EUA e URSS – passaram a financiar parte dos processos de independência da África e da Ásia. A intenção das superpotências era aproveitar a perda da hegemonia europeia para buscar novas áreas de influência política, econômica e ideológica. Ora, em uma ordem bipolarizada, a ideologia que conquistasse maior abrangência mundial se sagraria a vencedora da Guerra Fria e, como a África e a Ásia eram continentes com uma grande população, a conquista destes era fundamental tanto para as pretensões capitalistas quanto para as socialistas.

Analisando as questões inerentes aos povos dominados, deve ser ressaltado, ainda, que as principais colônias francesas, inglesas, belgas e holandesas participaram da Segunda Guerra ao lado de suas metrópoles, cumprindo um papel fundamental na luta contra os países que formavam o Eixo. Aos colonos cabia o fornecimento de alimentos, de matéria-prima e, principalmente, de tropas, que, a princípio, formaram uma aliança com os metropolitanos. Ao final do conflito, entretanto, as diferenças vieram à tona, afinal, quando se aliaram às suas metrópoles, africanos e asiáticos lutaram em favor da democracia e da liberdade, mas, ao final da guerra, esses povos continuavam colonizados, contradição que os inspirou a lutar pela sua própria liberdade. Outro fator agravante que resultou dessa aliança foi a experiência militar adquirida pelos colonos, pois, quando as lutas emancipacionistas eclodiram, os povos colonizados lançaram mão dos conhecimentos apreendidos durante as batalhas para se desvincularem das suas metrópoles.

Por fim, cabe ressaltar que a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, também foi um elemento de suma importância para a descolonização afro-asiática. Já na carta de criação da ONU, figurava um dos princípios básicos que norteou os trabalhos da organização: o direito de autodeterminação dos povos. De acordo com esse princípio, toda nação tem o direito de se autogovernar e escolher seus próprios caminhos, guiando-se pelos valores democráticos e respeitando a liberdade dos outros povos. Posto que o documento foi assinado por todos os países pertencentes à ONU (entre os quais figuram as potências europeias que dominavam as regiões da África e da Ásia), a contradição ficava evidente, pois, se na teoria os europeus defendiam a liberdade dos povos, na prática a manutenção de colônias violava seus princípios declarados. Diante, portanto, da incoerência das nações imperialistas, estas passaram a sofrer duras críticas por parte dos seus colonos e também de diversas outras regiões, como os países livres da América e os países da Europa que não tinham colônias.

Pressionados e fragilizados, os impérios coloniais europeus ruíram na segunda metade do século XX, dando lugar aos países independentes que, de forma gradual, foram se formando e dando contornos a uma nova organização de poderes. É válido ressaltar, no entanto, que o processo de descolonização afro-asiático não foi homogêneo, fazendo-se necessária a análise de alguns casos específicos.

DESCOLONIZAÇÃO ASIÁTICA

Índia

O processo de independência da Índia teve início na década de 1920, sob a liderança de Mahatma Gandhi, defensor da não violência e da desobediência civil como estratégias para a conquista da liberdade. Ao invés do confronto direto com o Exército inglês, o movimento propunha a realização de greves, manifestações pacíficas, boicotes aos produtos ingleses e a desobediência às leis metropolitanas.

Um dos principais protestos ocorreu em 1930, quando, desafiando o monopólio do sal imposto pelos ingleses, Gandhi caminhou aproximadamente 400 quilômetros até o litoral e convocou a população a produzir seu próprio sal. Após uma série de greves de fome, prisões e discursos pacifistas, Gandhi atingiu o seu objetivo e a Inglaterra concedeu a independência à Índia, no dia 15 de agosto de 1947.

Gandhi

Apesar de atender aos anseios da maioria da população indiana, a libertação do país não eliminou as diferenças étnicas existentes naquela região, pois os hindus, que compunham mais de 60% da população, passaram a almejar o poder político da Índia através da atuação do Partido do Congresso. Já os muçulmanos, que representavam aproximadamente 25% da população, formaram a Liga Muçulmana, que propunha a divisão da Índia em dois Estados. Essa proposta agradava aos ingleses, que não desejavam a formação de um país muito forte no continente asiático.

Dessa forma, através de sua influência na ONU, a Inglaterra aderiu à causa muçulmana e conseguiu que a Índia fosse dividida em dois países: a União Indiana, hindu, tendo como primeiro-ministro Nehru, e o Paquistão, muçulmano, com seu território separado por 2 mil quilômetros que dividiam a ala oriental da ala ocidental do país.

Após a separação entre indianos e paquistaneses, a fragmentação da ex-colônia continuou, e, em 1948, a ilha de Ceilão, situada no extremo sul do país, se tornou independente, adotando o nome de Sri Lanka, país majoritariamente budista. Em 1971, foi a vez do Paquistão Oriental se separar do Paquistão Ocidental. O novo país, que assumiu o nome de Bangladesh, não teve dificuldades para conquistar o reconhecimento da sua independência por parte da Índia, que desejava enfraquecer os paquistaneses.

O mundo indiano após a independência

Em meio ao conturbado contexto de independência da Índia, Mahatma Gandhi, que defendia um espírito de cooperação entre as etnias indianas, foi assassinado no dia 31 de janeiro de 1948. Curiosamente, o assassino não era um paquistanês e sim um fanático hindu, que não concordava com a proposta de unificação pregada pelo líder da independência indiana. Naquele ano, portanto, morria o apóstolo da não violência e um dos homens mais cultuados pela humanidade.

Indonésia

A Indonésia, que desde o século XVI era uma colônia holandesa, foi invadida durante a Segunda Guerra Mundial pelos japoneses, que, a partir de então, passaram a ser vistos como os libertadores do povo indonésio. No entanto, a Segunda Guerra resultou na derrota do Eixo e, consequentemente, do Japão, o que, na prática, significava o retorno do controle da Indonésia para os holandeses. Não concordando com a nova imposição europeia, o líder nacionalista Ahmed Sukarno comandou uma rebelião em 1945 que resultou na Proclamação da República da Indonésia.

Assim como em outros países recém-independentes, a emancipação – que só foi reconhecida após quatro anos de guerra – não significou a imediata pacificação do país, já que, em 1965, Suharto, um general das Forças Armadas, depôs o então líder Ahmed Sukarno, juntamente com toda a alta cúpula do governo indonésio. Suharto, que governou o país ditatorialmente até 1998, acusou seus antecessores de manterem relações secretas com o governo comunista chinês, argumento que justificaria a sua ação impositiva.

Sob o comando de Suharto, a Indonésia adotou uma postura expansionista diante da região que a circundava. Dessa forma, em 1975, logo que os portugueses anunciaram a retirada das suas tropas de uma das suas ex-colônias asiáticas, o Timor-Leste, os indonésios a invadiram, assumindo o seu controle político. Criticada pela opinião pública internacional, a Indonésia recebeu o apoio incondicional dos Estados Unidos, que temiam que a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN) tomasse o poder no país. Além de desejar frear a expansão do socialismo na Ásia em um contexto de Guerra Fria, é importante ressaltar que o governo estadunidense era um importante aliado da ditadura implantada por Suharto, líder que representava a direita indonésia.

Em 1999, após a queda da ditadura de Suharto e do fim da Guerra Fria, a ONU organizou um plebiscito junto à população timorense para que esta pudesse decidir pela independência do Timor ou pela manutenção do controle indonésio sobre a região. Em virtude das décadas de dominação imposta pelos indonésios, os timorenses optaram pela formação de um país independente, escolha que desencadeou uma grande guerra civil, já que grupos paramilitares contrários a essa posição invadiram cidades, queimaram residências e mataram seus opositores. Foi necessária, portanto, a intervenção de forças de paz da ONU no Timor-Leste para que a estabilidade e a segurança do país fossem garantidas. Foi somente em 2002, quando Xanana Gusmão – antigo líder da luta pela independência – foi eleito presidente do país, que as tropas de paz da ONU se retiraram e passaram, definitivamente, o poder político para a população local.

Indochina

As pretensões emancipacionistas da Indochina, formada pelos atuais Vietnã, Camboja e Laos e que havia sido colonizada pela França, eram registradas desde o início do século XX, já que a administração francesa insistia em reunir em uma mesma colônia diversas etnias diferentes. Durante a Segunda Guerra Mundial, no entanto, a Indochina foi invadida pelos japoneses, que tentavam impor um domínio imperialista sobre a Ásia, domínio este que foi interrompido em 1945, quando, após a derrota do Japão, o controle da Indochina voltou para a administração francesa.

Diante do retorno à condição de colônia europeia e da consequente insatisfação popular por parte dos indochineses, o líder nacionalista Ho Chi Minh tomou a frente das lutas e proclamou a independência do Vietnã em 1945, ato que iniciou uma longa batalha entre a Indochina e a França. A solução para o conflito veio apenas em 1954, quando, após serem derrotados na batalha de Diem Bienphu, os franceses reconheceram a independência da região através da Conferência de Genebra. O acordo, mediado pelas grandes forças internacionais, previa a divisão da península indochinesa em quatro países independentes: Laos, Camboja, Vietnã do Norte e Vietnã do Sul.

Vietnã após a independência

Se a separação política do Camboja e do Laos era almejada pela própria população indochinesa, a fragmentação do Vietnã foi uma divisão unilateral que refletia claramente as disputas travadas durante a Guerra Fria, afinal, o Vietnã do Norte, que tinha como capital a cidade de Hanói, optou pela adoção do socialismo, enquanto o Vietnã do Sul, que tinha como capital Saigon, era vinculado ao bloco capitalista comandado pelos EUA. Vale ressaltar, ainda, que, de acordo com a Conferência de Genebra, em 1956 haveria a realização de um plebiscito junto aos vietnamitas do norte e do sul para que pudessem decidir sobre a reunificação ou não do país em um só regime. Temendo perder o plebiscito, devido ao prestígio de Ho Chi Minh, o primeiro-ministro do Vietnã do Sul, Ngo Dinh Diem, instalou uma ditadura no país, apoiada pelos Estados Unidos, e cancelou as eleições.

A atitude autoritária por parte do Vietnã do Sul fez com que os guerrilheiros comunistas que ali viviam, os vietcongs, se confrontassem com as tropas do governo de Saigon. O que a princípio parecia ser um simples levante popular tornou-se uma violenta guerra civil em 1959, quando o Vietnã do Norte, apoiado pela União Soviética e pela China, declarou guerra ao Vietnã do Sul, que, por sua vez, era apoiado pelos Estados Unidos. O conflito ganhou proporções tão grandes que, entre 1965 e 1968, mais de 500 mil soldados estadunidenses foram enviados ao Vietnã. Ainda assim, quem mais sofreu com o conflito foi a população civil, que era alvejada por meio da utilização de armas químicas, como o napalm e os desfolhantes.

Apesar do poderio bélico dos Estados Unidos e da utilização de armas de grande poder destrutivo, nos campos de batalha, eram os vietcongs e o Exército nortista que obtinham as maiores vitórias, por meio da utilização da densa vegetação vietnamita, que servia como subsídio adequado para a prática das táticas de guerrilhas. Assim, após registrar inúmeras baixas entre os seus soldados e diante da rejeição da opinião pública internacional, os Estados Unidos assinaram o Acordo de Paris (1973), por meio do qual se comprometiam a retirar as suas tropas da região. A guerra prosseguiu até 1975, quando o Vietnã do Norte tomou Saigon e reunificou o país sob o regime socialista.

DESCOLONIZAÇÃO AFRICANA

Antes de analisar casos específicos de emancipação de alguns países africanos, devemos nos lembrar de que grande parte dos problemas registrados ainda hoje nesse continente são heranças do imperialismo iniciado no século XIX. Desde então, para atender às necessidades metropolitanas, o continente africano passou a ser retalhado, havendo a junção de etnias rivais em um mesmo território ou mesmo a separação de etnias afins em colônias diferentes. Além disso, os europeus promoveram a exploração violenta das riquezas africanas e se empenharam em destruir parte da cultura desses povos em nome da ciência e do progresso. Dada, portanto, essa dominação ostensiva da África, a ação dos europeus foi efetiva não só no intuito de atender às suas necessidades econômicas, mas também serviu para que a resistência africana perante à dominação metropolitana fosse dificultada.

Se durante o século XIX os europeus conseguiram conter os levantes coloniais que exigiam a independência, ao final da Segunda Guerra Mundial, o quadro das relações entre a Europa e a África era bem diferente, afinal, com o declínio do eurocentrismo, os colonos conseguiram reunir elementos que favorecessem as lutas de libertação. Foi nesse contexto que o pan-africanismo ganhou uma grande repercussão. De acordo com os defensores dessa ideia, os povos africanos, tendo um destino e um inimigo comum, precisavam unir os seus esforços para vencer os desafios e impedir a dominação imperialista no continente.

Apesar do sonho de unidade africana e da ação de vários homens que lutaram pela aproximação das etnias daquele continente, as diferenças étnicas, culturais e econômicas dificultaram a construção de uma África unida e desenvolvida. Assim, mesmo com o processo de emancipação que se desenrolou entre as décadas de 1940 e 1970, a diminuição das desigualdades e do atraso econômico não se efetivou, situação que manteve a dependência econômica dos países recém-libertos junto às maiores nações industrializadas europeias.

Um caso singular ocorrido durante a descolonização africana foi o das colônias portuguesas, as últimas a se tornarem independentes. A longa ligação entre estas e a sua metrópole se explica pela longevidade do regime salazarista, que, caracterizando-se como uma pesada ditadura comandada pela extrema-direita, mantinha um rigoroso controle sobre as suas colônias, apesar dos excessivos gastos que isso gerava. Portanto, foi somente após a derrubada do regime, em 1974, que as regiões dominadas conseguiram concretizar os seus processos de independência. Em Moçambique, uma dessas colônias, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), assumiu o poder político em 1975, implantando, através da luta armada, o socialismo no país.

Outro caso interessante ocorreu em Angola, onde os dois principais grupos que haviam lutado pela independência do país passaram a disputar o comando político após a emancipação angolana. Assim, a ascensão do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – de orientação marxista e apoiado pela URSS e por Cuba, que tinha como líder Agostinho Neto –, assim como da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) – inicialmente de orientação marxista-maoísta, mas que se tornou anticomunista em virtude dos financiamentos recebidos da África do Sul e dos Estados Unidos –, passou a se tornar um ato estratégico para as superpotências que disputavam a Guerra Fria. Desse embate, os socialistas saíram vencedores, pois, já no ano da sua independência, Angola passou a ser governada pelo MPLA. Ainda assim, a implantação do socialismo na ex-colônia portuguesa acarretou uma violenta guerra civil, travada entre a MPLA e a UNITA, que se estendeu até meados de 2001, vitimando grande parte da população angolana.

A REAÇÃO DO TERCEIRO MUNDO

Diante do desejo das superpotências que disputavam a Guerra Fria de transformarem os países recém-independentes em zonas de influência para as suas ideologias, em 1955, alguns destes países realizaram, na Indonésia, a Conferência de Bandung. O intuito dessa reunião era condenar o imperialismo e o racismo praticados pelos europeus nos continentes africano e asiático durante o neocolonialismo. Além disso, os países participantes, vinte e nove ao todo, declararam-se na condição de não alinhados à Guerra Fria; segundo eles, era direito de cada país escolher o seu regime, fosse ele capitalista ou socialista, mas sem se submeter à influência dos Estados Unidos ou da União Soviética. Os outros objetivos definidos durante a Conferência de Bandung pelos não alinhados foram:

- discutir problemas que ameaçassem a soberania nacional, como o colonialismo;
- contribuir para o processo de paz mundial;
- estudar problemas comuns (econômicos, sociais e culturais);
- desenvolver a cooperação e a boa vontade entre as nações afro-asiáticas.

Apesar dos seus claros objetivos políticos, a Conferência de Bandung trouxe à tona um antigo problema, porém com novas perspectivas: o conflito entre os ricos e pobres, afinal, a intenção dos não alinhados era mudar a posição dos povos que outrora haviam sido dominados. A única saída para as ex-colônias, portanto, seria aderir aos objetivos traçados em Bandung para que a África e a Ásia se tornassem, enfim, continentes prósperos política e economicamente. O projeto dos não alinhados, entretanto, não foi concretizado e, diante da redefinição da ordem mundial, a maior parte das ex-colônias continuou figurando em posições desprivilegiadas no contexto internacional.

LEITURA COMPLEMENTAR

A tomada de consciência dos povos colonizados

A Segunda Guerra Mundial desempenhou um papel fundamental no movimento de revolta das colônias contra as metrópoles. A França, a Bélgica, a Holanda e a Inglaterra estavam envolvidas num conflito de vida e de morte que comprometia a sua própria sobrevivência como países e como nações. No caso dos três primeiros, sob ocupação militar alemã, desde 1940, coube aos movimentos de resistência antifascista, liderados ou inspirados pela estratégia britânica de luta desesperada contra a Alemanha e, a partir de 1942, pelas organizações comunistas nos países ocupados, buscar o apoio das colônias.

No caso do norte da África, sobretudo após a campanha das tropas blindadas do general alemão Erwin Rommel (1891-1994) – o Afrika Korps (1941-1943) – no Saara, tendo como alvo o Egito e o Canal de Suez, pôde a Inglaterra revidar o ataque, com a brilhante participação das tropas francesas resistentes ao governo colaboracionista de Vichy e o apelo às populações locais. A vitória das tropas francesas em Bir-Hakeim (Líbia, junho de 1942), por exemplo, após 16 dias de cerco por parte do general Rommel, foi decisiva para a recuperação do prestígio francês na região.

Por outro lado, as dificuldades militares por que estavam passando as até então poderosas metrópoles foram muito importantes para enfraquecer a imagem das potências colonizadoras junto a seus colonizados. Começava a ficar seriamente abalado o mito da superioridade do homem branco. A entrada do Japão na guerra (dezembro de 1941) em decorrência do ataque a Pearl Harbor, base dos Estados Unidos no Pacífico, iria comprovar, mais uma vez, que os outros povos da Terra, que não estavam incluídos, segundo a ideologia dominante do colonizador europeu, entre os dominadores eleitos, seriam capazes de enfrentar os invencíveis da véspera. As vitórias japonesas no continente asiático e no Pacífico, sobre holandeses, ingleses, franceses e americanos, foram contundentes. Assim, a extensão do conflito europeu ao norte da África, ao continente asiático e ao Pacífico passara a envolver, direta ou indiretamente, outros povos e outras regiões julgadas, até então, inatingíveis. A guerra se tornara mundial; no seu bojo, emergiam e se multiplicavam as aspirações de independência dos povos dominados.

REIS FILHO, Daniel Arão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). *O século XX*: o tempo das crises. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFTM-MG–2010) Leia um trecho do Comunicado Final da Conferência de Bandung, de abril de 1955.

Em verdade, todas as nações deveriam ter o direito de escolher livremente seus próprios sistemas político e econômico e seu próprio modo de vida, conforme os princípios e objetivos das Nações Unidas.

MATTOSO, Kátia M. de Q. *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea*: 1789-1963.

O trecho revela que essa conferência norteou-se

A) pela ideia de que a economia de mercado mostra-se compatível com as nações desenvolvidas, mas não cabe às subdesenvolvidas.

B) pela defesa intransigente do liberalismo econômico como único caminho possível para a superação da dependência econômica.

C) pelos interesses das antigas potências imperialistas na preservação dos tradicionais espaços de exploração econômica.

D) pelo não alinhamento automático às políticas das duas grandes potências do Pós-Guerra: Estados Unidos e União Soviética.

E) pela concepção pacifista de que as independências afro-asiáticas deveriam ser construídas em negociação com as metrópoles.

02. (PUC Minas–2006) Em 1955, realizou-se na Indonésia a Conferência de Bandung, quando os governantes dos países afro-asiáticos se reuniram para tomar posição diante da bipolarização do mundo, produzida pela Guerra Fria. É **CORRETO** afirmar que essa Conferência resultou

A) na indicação dos rumos da política a ser seguida pelos países não alinhados, para se aproximarem dos interesses das grandes potências.

B) no alinhamento dos países do chamado "Terceiro Mundo" ao bloco socialista contra a hegemonia norte-americana.

C) na garantia de neutralidade dos países participantes frente às disputas que envolviam as duas superpotências.

D) no apoio à política externa norte-americana para impedir que o modelo socialista se estendesse pela América Latina.

03. (PUC Minas) A descolonização da África negra tem relação com os seguintes fatores, **EXCETO**

A) o apoio dado aos países africanos pela ONU, visando, inclusive, a evitar um novo conflito mundial.

B) a ação desempenhada na ONU pelos países africanos já independentes, reivindicando o fim do colonialismo.

C) o vertiginoso crescimento dos movimentos nacionalistas africanos contra a permanência da dominação das metrópoles europeias.

D) o estímulo dado pela emancipação da Índia, então sob o domínio inglês, e dos países do Sudeste Asiático.

E) a iniciativa do governo português, que concedeu a independência para as suas colônias na África, mediante acordos pacíficos.

04. (Unimontes-MG–2010) *A honra da Índia foi simbolizada por um punhado de sal na mão de um homem da não violência. O punho que contém o sal pode ser cortado, mas não largará o sal.*

GANDHI, Mohandas. *Apud* ARRUDA, J. J. A.; PILETTI, N. *Toda a história*. São Paulo: Ática, 1997. p. 339.

Acerca do processo histórico que culminou com a independência da Índia, considere as afirmativas seguintes:

I. A luta pela independência incluía, entre outros fatores, a recusa em consumir produtos de origem inglesa.

II. A “filosofia” pacifista de Gandhi fazia concessões ao uso da violência quando esta era usada como legítima defesa.

III. A execução de Gandhi pelos colonizadores, mesmo após a independência, mostra o limite da eficácia da sua estratégia pacifista.

IV. As divisões internas entre muçulmanos e hindus foi um dos obstáculos à mobilização nacional e resultaram na divisão entre Índia e Paquistão, após a saída dos ingleses.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) I e IV, apenas.

C) III e IV, apenas.

D) II e III, apenas.

05. (UEMG–2008) Observe atentamente a charge e a seguir responda à questão sobre a História da África.

Diálogo entre países ricos e pobres

Disponível em: <www.uol.com.br/angeli>.

Em todos os conflitos africanos, a seguir focalizados, a violência foi estimulada por ressentimentos provocados pela interferência estrangeira dos países ricos. Assinale a alternativa que apresenta um conflito cujo componente étnico-cultural foi mais significativo do que a herança do domínio estrangeiro.

A) Processo de guerra civil após a independência de Angola, iniciado após a Revolução dos Cravos, na década de 1970, onde grupos políticos de esquerda MPLA e UNITA tinham ligações com a produção de petróleo e diamantes.

B) Conflito e perseguição coordenada pelas milícias *janjaweed* no Sudão, patrocinadas pelas influentes correntes terroristas muçulmanas dispostas a erradicar minorias cristãs no sul do país em Darfour, onde existe uma forte produção de petróleo.

C) Massacres étnicos entre hutus e tutsis em Ruanda, apoiados sobre crenças fundamentalistas de caráter nativista, que eclodiu em 1994 com uma guerra civil por disputa de fronteiras.

D) Extremismo islâmico na Argélia, ex-colônia francesa fornecedora de petróleo em grandes quantidades e que, após a independência em 1962, tornou-se, após o Irã, a segunda república islâmica no mundo.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFPE) Na África, as lutas contra a opressão das grandes potências têm sido uma marca histórica inesquecível, mostrando as muitas contradições da Modernidade. Dentro desse contexto, foi relevante o movimento de libertação da Argélia, iniciado em 1954, e tema do filme de Gillo Pontecorvo, *A batalha de Argel*. Esse movimento

A) contou com a pouca organização da população, mas teve a participação, nas lutas militares, de outras potências europeias, como a Inglaterra e a Alemanha.

B) teve a participação ativa da Frente de Libertação Nacional, com apoio popular expressivo na luta militar contra os opressores coloniais.

C) fracassou militarmente, devido à falta de ajuda de outros povos que também lutavam contra a colonização europeia e não tinham recursos técnicos para atacar os adversários de forma sistemática.

D) apenas foi concluído no início dos anos 1970, graças à vitória da Frente de Libertação, com sua guerrilha urbana atuante e o apoio dos soviéticos.

E) não teve a participação dos nacionalistas, sendo mais um confronto de conteúdo político e econômico, baseado nos interesses dos franceses de não saírem da África.

02. (FUVEST-SP) Portugal foi o país que mais resistiu ao processo de descolonização na África, sendo Angola, Moçambique e Guiné-Bissau os últimos países daquele continente a se tornarem independentes. Isto se explica

A) pela ausência de movimentos de libertação nacional naquelas colônias.

B) pelo pacifismo dos líderes Agostinho Neto, Samora Machel e Amílcar Cabral.

C) pela suavidade da dominação lusitana baseada no paternalismo e na benevolência.

D) pelos acordos políticos entre Portugal e África do Sul para manter a dominação.

E) pela intransigência do salazarismo somente eliminada com a Revolução de Abril de 1974.

03. (UFV-MG) O vasto império colonial português na África, cujas origens se encontram na expansão ultramarina no século XV, começou a ruir a partir da década de 50 do século XX, quando suas colônias iniciam as lutas pela independência. Esse processo estava associado ao fim do imperialismo e do colonialismo, com a emancipação das colônias europeias na África e na Ásia. Entre as opções a seguir, assinale aquela que **NÃO** está diretamente associada ao fim do imperialismo e do colonialismo afro-asiático.

A) A ampliação do poder econômico e político dos Estados Unidos e da União Soviética.

B) As transformações políticas, econômicas, sociais e ideológicas causadas pela Segunda Grande Guerra.

C) A ampliação dos movimentos de caráter nacionalista.

D) O declínio da hegemonia europeia iniciado na Primeira Guerra Mundial.

E) As pressões da China comunista pela ampliação de sua área de influência na Ásia e na África ocidental.

04. (UFES) *O presidente sul-africano ficou surpreso ao saber que, no Brasil, o maior país de população negra fora da África, se fala uma só língua e se pratica o sincretismo religioso.*

O GLOBO – 23 set. 1998.

O texto se refere à visita ao Brasil do presidente sul-africano Nelson Mandela, que combateu duramente os sérios problemas enfrentados pela África do Sul após se libertar da sujeição efetiva à Inglaterra. Uma das dificuldades por que passou o país foi a política de *Apartheid*, que consistia no(a)

A) resistência pacífica, que previa o boicote aos impostos e ao consumo dos produtos ingleses.

B) radicalismo religioso, que não permitia aos brancos professar a religião dos negros, impedindo o sincretismo religioso que interessava aos ingleses.

C) manutenção da igualdade social, que facilitava o acesso à cultura a brancos e negros, desde que tivessem poder econômico e político.

D) segregacionismo oficial, que permitia que uma minoria de brancos controlasse o poder político e garantisse seus privilégios diante da maioria negra.

E) desarmamento obrigatório para qualquer instituição nacional e exigência do uso exclusivo do dialeto africano nas empresas estrangeiras.

05. (FUVEST-SP–2010) Cartaz de 1994 da campanha de Nelson Mandela à Presidência da África do Sul.

"Mandela para presidente – a escolha do povo"

Essa campanha representou a

A) luta dos sul-africanos contra o regime do *Apartheid* então vigente.

B) conciliação entre os segregacionistas e os partidários da democracia racial.

C) proposta de ampliação da luta *Antiapartheid* no continente africano.

D) contemporização diante dos atos de violência contra os Direitos Humanos.

E) superação dos preconceitos raciais por parte dos africânderes.

06. (UNIRIO-RJ) A descolonização do continente africano, a partir de 1950, libertou nações do imperialismo. Entretanto, não solucionou os problemas estruturais de diversos países do continente. Sobre os países africanos descolonizados, é **CORRETO** afirmar que,

A) em Ruanda, ao processo de independência, conquistada em 1962, seguiu-se a criação de um governo de coalizão popular que, apoiado por investimentos ocidentais, extinguiu as rivalidades étnicas e as guerras tribais.

B) em Angola, a prolongada guerra civil após a independência, em 1975, provocou a intervenção da ONU no conflito, com a participação de soldados brasileiros, cujo objetivo era desarmar a guerrilha e auxiliar na reconstrução do país.

C) em Moçambique, que alcançou a independência em 1975, o movimento guerrilheiro de inspiração socialista FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), apoiado pela União Soviética, conquistou a gestão das regiões auríferas da Rodésia.

D) na Argélia, independente em 1962, após o fracasso das tentativas de estabelecimento da democracia com as recentes eleições, ocorreu o golpe de estado dos fundamentalistas muçulmanos.

E) na Namíbia, a fraqueza política e econômica dos governos posteriores à independência, ocorrida em 1990, facilitou a invasão militar, com a anexação de seu território pela África do Sul.

07. (Unicamp-SP–2006) *O pan-africanismo, surgido no final do século XIX, foi fundamental para a tomada de consciência das elites culturais africanas em relação às questões econômicas, sociais, políticas e culturais do continente. A idéia de nação continental, que surgiu como sinônimo de solidariedade da raça negra, apresentava ao mundo o que significa ser africano, incluindo dois legados: o resgate da África pelos africanos e a idéia de pátria comum de todos os negros em solo africano, com supostos valores comuns para se pensar estruturas políticas autônomas.*

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula:* visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 157 (Adaptação).

A) Por que a recriação de valores comuns foi útil ao pan-africanismo?

B) A ocupação do continente africano pelos europeus se relaciona a dois processos históricos: o colonialismo do século XVI e o imperialismo do século XIX. **CITE** duas características de cada um desses processos que os diferenciem.

08. (UFMG) As três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial foram marcadas pela descolonização da Ásia e da África.

1. **INDIQUE** dois fatores que estimularam esse processo.
2. O movimento de independência da Índia, dentro do contexto mais amplo da descolonização, adotou uma estratégia singular. **INDIQUE** qual foi essa estratégia e **EXPLIQUE** a forma como foi adotada.
3. Os conflitos políticos e étnicos que vêm ocorrendo nos países africanos, desde as respectivas independências, têm relação com o processo de colonização do continente pelas metrópoles europeias. **JUSTIFIQUE** essa afirmativa.

09. (UFRJ–2007) *A não-violência é a maior força e a mais ativa do mundo. Não se pode ser passivamente não-violento* [...] *Uma pessoa que sabe expressar* ahimsa *(não-violência) em sua vida exerce uma força superior a todas as forças da brutalidade* [...]

Mahatma Gandhi (1869-1948).
Rio de Janeiro: Paz e Terra, ano II, n. 6, abril, 1968.

A) **CITE** dois tipos de ações que caracterizavam a estratégia de não violência utilizada por Gandhi no processo de luta pela independência da Índia.

B) **IDENTIFIQUE** dois fatores relacionados ao contexto da política internacional do período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial que favoreceram a emergência de movimentos de independência das colônias europeias na Ásia.

10. (UFRJ–2006)

Declaração de compromisso

Nós, abaixo assinados, membros activos (no exterior de nossos países africanos) das seguintes organizações patrióticas: "Movimento Popular de Libertação de Angola", "União das Populações de Angola" (UPA), "Partido Africano da Independência" da Guiné (PAI) e "Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional das Colônias Portuguesas" (FRAIN) que coordena a acção revolucionária dos patriotas africanos, concordamos no seguinte, depois da reunião realizada em Tunis, em 31 de janeiro de 1960:

1. *As nossas organizações decidiram numa acção conjunta na luta contra o colonialismo português, decisão que temos provas e deveremos cumprir patrioticamente.*
2. *A personalidade, a doutrina e a independência de cada uma de nossas organizações pode ser mantida através desta acção conjunta.*
3. *Impõe-se estabelecer o mais cedo possível um programa concreto de acção para 1960 e que conduza os nossos povos à independência no mais breve espaço de tempo possível.*

[...] *Feito em Tunis, aos 31 de janeiro de 1960, último dia da Conferência dos Povos Africanos.*

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Veja, 1999.

Esse documento revela o projeto de alguns líderes de movimentos de libertação das colônias portuguesas de obter a independência de seus países para breve. No entanto, essas independências somente ocorreram quinze anos mais tarde, em 1975, ao contrário do que planejavam e do que aconteceu na maioria das colônias europeias na África – que se libertaram na década de 1960.

A) **IDENTIFIQUE** uma razão que tenha contribuído para a demora da obtenção da independência das colônias portuguesas.

B) **CITE** um problema, de ordem política interna, que as ex-colônias portuguesas tiveram de enfrentar no imediato pós-independência.

SEÇÃO ENEM

01. O processo de descolonização afro-asiática foi determinado por eventos que se desenharam na Segunda Guerra Mundial, entre eles a criação da ONU, a participação das colônias na Guerra ao lado de suas metrópoles e a própria bipolarização mundial. Diante dessas mudanças promovidas pela Segunda Guerra, podemos afirmar que as independências da Ásia e da África foram favorecidas pelo(a)

A) apoio recebido das superpotências, Estados Unidos e União Soviética, que desejavam conquistar áreas de influência para suas ideologias.

B) falta de apoio da Organização das Nações Unidas, uma vez que esta era comandada pelas potências que detinham domínio colonial na África e na Ásia.

C) ausência das colônias no conflito mundial, o que lhes deu tempo de preparar as lutas contra o domínio das metrópoles que participavam da Guerra.

D) falta de interesse dos Estados Unidos, principal potência mundial, em apoiar as independências, uma vez que sua preocupação era conter o avanço soviético.

E) atraso econômico dessas regiões, que não despertavam o interesse econômico das grandes potências capitalistas vitoriosas na Segunda Guerra.

02. (Enem–2010)

Disponível em: www.culturabrasil.org.br. Acesso em: 28 abr. 2010.

A foto revela um momento da Guerra do Vietnã (1965-1975), confronto militar cuja cobertura jornalística utilizou, em grande escala, a fotografia e a televisão. Um dos papéis exercidos pelos meios de comunicação na cobertura dessa guerra, evidenciado pela foto, foi

A) demonstrar as diferenças culturais existentes entre norte-americanos e vietnamitas.

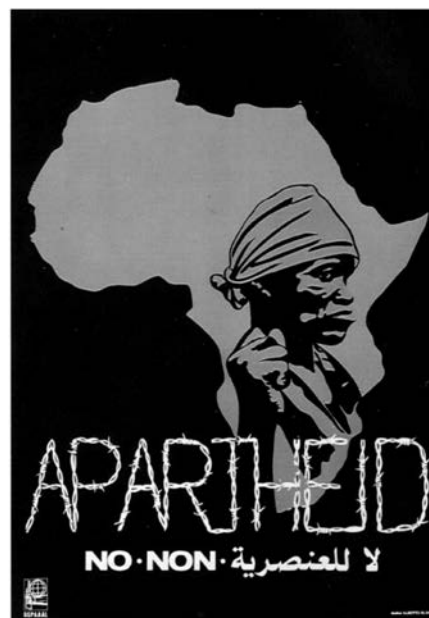
B) defender a necessidade de intervenções armadas em países comunistas.

C) denunciar os abusos cometidos pela intervenção militar norte-americana.

D) divulgar valores que questionavam as ações do governo vietnamita.

E) revelar a superioridade militar dos Estados Unidos da América.

03. [...] *toda a cultura de dominação branca foi substituída por uma nova cultura de celebração da liberdade e da igualdade racial. Os museus, os nomes das ruas, as instituições públicas, tudo está hoje voltado a esclarecer às gerações presentes sobre os crimes do* Apartheid *e os horrores da escravidão que levou da África 8 milhões de negros e em cuja captura morreram outros 40 milhões.* [...]

Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/24/apartheid-nunca-mais>. Acesso em: 13 out. 2010.

Disponível em: <http://www.portalhoje.com/segregacao-naoapartheid-nunca-mais/1434516>. Acesso em: 13 out. 2010.

O *Apartheid* terminou, porém algumas de suas marcas ainda permanecem na sociedade sul-africana. É considerada uma herança desse período

A) a predominância de população branca sobre a população negra na África do Sul.

B) a exclusividade de brancos nos altos escalões do governo sul-africano em detrimento dos negros.

C) a persistência de altos índices de pobreza e criminalidade entre a população negra.

D) a persistência de bairros de brancos e outros de negros em que o livre trânsito não é permitido.

E) a proibição, por parte do governo, da entrada de negros oriundos de outros países na África do Sul.

GABARITO

Fixação

01. D 02. C 03. E 04. B 05. C

Propostos

01. B
02. E
03. E
04. D
05. A
06. B
07. A) Os valores comuns possibilitam, como em qualquer sistema de integração, a garantia de uma certa unidade que permite o reconhecimento como membro de um grupo. Assim, essa identidade garantiria um cenário de resistência à incursão europeia manifestada de maneira mais aguda no final do século XIX em solo africano.

    B) Colonialismo do século XVI:
    - Ocupação apenas litorânea
    - Comércio limitado à prática do escambo com grupos tribais africanos

    Imperialismo do século XIX:
    - Ocupação do interior do continente
    - Ampliação da exploração continental, com destaque para o extrativismo mineral e a obtenção de recursos energéticos (petróleo e carvão)

08. 1. Após a Segunda Guerra Mundial, as principais nações europeias – que até então se mantinham como metrópoles de colônias na África e na Ásia – encontravam-se arrasadas, o que abriu espaço para os processos de descolonização. Outro motivo que pode ser ressaltado é a capacidade de mobilização dos colonos que, desde o século XIX, comandavam lutas de resistência à colonização.

    2. As lutas em prol da independência indiana, comandadas por Mahatma Gandhi, caracterizaram-se pela resistência pacífica. Assim, ao invés de pegarem em armas para expulsar os metropolitanos, os indianos optaram por estratégias como o boicote aos produtos ingleses e a desobediência às leis impostas pelos metropolitanos.

    3. Durante a Conferência de Berlim, as principais potências europeias realizaram a divisão do continente africano de forma impositiva, ou seja, observando somente os interesses metropolitanos. Tal atitude resultou na união de etnias distintas em um mesmo Estado, assim como na separação de etnias aliadas em Estados diferentes. Se, durante o processo colonial, os europeus conseguiram manter uma relativa ordem no continente através da força, assim que houve a descolonização e a retirada das forças europeias da África, iniciaram-se diversos conflitos étnicos que, além de serem claros reflexos da divisão realizada no século XIX, estendem-se até os dias atuais.

09. A) A estratégia de não violência incluía a desobediência civil (*satyagraha*), marcada por ações como a não cooperação com as autoridades inglesas ou seus representantes indianos, o não pagamento de impostos, o boicote aos produtos ingleses (especialmente aos tecidos industrializados) e a consequente opção pela produção artesanal de tecidos, dentre outras. Pode-se citar ainda greves, passeatas, comícios, jejum, palestras e peregrinações.

    B) Considerando o contexto político internacional do imediato Pós-Guerra, pode-se destacar: influência das ideias e valores do liberalismo ocidental (defesa da liberdade e da democracia); declínio de potências coloniais, como França e Grã-Bretanha, devido aos elevados custos implícitos à guerra; fortalecimento da URSS, expandindo os efeitos da Revolução Russa e do marxismo-leninismo; criação da ONU e aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, através das quais as reivindicações dos povos asiáticos assumiram feição de legalidade jurídica; Guerra Fria e ascensão dos EUA e da URSS como superpotências, as quais, visando aumentar suas áreas de influência, viam o colonialismo europeu como um obstáculo a ser superado.

10. A) Entre outras razões, pode-se citar: resistência do governo salazarista em negociar a transição para a independência, realizando ações repressivas e de combate aos movimentos de libertação, inclusive com auxílio de outros países; dificuldades internas dos movimentos de libertação dos países em se unir.

    B) Entre outros problemas, pode-se citar: dificuldade de união com outros movimentos de libertação do próprio país; presença de grupos guerrilheiros financiados desde o exterior, bem como de países vizinhos (caso da África do Sul com relação a Angola), combatendo os grupos vitoriosos na luta de independência; falta de comunicação com as comunidades distantes dos centros urbanos; conflitos de base étnica com longa história.

Seção Enem

01. A 02. C 03. C

HISTÓRIA

América Latina no século XX

MÓDULO 29

FRENTE A

As economias latino-americanas se desenvolveram, ao longo de sua história, baseadas na exploração de recursos naturais, tais como a extração mineral e a agroexportação. No século XX, as transformações ocorridas nos campos político, cultural e econômico no restante do planeta acabaram se refletindo no desenvolvimento histórico cursado pela América Latina. As duas Grandes Guerras, por exemplo, contribuíram para acelerar o processo de modernização de vários campos, como a ciência e a tecnologia.

A Guerra Fria também favoreceu esse processo, pois, para evitar o avanço do socialismo no continente, os Estados Unidos destinaram 20 bilhões de dólares para investir no capitalismo latino-americano. Vale ressaltar, entretanto, que a chamada Aliança para o Progresso – como ficou conhecida essa integração entre os Estados Unidos e os latinos – acabou gerando maior dependência e endividamento da América Latina, uma vez que 90% desse capital foram ofertados em forma de empréstimos.

Além da maior dependência externa, a abertura dos países latinos ao capital estrangeiro gerou ainda a entrada das grandes multinacionais no setor de bens de consumo e uma progressiva internacionalização da economia. Dessa forma, para que pudessem manter um certo desenvolvimento, os governos latino-americanos tiveram de encontrar maneiras de conter a inflação, que crescia de forma assustadora no final do século XX.

Outro problema enfrentado pela América Latina durante sua inserção na ordem capitalista mundial foi a existência de grandes desigualdades sociais, o que se deve ao seu passado colonial e à manutenção de uma elite extremamente atrelada a seus privilégios. Dessa forma, os conflitos sociais, a marginalização política e os baixos indicadores socioeconômicos também podem ser citados como problemas que ainda hoje atormentam os países latino-americanos.

MÉXICO

Revolução Mexicana

O México foi um dos primeiros países no século XX a passar por uma revolução social. No início do século, a maior parte da população mexicana era camponesa e alijada da propriedade de terras, havendo uma concentração fundiária enorme. O país foi governado, entre 1876 e 1911, por Porfirio Díaz, um ditador ligado aos interesses estadunidenses e, por isso, conivente com a desigualdade social de seu país. A liberdade de expressão era limitada (apenas 4% da população votavam), os índices de analfabetismo ultrapassavam os 71% dos mexicanos e a inflação atrelada à corrupção aumentava a cada dia.

Os abusos cometidos pela ditadura porfirista geraram um contexto propício às revoltas, tanto que, em maio de 1911, uma rebelião – liderada por Francisco Madero e apoiada por setores da esquerda – se alastrou pelo país e levou à renúncia e à fuga de Porfirio Díaz. O comando do país foi entregue ao líder da rebelião, Madero, que, apesar do respaldo inicial, se indispôs diante da população mexicana por não realizar as reformas sociais esperadas.

Dessa forma, a rebelião se aprofundou e tomou uma feição campesina, em especial quando os camponeses começaram a atacar os grandes latifundiários nacionais e estrangeiros no país. No alto comando dos rebeldes, destacaram-se Emiliano Zapata e Pancho Villa, camponeses que, ao ocupar e dividir os latifúndios com as massas populares, conquistavam um grande carisma junto aos mexicanos menos favorecidos.

Revolucionários mexicanos

Em sequência à luta camponesa, Madero foi assassinado e a Presidência foi ocupada por vários nomes que não conseguiram manter a ordem interna, em um cenário de intensa luta social. Atuando no sul do país, Zapata propôs o Plano de Ayala, que tinha como objetivo a devolução das terras às comunidades indígenas e a expropriação de 1/3 das grandes propriedades, que deveriam ser divididas entre a população camponesa sem-terra. De acordo com o líder campesino, aquela seria a única forma de fazer justiça com o povo mexicano, que, após beneficiado, cessaria as suas lutas.

Visando, portanto, à pacificação mexicana, em 1917, foi promulgada uma nova Constituição, que, atendendo parte das reivindicações zapatistas, previa dispositivos como a nacionalização do subsolo e o direito do governo de expropriar bens particulares para atender ao interesse público. Vale ressaltar que, se por um lado, os camponeses foram relativamente beneficiados pela nova Carta Constitucional, por outro, eles perderam seus grandes líderes: Zapata, assassinado em 1919, e Villa, em 1923. Aqueles atos extremos representaram um duro golpe ao movimento revolucionário, que, sem uma liderança forte, passou a se contentar com as concessões realizadas pelos presidentes que a partir de então governaram o México. Mesmo com essa mudança de cenário, os ideais zapatistas ainda seriam resgatados posteriormente em prol dos mexicanos menos favorecidos.

México pós-revolucionário

Apesar dos avanços trazidos pela Constituição de 1917, foi durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940) que ocorreu a maior reforma agrária do México. Naquele período, houve a distribuição de terras para os camponeses sob a forma de *ejidos* – cada parcela de terra distribuída possuía caráter coletivo, sendo que os indivíduos só poderiam utilizá-la enquanto membros da coletividade. Os *ejidos*, entretanto, não recebiam apoio governamental e, por isso, muitos deles foram abandonados por mexicanos que se transferiram para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida.

Em 1938, em outra ação polêmica, Cárdenas surpreendeu o mundo ao nacionalizar as empresas petrolíferas estrangeiras que atuavam no México, criando, para suprir a demanda, a Pemex (Petróleos de México S/A), que passou a exercer o monopólio sobre a extração do petróleo mexicano. A postura nacionalista adotada pelo presidente mexicano (contemporâneo de Getúlio Vargas no Brasil) era condizente com o contexto internacional, afinal, os Estados Unidos, ameaçados pelo Japão no Pacífico, encontravam-se impossibilitados de agir no México no intuito de garantir seus interesses.

Internamente, a política bem-sucedida de Cárdenas fez com que o seu partido, PRI (Partido Revolucionário Institucional), dominasse a política mexicana através da ocupação da Presidência e dos principais cargos administrativos do país. Essa hegemonia política só acabou no final da década de 1990, quando o partido sofreu uma cisão, dando origem a outras legendas, como o Partido de Renovação Democrática, dissidência de esquerda do PRI.

Ainda na década de 1990, o México entrou para o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), que previa a aproximação econômica do país com os Estados Unidos e com o Canadá. Apesar da euforia inicial, tal prática, de cunho neoliberal, evidenciou as desigualdades e a insatisfação da população mexicana, tanto que, em 1994, um ano após a entrada do México no bloco, houve a deflagração de uma crise econômica ("Efeito Tequila"), em virtude da grande dependência criada entre a economia mexicana e as economias canadense e estadunidense. Imediatamente, vários órgãos internacionais e países, como o Brasil, ajudaram o México a se reerguer. Entretanto, no cenário interno do país, a expansão do desemprego e da miséria criou um clima propício às manifestações populares.

Foi nesse contexto, portanto, que, inspirado nas ideias de Emiliano Zapata, um grupo de guerrilheiros indígenas organizou o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional). Os chamados neozapatistas, comandados por um líder que se autodenominava subcomandante Marcos (cuja real identidade permanece incerta), lutavam contra o imperialismo dos Estados Unidos e contra a política neoliberal adotada pelo governo mexicano.

VillaPhotography / Creative Commons

Subcomandante Marcos

Uma das maiores conquistas do EZLN ocorreu em 1994, quando os rebeldes tomaram a região dos Chiapas, que ainda hoje apresenta um dos maiores indicadores de desigualdade social no México. Para conter os neozapatistas, o governo mexicano teve de fazer concessões e, assim, negociar a realização dos últimos processos eleitorais na região.

Apesar da aparente inatividade atual do EZLN, as negociações no México continuam. A resistência política do Congresso em aceitar uma maior autonomia para as comunidades indígenas, entretanto, ainda é um dos grandes empecilhos para que haja uma solução pacífica e definitiva para as camadas mexicanas menos favorecidas.

CUBA

Revolução Cubana (1959)

No período anterior à Revolução Cubana, Cuba era governada pelo ditador Fulgêncio Batista, comprometido com os interesses dos Estados Unidos. Em 1959, um grupo de guerrilheiros, liderados por Fidel Castro e Che Guevara, que lutavam contra a ditadura a partir de bases rurais, tomou o poder da ilha. Logo que assumiu, o novo governo decretou a reforma agrária e a nacionalização de diversas empresas estadunidenses instaladas em território cubano.

Em 1961, após uma série de retaliações por parte dos Estados Unidos, Fidel implantou o socialismo em Cuba, trazendo sérias implicações para a política e para a economia cubanas. Economicamente, quando os estadunidenses decretaram o embargo ao país, foi necessário o auxílio financeiro da União Soviética para que os cubanos pudessem se sustentar. Apoiado, portanto, pelos soviéticos, o regime castrista conseguiu combater o analfabetismo, realizar grandes investimentos em educação e saúde, melhorar os indicadores sociais e se consolidar na liderança de alguns setores, como a medicina e os esportes olímpicos.

Nacionalização progressiva dos setores econômicos em Cuba (%)

Setores	1961	1963	1968
Agricultura	37	70	70
Indústria	85	95	100
Construção	80	98	100
Transporte	92	95	100
Comércio	52	75	100
Comércio no atacado	100	100	100
Sistema bancário	100	100	100
Educação	100	100	100

RODRIGUEZ. 1980, p. 168. In: AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução cubana.* São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

Produção de bens duráveis em Cuba

Produtos	1958	1974
Geladeiras	Não produzia	42 000
Rádios	"	24 000*
Televisores	"	20 000
Fogões domésticos	"	145 000
Panelas de pressão	"	414 000*
Ônibus	"	1 249

** Dados de 1973*

RODRIGUEZ. 1980, quadro 6. Dados oficiais cubanos apresentados por Erisman. 2002, tabela 1. In: AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução cubana.* São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

Crise dos mísseis (1962)

Após a consolidação da aliança entre Cuba e a URSS, os Estados Unidos, que protagonizavam a Guerra Fria junto aos soviéticos, passaram a considerar os cubanos como inimigos perigosos, dada a proximidade daquela ilha com o território norte-americano. Em 1961, portanto, liderado por John Kennedy, o governo estadunidense comandou uma série de retaliações à Cuba, chegando, inclusive, a patrocinar alguns exilados cubanos para que estes pudessem invadir a ilha e depor Fidel Castro do poder.

Mesmo diante do fracasso da investida à ilha – que ficou conhecida como a Invasão da Baía dos Porcos –, as constantes hostilidades ocorridas na região do Caribe levavam o mundo a crer que um conflito armado se aproximava. As tensões aumentaram ainda mais em 1962, quando, durante uma das espionagens realizadas pelos órgãos de segurança estadunidenses, estes descobriram, através de fotos de satélite, que os soviéticos estavam implantando plataformas de lançamento de mísseis nucleares em Cuba. Imediatamente os Estados Unidos ameaçaram invadir a ilha, mobilizando seus aparatos bélicos na Turquia, que seria utilizada para que a URSS fosse atacada.

Para solucionar a crise, os soviéticos resolveram retirar as plataformas instaladas, com a condição de que o governo socialista de Fidel Castro fosse mantido em Cuba. Dessa forma, por meio de um acordo diplomático, as ameaças entre as superpotências não levaram o mundo a uma guerra nuclear. Além disso, esse acordo permitiu que, por mais de vinte anos, os soviéticos sustentassem o regime cubano, que vendia de forma superfaturada o seu açúcar e comprava petróleo soviético subfaturado.

Atualmente, Cuba vive uma crise econômica derivada do colapso do socialismo real e, consequentemente, do fim da ajuda da URSS, desmantelada, oficialmente, por Gorbachev em 1991. Principalmente após o afastamento de Fidel Castro por motivos de saúde em 2008, o regime cubano tem promovido uma lenta abertura econômica, que ainda não se refletiu no campo político. A principal fonte de renda do país – agora comandado por Raul Castro, irmão de Fidel – é o turismo, que tem se aberto para investimentos externos, principalmente de empresários da União Europeia.

CHILE

A Unidade Popular e o Golpe de Pinochet (1973)

Em 1970, substituindo o governo de Eduardo Frei, do Partido Democrata Cristão, Salvador Allende foi eleito presidente do Chile. Naquelas eleições, Allende já registrava três disputas eleitorais mal-sucedidas e, através de uma coligação de partidos de esquerda – a Unidade Popular –, conseguiu se sagrar vencedor, fazendo uma campanha declaradamente socialista. A proposta da Unidade Popular consistiu no que se convencionou chamar de "Via Chilena", ou seja, a defesa da construção do socialismo por uma via democrática e não através de uma revolução, como havia ocorrido em países como Cuba, China e URSS.

Colocando os seus ideais em prática, Allende promoveu a reforma agrária e nacionalizou diversas empresas estrangeiras, que não foram indenizadas. A reação dos Estados Unidos e da elite chilena, insatisfeitos com o avanço da esquerda na América do Sul, foi apoiar um golpe político comandado pelo general Pinochet. Assim, no dia 11 de setembro de 1973, Allende foi assassinado durante um bombardeio ao palácio *La Moneda*. A partir de então, implantou-se no país uma das ditaduras mais violentas da América Latina. Mais de sessenta mil pessoas morreram ou desapareceram e mais de duzentas mil abandonaram o país por motivos políticos.

Creative Commons

Salvador Allende, alvo de um golpe político

Sustentado econômica e ideologicamente pelos Estados Unidos, o Chile foi, na década de 1970, o laboratório do neoliberalismo, afinal, era necessário um governo forte – como o de Pinochet – para que medidas tão impopulares fossem adotadas. Os economistas e administradores puderam se basear na experiência chilena para viabilizar as reformas neoliberais em outros países, como Estados Unidos, no Governo Reagan, e Inglaterra, no mandato de Thatcher. Posteriormente, o neoliberalismo também foi adotado por países em desenvolvimento, como o Brasil e a Argentina.

O regime comandado por Pinochet, apesar de sofrer uma imensa pressão interna e internacional, vigorou até 1990, quando novas eleições presidenciais foram realizadas. Nesse processo de redemocratização do Chile, quem venceu as eleições foi Patricio Aylwin, que se encarregou de desmantelar os resquícios do regime do seu antecessor. É importante ressaltar que a memória em torno do regime militar e suas qualificações ainda são elementos de forte polarização na sociedade chilena, tanto que, apesar de ter se exilado na Inglaterra, o ex-ditador Pinochet acabou sendo preso e extraditado para o Chile em 2000, onde, após ter sofrido um processo de investigação acerca do seu governo, veio a falecer em 2006.

Atualmente, apesar de o Chile ter um dos melhores indicadores socioeconômicos da América Latina e uma das economias que mais cresce no continente, esta se baseia em produtos primários não renováveis, como o cobre, o que gera dependência externa e certa fragilidade econômica.

NICARÁGUA

Revolução Sandinista (1979)

A Nicarágua foi governada durante décadas pela dinastia Somoza, totalmente alinhada aos interesses norte-americanos. Para que pudessem implantar uma violenta ditadura, entretanto, os Somoza perseguiram e executaram, em 1934, o guerrilheiro Augusto César Sandino. Sandino era conhecido como "general dos homens livres" e foi um dos principais líderes latino-americanos na luta contra o imperialismo dos Estados Unidos.

Em 1979, passadas mais de quatro décadas de manutenção da ditadura Somoza, os sandinistas – grupo de resistência popular à ditadura – conseguiram, com base nas ideias do "general dos homens livres", tomar o poder, provocando a fuga dos membros da dinastia para os Estados Unidos. Estando no comando, o governo sandinista, de tendência socialista, passou a enfrentar a oposição dos Estados Unidos, que utilizavam o dinheiro das armas vendidas para o Irã para apoiar os Contras, grupo guerrilheiro que visava depor os sandinistas da Nicarágua.

Apesar do financiamento estadunidense, a Nicarágua deu prosseguimento ao seu processo de redemocratização, que inicialmente delegou aos sandinistas o comando do país. Ainda assim, a popularidade dos antigos revolucionários vêm oscilando, tanto que Daniel Ortega, que lutou ao lado dos rebeldes, teve de concorrer a duas eleições malsucedidas para alcançar o cargo de presidente, posto que ostenta atualmente.

ARGENTINA

Peronismo

A Argentina vivia, na década de 1930, uma enorme dependência em relação à Inglaterra, situação que fomentou um sentimento nacionalista, extensivo também às Forças Armadas. Assim, em novembro de 1943, um grupo de militares nacionalistas de orientação fascista, reunidos no GOU (Grupo de Oficiais Unidos), promoveu um golpe político e assumiu o comando do país. Durante o governo provisório estabelecido, o coronel Juan Domingos Perón destacou-se no comando da Secretaría de Trabajo y Previsión, realizando uma política favorável aos trabalhadores, que eram beneficiados pelo aumento salarial e pela aplicação de leis trabalhistas.

O prestígio adquirido por Perón em virtude das suas reformas trabalhistas causou uma reação nos demais militares, os quais temiam que o fortalecimento individual de um dos membros do governo argentino ameaçasse a ordem do regime estabelecido. Dessa forma, em 1945, Perón foi preso. O resultado dessa atitude, no entanto, fugiu do controle dos militares, quando, alguns meses após a prisão, milhares de pessoas, incentivadas por Eva Duarte, Evita, esposa de Perón, reuniram-se na Praça de Maio, diante da Casa Rosada, exigindo a libertação do seu líder.

Após a sua libertação, que se tornou inevitável diante do apelo popular, Perón criou o Partido Laborista e, através da sua própria legenda, foi eleito presidente da Argentina. Perón governou de 1946 a 1955, quando – através de um modelo tradicional de populismo na América Latina – promoveu a nacionalização de estradas de ferro e de serviços de bondes, água, gás e telefone. Houve aumentos salariais, indenização por tempo de serviço, direito a férias remuneradas e outras conquistas trabalhistas, o que fez com que a imagem de Perón fosse cultuada por parte da população argentina.

Juan Domingos Perón

Embora popular entre os trabalhadores, o governo de Perón não agradava à elite liberal argentina e muito menos às forças internacionais, que viam no nacionalismo peronista um entrave aos seus interesses. Dessa forma, aproveitando a crise inflacionária e a taxa de crescimento reduzida que a economia argentina apresentava, os militares, respaldados pela oposição ao peronismo, aplicaram um novo golpe político em 1955, derrubando, dessa vez, Perón da Presidência argentina.

Ditadura militar e democratização

Após o golpe político desferido em 1955, os militares comandaram um governo de transição, através do qual trataram de marginalizar qualquer manifestação peronista. Ainda assim, o prestígio de Perón continuava grande entre as camadas populares, que viabilizaram a sua volta à Presidência em 1974. Naquele ano, portanto, Perón reassumiu a Presidência, mas com a saúde debilitada e sem conseguir unir as facções políticas do país.

A situação se complicou ainda mais quando o presidente morreu, no mesmo ano em que foi eleito, deixando a Presidência para a sua segunda esposa e vice-presidente, María Estela Martínez Perón, mais conhecida como Isabelita. O governo de Isabelita, além de não conseguir uma unidade política, carecia do carisma político de Perón, tornando-se uma presa fácil para que um novo golpe fosse desferido pelos militares.

Após assumirem novamente o comando da Argentina em 1976, os militares governaram o país, que se encontrava economicamente debilitado. Diante das dificuldades financeiras, os militares, liderados pelo general Leopoldo Galtieri, buscaram um artifício para distrair a atenção popular e, assim, lançaram o país numa guerra contra os ingleses: a Guerra das Malvinas (1982). As Ilhas Malvinas, ou Falkland, como são chamadas pelos ingleses, eram oficialmente o objeto de disputa entre os dois países, que lutavam muito mais pelo prestígio de uma suposta vitória do que pela região que, economicamente, não era muito interessante a nenhuma das partes. Os ingleses, aproveitando-se da debilidade argentina, venceram facilmente o conflito, o que, na prática, levou a um desgaste da ditadura argentina e ao seu progressivo enfraquecimento.

Se, politicamente, a redemocratização iniciada em 1983 significou uma vitória popular, economicamente, ela não representou a superação das dificuldades argentinas. Em 1991, por exemplo, Carlos Menem, então presidente da Argentina, resolveu seguir as doutrinas neoliberais para superar a crise econômica e, junto ao seu ministro da Economia, Domingos Cavallo, promoveu a dolarização do peso. Se em um primeiro momento essa ação prosperou, logo que o governo brasileiro desvalorizou o real, as exportações argentinas foram prejudicadas, afetando as relações comerciais, dentro do Mercosul, entre Brasil e Argentina.

A crise enfrentada pela Argentina durante a última década do século XX foi tão grave que ainda hoje o país sofre com os reflexos daquele colapso. Em 2000, por exemplo, os argentinos, em uma ação radical, decretaram a moratória, acreditanto que a negação das dívidas do país seria a solução para os seus problemas. O resultado obtido, no entanto, foi diferente e, logo nos primeiros anos do século XXI, a Argentina passou a ser vista como um país pouco confiável para a aplicação de investimentos. Assim, mesmo que de forma mais amena, a crise econômica argentina ainda permanece, fazendo com que o país tenha de buscar o seu equilíbrio dentro da nova ordem globalizada.

LEITURA COMPLEMENTAR

Ernesto Che Guevara (1928-1967) – vida e morte de um homem comum

Ernesto Guevara de la Serna era um jovem como outro qualquer da cidade de Rosario, Argentina, onde nasceu, em 14 de maio de 1928 (embora no seu registro de nascimento conste o dia 14 de junho, pequena "manobra" para ocultar o fato de que a mãe, Celia, pertencente a uma família burguesa decadente, havia se casado já grávida). Era introspectivo, sempre mal vestido e inquieto, jogava xadrez, lia poesia e romances (Baudelaire, Mallarmé, Faulkner, Zola e, já adulto, Freud, Kafka, Huxley, Neruda), sofria de asma e adorava viajar. Há 30 anos, em 8 de outubro, o já mundialmente famoso guerrilheiro "Che" morria na selva, vítima de uma emboscada arquitetada pela CIA e executada pelo Exército boliviano. Morria o homem, nascia o mito. E este, com freqüência, é muito mais poderoso – e, eventualmente, mais subversivo – do que aquele.

As evidências da força do mito podem ser encontradas em todas as partes, inclusive no mercado editorial. Apenas em julho de 1997, foram lançadas três biografias de "Che", todas imediatamente conduzidas às listas dos mais vendidos nas principais livrarias. Jovens ostentam a sua foto em camisetas, manifestantes (sindicalistas, estudantes, sem-terra) portam bandeiras com o seu nome, revistas dedicam-lhe a capa. "Estou com esta camisa [estampada] com a figura de Che porque, depois de Jesus Cristo, ele é o cara que me dá mais esperança de uma vida melhor neste mundo", declara à *Folha de S. Paulo* o pintor de paredes desempregado e petista Aprígio da Silva, que andou 20 quilômetros, desde Guaianazes, na zona leste da capital paulista, para participar de uma manifestação no centro da cidade, em 26 de julho.

Guevara e Jesus – Talvez seja inconsciente, mas não casual, a comparação entre o guerrilheiro e o Cordeiro de Deus. Ambos, cada um a seu modo, são redentores. Sofreram por nós, meros mortais. Iluminaram nossos caminhos obscurecidos pela miséria, pela injustiça. Deram de si sem nada pedir em troca.

As suas vidas foram uma lição, uma referência ética, uma fábula que guarda profundos ensinamentos. Transcenderam o humano. Colocaram-se acima de nossas fraquezas, contradições, fragilidades. São heróis, são mártires. São mitos.

Mitos não são construídos por decreto. Ao contrário, encarnam o que existe de mais profundo e significativo para os homens que vivem em determinada época. Mas fazem isso "corrigindo" a realidade, suprimindo imperfeições, deixando de lado o contraditório, o pequeno. O mito "Che" não é igual ao guerrilheiro, líder revolucionário e companheiro de Fidel Castro no processo de derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista, em Cuba, em 1959. Che provou-se implacável com os adversários. Logo após a tomada do poder, notabilizou-se pela frieza com que ordenava execuções dos "inimigos da revolução". Essa dimensão é apagada no mito, segundo o qual Che foi "duro", mas "sem perder a ternura, jamais".

Vida épica – Resta saber o que havia em Che para que ele se transformasse em lenda. Sua vida, embora curta, foi épica. Jovem, ainda universitário, percorre com uma bicicleta motorizada largas extensões das regiões mais pobres da Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela. Conclui o curso universitário e visita a América Central, onde conhece de perto as conseqüências da aliança entre as oligarquias locais e o imperialismo americano: ferozes ditaduras, exploração desenfreada de camponeses e indígenas, matança de "suspeitos". Em 1954, um golpe militar orquestrado pela CIA depõe o então presidente guatemalteco Jacobo Arbenz, democraticamente eleito. Che, envolvido em atividades políticas na Guatemala, é obrigado a fugir do país em 1955, dirigindo-se ao México. Ali conhece Fidel, treina como guerrilheiro e ajuda a organizar o grupo que derrubará Batista.

Já no poder, como ministro da Indústria de Cuba, Che entra em atrito com Castro. Acusa a União Soviética de tratar o país como "joguete" no quadro da Guerra Fria (em particular durante a tentativa de instalação de mísseis soviéticos na ilha, em 1962) e apresenta discordâncias quanto à condução da economia. Inconformado, desliga-se do governo e volta para a atividade guerrilheira, com o objetivo de "exportar a revolução" para a América Latina. Encontrará a morte na Bolívia, aos 39 anos.

Sartre – Não importa, aqui, analisar em detalhe a conduta política de Che. Trata-se, antes, de detectar aquilo que comove em sua história, aquilo que fez com que o filósofo francês Jean-Paul Sartre o considerasse, em 1960, "o ser humano mais completo de nossa época". Alguns traços de seu caráter são bastante evidentes: generosidade para com os pobres, altruísmo, espírito de aventura, desprendimento, fidelidade aos princípios, profundo sentido ético. Qualidades raras, especialmente em nossa época, quando o neoliberalismo transforma a ganância em virtude, a hipocrisia em regra e o cinismo em modo normal de agir no mundo. Qualidades que – é compreensível – seduzem aqueles que acreditam que a vida possa oferecer algo mais digno.

Se esses sentimentos, ainda que difusos, dão base à existência do mito "Che" – são o seu cerne, força e sentido –, é a indústria cultural que sabe transformá-los em mercadoria. É disso que essa indústria vive: da venda de sonhos em suaves prestações (assim como Che, também o líder negro Malcolm X, apenas para citar um exemplo, foi, recentemente, transformado em grife por Hollywood). Do ponto de vista dos grandes centros de produção de imagem (tevê, cinema, imprensa), não importa o conteúdo de sua luta política.Ao contrário, trata-se, apenas, de vender o mito, reedição de *Superman*, detentor de um poder secreto e sobre-humano (e, nessa medida, anulado enquanto força política eficaz: pode ser admirado e consumido, mas jamais levado a sério).

Ironicamente, mesmo aqueles que se dizem seguidores de Che participam do festim. É o caso do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que lançou a "raspadinha comunista", loteria instantânea na qual símbolos e figuras históricas ligadas ao comunismo valem dinheiro. Um Friedrich Engels vale cinco Guevara; a foice e o martelo, símbolos consagrados do comunismo, valem cem Karl Marx. Há algo de profundamente melancólico nisso, nessa leveza, nessa desfaçatez com que hoje se queima (ou se prostitui) aquilo que no passado inspirava respeito e admiração. "Vale tudo por dinheiro", diz um conhecido empresário, dono de uma rede de televisão, que mascateava em São Paulo quando Che Guevara lutava em algum ponto infernal na selva boliviana. Vigora a moral do mascate. Sinal dos tempos, sintoma de uma época.

Guevara não era *Superman* – Ernesto Guevara de la Serna não era *Superman*. Foi um homem como outro qualquer. Mas era alguém que optou por uma vida repleta de aventuras, quando poderia ter sido um médico "normal", numa pacata cidadezinha argentina. Tinha, como todo mundo, qualidades e defeitos. Mas não se conformou com a morna perspectiva de levar uma vida de classe média: lutou até o fim pelos seus sonhos e disso extraiu a sua energia, sua força, sua conduta. É certo, como disse o dramaturgo alemão Bertolt Brecht, que pobre é a nação que precisa de heróis: nenhum mártir ou líder pode substituir a ação dos cidadãos em defesa de seus interesses. Mas também é certo que pobre é a nação que não tem heróis: eles são a síntese, a manifestação daquilo que determinada cultura produziu de melhor. Ernesto Che Guevara foi um homem de seu tempo. Acima de tudo, foi um homem.

ARBEX JR., José. Ernesto Che Guevara (1928-1967) – vida e morte de um homem comum. *Mundo* – Geografia e Política Internacional. São Paulo: Pangea, ano 4, n. 5, set. 2006.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (PUC-Campinas-SP) *O terceiro dos veículos de massa era inteiramente novo: rádio* [...] *O rádio transformava a vida dos pobres, e sobretudo das mulheres pobres presas ao lar, como nada fizera antes. Trazia o mundo à sua sala. Daí em diante, os mais solitários não precisavam mais ficar inteiramente a sós. E toda a gama do que podia ser dito, cantado, trocado ou de outro modo expresso em som estava agora ao alcance deles* [...] *sua capacidade de falar simultaneamente a incontáveis milhões, cada um deles sentindo-se abordado como indivíduo, transformava-o numa ferramenta inconcebivelmente poderosa de informação de massa, como governantes e vendedores logo perceberam* [...]

HOBSBAWM, Eric. As artes (1914-1945): *Era dos Extremos*: O breve século XX (1914-1991).

A veiculação de propaganda política através do rádio foi um recurso amplamente usado pelos governos populistas de Vargas e Perón na América Latina. A transmissão de discursos presidenciais especialmente direcionados aos ouvintes tinha por objetivo principal

A) ampliar a participação popular nas esferas do poder político do Estado.

B) informar a população da situação econômica do país e das medidas aprovadas pelo Congresso.

C) promover a identificação do cidadão com o líder político, autointitulado protetor dos pobres.

D) assegurar a não realização de greves e reivindicações trabalhistas que prejudicassem a estabilidade nacional.

E) veicular campanhas sociais contra o analfabetismo, a fome e as mazelas que atingiam a população humilde.

02. (FUVEST-SP)

RIVERA, Diego. *O sangue dos mártires da revolução fertilizando a terra*. (Mural pintado em 1927).

Nesse mural, o pintor mexicano retratou a morte de Emiliano Zapata. Observando a pintura, é **CORRETO** afirmar que Rivera

A) foi uma rara exceção, na América Latina do século XX, pois artistas e escritores se recusaram a relacionar arte com problemas sociais e políticos.

B) retratou, no mural, um tema específico, sem semelhanças com a situação dos camponeses de outros países da América Latina.

C) quis demonstrar, no mural, que, apesar da derrota armada dos camponeses na Revolução Mexicana, ainda permaneciam esperanças de mudanças sociais.

D) representou, no mural, o girassol e o milharal como símbolos religiosos cristãos, próprios das lutas camponesas da América Latina.

E) transformou-se numa figura única na história da arte da América Latina, ao abandonar a pintura de cavalete e fazer a opção pelo mural.

03. (UERJ) *O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descoberto um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século XX* [...] *A própria palavra "guerrilha" não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução Cubana de 1959*.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos*: o breve século XX. (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A guerrilha foi fundamental para a vitória, em Cuba, no ano de 1959, do Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro e Che Guevara. O grupo revolucionário cubano fez a opção por essa estratégia por acreditar que

A) a adesão ao comunismo impunha a luta direta contra o poder estabelecido.

B) a ocupação militar norte-americana anulava outras formas de luta contra a elite política.

C) a ditadura instalada no país eliminava a possibilidade de uma oposição ao regime por via legal.

D) o nacionalismo pequeno-burguês impedia a presença das camadas populares nos partidos de oposição à ditadura.

04. (UFMG) No contexto da Revolução Mexicana, na segunda década do século passado, o Exército Libertador do Sul, liderado por Emiliano Zapata, sublevou-se no México. No final do mesmo século, em 1994, no estado sulista de Chiapas, a organização denominada Exército Zapatista de Libertação Nacional iniciou um movimento rebelde. Os dois movimentos referidos têm vários pontos em comum, entre os quais destaca-se a luta para

A) tomar o poder e implantar governos inspirados nas ideias agraristas do líder chinês Mao Tsé-Tung.

B) defender os interesses dos operários e trabalhadores fabris, constantemente violados pelo governo mexicano.

C) destituir as elites dirigentes e instaurar um Estado socialista inspirado na tradição marxista latino-americana.

D) resgatar as terras dos camponeses de origem indígena e conquistar melhores condições de vida para eles.

05. (FGV-SP–2010) Após o anúncio pelo presidente equatoriano, Rafael Correa, de que seu país não renovaria a concessão da base de Manta, os Estados Unidos anunciaram a assinatura de um novo contrato, dessa vez com a Colômbia, para o estabelecimento de bases militares no país. Considerando o atual contexto político da América Latina e a relação entre os governos da Colômbia e dos Estados Unidos, considere as afirmativas a seguir:

I. O governo do Brasil manifestou-se contrário à intenção dos EUA de ampliarem sua presença militar na Colômbia, pois isso significaria trazer para a América do Sul a lógica da militarização, que pode gerar uma corrida armamentista e obrigar outros países a investir na modernização de suas Forças Armadas.

II. Alheios à polêmica, Evo Morales e Cristina Kirchner apoiam o acordo porque rejeitam a tese de que essas bases significam o reposicionamento dos EUA no continente, após a fracassada proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a devolução do canal do Panamá em 1999.

III. A Colômbia e os EUA sustentam que a ampliação do acordo militar visa ao combate ao narcotráfico e a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc); no entanto, os países da região temem que seja uma manobra estratégica com o objetivo de neutralizar a Venezuela e seus aliados.

IV. Segundo Hugo Chávez, o maior opositor dos EUA na América do Sul, a Venezuela reconhece a soberania colombiana e, por essa razão, solicitou ao presidente Alvaro Uribe garantias de que as tropas norte-americanas terão uma atuação limitada ao território da Colômbia.

V. O estabelecimento de bases militares norte-americanas na Colômbia consolida a presença dos EUA na América do Sul e reacende o fantasma das intervenções armadas na região, como aconteceu na invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, em 1961, e a participação de militares americanos na queda de Salvador Allende no Chile, em 1973.

Estão **CORRETAS** as afirmativas

A) II, III e V.
B) I, III e V.
C) I e III.
D) I, II e V.
E) Todas as afirmativas estão corretas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (FUVEST-SP–2009) Existem semelhanças entre as ditaduras militares brasileira (1964-1985), argentina (1976-1983), uruguaia (1973-1985) e chilena (1973-1990). Todas elas

A) receberam amplo apoio internacional tanto dos Estados Unidos quanto da Europa Ocidental.

B) combateram um inimigo comum, os grupos esquerdistas, recorrendo a métodos violentos.

C) tiveram forte sustentação social interna, especialmente dos partidos políticos organizados.

D) apoiaram-se em ideias populistas para justificar a manutenção da ordem.

E) defenderam programas econômicos nacionalistas, promovendo o desenvolvimento industrial de seus países.

02. (Mackenzie-SP–2010) *A estrutura psicológica do ser humano não suporta que a dor e a angústia se mantenham tão vivas na memória como no momento em que ocorreram* [...] *Por isso, agora, ao sairmos desses 20 anos difíceis e doloridos de nossa história, a lembrança de que houve irmãos nossos, nesse período, que perseguiam sem piedade, torturaram e mesmo mataram pessoas pelo simples fato de elas se oporem ao governo que se impôs ao país em 1964, parece mais pesadelo do que realidade. E, no entanto, esse absurdo ocorreu, aqui em nossa terra, como se um vendaval frio de loucura tivesse gelado esses corações* [...] *Que objetivos justificam tudo isso?*

D. Paulo Evaristo Arns

Identifique a alternativa relacionada ao contexto histórico citado.

A) O Brasil, liderado pelos Estados Unidos, vivia guerra aberta contra o narcotráfico que, aliado às Farc, assolava a América do Sul, sobretudo a região de fronteira amazônica.

B) A chamada "guerra das civilizações" entre Ocidente e Oriente ameaçava a hegemonia americana; apoiando ditaduras militares, os EUA procuravam deter o avanço do fanatismo islâmico na América.

C) O mundo encontrava-se em sua ordem bipolar e os Estados Unidos procuravam, por meio do apoio a golpes e a regimes ditatoriais na América Latina, deter o avanço do comunismo.

D) O avanço da ideologia nazista pelo mundo e as pretensões imperialistas alemãs justificam as práticas autoritárias citadas, que garantiriam o sucesso da Doutrina de Segurança Nacional.

E) O crescimento do positivismo entre os líderes populistas ameaçava os ideais neoliberais das Forças Armadas, que tomaram o poder e implantaram um verdadeiro "terror de estado" no país.

03. (UFOP-MG–2010) Sobre o processo de industrialização na América Latina no início do século XX, é **INCORRETO** afirmar:

A) O início da expansão industrial nas primeiras décadas do século em economias agroexportadoras e mineradoras ampliou os mercados internos e as concentrações urbanas.

B) A substituição de importações foi o modelo único de industrialização adotado em todos os países da América Latina, inclusive o Brasil, devido às semelhanças históricas entre eles.

C) O processo de industrialização dependeu da modernização da infraestrutura por parte do poder público, como melhoria nos transportes, iluminação e instalações portuárias.

D) A forte dependência dos setores públicos vinculou os processos de modernização industrial e econômica às políticas nacionais de Estado denominadas de populistas.

04. (FGV-SP) Em 12 de abril de 2002, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, foi deposto por um golpe civil e militar. Alguns dias depois, uma reviravolta política permitiu que Chávez fosse reempossado em suas funções. Apesar das negativas oficiais de que o governo norte-americano tivesse participação no levante, o jornal *The New York Times* estampou: "Representantes do Governo Bush se encontraram várias vezes nos últimos meses com os líderes da coalizão que derrubou Hugo Chávez e concordaram com eles que Chávez deveria ser removido do poder".

A respeito da história da América Latina e da participação norte-americana, é **CORRETO** afirmar:

A) O envolvimento no episódio revela uma mudança da política norte-americana, que, desde o século XIX, adotou uma posição de isolamento em relação aos países da América Latina.

B) O envolvimento no episódio revela uma mudança da política norte-americana, que nunca apoiou ou estimulou golpes contra regimes democraticamente estabelecidos na América Latina.

C) O golpe contra Chávez marca uma alteração na América Latina que, desde o final das ditaduras militares, na década de 1980, não presenciava o afastamento de presidentes eleitos.

D) O golpe contra Chávez revela a instabilidade política da América Latina, e a ação do Governo Bush retoma práticas já utilizadas, no passado, de desestabilização política ou apoio a ditaduras militares.

E) O envolvimento no episódio revela uma mudança da política norte-americana de isolamento do regime de Cuba, liderado por Fidel Castro e principal adversário de Chávez na região do Caribe.

05. (UFJF-MG–2008) Na década de 1950, Cuba era considerada "quintal" dos Estados Unidos da América (EUA). Em 1952, o general Fulgêncio Batista implantou uma ditadura caracterizada pela corrupção e pela brutalidade com que tratava seus adversários políticos. A reação a esse regime veio através do movimento guerrilheiro, liderado por Fidel Castro e Che Guevara, que foi vitorioso. Sobre esse contexto, marque a alternativa **CORRETA**.

A) Che Guevara pretendia expandir a ideia da revolução socialista por todo o continente americano, porém, somente a Bolívia aderiu a essa ideia, em 1967, permanecendo como aliada de Cuba até 1972.

B) O regime cubano socialista alcançou vários resultados sociais, tais como a redução do analfabetismo e os expressivos avanços na medicina e saúde pública, promovendo grandes avanços científicos nessas áreas.

C) Com o fim dos conflitos, Fidel Castro implantou uma democracia social e política, o que contrariou os interesses dos Estados Unidos, que romperam relações diplomáticas com Cuba.

D) Ao chegar ao poder, Fidel Castro lançou as bases de uma ditadura democrática, regime adequado ao povo cubano que estava acostumado com a tradição do caudilhismo da América Espanhola.

E) Fiéis à sua política imperialista, os EUA enviaram seu Exército para combater o regime cubano socialista, que resistiu heroicamente. Porém, nesse conflito, foi morto Che Guevara, que se tornou um ícone da rebeldia latino-americana.

06. (Unimontes-MG–2008) *Alguns dizem que a América Latina está realmente se movendo para a esquerda, para um novo tipo de socialismo, no entanto, em cada um destes países, o domínio do capital permanece intacto.*

Disponível em: <www.wsws.org.pt>. Fev. de 2007.

Pode-se inferir, das informações anteriores, que

A) o autor compreende o termo "esquerda" e socialismo como sinônimos de anticapitalismo.

B) o autor conceitua os regimes de Evo Morales e Hugo Chávez como "novo socialismo".

C) o autor é um defensor convicto do pensamento neoliberal, daí suas críticas aos chamados novos socialismos.

D) o texto expressa o "pensamento chavista", que advoga ser possível compatibilizar o domínio do capital com o socialismo.

07. (UFOP-MG–2008) As ditaduras militares na América do Sul, nas décadas de 70 e 80 do século XX, foram marcadas por períodos de violentos conflitos políticos e sociais. Sobre esse período, é **INCORRETO** afirmar:

A) No Chile, o golpe militar de 11 de setembro interrompe o governo de Salvador Allende, que havia introduzido a experiência do socialismo em regime democrático por meio da vitória da Unidade Popular em 1970.

B) No Uruguai, apesar de o presidente Juan María Bordaberry ser civil, o poder militar se instala por intermédio da criação, em fevereiro de 1973, do Conselho de Segurança Nacional (COSENA).

C) O Plano Condor foi uma estratégia conjunta das ditaduras sul-americanas para conter os movimentos de resistência aos governos militares e se baseou nas Doutrinas de Segurança Nacional adotadas por esses governos.

D) Como havia acontecido na Argentina e no Brasil, a alternância de generais que assumiram a Presidência foi uma característica marcante nas ditaduras que foram instaladas nos países da América do Sul.

08. (FGV-SP–2007) Com o afastamento de Fidel Castro do poder, muitos especulam sobre o destino de Cuba sem Fidel. Sobre a história de Cuba, desde a independência, é **CORRETO** afirmar que

A) a guerra de libertação contra a Espanha ocorreu somente no final do século XIX, com apoio da Grã-Bretanha, maior investidora de capital na produção de açúcar na ilha, e também dos Estados Unidos.

B) a imposição da Emenda Platt à Constituição de Cuba assegurou aos Estados Unidos o direito de nomear os presidentes cubanos, de intervir na ilha e de instalar bases, como a de Guantánamo.

C) o movimento guerrilheiro, que derrubou o ditador cubano Fulgêncio Batista, liderado por Fidel Castro e Che Guevara, declarou-se comunista desde o início, o que provocou a imediata oposição norte-americana.

D) a instalação de mísseis soviéticos em Cuba desencadeou, além da invasão à Baía dos Porcos, um conflito militar entre os Estados Unidos e a União Soviética, no auge da Guerra Fria.

E) o fim da União Soviética fez Cuba perder seu grande parceiro comercial, o que agravou os efeitos do bloqueio norte-americano e forçou o país a buscar novos mercados e a atrair o turismo.

09. (UFF-RJ) *O filme* Diários de motocicleta *colocou em evidência a figura de Ernesto Guevara, médico argentino, líder revolucionário, na década de 1960. Ao lado do romantismo que envolve a figura de Che, há um processo histórico sangrento e dotado de um sentido de busca da identidade da América Latina, incluído aí o Brasil. Esse sentimento decorreu da exploração imperialista que conduziu o mundo latino-americano ao subdesenvolvimento.*

ÉPOCA, 9 ago. 2004.

A partir das referências contidas no texto, assinale a opção que reúne fatos ilustrativos da repressão aos movimentos sociais de oposição à política americana para a América Latina.

A) A vitória de Pinochet no Chile, a intervenção do Exército argentino no Uruguai, a morte de Che Guevara e a Revolução de 1964 no Brasil.

B) A morte de Anastácio Somoza, a intervenção americana na Nicarágua, a Revolução Cubana de 1958 e a formação das Farcs na Colômbia.

C) A morte de Che Guevara, a repressão política pós-Golpe de 1964 no Brasil, a oposição ao governo de Salvador Allende no Chile e a invasão da Baía dos Porcos pelo Exército americano.

D) A Ditadura Militar implantada no Brasil em 1964, a Revolução Cubana de Fidel Castro e a vitória inglesa na Guerra das Malvinas.

E) A vitória inglesa na Guerra das Malvinas, a Revolução Cubana de Fidel Castro, a morte de Che Guevara e a Revolução de 1964 no Brasil.

10. (Unicamp-SP–2009 / Adaptado) *Os animais humanizados de Walt Disney serviam à glorificação do estilo de vida americano. Quando os desenhos de Disney já eram famosos no Brasil, o criador de Mickey chegou aqui como um dos embaixadores da Política da Boa Vizinhança. Em 1942, no filme* Alô, amigos*, um símbolo das piadas brasileiras, o papagaio, vestido de malandro, se transformou no Zé Carioca. A primeira cópia do filme foi apresentada a Getúlio Vargas e sua família, e por eles assistida diversas vezes. Os Estados Unidos esperavam, com a Política da Boa Vizinhança, melhorar o nível de vida dos países da América Latina, dentro do espírito de defesa do livre-mercado. O mercado era a melhor arma para combater os riscos do nacionalismo, do fascismo e do comunismo.*

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor:* a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 133-138, 185-186 (Adaptação).

A) De acordo com o texto, de que maneiras os personagens de Walt Disney serviam à política externa norte-americana na época da Segunda Guerra Mundial?

B) Como o Governo Vargas se posicionou em relação à Segunda Guerra Mundial?

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009) *A Revolução Cubana veio demonstrar que os negros estão muito mais preparados do que se pode supor para ascender socialmente. Com efeito, alguns anos de escolaridade francamente aberta e de estímulo à autossuperação aumentaram, rapidamente, o contingente de negros que alçaram aos postos mais altos do governo, da sociedade e da cultura cubana. Simultaneamente, toda a parcela negra da população, liberada da discriminação e do racismo, confraternizou com os outros componentes da sociedade, aprofundando o grau de solidariedade. Tudo isso demonstra, claramente, que a democracia racial é possível, mas só é praticável conjuntamente com a democracia social. Ou bem há democracia para todos, ou não há democracia para ninguém, porque à opressão do negro condenado à dignidade de lutador da liberdade corresponde o opróbrio do branco posto no papel de opressor dentro de sua própria sociedade.*

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro:* A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (Adaptação).

Segundo Darcy Ribeiro, a ascensão social dos negros cubanos, resultado de uma educação inclusiva, com estímulos à autossuperação, demonstra que

A) a democracia racial está desvinculada da democracia social.

B) o acesso ao ensino pode ser entendido como um fator de pouca importância na estruturação de uma sociedade.

C) a questão racial mostra-se irrelevante no caso das políticas educacionais do Governo cubano.

D) as políticas educacionais da Revolução Cubana adotaram uma perspectiva racial antidiscriminatória.

E) os quadros governamentais em Cuba estiveram fechados aos processos de inclusão social da população negra.

02. (Enem–2008) Na América do Sul, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) lutam, há décadas, para impor um regime de inspiração marxista no país. Hoje, são acusadas de envolvimento com o narcotráfico, o qual supostamente financia suas ações, que incluem ataques diversos, assassinatos e sequestros. Na Ásia, a Al Qaeda, criada por Osama Bin Laden, defende o fundamentalismo islâmico e vê nos Estados Unidos da América (EUA) e em Israel inimigos poderosos, os quais deve combater sem trégua. A mais conhecida de suas ações terroristas ocorreu em 2001, quando foram atingidos o Pentágono e as torres do World Trade Center. A partir das informações anteriores, conclui-se que

A) as ações guerrilheiras e terroristas no mundo contemporâneo usam métodos idênticos para alcançar os mesmos propósitos.

B) o apoio internacional recebido pelas Farc decorre do desconhecimento, pela maioria das nações, das práticas violentas dessa organização.

C) os EUA, mesmo sendo a maior potência do planeta, foram surpreendidos com ataques terroristas que atingiram alvos de grande importância simbólica.

D) as organizações mencionadas identificam-se quanto aos princípios religiosos que defendem.

E) tanto as Farc quanto a Al Qaeda restringem sua atuação à área geográfica em que se localizam, respectivamente, América do Sul e Ásia.

GABARITO

Fixação

01. C 02. C 03. C 04. D 05. B

Propostos

01. B 03. B 05. B 07. D 09. C

02. C 04. D 06. A 08. E

10. A) Os personagens criados por Walt Disney eram úteis à Política da Boa Vizinhança praticada pelos Estados Unidos. Ao associar os personagens tipicamente norte-americanos (como o Pato Donald) aos latino-americanos, os estadunidenses propagavam o seu estilo de vida com o intuito de aproximar as duas culturas e evitar a disseminação de ideologias como o nacionalismo, o fascismo e o comunismo na América Latina.

B) No momento da deflagração da Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas, que era acusado de fascista pelos seus inimigos, procurou evitar o envolvimento brasileiro no conflito, chegando a afirmar que o Brasil só entraria na Guerra se a "cobra fumasse". Apesar da posição intransigente do presidente brasileiro, este havia contraído empréstimos junto aos Estados Unidos que, em 1941, declararam guerra ao Eixo. Dessa forma, sendo pressionado pelos estadunidenses, Getúlio Vargas não teve outra saída a não ser aderir também à Segunda Guerra, lutando ao lado dos Aliados.

Seção Enem

01. D 02. C

HISTÓRIA

Nova Ordem Mundial

MÓDULO 30 FRENTE A

Com o fim da Guerra Fria, evidenciado através das reformas soviéticas implementadas pela *Glasnost* e pela *Perestroika*, o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, anunciou que uma nova ordem estava surgindo, acenando para um período de paz e desenvolvimento em prol do bem da humanidade. Infelizmente, essa previsão não se concretizou, pois diversos conflitos se desencadearam ao redor do planeta durante o processo de reconfiguração de poderes entre as nações.

Diante da falência do sistema socialista soviético, alguns cientistas políticos afirmaram que o mundo passaria a viver uma ordem unipolar, uma vez que os Estados Unidos se tornaram a potência hegemônica e nenhuma outra nação poderia se equiparar ao seu poder econômico e militar. Tal concepção, no entanto, não foi uma unanimidade entre os contemporâneos à consolidação da Nova Ordem Mundial, já que alguns perceberam a formação de uma ordem multipolar. De acordo com esta linha de raciocínio, o fortalecimento dos blocos geoeconômicos – como a União Europeia – faria com que novas forças mundiais fossem configuradas e, assim, fizessem frente à suposta hegemonia estadunidense.

Passadas quase duas décadas do fim da URSS, essa ainda não é uma questão resolvida. No entanto, independentemente de quantificar o número de potências que atualmente figuram as relações internacionais, o importante é perceber a riqueza de detalhes que compuseram a formação da Nova Ordem Mundial, assim como o seu caráter de constantes transformações, o que nos permite interpretá-la de diferentes formas.

UNIÃO EUROPEIA – UM BREVE HISTÓRICO

A Europa, continente que abrigou a maior parte das ações da Segunda Guerra Mundial, encontrava-se arrasada economicamente ao final daquele conflito. A salvação para os europeus veio do outro lado do Atlântico, através do Plano Marshall, quando os Estados Unidos deram início à reconstrução do Velho Continente. O grande problema é que essa concessão de recursos gerava uma dependência que incomodava os europeus, tradicionalmente acostumados a comandar as relações internacionais, e não o contrário. Diante desse quadro de necessidade de recuperação econômica, aliado ao medo da manutenção da dependência das nações europeias, alguns países resolveram unir seus esforços para reerguer o continente.

Uma das primeiras ações que esboçaram o esforço de recuperação por parte dos europeus partiu, curiosamente, da França para a Alemanha, duas nações que haviam sido rivais durante as duas Grandes Guerras Mundiais. A proposta da união franco-germânica foi divulgada durante um discurso em 1950, realizado por Robert Schuman, ministro francês que defendia a criação de um pacto de cooperação econômica que beneficiasse os dois países. Vale ressaltar, ainda, que a França via nessa aproximação a possibilidade de controlar os recursos bélicos alemães, já que os franceses temiam que um suposto revanchismo alemão pudesse gerar um novo conflito entre os dois países. Apesar de ter sido muito criticada em um primeiro momento, a proposta do ministro francês, conhecida como Plano Schuman, tornou-se o marco de fundação da União Europeia. Inclusive, a data da declaração, 9 de maio, marca ainda hoje o feriado comemorativo do maior órgão de cooperação da Europa.

Retomando a progressiva aproximação entre as nações europeias, em 1952, dois anos após a proposta de Schuman, entrou em funcionamento a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA). Essa comunidade incorporava, além da França e da Alemanha, a Itália e os países que, desde 1948, estavam organizados na Benelux: Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Já em 1957, o bloco teve um aprofundamento e, apesar de não registrar a adesão de novos membros, passou a integrar de forma mais direta os mercados dos seis países que já haviam aderido à CECA. Àquela altura, a união passou a ser chamada de Comunidade Econômica Europeia (CEE) e, gradativamente, as nações participantes começaram a deixar suas diferenças de lado para que pudessem fazer frente às superpotências que lideravam a Guerra Fria.

Em 1973, através de um importante alargamento, a Grã-Bretanha, a Irlanda e a Dinamarca aderiram ao bloco, concedendo ainda mais força à comunidade, também apelidada de "Europa dos Nove". Até então, a Inglaterra havia resistido à adesão ao bloco, já que era um dos principais aliados dos Estados Unidos e, consequentemente, tinha uma das unidades monetárias mais fortes de todo o continente: a libra. Apesar da intransigência inglesa, o ano de 1973 foi marcado pela primeira crise do petróleo, que havia provocado efeitos negativos em praticamente todos os países capitalistas. Além disso, àquela altura, a CEE já se apresentava como uma sólida instituição, capaz de assegurar o respaldo econômico que os ingleses necessitavam.

A partir da entrada da Inglaterra, a CEE pôde se estruturar no intuito de planejar as futuras incorporações. Assim, de forma gradual e estipulando alguns critérios, como os índices de desenvolvimento social e o ajuste das contas internas, o bloco experimentou novos alargamentos, que podem ser contemplados no mapa a seguir.

Expansão da União Europeia

Entre os alargamentos apresentados, é interessante observar a incorporação de alguns países do Leste Europeu que anteriormente estavam na esfera de influência da ex-União Soviética. A despeito do atraso tecnológico tradicionalmente atribuído a esses países, o interesse da União Europeia era o de amparar uma região que havia vivenciado o regime socialista, de forma a ampliar a influência do capitalismo e, ao mesmo tempo, diminuir a influência russa no Leste Europeu.

É importante ressaltar, ainda, que alguns países da Europa Oriental, como a Turquia, vêm tentando se inserir no bloco há décadas. Abordando especificamente o caso turco, é possível afirmar que a não aceitação da adesão desse país ao bloco deve-se, em parte, à visão etnocêntrica da maioria dos países europeus, que não consideram a Turquia pertencente à civilização europeia, em virtude da localização do país – entre os continentes europeu e asiático. Além disso, a Turquia é majoritariamente muçulmana e, portanto, possui uma cultura muito diferente da maioria dos países que compõem a UE, fator que também interfere em sua não aceitação no bloco.

Outro fator fundamental para a compreensão da União Europeia é a noção de que, após a adesão da Inglaterra à CEE, esta sofreu diversos aprofundamentos, o que fez com que as relações entre os seus membros fossem cada vez mas estreitadas. Em 1979, por exemplo, os participantes da Comunidade promoveram a primeira eleição para o Parlamento europeu, órgão que ainda hoje é eleito por sufrágio universal e tem o objetivo de aproximar a legislação dos países europeus integrados. Já em 1992, foi a vez da assinatura do Tratado de Maastricht, que aproximou tanto os países da CEE que esta passou a ser denominada União Europeia. Durante a reunião, os países-membros da UE estabeleceram a adoção de uma moeda única para o bloco e definiram que o euro deveria ser adotado pelos países-membros interessados em um prazo de dez anos.

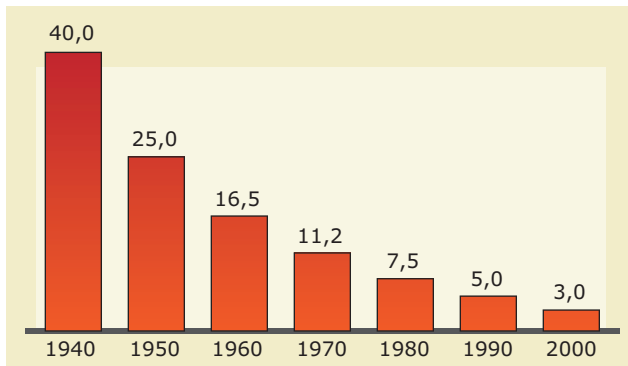
Ainda no intuito de integrar institucionalmente os seus membros, em 1993, a União Europeia inaugurou o Mercado Único, acompanhado das suas quatro liberdades: a livre-circulação dos serviços, das pessoas, das mercadorias e dos capitais. É necessário ressaltar, no entanto, que, na prática, a livre-circulação de viajantes de qualquer nacionalidade foi permitida, inicialmente, em apenas sete países: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Luxemburgo, Holanda e Portugal. Foi somente em 2008 que o livre–trânsito foi estendido a todos os seus membros. A partir de então, estando localizado em qualquer uma das nações integrantes da UE, o indivíduo pode circular livremente por qualquer outro país-membro da instituição.

O NEOLIBERALISMO E O CONSENSO DE WASHINGTON (1990)

O neoliberalismo é um conjunto de ideias inspiradas no liberalismo econômico do século XVIII e adequadas à realidade do século XX. Essa ideologia, idealizada por Milton Friedman e Friedrich Hayek, surgiu na primeira metade do século XX, mas somente na década de 1970 é que foi posta em prática com mais vigor, quando o Chile serviu como uma espécie de laboratório para as políticas neoliberais. Após essa fase de adaptação, já na década de 1980, foi a vez de grandes nações aderirem a tais práticas econômicas. Assim, durante esse período, os Estados Unidos e principalmente a Inglaterra, representada por sua primeira-ministra, Margaret Thatcher, foram os grandes ícones do neoliberalismo.

Se, para os grandes países capitalistas, a década de 1980 foi marcada pela introdução de novas doutrinas econômicas, para as nações que compunham o Terceiro Mundo, ela se mostrou desastrosa, tanto que ficou conhecida como a "Década Perdida". Durante esse período, os países menos favorecidos passaram a registrar altos índices inflacionários e um grande aumento das suas dívidas externas. A saída encontrada pelos endividados foi procurar instituições internacionais em busca de crédito. No entanto, para que isso acontecesse, os principais órgãos financeiros – como o FMI e o BIRD (Banco Mundial) – aconselharam os países do Terceiro Mundo a adotarem práticas neoliberais, de forma que, a médio prazo, estes pudessem reestruturar suas economias.

É importante ressaltar que a posição adotada pelos órgãos financeiros internacionais coincidia com os interesses estadunidenses, afinal, estes estavam profundamente vinculados a tais instituições e, mesmo que indiretamente, seriam beneficiados com a aproximação dos países do Terceiro Mundo. Dessa forma, em 1990, amparadas pelo governo dos Estados Unidos, as principais nações latino-americanas se reuniram no Consenso de Washington. Durante a reunião, os estadunidenses ratificaram a posição já defendida pelos órgãos financeiros internacionais e, assim, defenderam que os latinos deveriam manter uma política de austeridade econômica, elevação das taxas de juros, privatizações de empresas estatais, incentivo à economia de mercado e abertura ou desregulamentação da economia.

Tarifas alfandegárias médias nos países desenvolvidos (%)

O gráfico demonstra como, gradativamente, o neoliberalismo ganhou força durante o século XX, fazendo com que as tarifas alfandegárias fossem reduzidas.

A partir de então, várias medidas neoliberais passaram a ser seguidas à risca por grande parte dos governos latino-americanos, que vinculavam a sua proximidade aos Estados Unidos à prosperidade econômica. No Brasil, apesar de o introdutor das práticas neoliberais ter sido Fernando Collor de Mello, quem de fato consolidou essa ideologia na economia nacional foi Fernando Henrique Cardoso. Já na Argentina, o presidente Carlos Menem foi o grande mentor das práticas econômicas que vincularam o seu país, de forma mais intensa, ao mercado internacional.

CRISES RECENTES DO CAPITALISMO MUNDIAL

A Nova Ordem Mundial instaurada registrou um grande avanço do capitalismo, assim como uma intensificação do processo de globalização econômica e cultural. Apesar dos avanços inegáveis registrados, esse processo, que se intensificou principalmente nas décadas anteriores a 1990, mostrou que uma integração tão intensa – principalmente no âmbito econômico – pode trazer problemas globais. Assim, a última década do século XX foi marcada por crises no capitalismo mundial, afinal, dada a dependência dos países do Terceiro Mundo junto às potências capitalistas, quando estas registraram instabilidades econômicas, imediatamente uma onda de incertezas e de falências varreu grande parte dos países capitalistas de todo o planeta.

Crise mexicana (1994) – “Efeito Tequila”

A primeira grande crise do capitalismo da década de 1990 aconteceu no México, logo após a sua entrada no NAFTA. Aparentemente, ao seguir o conselho do Consenso de Washington e abrir a sua economia para o mercado internacional – representado pelos seus parceiros de bloco econômico: Estados Unidos e Canadá –, o México teria uma possibilidade maior de crescimento econômico. Porém, com o passar do tempo, viu-se que a abertura indiscriminada às importações gerou impactos negativos para os mexicanos, entre os quais um grande déficit na balança comercial, a fuga de investimentos e, logo, a desvalorização da moeda.

Além da grande dependência gerada pela entrada do México no NAFTA, a falta de transparência política, os altos índices inflacionários e a própria falta de solidez do mercado interno mexicano também foram fatores que levaram o país ao colapso. Não se pode esquecer, ainda, de que a entrada do México no NAFTA precisava ter sido melhor planejada, afinal, a montagem de um bloco econômico tão díspar como este, por mais que gerasse um crescimento econômico imediato, não seria capaz de reestruturar o país.

Assim, coube aos Estados Unidos a concessão de recursos que viessem a ajudar o México a sanar a sua crise, já que, além da economia mexicana, uma reação em cadeia fez cair a cotação dos títulos de outros países emergentes, o que ameaçava toda a ordem capitalista mundial.

Crise asiática (1997-1998)

Os chamados Tigres Asiáticos – Coreia do Sul, Taiwan (Formosa), Malásia, Tailândia, Indonésia, Hong Kong, entre outros – compõem um grupo de nações que se desenvolveu, a partir da década de 1970, graças a investimentos externos, principalmente japoneses. O modelo adotado pelas indústrias desses países consistia na produção de bens de consumo voltada para a exportação, através de uma legislação fiscal liberal e do baixo custo da mão de obra, fatores que atraíam ainda mais a entrada de capital externo naquela região.

Apesar do rápido crescimento econômico registrado pelos Tigres Asiáticos, a dependência destes em relação ao capital externo passou a ser vital para a manutenção da prosperidade econômica asiática. Assim, no final da década de 1990, quando houve uma recessão japonesa, esta se alastrou para os paraísos capitalistas asiáticos, levando à desvalorização da moeda desses países em relação ao dólar e, logo, à recessão econômica.

Diante da crise instalada, o FMI socorreu os Tigres Asiáticos, uma vez que o colapso havia provocado reflexos negativos em outras economias emergentes, como as da Rússia e do Brasil, por exemplo. Vale ressaltar que, a curto prazo, os empréstimos contraídos junto ao Fundo Monetário e as políticas fiscais foram efetivos para que os Tigres Asiáticos pudessem se recuperar, mas, ainda assim, a crise asiática evidenciou, mais uma vez, a interdependência da economia mundial e a sua fragilidade aos ataques especulativos, principalmente nos países emergentes.

Crise russa (1998)

No segundo semestre de 1998, a Rússia se tornou o centro de mais uma crise econômica mundial. Na verdade, Boris Yeltsin, o presidente russo, já vinha enfrentando problemas econômicos desde o desmantelamento da URSS e, por isso, tomou a atitude extrema de decretar a moratória, ou seja, suspender o pagamento da dívida externa russa, que, à época, girava em torno de 40 bilhões de dólares. Além disso, o presidente anunciou o adiamento do pagamento de títulos, acumulados em 32 bilhões de dólares, situação que fomentou ainda mais a desconfiança dos investidores externos, que não hesitaram em retirar seus capitais do país.

Em âmbito social, a crise foi sentida profundamente pela população, afinal, em virtude da queda das exportações, houve um atraso no pagamento do numeroso funcionalismo público e das Forças Armadas, o que resultou em problemas sociais, como o alargamento da miséria.

Para contornar a crise, o governo russo aumentou o preço do petróleo, além de desvalorizar a sua moeda, o rublo, com o objetivo de reaquecer as exportações do país. Mesmo com essas ações, a salvação para o país veio, mais uma vez, através da ação dos organismos financeiros internacionais, que emprestaram 22 bilhões de dólares à Rússia, além de renegociarem a dívida externa do país. Embora tenham contido o colapso russo a curto prazo, é importante lembrar que os empréstimos não foram o suficiente para acalmar o mercado mundial, que se viu envolto em uma constante retração, estendida até o primeiro semestre de 1999.

Crise brasileira (1999)

Os efeitos colaterais da crise das bolsas asiáticas e da economia russa atingiram a economia brasileira. O aumento dos índices inflacionários e a explosão das dívidas públicas interna e externa determinaram uma reação de desconfiança por parte dos investidores estrangeiros, que acabaram retirando boa parte do seu capital do Brasil e aplicaram em mercados mais seguros, como o europeu e o estadunidense.

Percebendo que a dependência econômica havia possibilitado a expansão da crise, o governo brasileiro, à época comandado por Fernando Henrique Cardoso, aumentou a taxa básica de juros (selic), no sentido de oferecer maior rentabilidade para os investidores estrangeiros. Apesar de, inicialmente, a estratégia do governo ter sido bastante atraente àqueles que buscavam lucrar através da cobrança de juros, esta acabou resultando, na prática, em um grande surto inflacionário, que, além de tornar os produtos mais caros para o consumidor final, afugentou ainda mais os investidores. Assim, logo no início do segundo mandato de FHC, o real atingia as piores cotações desde que havia sido implantado.

Lindomar Cruz / ABr

Fernando Henrique Cardoso

Dada a desvalorização do real, os produtos brasileiros se tornaram atraentes no mercado internacional, fazendo com que, naquele período, as indústrias brasileiras passassem a exportar grandes contingentes para outros países. Se, por um lado, as exportações seriam a base para a recuperação econômica brasileira, por outro, elas eram altamente prejudiciais à Argentina, que, para conter a disparidade estabelecida, elevou as suas tarifas aduaneiras para os produtos que viessem do Brasil. A atitude da Argentina, que visava à proteção das suas indústrias, acabou provocando uma guerra tarifária entre os dois países, afetando, assim, as relações diplomáticas entre eles e, principalmente, os interesses relativos ao Mercosul.

Quanto à solução para a crise brasileira, além do incentivo à exportação por parte do governo, foi necessária mais uma intervenção do FMI, que concedeu o empréstimo de 120 bilhões de dólares, um dos maiores empréstimos da história da instituição. A concessão, entretanto, foi feita mediante uma série de condições que previam o ajuste fiscal, a estabilidade monetária, o superávit primário da balança comercial e um maior rigor orçamentário por parte da economia brasileira a partir de então.

Crise argentina (2000-2001)

Para manter a estabilidade das suas indústrias, a Argentina, durante a crise brasileira de 1999, adotou uma política cambial perigosa, pois atrelou o valor do peso argentino ao do dólar. Dessa forma, o governo argentino era obrigado a manter um grande volume de dólares na poupança interna do país, criando um padrão de indexação parecido com a antiga URV brasileira, ou seja, para cada peso emitido pelo Tesouro, deveria haver um dólar correspondente. O grande problema desse sistema é que boa parte dos dólares investidos na poupança interna provinha de investidores estrangeiros, e, após a deflagração das crises da década de 1990, estes investidores estrangeiros retiraram seus capitais das chamadas economias de risco, sendo que, entre elas, estava a Argentina.

Objetivando, portanto, atrair a entrada da moeda estadunidense para o seu mercado interno, o governo argentino elevou as taxas de juros, atitude que, ao invés de corrigir o desequilíbrio, levou a uma rápida expansão das dívidas interna e externa. O orçamento público atingiu níveis tão baixos que o governo optou por confiscar os fundos de poupança e os depósitos de contas bancárias da sua população. Os saques foram limitados, e, além disso, o governo diminuiu drasticamente os gastos sociais, deixando inclusive de pagar o funcionalismo público. Em pouco tempo, uma grande revolta popular ganhou as ruas de Buenos Aires, que se tornou cenário de constantes choques entre a polícia e os manifestantes.

A superação da crise foi tortuosa para os argentinos, que não contaram com uma intervenção por parte do FMI, como havia ocorrido nas outras crises pelo mundo. Os índices argentinos eram tão negativos no início do século XXI que o país passou a ser considerado um dos mais arriscados do mundo, desestimulando a participação de investidores, inclusive, do FMI. Há uma outra leitura histórica que, a despeito da desconfiança do FMI, alega que a negligência desse órgão fazia parte de um plano dos Estados Unidos, que desejavam manter a Argentina e, logo, o Mercosul em uma constante crise, para que o projeto da união das Américas, a ALCA, fosse viabilizado.

Crise da bolha imobiliária (2008-2009)

Após um longo histórico de crises na América Latina durante a década de 1990, a crise econômica mais recente ocorreu em 2008, nos Estados Unidos, que, no século passado, eram vistos como uma das economias mais seguras de todo o mundo. A crise estadunidense se iniciou em virtude dos baixos índices de juros praticados no país, afinal, a aquisição de crédito fácil estimulava a compra indiscriminada de diversos bens, dentre eles os imóveis. Enquanto se manteve vigoroso, esse mercado sustentava diversos outros setores da economia, como a construção civil e as instituições financeiras, além de ostentar uma prosperidade econômica que favorecia o consumo interno e movimentava a economia do país.

Por trás do otimismo estadunidense, no entanto, os déficits nas contas públicas, decorrentes das suas intervenções internacionais, aliados ao risco de aumento da inflação, fizeram com que o governo elevasse as taxas de juros. Dessa forma, muitos daqueles que haviam comprado imóveis de forma financiada não conseguiram saldar seus compromissos, e, por isso, as hipotecas foram executadas. Após os imóveis retornarem para os bancos que haviam lhes financiado, estes eram colocados novamente à venda no mercado imobiliário, o que levava a um aumento da oferta e, consequentemente, à queda do preço desses imóveis.

Com a crise do setor imobiliário, aliada à inadimplência, as áreas que dependiam da prosperidade desse setor foram comprometidas. Mesmo os bancos que não estavam ligados a esse setor econômico perderam investimentos por falta de confiança, levando-os a diminuir as operações de empréstimos no geral. Assim, as indústrias do país, que passaram a ter dificuldades para a aquisição de crédito, iniciaram um processo de demissão dos funcionários, o que reduziu o mercado interno estadunidense e fomentou ainda mais a crise. Em poucos dias, portanto, o colapso, que inicialmente se restringia ao setor imobilário dos Estados Unidos, atingiu outros setores e se alastrou por vários países ao redor do planeta.

Em meio à ruína de grandes coorporações e à falência de renomados empresários, a crise se agravava cada dia mais e, para reverter esse quadro, os governos dos países atingidos tiveram de elaborar complexos planos econômicos para sanar as suas economias. Foi somente através do auxílio estatal que as instituições produtivas e financeiras conseguiram se reestruturar. Assim, através de grandes liberações de verbas públicas, esses governos compraram as instituições financeiras privadas que estavam em dificuldade ou concederam estímulos fiscais visando ao desenvolvimento produtivo e ao consumo.

Apesar de terem registrado uma ligeira recuperação nos últimos anos, é importante ressaltar que, ainda hoje, os países atingidos pela crise enfrentam certas dificuldades econômicas, já que, desconfiados, os investidores têm adotado uma postura mais conservadora.

A REAÇÃO DA ESQUERDA LATINO-AMERICANA

Passadas mais de duas décadas dos primórdios neoliberais chilenos, os principais economistas da década de 1990 perceberam que aquela ideologia não havia provocado o crescimento econômico esperado pelos países do Terceiro Mundo. Longe de representar a salvação para os endividados, a abertura de mercado e o avanço do desenvolvimento tecnológico haviam intensificado ainda mais a dependência desses países em relação às potências econômicas, como os Estados Unidos, além de aumentarem as desigualdades sociais dessas regiões.

Diante dos problemas gerados pela intensificação da globalização econômica, dois fóruns internacionais foram instituídos: um em Davos, na Suíça, e o outro em Porto Alegre, no Brasil. O primeiro foi o Fórum Econômico Mundial, formado por empresários, ministros da Economia, presidentes de Bancos Centrais, diretores do FMI, do BIRD e de outros organismos internacionais. O objetivo era discutir tecnicamente as políticas econômicas adotadas no mundo, para que os seus impactos pudessem ser menores em áreas como o meio ambiente e a saúde. Já a reunião realizada em Porto Alegre deu origem ao Fórum Social Mundial, iniciado em janeiro de 2000. Esse fórum foi promovido por diversas entidades de esquerda, como sindicatos, movimentos estudantis e ONGs, e teve como objetivo protestar contra a globalização e os organismos financeiros internacionais.

É importante ressaltar que, apesar de terem sido instituídos para solucionar uma causa imediata, os dois fóruns acabaram se tornando eventos periódicos, sendo realizados ainda hoje. Mas, apesar da semelhança inicial, esses fóruns ganharam sentidos diferentes. Devido ao seu caráter formal, o Fórum Econômico Mundial acabou sendo associado à direita e, por isso, tornou-se um sinônimo do capitalismo e das políticas globalizante e neoliberal. Já o Fórum Social Mundial, tradicionalmente marcado pelos debates que se voltam à causa popular, passou a ser visto como uma grande manifestação da esquerda.

Ainda nesse contexto conturbado das reformas neoliberais, uma grande camada de excluídos que compunham a população dos países do Terceiro Mundo passou a clamar por reformas que amenizassem, principalmente, a desigualdade social existente nos seus países. Esse movimento foi marcante na América Latina, onde, em diversos países, os partidos de esquerda, ou mesmo de centro-esquerda, se apropriaram das falhas do neoliberalismo para que pudessem alavancar suas campanhas e, assim, eleger os novos presidentes da região.

As vitórias de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, do casal Kirchner, na Argentina, de Rafael Correa, no Equador, de Evo Morales, na Bolívia, de Hugo Chávez, na Venezuela, e o retorno de Daniel Ortega, na Nicarágua, podem ser relacionadas a este fenômeno da reação das esquerdas latino-americanas. Mesmo que alguns desses nomes possam ser ligados a uma esquerda moderada, estes souberam canalizar a insatisfação da população latino-americana para, após eleitos, realizarem reformas de cunho social e, por vezes, nacionalistas.

Ricardo Stuckert / PR / Creative Commons

Evo Morales, presidente da Bolívia, Hugo Chávez, presidente da Venezuela, e Lula, ex-presidente do Brasil.

Diante da ascensão da esquerda latino-americana, pode-se perceber que as reformas neoliberais foram contidas, afinal, os novos líderes dessas nações passaram a adotar uma postura muito menos favorável à submissão internacional. Assim, ao invés de considerarem a proximidade dos Estados Unidos um fator positivo – como outrora valorizavam os neoliberais –, os novos governos passaram a prezar pela manutenção da soberania nacional e, mesmo respeitando as rivalidades entre si, pelo fortalecimento do Mercosul.

CHINA: POTÊNCIA ASIÁTICA E MUNDIAL

Um dos mais importantes personagens na reorganização mundial realizada após a Guerra Fria foi a China que, àquela época, buscou se integrar de forma efetiva à economia global. A princípio, parece estranho ligar a China às transações comerciais, já que, em 1949, o país passou por uma revolução socialista. Para que essa mudança possa ficar clara, é importante resgatar a década de 1970, quando, após a morte de Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping assumiu o controle do país e iniciou um processo de abertura econômica. Buscando uma melhor estruturação da economia chinesa, o novo líder criou as ZEEs (Zonas Econômicas Especiais), cidades costeiras que, por apresentarem mão de obra barata, boa infraestrutura e isenção de impostos, eram muito atraentes aos investimentos externos.

White House photo / Creative Commons

Deng Xiaoping e Jimmy Carter, líderes políticos da China e dos Estados Unidos no contexto da década de 1970.

Apesar do avanço do capitalismo na China, este não trouxe a solução para grande parte dos problemas sociais que tradicionalmente atormentam esse país superpopuloso. Mais de 60% da população chinesa vivem, ainda hoje, na zona rural, sendo que os níveis de desigualdade social são alarmantes. Atualmente, mais de 800 milhões de pessoas vivem na linha de pobreza, submetidas ao trabalho semiescravo, e mais de 200 milhões de chineses se encontram na condição de desempregados.

Além dos problemas sociais de origem econômica, na esfera política, a China ainda mantém uma postura socialista, sendo que o controle dos meios de comunicação é rigoroso (os computadores chineses possuem um filtro que impede o acesso a *sites* proibidos pelo governo) e o Partido Comunista Chinês (PCC) mantém uma pesada ditadura no país. Posta, portanto, a configuração de um país que alia a economia capitalista às características políticas do socialismo, o regime adotado pela China desde a década de 1970 foi denominado, posteriormente, de socialismo de mercado.

A dúbia postura da China, apesar de atender à demanda comercial externa, não agradava parte da sua população, que, diante da Queda do Muro de Berlim e do iminente colapso da URSS, percebeu o momento exato para protestar contra o regime político autoritário do país. Assim, em 1989, estudantes e trabalhadores caminharam até o centro da capital chinesa clamando pela abertura política, no episódio conhecido como Primavera de Pequim. Mantendo sua postura intransigente, o governo de Xiaoping não hesitou e reagiu violentamente, fazendo milhares de pessoas prisioneiras durante a ação das tropas chinesas conhecida como Massacre da Praça da Paz Celestial. Após contido o levante, muitos dos manifestantes foram exilados e outros (entre 200 e 2 000 pessoas, dependendo da fonte) foram mortos.

Mesmo tendo sido condenada pela opinião pública internacional, a repressão por parte de Deng Xiaoping possibilitou à China dar continuidade à sua política de abertura econômica. Dessa forma, em 1997, Hong Kong, que estava sob o domínio da Inglaterra, voltou a ser controlada pelos chineses. Em 1999, foi a vez de Macau, até então ligada aos portugueses, se vincular à China. Em ambos os casos, as aquisições foram muito importantes para as pretensões chinesas, já que, em virtude dos laços que haviam mantido com os europeus, tanto Hong Kong quanto Macau tinham uma boa infraestrutura capitalista.

Creative Commons

Centro comercial de Hong Kong

Diante do grande avanço econômico registrado nas últimas décadas do século XX, em dezembro de 2001, a China passou, oficialmente, a fazer parte da OMC (Organização Mundial do Comércio), situação que, além de viabilizar ainda mais as trocas comerciais chinesas, tornou o país mais atrativo aos olhos dos investidores estrangeiros. Ainda assim, desde que passou a fazer parte da OMC, a China é constantemente acusada de violar acordos internacionais que regulam a economia de mercado. De acordo com tais acusações, para tornar os seus produtos mais baratos, os chineses lançam mão de trabalho semiescravo e não se preocupam com os impactos ambientais gerados pelas suas indústrias.

Mesmo com essas acusações, somadas ao comércio protecionista e subvencionado praticado pela China, a OMC insiste em se omitir e, assim, optar por não punir os chineses, que ameaçam se retirar da instituição. A postura cautelosa por parte da organização se justifica por ali existirem vários países interessados no potencial de compra da numerosa classe média chinesa e que, por isso, não admitem uma possível expulsão da China da OMC.

No âmbito político, a China atualmente enfrenta três embates diplomáticos, que, por sua vez, ameaçam a estabilidade de toda a Ásia Oriental. Além do conflito dos chineses com Taiwan – que desde a Revolução Chinesa é um inimigo declarado do país –, estes não vêm se entendendo com o Japão, que é acusado, pelo governo de Pequim, de publicar livros didáticos de História que omitem a dominação japonesa sobre o país. Ora, é inegável que, durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão dominou a China, o que fez com que os chineses se sentissem humilhados e explorados. Assim, já que os livros japoneses não mencionavam aos seus alunos as práticas consideradas abusivas, a China se viu no direito de levar a situação à mídia internacional, o que gerou um impasse diplomático entre os dois países. Mesmo após o governo japonês ter revisto as publicações e pedido desculpas formais à China, as tensões entre os dois países continuam latentes.

Outro importante embate diplomático envolve a questão do Tibet, região invadida pela China em 1950. Sob o discurso revolucionário e socialista, os chineses alegam que promoveram enormes melhorias socioeconômicas na província. Já o povo tibetano, lutou pela autonomia da região, sendo liderados pelo Dalai Lama, chefe político e espiritual do Tibet, que, por ser perseguido pelos chineses, vive exilado na Índia. Recentemente, Dalai Lama anunciou seu desligamento da política tibetana, que deverá ser guiada nos moldes da democracia. Ainda assim, a luta emancipacionista dos tibetanos persiste.

Até 2008, por exemplo, quando ocorreram os Jogos Olímpicos em Pequim, o governo chinês conseguia manter a sua postura ditatorial e, através da repressão e da censura, lançava mão da violência contra os tibetanos, que não conseguiam se expressar. Quando toda a mídia internacional estava preparada para a cobertura das Olimpíadas, no entanto, os tibetanos realizaram uma grande manifestação no centro da capital chinesa, rompendo com a censura imposta pela China. Durante o evento registrado pelas câmeras de todo o mundo, diversas manifestações se espalharam pelo planeta, reacendendo a causa da independência do Tibet. Mesmo pressionado pela opinião pública internacional, o governo chinês, ainda hoje, insiste em manter o seu domínio sobre a região, refutando qualquer concessão de liberdade aos tibetanos.

Em meio à sua conturbada história recente, a China – que em 2010 registrou um crescimento econômico superior a 10% e se tornou a terceira economia do planeta – tem hoje o desafio de manter a sua sustentabilidade, afinal, o crescimento econômico acarretou a elevação da desigualdade social e do gasto energético do país. Acredita-se que, se a China mantiver sua taxa de crescimento, em breve ela não terá mais recursos energéticos e naturais próprios para continuar a sua produção. Um outro problema envolve a temática ambiental, pois, diante da elevada demanda repassada às indústrias chinesas, houve uma considerável intensificação da emissão de CO_2 no ar e da poluição dos rios.

Por fim, é importante ressaltar que o crescimento econômico chinês foi desacelerado em virtude da crise econômica mundial deflagrada em 2008 nos Estados Unidos – haja vista o crescimento de 14,2% registrado em 2007. Resta saber agora se o poder de recuperação do país fará com que ele restabeleça os seus índices de crescimento e, ainda, se a China conseguirá conciliar o crescimento com o desenvolvimento social, pois só assim poderá se consolidar como uma potência no século XXI.

11 DE SETEMBRO E SEUS REFLEXOS

No dia 11 de setembro de 2001, o mundo ficou espantado quando a maior potência mundial foi atacada em seu próprio território. Dois dos maiores símbolos dos Estados Unidos, o Pentágono (centro de defesa militar do país) e o World Trade Center (centro econômico de Nova Iorque), foram alvejados simultaneamente através da explosão de grandes aviões que colidiram com esses prédios. Os atentados, que foram assumidos pela organização terrorista Al Qaeda, liderada por Osama Bin Laden, deixaram a população estadunidense em pânico e levaram o presidente George W. Bush a declarar que esses ataques representavam um ato de guerra contra os Estados Unidos.

A partir de então, o governo norte-americano deu início à execução da chamada Doutrina Bush, um conjunto de princípios e métodos que tinha como objetivo consolidar a hegemonia dos Estados Unidos mundialmente. Nas entrelinhas da ação adotada, ficava claro que, se necessário, os Estados Unidos atacariam preventivamente os países ou grupos terroristas, antes que estes viessem a ameaçar a ordem e os interesses estadunidenses.

Department of Defense / Creative Commons

Escombros gerados pelos ataques ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001

Se, inicialmente, os atentados representaram a fragilidade do império, posteriormente, o que se viu foi uma ação de caráter expansionista justificada por uma suposta "Guerra ao Terror". Nesse primeiro momento, a comunidade internacional, através da ONU, apoiou as ações comandadas pelos Estados Unidos. Assim, já em 2001, o governo estadunidense, alegando que o governo do Afeganistão (Talebã) apoiava Bin Laden, atacou este país. Após a invasão bem-sucedida, a teocracia de orientação islâmica, que até então vigorava entre os afegãos, foi destituída e os EUA iniciaram, a partir de então, um longo processo visando à implantação de uma democracia no país.

Dois anos após a invasão do Afeganistão, os Estados Unidos comandaram uma nova ação militar no Oriente Médio, desta vez no Iraque. Antes mesmo da atitude extrema, o governo estadunidense já havia soliciado à ONU que adotasse uma postura mais rígida naquele país, já que o regime comandado por Saddam Hussein supostamente apoiaria o terrorismo internacional e possuiria armas de destruição em massa. Mesmo diante da recusa de alguns membros da instituição, os Estados Unidos se prontificaram a impor, através dos seus próprios esforços, algumas medidas em retaliação ao governo iraquiano. Assim, em 2003, após um efetivo ataque militar, os Estados Unidos depuseram o regime comandado por Saddam Hussein, que foi executado três anos mais tarde.

É interessante perceber que, em ambos os casos, mesmo não havendo a comprovação da existência de armas de destruição de massas ou mesmo de provas que revelem a ligação do regime dos países invadidos com as organizações terroristas, as forças militares dos Estados Unidos continuam atuando na região. Ainda assim, a ocupação estadunidense não é bem vista pela maior parte da população local, que, por sua vez, comanda um grande movimento de resistência. Através de ataques que são registrados diariamente nesses países, muitos soldados estadunidenses morrem, embora, oficialmente, a guerra tenha sido cessada. Esses atentados revelam, portanto, a desordem estabelecida nos países orientais ocupados, assim como demonstram a fragilidade da maior potência do mundo em levar a democracia a estes povos.

É importante ressaltar, ainda, que, apesar da Guerra ao Terror, o terrorismo internacional não se intimidou, muito pelo contrário, ele tem se tornado cada vez mais ousado e intensificado suas ações. No dia 11 de março de 2003, por exemplo, um ataque terrorista atingiu a Espanha, que à época era aliada dos Estados Unidos na sua empreitada militarista. Mais de 100 quilos de explosivos foram colocados em trens de passageiros e provocaram a morte de mais de 200 pessoas, além de deixarem 1 400 feridos. Tendo chocado a população espanhola, esse atentado mostrou ao mundo que nenhum país estava livre do terrorismo internacional e que as autoridades competentes, as mesmas que se dizem em luta contra o terror, não eram capazes de proteger a população que as elegeram. As repercussões dos ataques na Espanha foram tantas que o primeiro-ministro daquele país perdeu as eleições, mesmo sendo o favorito indicado pelas pesquisas eleitorais. A rejeição ocorreu porque, faltando apenas dois dias para as eleições, a mídia espanhola ligou os ataques que haviam ocorrido à Al Qaeda ao apoio do primeiro-ministro às ações dos Estados Unidos. Assim, buscando desvincular a Espanha da luta contra o terror, a população elegeu o candidato da oposição.

Após os atentados ocorridos em 2001 e todas as suas repercussões, um outro ponto importante entrou na pauta de discussões sobre a política internacional: o papel da ONU enquanto mediadora das nações mundiais. Ora, se as Nações Unidas não autorizaram a ação militar estadunidense, e, ainda assim, o governo de Washington se infiltrou no Oriente Médio, esse órgão mostrou sinais de enfraquecimento, uma vez que sua decisão deveria ser respeitada por toda e qualquer nação. Uma outra possível leitura histórica indica que a ONU tenha, pelo contrário, mostrado sinais de um fortalecimento tão grande, que foi capaz de se opor a um pedido da mais poderosa nação mundial. Qualquer que seja a resposta, vale lembrar que uma ONU frágil só favorece o risco de confrontos cada vez maiores entre as nações. Torna-se necessário, portanto, repensar o papel da instituição no contexto mundial, pois somente uma instituição supranacional forte e soberana poderá evitar os desmandos de qualquer potência que se julgue hegemônica.

Governo de Barack Obama

O desgaste do Governo Bush com a questão do Oriente Médio e com denúncias de violação dos direitos humanos em Guantánamo, além da crise econômica, favoreceram o crescimento da campanha do Partido Democrata às eleições em 2008. Dessa forma, Barack Obama conseguiu se tornar o primeiro presidente negro eleito nos Estados Unidos, após uma acirrada vitória diante de John McCain, que, sendo candidato do Partido Republicano, tinha o apoio de George W. Bush.

Em meio a muitas expectativas, Obama assumiu a Presidência no início de 2008 com a missão de conter a crise econômica instalada no seu país, discutir a possível retirada das tropas americanas que lutam no Oriente Médio, mediar as questões ambientais e combater a ameaça que representa o suposto desenvolvimento do programa nuclear do Irã.

Após dois anos de mandato, as principais expectativas do governo, à exceção da reforma no sistema de saúde, ainda não foram atendidas, e, apesar do discurso em tom mais ameno que seu antecessor, os resultados da política externa dos Estados Unidos durante o mandato de Obama ainda deixam a desejar. No que se refere a Cuba, por exemplo, o presidente não conseguiu convencer o Legislativo do seu país a desativar por completo a prisão que atualmente funciona na base militar de Guantánamo. É importante destacar que os partidários de Bush que permanecem com cargos de deputados e senadores insistem em vetar qualquer proposta pacificadora elaborada pela Presidência.

U.S. Navy photo by Petty Officer 1st Class Leah Stiles / Creative Commons

Barack Obama, presidente dos Estados Unidos

Ainda em âmbito internacional, em 2010, os Estados Unidos conseguiram aprovar junto à ONU um pesado embargo ao Irã, apesar da oposição de alguns países – como o Brasil –, que acreditam que este foi um retrocesso nas negociações de paz. A postura intransigente dos estadunidenses em relação aos iranianos é atribuída ao programa nuclear que supostamente o Irã viria conduzindo. Os Estados Unidos alegam que o manuseio de recursos nucleares por países em desenvolvimento são um risco, já que estes resistem às inspeções realizadas por observadores da ONU, e, assim, poderiam montar o seu próprio arsenal nuclear.

Em outra ação impositiva, os Estados Unidos participaram, em março de 2011, de uma ofensiva contra o governo do ditador Muamar Kadhafi, presidente da Líbia desde 1969. Os ataques se iniciaram sob alegações de que o governo líbio vinha massacrando os civis que se manifestavam contra o regime de Kadhafi. Ainda assim, pesa contra os Estados Unidos o fato de estes estarem, possivelmente, interessados no petróleo líbio ou mesmo na deposição de um regime abertamente antiamericano

Em virtude, portanto, das imensas expectativas geradas em torno da posse de Obama, este, não conseguindo atender a todos os anseios, teve uma considerável perda de popularidade. Ora, de fato, agradar a liberais e conservadores através das suas ações políticas não é uma situação fácil para um presidente dos Estados Unidos. Em relação à questão do Oriente Médio e da África, essa divergência fica clara, afinal, apesar de boa parte da população estadunidense reprovar a manutenção de tropas naquelas regiões, a ala conservadora do Legislativo dos Estados Unidos mantém sua postura firme e, mesmo diante da retirada das tropas estadunidenses do Iraque no fim de 2010, insiste em patrocinar a permanência do Exército no Afeganistão e, agora, na Líbia.

Em uma ação que talvez possa ter sido direcionada, Obama recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Muitos acreditam que a premiação visava a estimular uma postura mais negociadora do país, no que se refere à política externa, e não a premiar, de fato, os feitos de seu mandato.

LEITURA COMPLEMENTAR

O Mercosul: resposta periférica à globalização

O retorno da democracia na Argentina e no Brasil, com os presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, se dá, portanto, numa conjuntura adversa, do ponto de vista econômico e diplomático. A crise da dívida faz com que os países latino-americanos sejam extremamente vulneráveis às pressões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, num quadro de graves dificuldades econômicas, enquanto o conflito centro-americano permite ao Governo Reagan trazer a Guerra Fria para o âmbito hemisférico, o que lhe possibilita também utilizar instrumentos diplomáticos e militares para exercer uma pressão suplementar sobre a América Latina. Neste contexto, os dois países aderem ao Grupo de Apoio à Contadora e iniciam um acercamento sistemático e institucionalizado.

Em 1985, através da Declaração de Iguaçu, foi estabelecida uma comissão para estudar a integração entre os dois países e, em 1986, foi assinada a Ata para Integração e Cooperação Econômica, que previa a intensificação e diversificação das trocas comerciais. Fruto deste esforço, em 1988, foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que previa o estabelecimento de um mercado comum entre os dois países, num prazo de dez anos. O que estava por trás desta cooperação, a par dos fatores já apontados, é a marginalização crescente da América Latina no sistema mundial, a tentativa de formular respostas diplomáticas comuns aos desafios internacionais, a busca de complementaridade comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico e de projetos específicos.

O final da década de 1980 proporcionou a aceleração do processo de globalização, da Revolução Científico-Tecnológica, da competição econômico-tecnológica entre os países desenvolvidos e da formação de blocos econômicos. Com isso, a já difícil situação internacional da América Latina agrava-se dramaticamente, e, como conseqüência, a diplomacia brasileira buscou um novo modelo de inserção internacional. Durante o governo Collor (1990-1992), houve, inicialmente, uma convergência com as propostas norte-americanas para o estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial, que, no caso da América Latina, era expressa pelo Washington Consensus. Como em outras vezes na história diplomática do país, a análise feita pelo novo governo neoliberal brasileiro estava equivocada ao acreditar que, quanto mais fosse oferecido aos Estados Unidos, mais seria recebido em troca. Essa idéia estava baseada na velha concepção de uma aliança privilegiada com a Casa Branca e também de que os EUA haviam vencido a Guerra Fria, e não na emergência de uma ordem mundial pós-hegemônica, como estava acontecendo.

Em 1990, o presidente Bush lançou a Iniciativa para as Américas, aventando a criação de uma área de livre-comércio do Alaska à Terra do Fogo. Tratava-se de uma estratégia destinada a reagir à construção da União Européia e à ascensão da Ásia Oriental, como forma de permitir a Washington reafirmar sua hegemonia mundial no pós-Guerra Fria. Para enfrentar esses desafios, os EUA precisavam articular um espaço econômico exclusivo e incrementar suas exportações, como um dos mecanismos necessários para reciclar sua base produtiva e tecnológica e gestar formas menos custosas de manter sua hegemonia mundial. Tal processo já se havia iniciado com a integração da América do Norte: em 1988, foram firmados acordos de cooperação entre os EUA e o Canadá, e, em 1990, iniciaram-se as discussões com o México. Essas iniciativas culminariam, em 1 de janeiro de 1994, com a implantação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA. A estratégia americana, definida por Alfredo Valladão como "a estratégia da lagosta", necessita da América Latina como ponto de apoio para a recuperação de sua economia no plano global, uma vez que a UE é bastante protecionista, a Ásia é mais competitiva e a África, o Oriente Médio e o antigo campo soviético encontram-se fortemente debilitados economicamente.

A resposta brasileira a esses novos desafios e aos efeitos negativos decorrentes da inserção mundial de cunho neoliberal implantada pelo Governo Collor proveio da atuação compensadora do Itamaraty (o Ministério das Relações Exteriores brasileiro) e materializou-se com a aceleração e ampliação da integração Brasil-Argentina. Em março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, que criava o Mercado Comum do Sul (Mercosul), reunindo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

VIZENTINI, P. F. *Dez anos que abalaram o século XX*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

HISTÓRIA

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (CEFET-MG–2010) *Talvez se possa dizer que o que predomina na mídia mundial é a imagem. Com frequência, as outras "linguagens" aparecem de maneira complementar* [...] *ou propriamente subordinada à imagem. Tanto assim que a mídia apresenta aspectos e fragmentos das configurações e movimentos da sociedade global como se fosse um vasto espetáculo de videoclipe* [...] *Ao lado da montagem, colagem, bricolagem, simulacro e virtualidade, muitas vezes combinando tudo isso, a mídia parece priorizar o espetáculo do videoclipe. Tanto é assim que guerras e genocídios parecem festivais pop, departamentos do* shopping center *global, cenas da Disneylândia mundial. Os mais graves e dramáticos acontecimentos da vida de indivíduos e coletividades aparecem, em geral, como um videoclipe eletrônico informático, desterritorializado entretenimento de todo o mundo.*

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho.
In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.).
A reinvenção do futuro. São Paulo:
Cortez, 1996. p. 39 (Adaptação).

A afirmação que **NÃO** apresenta um evento histórico relacionado às ideias do texto é:

A) A Guerra do Golfo marcou a cobertura jornalística ao vivo, pelo efeito fliperama proporcionado pelas câmeras que o Pentágono havia instalado em seus caça-mísseis.
B) A exibição repetida de imagens dos testes nucleares na Coreia do Norte teve como efeito a pressão da comunidade internacional para o desarmamento desse país.
C) O atentado terrorista ao World Trade Center provocou um novo ciclo das políticas internacionais em relação ao terrorismo e à cobertura jornalística.
D) A invasão do Iraque, retratada pela cobertura jornalística estadunidense, mostrou as duas faces de um conflito que acontecia em território iraquiano.
E) A invasão da Ossétia do Sul pela Geórgia provocou a atenção do mundo com a divulgação de vídeos de jornalistas atingidos na guerra.

02. (PUC Minas–2006) O mundo globalizado organiza o Estado-Nação sem as antigas delimitações fronteiriças e independentemente das diferenciações étnicas, diferentemente do que acontecia no século XIX e na maior parte do século XX. Sobre essa nova realidade, é correto afirmar, **EXCETO**

A) A ascensão da hegemonia norte-americana no mundo impõe uma lógica de integração baseada na perspectiva do mercado capitalista.
B) O surgimento das teses neoliberais sugere a integração dos mercados como meio e fim da integração cultural.
C) Devido à crise do estado do bem-estar social, há uma diminuição do papel do Estado nas economias capitalistas.
D) O fortalecimento das economias socialistas propõe a defesa de um Estado forte a partir de seu grupo étnico dominante.

03. (FGV-SP) Leia atentamente as afirmações a seguir sobre a globalização e os blocos econômicos e assinale a alternativa **CORRETA**.

I. A desagregação do mundo soviético e, portanto, do bloco socialista reforçou política e ideologicamente os princípios do liberalismo.
II. A remoção das barreiras alfandegárias e o fim das diversas formas de protecionismo reforçaram a tendência da unificação dos mercados.
III. A maior potência da Comunidade Econômica Europeia é a Inglaterra.
IV. Em 1994, o presidente Clinton conseguiu que o Congresso americano aprovasse a criação de um mercado comum – NAFTA, reforçando as ligações comerciais entre o Canadá e os Estados Unidos.
V. Na América do Sul, foi criado o Mercosul com a intenção de eliminar os empecilhos à circulação de produtos, pessoas e capitais entre o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Chile.

A) Apenas II, III e IV estão corretas.
B) Apenas I e II estão corretas.
C) Apenas II, IV e V estão corretas.
D) Apenas III, IV e V estão corretas.
E) Apenas I, III e V estão corretas.

04. (UFRGS) A partir de 1980 e intensificando-se na década de 1990, a Europa vem passando por um processo de xenofobização e de expansão de nova forma de racismo contra imigrantes, que também se manifesta no continente americano. É característica desse renascimento da extrema-direita militante a afirmação de que os

A) imigrantes destroem a cultura europeia e tiram os postos de trabalho dos europeus, gerando desemprego.
B) judeus foram responsáveis pela crucificação de Cristo.
C) negros e judeus são geneticamente primitivos e incapazes de criar cultura.
D) imigrantes estão se apropriando das empresas europeias e globalizando sua economia.
E) imigrantes aumentam o custo da produção por causa de seus altos salários e reduzem a competitividade da economia, gerando desemprego.

05. (FUVEST-SP) [...] *a atual renovação do mercado mundial auto-regulador já enunciou veredictos insuportáveis. Comunidades, países e até continentes inteiros* [...] *foram declarados "supérfluos", desnecessários à economia cambiante da acumulação de capital em escala mundial* [...] *O desligamento dessas comunidades e locais "supérfluos" do sistema de abastecimento mundial desencadeou inúmeras divergências* [...] *sobre "quem é mais supérfluo do que quem".*

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*, 1994.

Para tal situação, contribuíram decisivamente, na década de 1980,

A) a hegemonia do neoliberalismo e o colapso da União Soviética.
B) a crise da social-democracia e o sucesso dos Tigres Asiáticos.
C) o fracasso do Consenso de Washington e o êxito da China.
D) a dominação do keynesianismo e a estagnação da África e da América Latina.
E) a expansão do fundamentalismo islâmico e a desintegração do Leste Europeu.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFMG) A partir dos anos 80 e 90 do século XX, o mundo tem assistido a um fenômeno político importante – o crescimento da influência de grupos de extrema-direita. Tal tendência pode ser comprovada, por exemplo, na proliferação de organizações neonazistas e neofascistas, bem como no aumento dos votos recebidos por partidos de direita em vários países – como a França e a Itália. Assim, é **CORRETO** afirmar que esse fortalecimento dos partidos radicais de direita pode ser explicado

A) por mudanças implantadas na legislação eleitoral de vários países, que têm excluído do voto setores sociais importantes.

B) pela decadência do campo e da produção agrícola, que têm sido negligenciados pelos países industrializados.

C) pelas tensões relacionadas à crise econômica, que provoca a diminuição da oferta de trabalho formal e acirra a xenofobia.

D) pelo recrudescimento do tradicional medo ao "perigo comunista", que voltou a rondar as nações mais ricas do planeta.

02. (CEFET-MG–2009) Analise o seguinte texto.

De certa maneira, pode-se resumir os eixos que articulam o poder atual no mundo a partir de três grandes monopólios: das armas, do dinheiro e da palavra. O primeiro reflete a política de militarização dos conflitos, em decorrência do campo em que os Estados Unidos acreditam dispor de superioridade inquestionável. O segundo retrata a política neoliberal, de mercantilização de todas as relações sociais e dos recursos naturais, que busca produzir um mundo em que tudo tem preço, tudo se vende, tudo se compra, e cuja utopia são os shopping centers*. O terceiro é o monopólio da mídia privada sobre o processo – profundamente seletivo e antidemocrático – de formação da opinião pública. A América Latina espelha de maneira particular essas contradições do novo período histórico.*

SADER, Emir. *A nova toupeira:* os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 55-56.

Todas as ideias defendidas por Sader estão confirmadas nas alternativas seguintes, **EXCETO**

A) "Remover Saddam Hussein do poder foi uma decisão acertada. Esta é uma luta que a América pode e deve vencer; o mundo está melhor, e os Estados Unidos estão mais seguros". (BUSH, G. W. *Discurso*. In: Sítio Uol)

B) "As pessoas se alimentam, se vestem, moram, se comunicam, se divertem, por meio de bens e serviços mundiais, utilizando mercadorias produzidas pelo capitalismo mundial, globalizado". (PRAXEDES *et al*. *O Mercosul*)

C) "Nas esquinas da Europa pequenos grupos de [...] índios dos Andes sul-americanos tocavam suas melancólicas flautas e nas calçadas de Nova Iorque, Paris e Roma camelôs negros da África Ocidental vendiam balangandãs aos nativos". (HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*)

D) "A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares". (MARX ; ENGELS. *O Manifesto Comunista*)

E) "A liberdade de expressão, de informar e de opinar sem controles nem tutelas é um princípio maior da convivência democrática. Ocorre que a imprensa – ou a mídia, num sentido mais amplo – é uma instância, diferenciada do espaço público da troca de ideias e informações, que caracteriza as democracias". (BRITO, Judith. *Folha de S. Paulo*)

03. (FJP-MG–2010) Analise as seguintes afirmativas sobre o fenômeno da globalização e assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) Carece de uma teoria pronta e acabada, em razão da crescente diversidade entre os países que participam do jogo global, tornando qualquer análise comparativa inócua já que as interpretações sobre a globalização revestem-se de conotações políticas e ideológicas.

B) Diferencia-se das fases passadas da internacionalização pelo fato de que praticamente todos os países do mundo estão nele inseridos, buscando se sintonizar com as correntes de comércio e de capitais da economia internacional.

C) Surge a partir da ampliação do espaço de conexão entre os fluxos financeiros, de investimentos, comércio, ideologias, informações e de valores políticos e morais, que vão além da mera caracterização de uma simples internacionalização de mercados.

D) Vem acompanhado de uma nova ideologia política que preconiza a abertura de mercado, de corte de impostos e estímulo à privatização adotada especialmente pelas economias asiáticas a partir da década de 1990.

04. (UFMG–2008) Observe esta imagem:

Divulgada mundialmente, essa imagem retrata um momento marcante das manifestações que ocorreram na Praça da Paz Celestial, em Pequim, em junho de 1989.

Considerando-se essas informações e outros conhecimentos sobre o assunto, é **CORRETO** afirmar que essas manifestações foram

A) influenciadas por acontecimentos na ex-URSS, onde o governo comunista havia sido derrubado como consequência dos protestos de milhares de estudantes e trabalhadores em todo o país.

B) promovidas por representantes de diversos setores da economia, contrários à abertura de mercado, que possibilitou a concorrência dos países capitalistas e a retração da produção industrial.

C) provocadas pela insatisfação de amplas parcelas da população com as medidas adotadas durante a Revolução Cultural, implementada pelo governo comunista com o objetivo de fortalecer o regime.

D) realizadas por estudantes, trabalhadores e intelectuais que exigiam reformas democráticas e combate à crescente corrupção de membros da burocracia governamental e do Partido Comunista.

05. (UFVJM-MG–2009) Analise esta charge.

Sobre a mensagem contida nessa charge, é **CORRETO** afirmar que ela

A) satiriza a decadência econômica dos EUA, na Era Bush.

B) contém a oposição dos democratas à política externa de Bush.

C) demonstra a similaridade do fundamentalismo de Saddam e Bush.

D) demonstra o poder político dos EUA com o presidente Obama.

06. (UNESP–2010) O petróleo não é uma matéria-prima renovável e precisou de milhões de anos para sua criação. A maioria dos poços encontra-se no Oriente Médio, na antiga União Soviética e nos EUA. Sua importância aumentou desde meados do século XIX, quando era usado na indústria e hoje é um dos grandes fatores de conflitos no Oriente Médio. Aponte as três primeiras grandes crises do petróleo nos últimos anos.

A) A primeira foi em 1973, quando os EUA tentaram invadir Israel para dominar os poços petrolíferos desse país; a segunda foi em 1979, quando foi criado o Estado da Palestina e eclodiu o conflito com a Arábia Saudita; a terceira foi em 1991, quando começou a guerra do Iraque.

B) A primeira foi em 1973, quando houve uma crise de produção no Oriente Médio, levando ao aumento do preço dos barris de petróleo no mundo todo; a segunda foi em 1979, quando o Kuwait se recusou a vender petróleo para os EUA; a terceira foi em 1991, quando começou a guerra dos EUA contra o Afeganistão.

C) A primeira foi em 1973, devido ao conflito árabe-israelense; a segunda em 1979, quando os árabes diminuíram a produção de barris; a terceira em 1991, que acabou gerando a Guerra do Golfo, quando o Iraque invadiu o Kuwait.

D) A primeira foi em 1973, quando o Iraque invadiu a Palestina; a segunda foi em 1979, período de baixa produção de petróleo no Oriente Médio; a terceira foi em 1991, devido à Guerra do Golfo.

E) A primeira foi em 1973, quando vários países do mundo exigiram a fundação da OPEP para controlar os preços dos barris de petróleo; a segunda foi em 1979, quando se deu o conflito árabe-israelense; a terceira foi em 1991, quando teve início a guerra da Palestina.

07. (Mackenzie-SP–2009 / Adaptado)

Liquidez global
Nos últimos anos, o mercado financeiro internacional tem passado por forte liquidez, com muitos recursos disponíveis.

Onda de créditos
Com tanto dinheiro "fluindo", houve aumento na concessão de crédito e com menor rigor.

Nos EUA
A expansão culminou em crise no mercado imobiliário americano, onde empresas de hipoteca têm tido problemas.

Retração
Os problemas no crédito imobiliário dos EUA tiveram reflexo mundial, e os bancos passaram até a negar recursos.

FOLHA ONLINE, 31 mar. 2008.

A crise imobiliária norte-americana, que despontava desde 2006, deu origem a uma crise de crédito que afeta o mercado em escala global, observada principalmente em 2008, já que as relações econômicas do mundo atual baseiam-se em relações de interdependência. Comparadas a crise mundial vivida entre 1929-1934 e a atual, assinale a alternativa que **NÃO** apresenta característica comum a ambos os momentos.

A) A confiança depositada por grande parte da população norte-americana no crescimento econômico do país, em ambos os momentos, levou a sociedade a consumir cada vez mais às vésperas das crises.

B) Tanto a cotação das ações de empresas norte-americanas nas bolsas de valores, em 1929, quanto os títulos hipotecários repassados no mercado nos últimos anos não apresentavam o seu valor real de mercado.

C) Em épocas de recessão aguda, o governo norte-americano perde grande parte de sua capacidade de importar produtos, prejudicando o comércio internacional.

D) Nos dois momentos, assistimos a uma crise de liquidez do mercado, necessitando, em ambos os casos, da intervenção do governo para reerguer a economia.

E) Em 1929, os Estados Unidos eram a nação mais próspera do mundo, não existindo nenhum problema social, diferentemente da atualidade, em que a crise atingiu exclusivamente os imigrantes ilegais que trabalham e vivem no país.

08. (UFU-MG) *Questiona-se atualmente qual o fôlego do desenvolvimentismo do peculiar socialismo chinês e se suas reformulações econômicas exigirão iguais mudanças políticas, dando os contornos a uma verdadeira* Glasnost *chinesa.*

VICENTINO, Cláudio; SCALZARETTO, Reinaldo. *Cenário Mundial*. A nova ordem internacional. São Paulo: Scipione, 1992.

Tomando como referência a citação anterior, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Embora sejam reconhecidos os avanços no plano econômico, politicamente o governo chinês mantém o centralismo e o autoritarismo, tal como se verificou em Pequim no Massacre da Praça da Paz Celestial. Naquele momento, os estudantes lutavam contra a influência cultural norte-americana, contra as privatizações e pelo fortalecimento do Partido Comunista Chinês.

B) A base das reformas econômicas na China, a partir da década de 1980, foi a criação de uma economia mercantil planificada, com investimentos na importação de tecnologia e abertura para empresas estrangeiras, aproveitando o potencial da farta mão de obra e do excelente mercado consumidor.

C) Em função da supervalorização da mão de obra, com os altos salários pagos aos operários chineses, e da concorrência da exportação de produtos agrícolas feita por Taiwan, os produtos chineses ficaram restritos ao comércio com o Sudeste Asiático.

D) A devolução de Hong Kong pelos ingleses à China foi fruto de intensos conflitos que envolveram recentemente os dois países, culminando com a implantação de eleições livres e a formação de uma bolsa de valores naquela região.

09. (PUCPR) O presidente dos EUA, George W. Bush, praticou a doutrina de ação militar preventiva contra inimigos, para justificar a guerra contra o Iraque em 2003. No pós-Guerra Fria, como intervenções norte-americanas,

I. os EUA lideraram a coalização internacional que expulsou tropas iraquianas do Kuwait (1991).

II. em consequência dos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, os EUA derrubaram o governo fundamentalista do Taleban no Afeganistão.

III. em 1995, os EUA enviaram tropas para o Vietnã do Sul no combate contra os comunistas do Vietnã do Norte.

IV. a CIA forneceu ajuda ao presidente da Colômbia, Hugo Chávez, ameaçado de perder o cargo por causa de uma greve de funcionários da empresa estatal de petróleo daquele país (2002).

Estão **CORRETAS**

A) apenas I e III.

B) apenas I e II.

C) I, II e IV.

D) II, III e IV.

E) apenas II e IV.

10. (UFMG–2006) Considere esta afirmativa:

Em maio de 2004, houve a quinta e maior ampliação. Dez países, a maioria deles antigas repúblicas comunistas do Leste Europeu, foram admitidos no clube, composto, até então, de 15 nações.

1. **CITE** o organismo a que se faz referência nessa afirmativa.
2. **DESCREVA** a trajetória desse organismo.
3. **COMENTE** um dos desafios que esse organismo vem enfrentando nos últimos anos.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2003) No dia 7 de outubro de 2001, Estados Unidos e Grã-Bretanha declararam guerra ao regime Talibã, no Afeganistão. Leia trechos das declarações do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e de Osama Bin Laden, líder muçulmano, nessa ocasião:

George Bush:

Um comandante-chefe envia os filhos e filhas dos Estados Unidos à batalha em território estrangeiro somente depois de tomar o maior cuidado e depois de rezar muito. Pedimos-lhes que estejam preparados para o sacrifício das próprias vidas. A partir de 11 de setembro, uma geração inteira de jovens americanos teve uma nova percepção do valor da liberdade, do seu preço, do seu dever e do seu sacrifício. Que Deus continue a abençoar os Estados Unidos.

Osama Bin Laden:

Deus abençoou um grupo de vanguarda de muçulmanos, a linha de frente do Islã, para destruir os Estados Unidos. Um milhão de crianças foram mortas no Iraque, e para eles isso não é uma questão clara. Mas quando pouco mais de dez foram mortos em Nairóbi e Dar-es-Salaam, o Afeganistão e o Iraque foram bombardeados e a hipocrisia ficou atrás da cabeça dos infiéis internacionais. Digo a eles que esses acontecimentos dividiram o mundo em dois campos, o campo dos fiéis e o campo dos infiéis. Que Deus nos proteja deles.

O ESTADO DE S. PAULO, 8 out. 2001 (Adaptação).

Pode-se afirmar que

A) a justificativa das ações militares encontra sentido apenas nos argumentos de George W. Bush.

B) a justificativa das ações militares encontra sentido apenas nos argumentos de Osama Bin Laden.

C) ambos apoiam-se num discurso de fundo religioso para justificar o sacrifício e reivindicar a justiça.

D) ambos tentam associar a noção de justiça a valores de ordem política, dissociando-a de princípios religiosos.

E) ambos tentam separar a noção de justiça das justificativas de ordem religiosa, fundamentando-a numa estratégia militar.

02. (Enem–2009) O fim da Guerra Fria e da bipolaridade, entre as décadas de 1980 e 1990, gerou expectativas de que seria instaurada uma ordem internacional marcada pela redução de conflitos e pela multipolaridade. O panorama estratégico do mundo pós-Guerra Fria apresenta

A) o aumento de conflitos internos associados ao nacionalismo, às disputas étnicas, ao extremismo religioso e ao fortalecimento de ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas e o crime organizado.

B) o fim da corrida armamentista e a redução dos gastos militares das grandes potências, o que se traduziu em maior estabilidade nos continentes europeu e asiático, que tinham sido palco da Guerra Fria.

C) o desengajamento das grandes potências, pois as intervenções militares em regiões assoladas por conflitos passaram a ser realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com maior envolvimento de países emergentes.

D) a plena vigência do Tratado de Não Proliferação, que afastou a possibilidade de um conflito nuclear como ameaça global, devido à crescente consciência política internacional acerca desse perigo.

E) a condição dos EUA como única superpotência, mas que se submetem às decisões da ONU no que concerne às ações militares.

03. (Enem–1998) *Você está fazendo uma pesquisa sobre a globalização e lê a seguinte passagem, em um livro: "A SOCIEDADE GLOBAL". As pessoas se alimentam, se vestem, moram, se comunicam, se divertem, por meio de bens e serviços mundiais, utilizando mercadorias produzidas pelo capitalismo mundial, globalizado. Suponhamos que você vá com seus amigos comer Big Mac e tomar Coca-Cola no Mc Donald's. Em seguida, assiste a um filme de Steven Spielberg e volta para casa num ônibus de marca Mercedes. Ao chegar em casa, liga seu aparelho de TV Philips para ver o videoclipe de Michael Jackson e, em seguida, deve ouvir um CD do grupo Simply Red, gravado pela BMG Ariola Discos em seu equipamento AIWA. Veja quantas empresas transnacionais estiveram presentes nesse seu curto programa de algumas horas.*

PRAXEDES *et al*. *O Mercosul*. São Paulo: Ed. Ática, 1997 (Adaptação).

Com base no texto e em seus conhecimentos de Geografia e História, marque a resposta correta.

A) O capitalismo globalizado está eliminando as particularidades culturais dos povos da terra.

B) A cultura, transmitida por empresas transnacionais, tornou-se um fenômeno criador das novas nações.

C) A globalização do capitalismo neutralizou o surgimento de movimentos nacionalistas de forte cunho cultural e divisionista.

D) O capitalismo globalizado atinge apenas a Europa e a América do Norte.

E) Empresas transnacionais pertencem a países de uma mesma cultura.

04. (Enem–2010) *A bandeira da Europa não é apenas o símbolo da União Europeia, mas também da unidade e da identidade da Europa em sentido mais lato. O círculo de estrelas douradas representa a solidariedade e a harmonia entre os povos da Europa.*

Disponível em: <http://europa.eu/index_pt.htm>. Acesso em: 29 abr. 2010 (Adaptação).

A que se pode atribuir a contradição intrínseca entre o que propõe a bandeira da Europa e o cotidiano vivenciado pelas nações integrantes da União Europeia?

A) Ao contexto da década de 1930, no qual a bandeira foi forjada e em que se pretendia a fraternidade entre os povos traumatizados pela Primeira Guerra Mundial.

B) Ao fato de que o ideal de equilíbrio implícito na bandeira nem sempre se coaduna com os conflitos e rivalidades regionais tradicionais.

C) Ao fato de que Alemanha e Itália ainda são vistas com desconfiança por Inglaterra e França mesmo após décadas do final da Segunda Guerra Mundial

D) Ao fato de que a bandeira foi concebida por portugueses e espanhóis, que possuem uma convivência mais harmônica do que as demais nações europeias.

E) Ao fato de que a bandeira representa as aspirações religiosas dos países de vocação católica, contrapondo-se ao cotidiano das nações protestantes.

GABARITO

Fixação

01. B 02. D 03. B 04. A 05. A

Propostos

01. C 03. D 05. A 07. E 09. B
02. E 04. D 06. C 08. B

10. 1. União Europeia.
    2. A constituição da UE remonta aos anos 1940 e 1950, no cenário de reconstrução da economia europeia no Pós-Segunda Guerra, marcado pelo combate ao avanço do socialismo e pela tentativa de romper com a dependência da economia norte-americana. O processo de integração foi gradual (BENELUX / CECA/ MEC), destacando-se o Tratado de Maastricht, que estabelecia, entre os principais pontos, a supressão de barreiras alfandegárias, fronteira livre para circulação de pessoas e ajustes da economia dos países-membros, para posteriormente realizar a unificação monetária através da implantação do euro. Em 2004, o bloco apresentou um alargamento, com a inclusão de 10 novos membros.
    3. A UE vem enfrentando a forte concorrência e pressão norte-americana contra concessão de subsídios à economia europeia, problemas internos relacionados à imigração estrangeira, diferenças econômicas entre os países-membros, além da negação pela França e pela Holanda em adotar a Constituição Europeia.

Seção Enem

01. C 02. A 03. A 04. B

HISTÓRIA

MÓDULO 21 | FRENTE B

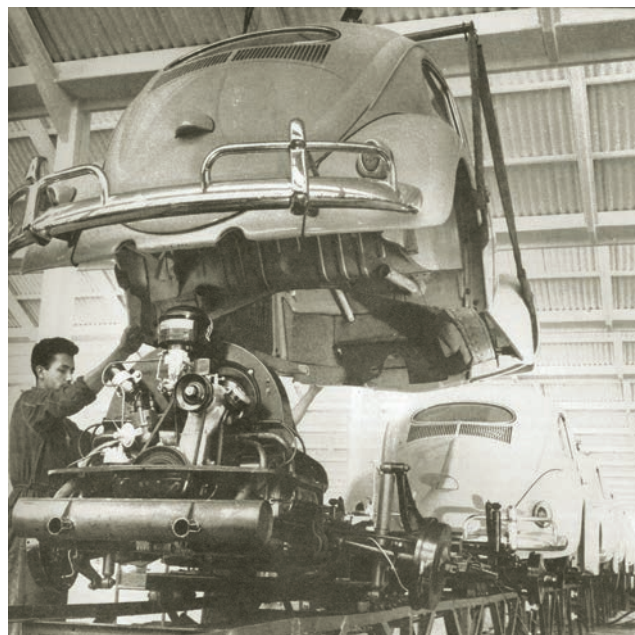
Período Liberal-democrático: prosperidade e conflitos no palco político

GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)

Dentro de um quadro político conflituoso que se estendeu desde o período pós-1945, o governo de Juscelino Kubitschek mostrou-se estável, sendo cumpridas, durante seu mandato, a Constituição e as normas democráticas, apesar da oposição da UDN e de alguns esforços golpistas de setores das Forças Armadas, em especial da Aeronáutica. Essa estabilidade se explica pelo ambiente de crescimento econômico, acrescido de uma forte sustentação política no Congresso, através da aliança PTB / PSD. O papel pacificador exercido pelo ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott, também contribuiu para a harmonia do cenário político e para a manutenção da legalidade constitucional.

Defensor de um projeto de desenvolvimento do Brasil em diversos setores, o novo presidente, eleito pela coligação PTB / PSD, atraiu o voto da população brasileira através do lema "Avançar 50 anos em 5". O audacioso intento foi chamado de **Plano de Metas** e abrangeria os setores de energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação.

O Plano de Metas tinha como objetivo principal acelerar a acumulação de recursos financeiros no país, aumentando a produtividade dos investimentos já existentes e aplicando novos recursos em atividades produtoras, o que poderia elevar a economia brasileira a um novo patamar de desenvolvimento tecnológico. A industrialização, acelerada por incentivos públicos e privados, criaria oportunidades de emprego e elevaria o nível de vida da população. Longe de alcançar todos os objetivos, o projeto do novo presidente destacou-se apenas nos setores de transporte, energia e indústria, tendo os setores sociais ocupado posição periférica.

O Governo Juscelino priorizou a ampliação da malha rodoviária brasileira, que chegou a alcançar um índice de crescimento de 138%, quando comparado os anos entre 1957 e 1961. Grandes estradas ligando os estados brasileiros foram abertas, como a Rodovia Belém-Brasília, com uma extensão de 20 mil quilômetros. A abertura de rodovias veio acompanhada da atração de empresas estrangeiras automobilísticas para o Brasil, as quais instalaram suas multinacionais e ampliaram o desejo de consumo da classe média, utilizando-se de uma permanente campanha publicitária que associava a melhora do padrão de vida ao automóvel. A opção pela rodovia teve graves consequências, as quais foram sentidas por décadas, como a dependência do petróleo, o descaso e o sucateamento da malha ferroviária e o alto custo de manutenção das estradas. Além da indústria automobilística, outras empresas foram estimuladas a se instalar no Brasil durante esse período, como é o caso das empresas farmacêuticas, petroquímicas e eletroeletrônicas. Fruto dessa expansão, o setor secundário apresentou um crescimento de 80% durante o mandato de Juscelino.

Linha de montagem da Volkswagen no ABC paulista em 1958. A indústria automobilística internacional adentrava a economia brasileira e simbolizava o modelo de desenvolvimento proposto por JK.

O pretensioso crescimento econômico proposto pelo governo ocorreu por meio de um modelo que fugia às determinações nacionalistas de Vargas, sendo orientado por um plano de desenvolvimento gerado a partir da utilização de recursos estrangeiros, seja através do envio direto de capital para investimento, seja por meio da entrada de multinacionais no país. É possível afirmar que, no Governo JK, o Estado assumiu a responsabilidade pelo investimento de capital nos setores da indústria de base, ao mesmo tempo que criou condições para o avanço do capital internacional na indústria de bens de consumo. Chamado de **nacional-desenvolvimentismo**, o modelo de Juscelino garantiu o crescimento do país a um elevado custo de dependência e dívida externas, o que repercutiu negativamente na macroeconomia a médio e longo prazos.

O presidente construiu sua imagem refletindo um estilo arrojado, moderno e empreendedor, buscando se contrapor ao padrão político vigente até então. A sociedade urbana brasileira, especialmente a classe média, mostrou-se motivada a transformar-se em uma sociedade de consumo de bens duráveis, a exemplo dos automóveis e da televisão. A materialização de um novo estilo de vida, cada vez mais próximo do modelo norte-americano – identificado no termo *american way of life* –, agradava à classe média, amplamente beneficiada pelo governo de Juscelino. Ficava evidente, porém, que o modelo implantado era excludente, priorizando limitada parcela da sociedade brasileira, e capaz de gerar concentração de renda, já que, no final desse governo, 1% da população detinha 30% da renda, enquanto os 50% mais pobres possuíam apenas 15%. O Brasil ainda era de poucos.

Simbolizando a opulência projetada para sua administração, Juscelino empenhou-se em integrar o Brasil através da transferência da capital para o centro do país – ideia antiga que foi pauta de várias discussões políticas no decorrer da história brasileira –, construindo a cidade de Brasília. Essa mudança foi um marco no processo de interiorização territorial da nação e representou uma consequente melhora na distribuição demográfica. Além disso, transferir a capital nacional da área litorânea para o interior significava resguardá-la de um conflito militar ou mesmo de uma revolta popular. O desenvolvimento regional também se concretizou com a criação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), que apresentou pouco sucesso, principalmente pelo excessivo desvio de verbas governamentais e pela ausência de efetivos mecanismos de integração social.

O desenvolvimento industrial do Brasil se fez em um cenário de abandono do campo, semelhante ao ocorrido nos governos anteriores. A consequência direta desse processo foi a intensificação do êxodo rural, o que colaborou para a ampliação de um quadro de miséria nas cidades que atingiria seu auge no final dos anos 1970. A desigualdade campo-cidade se mostrava mais nítida na região Nordeste. As inúmeras secas, a concentração fundiária, a extrema miséria da população e o descaso governamental intensificaram o esforço do campesinato por acesso à terra e melhores condições de vida. A fundação das Ligas Camponesas em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, em 1955, representou o momento determinante para a luta no campo. Conduzidas pelo advogado Francisco Julião, as Ligas buscavam a desapropriação das terras do engenho Galileia, onde viviam 140 famílias de foreiros. A luta judicial foi encerrada com a conquista das terras pelos camponeses em 1959, incentivando, em todo o país, a propagação de outros núcleos das Ligas. A resistência de setores conservadores a esse movimento foi responsável pela ampliação do conflito no campo. É importante ressaltar que o Brasil permanecia carente de uma legislação trabalhista que mediasse as relações entre o capital e o trabalho no campo.

Creative Commons

Brasília, construção dos edifícios ministeriais. A nova capital, inaugurada em 21 de abril de 1960, impulsionava a interiorização brasileira e diminuía a capacidade de pressão popular sobre o governo nacional.

No final do mandato do presidente JK, a economia brasileira já sentia os reflexos negativos de sua política econômica. A inflação, fruto de uma elevada emissão de moeda no momento de retração dos empréstimos internacionais e do gigantesco crescimento da dívida externa – que atingiu em 1961 a cifra de US$ 3,1 bilhões –, acabou por mostrar a fragilidade da opção tomada pelo presidente. A ruptura das negociações com o FMI no final do mandato foi o desfecho do cenário de crise herdado pelo novo presidente eleito em outubro de 1960.

A década de 1950, encerrada com o Governo JK, foi marcada por novas experiências culturais que refletiram a expansão da perspectiva liberal burguesa da classe média brasileira. A novidade tecnológica ficava a cargo da televisão, introduzida no Brasil em 1950. Praticamente um objeto de luxo nas casas do Sudeste, a TV foi lentamente ocupando o espaço nos lares, entretendo as famílias através de programas ao vivo nos horários noturnos. A introdução do videotape no final da década de 1950 possibilitou a sofisticação dos programas, que iriam atingir em cheio a massa populacional através das telenovelas nos anos 1960 e 1970. Ao mesmo tempo que a TV avançava no país, a Bossa-Nova dava seus primeiros passos com João Gilberto e Tom Jobim, refletindo a modernização urbana através do seu ritmo lento e com clara influência do jazz, distante das raízes musicais brasileiras e, ao mesmo tempo, correspondendo às novas perspectivas da classe média.

Brasil: Plano de Metas – Previsão e resultados

	Previsão	Realizado	%
Energia elétrica (1 000 kw)	2 000	1 650	82
Carvão (1 000 t)	1 000	230	23
Petróleo – produção (1 000 barris/dia)	96	75	76
Petróleo – refino (1 000 barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (1 000 km)	3	1	32
Rodovias – construção	13	17	138
Rodovias – pavimentação	5	-	-
Aço (1 000 t)	1 100	620	60
Cimento (1 000 t)	1 400	870	62
Carros / Caminhões	170	133	78
Nacionalização (carros) (%)	90	75	-
Nacionalização (caminhões) (%)	95	74	-

GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961)

Garantindo uma expressiva vitória, o novo presidente, Jânio Quadros, pautou seu projeto eleitoral no combate à corrupção – utilizava a vassoura como símbolo, que varreria esse mal do país – e na sua imagem carismática, capaz de atrair a atenção e o voto do eleitorado. Presidente eleito através de uma aliança com vários partidos, entre eles a UDN, Jânio mostrou-se um político habilidoso, que foi capaz de construir uma trajetória política meteórica no estado de São Paulo.

Foto expondo o símbolo da campanha eleitoral de Jânio Quadros: a vassoura contra a corrupção. O discurso moralista de Quadros encontrou eco na sociedade.

Sua carreira, porém, não seria suficiente para garantir uma administração tranquila na Presidência. As negativas consequências advindas da economia pós-JK careciam de um projeto econômico ortodoxo, recessivo e pautado no controle dos gastos públicos e na redução da capacidade de compra do cidadão, através da suspensão do aumento de salários, visando reduzir a inflação e a circulação monetária.

A opção por uma política externa independente também foi responsável pelo aumento da pressão sobre o presidente, principalmente após condecorar o guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul – a mais alta condecoração brasileira atribuída a personalidades estrangeiras. Em um cenário de polarização mundial com a Guerra Fria, Jânio flertava com uma política externa de não alinhamento, que contradizia a posição liberal de sua base política, pró-EUA.

Na tentativa de desviar a atenção da sociedade dos grandes temas do país, o presidente apresentava projetos de menor importância, como a proibição do biquíni, do jogo de bicho e da briga de galo. Em poucos meses, os aliados já haviam se afastado de Jânio Quadros, que se mostrava incapaz de manter uma postura ideologicamente coerente, gerando até o distanciamento da UDN. Em 25 de agosto de 1961, surpreendendo novamente toda a nação, o presidente enviou um comunicado ao Congresso informando sua renúncia ao cargo. A jogada política de Jânio era orientada pela ideia de que seu pedido seria negado pelo Congresso, visto que uma parcela da elite brasileira e os setores militares não desejavam a posse do vice-presidente, João Goulart,

herdeiro político de Getúlio Vargas, que, naquele momento, estava em visita à China comunista. Para o malgrado da carreira de Jânio, o Congresso Nacional aceitou a sua renúncia e empossou, provisoriamente, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, como novo chefe do Executivo. O populismo já dava sinais de seu esgotamento.

GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

A gigantesca divisão de opiniões acerca do vice-presidente e de sua ausência do país criou um complexo ambiente político. Alguns setores da sociedade, centralizados em torno dos ministros militares, não aceitavam João Goulart na Presidência por associá-lo a grupos de esquerda. Porém, o projeto para impedir sua posse foi interrompido pelos defensores da **campanha legalista**, ou seja, manteve-se a ordem democrática. Entre os participantes desse grupo, figuravam o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado do vice-presidente, e o já destacado general Lott, que chegou a ser detido nos primeiros dias após a renúncia de Jânio pelas forças contrárias à ordem. A campanha legalista só foi vitoriosa graças ao apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército – sediado no Rio Grande do Sul – que detinha o controle de um considerável contingente das Forças Armadas, e à mobilização de diversos setores sociais pelo respeito às determinações constitucionais.

A alternativa para o entrave político foi a criação de um **Estado de compromisso**. O Congresso aprovou, em 2 de setembro de 1961, uma emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo no Brasil, visto que a limitação do poder do novo presidente através de um primeiro-ministro iria agradar aos grupos conservadores ou, ao menos, conter os anseios dos setores golpistas que não estavam dispostos a ter um presidente nacionalista e trabalhista no comando da nação.

Presidente João Goulart. Seu governo expôs a divisão presente na sociedade brasileira no início dos anos 1960.

O novo sistema vigorou entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, sendo rechaçado pela sociedade em um plebiscito que garantiu o retorno do presidencialismo, com 74% dos votos. João Goulart passou, então, a ter os poderes institucionais do Executivo. Tal situação reacendeu a crise de 1961, e formou-se um cenário de polarização política no Brasil. Além do apoio partidário do PTB, o presidente mantinha proximidade com as Ligas Camponesas. O governo já havia demonstrado preocupação com a questão camponesa, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia os direitos do trabalhador no campo. Da mesma forma, Goulart causava desconforto aos setores conservadores brasileiros devido à intensificação de uma política externa independente, que teve como episódio de maior relevância o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética. Paralelamente, a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, realizava, com centrais sindicais, manifestações favoráveis às ações do governo e à garantia da ordem democrática.

Entretanto, várias associações se colocavam radicalmente contra o presidente. Além da oposição explícita da UDN, partido disposto a aderir a qualquer solução golpista, como havia demonstrado nos governos Vargas e JK, e de uma parcela do PSD, havia as articulações golpistas e conspiratórias da Escola Superior de Guerra (ESG), chefiada pelo general Castelo Branco. Grupos patronais e instituições organizavam-se contra João Goulart. Entre estas, pode-se destacar o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Tradição Família e Propriedade (TFP). O cerco era completado pela simpatia norte-americana por uma possível solução golpista que pudesse colocar fim aos supostos movimentos socialistas existentes no governo.

O presidente João Goulart, pressionado pelos grupos citados, optou por uma gradativa guinada populista que garantisse o apoio de parcela da sociedade. O projeto das **reformas de base**, que abrangia as reformas agrária, tributária, financeira e administrativa, foi seu novo instrumento político a partir de junho de 1963. A nova proposta seria um complemento ao Plano Trienal – conduzido por Celso Furtado, ministro do Planejamento – que visava a reduzir a inflação, herança do Governo JK. Na busca da adesão popular para as reformas de base, em um cenário caracterizado pelo forte antagonismo de posições acerca do governo de Jango, o presidente convocou um comício na Central do Brasil para o dia 13 de março, sendo recebido por mais de 150 mil pessoas. Em uma clara reação, grupos católicos tradicionais convocaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu centenas de milhares de pessoas em várias capitais do país, tendo a presença maciça da classe média. Estava comprovado que o Golpe Militar teria sustentação na sociedade, pelo grande apoio à Marcha, permitindo que historiadores utilizem o termo Golpe Civil-Militar.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade: a reação conservadora. Sob um discurso religioso, moralista e anticomunista, os setores opositores à Goulart construíram seu posicionamento político.

O argumento para o golpe partiu de uma desobediência à disciplina militar dos marinheiros no Rio de Janeiro, entre 26 e 28 de março de 1964. Justificando a necessidade de se garantir a ordem institucional e a disciplina, o Golpe Militar teve início na cidade de Juiz de Fora, no dia 31 de março de 1964, sob o comando do general Olímpio de Mourão Filho, contando com o apoio dos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro, e Ademar de Barros, de São Paulo. Isolado e indisposto a convocar as massas para a luta armada, o presidente João Goulart exilou-se no Uruguai, e o poder foi entregue provisoriamente a Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara. O modelo populista brasileiro chegava ao fim, com um golpe que garantiria aos militares o controle do país por mais de duas décadas.

LEITURA COMPLEMENTAR

Renúncia de Jânio Quadros

BRASÍLIA, 25 — O presidente Jânio Quadros renunciou hoje ao cargo de presidente da República.

Às 15 horas, o jornalista Castelo Branco reuniu em sua sala os jornalistas credenciados no Palácio e fez o seguinte relato:

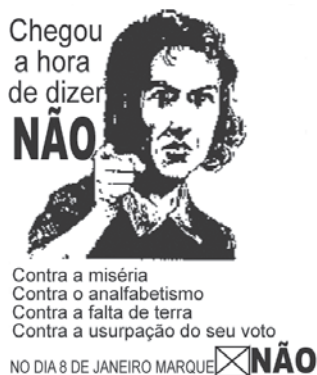
O presidente Jânio Quadros renunciou esta manhã à Presidência da República, embarcando para São Paulo por volta das 11 horas. O documento de renúncia está sendo entregue neste momento ao Congresso Nacional pelo ministro da Justiça.

O presidente chegou ao Palácio hoje, como de hábito, às 6h 30min e, depois de rápidos despachos com o chefe da Casa Militar, conversou pelo telefone com o chefe da Casa Civil. Nesses primeiros contatos, o presidente revelou a decisão de renunciar ao governo, informando que, após a solenidade do Dia do Soldado, redigiria o documento indispensável. Terminadas as comemorações no Ministério da Guerra, o presidente voltou ao Palácio, chamando imediatamente a seu gabinete o Gen. Pedro Geraldo e os Srs. Quintanilha Ribeiro, José Aparecido de Oliveira e Pedroso Horta. Aos quatro disse o Sr. Jânio Quadros:

— "Chameio-os para dizer-lhes que renunciarei agora à Presidência. Não sei exercê-la. Já que o insucesso não teve a coragem da renúncia, é mister que o êxito a tenha. Não exercerei a Presidência com a autoridade rebaixada perante o mundo, nem ficarei no governo discutindo a confiança no respeito, na dignidade indispensável ao primeiro mandatário. Não se trata de acusação qualquer. Trata-se de denúncia de quem tem como solenes e graves os deveres do mandato majoritário. Não nasci presidente da República. Nasci, sim, com a minha consciência. E a esta devo atender e respeitar. Ela me diz que a melhor fórmula que tenho agora para servir ao povo e à pátria é a renúncia."

FOLHA DE S. PAULO, sexta-feira, 25 ago. 1961.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG) Observe este cartaz, que, em 1963, foi estampado por todo o Brasil:

Esse cartaz fez parte de uma campanha

A) contra a alteração da Carta Constitucional brasileira pretendida por Jânio Quadros, visando a concretizar sua política externa independente, que propunha a aproximação do Brasil com os países socialistas.

B) contrária à adoção do parlamentarismo defendido por João Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros, regime que desagradava os setores conservadores da política e da sociedade brasileiras.

C) favorável à volta do presidencialismo, previsto na Constituição, o que colocaria um ponto final no mecanismo utilizado para viabilizar a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

D) a favor das mudanças constitucionais que possibilitariam a reeleição de João Goulart e a eleição de Leonel Brizola, bem como a concretização de uma república sindicalista no Brasil a partir da aprovação das reformas de base.

02. (UFG–2008) Leia os textos a seguir:

Vento do mar e o meu rosto no sol a queimar, queimar
Calçada cheia de gente a passar e a me ver passar

NETO, Ismael; MARIA, Antônio.
"Valsa de uma cidade", 1954.

Ah! Se ela soubesse que quando ela passa o mundo inteirinho se enche de graça e fica mais lindo por causa do amor.

JOBIM, Tom; MORAES, Vinicius de,
"Garota de Ipanema", 1962.

As composições anteriores podem ser vistas como parte de um conjunto de transformações ocorridas entre os anos de 1950 e 1960, na sociedade brasileira. O novo elemento que elas expressam se relaciona

A) à afirmação da mulher como sujeito no espaço público.
B) ao surgimento de um distinto modo de vida, vinculado à experiência urbana.
C) ao nascimento de uma experiência cotidiana, ligada ao fim da sociedade industrial.
D) à preocupação com a saúde e com a qualidade de vida nas metrópoles.
E) à inversão do movimento de ocupação do território brasileiro, em direção ao litoral.

03. (UFMG–2008) Leia este trecho:

Não obstante os três principais líderes de grupos parlamentares – PTB, PSD e UDN – [terem aderido] *à bandeira da reforma no campo, cada qual apresentou alternativas ao* status quo *diferentes umas das outras, sendo todas derrotadas e permanecendo o* status quo*, o qual não era a primeira opção de nenhum dos três grupos.*

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito*: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 207.

A partir dessa leitura e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é **CORRETO** afirmar que, nesse trecho, expressa-se

A) a falta de consenso sobre a questão agrária, no Parlamento brasileiro, às vésperas do Golpe que depôs João Goulart.
B) as dificuldades ligadas à discussão, pelas elites urbano-industriais paulistas, do tema da reforma agrária.
C) o conflito estabelecido entre o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Parlamento brasileiro.
D) os impasses ligados à tramitação e à discussão, pelo regime militar brasileiro, do Estatuto da Terra.

04. (PUC Minas) A introdução do parlamentarismo no Brasil República ocorreu num período marcado por grave crise política e significou um (a)

A) tentativa para que se aprovassem rapidamente as reformas de base, parte importante do programa que o Governo Jango queria implementar.
B) tendência para limitar o Poder Executivo, no momento em que o vice-presidente João Goulart assumisse o cargo após a renúncia do presidente.
C) desejo de reformular e até extinguir certas instituições, principalmente as que diziam respeito à previdência social, herdadas da Era Vargas.
D) intenção de diminuir os poderes excessivos do presidente Jânio Quadros e de impedir a manobra golpista, que o tornaria ditador do Brasil.

05. (UFMG) Observe a charge.

Político: Você, agora, tem automóvel brasileiro, para correr em estradas pavimentadas com asfalto brasileiro, com gasolina brasileira. Que mais quer?

Jeca: Um prato de feijão brasileiro, seu dotô.

Nessa charge, faz-se referência

A) à política econômica do Governo Juscelino Kubitschek, responsável pelo ingresso do Brasil em uma nova fase da sua economia industrial e pela presença maciça de capital estrangeiro no país.
B) ao Plano Cruzado, adotado no Governo Sarney, responsável por uma relativa estabilidade de preços e pela escassez de produtos da cesta básica.
C) à política econômica adotada por Getúlio Vargas no contexto do Estado Novo, responsável pela ampliação da oferta de produtos nacionais à população.
D) ao II PND, implementado no Governo Geisel, responsável pela construção de megaestradas, como a Transamazônica, e outras obras faraônicas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (PUC-SP–2007) *O suicídio de Vargas não interrompeu um possível golpe udenista, tanto que Café Filho assumiu a Presidência da República e governou com um ministério conservador. A grande derrota da direita, aí sim, foi em outubro de 1955, quando Juscelino Kubitschek venceu as eleições presidenciais em aliança com João Goulart. A crise de 1961 acabou fortalecendo a democracia como valor fundamental da República.*

VILA, Marco Antônio.
Jango: Um perfil (1945-1964).
São Paulo: Globo, 2004. p. 240.

A partir dos vários episódios políticos relacionados pelo texto e de seus conhecimentos sobre o período 1945-1964, pode-se afirmar que a

A) disputa entre direita e esquerda se expressava no confronto que opunha militares e políticos da UDN (União Democrática Nacional) a partidários do PSD (Partido Social Democrático), as duas principais forças políticas da época.

B) morte de Getúlio Vargas, ao contrário do que a história oficial conta, foi provocada por uma ação conservadora de políticos ligados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

C) vitória eleitoral de Juscelino Kubitschek e João Goulart, políticos de esquerda, favoreceu a imediata realização do Golpe Militar de direita que impediu a posse de JK e depôs Goulart da Presidência em 1964.

D) renúncia de Jânio Quadros, em 1961, provocou uma profunda crise política e, apesar de tentativas golpistas, negociações políticas asseguraram o respeito à Constituição e a posse do vice-presidente João Goulart.

E) eleição presidencial de 1955 definiu o fim da influência varguista, dado o apoio que os sindicatos e as centrais operárias deram à candidatura de João Goulart à Presidência da República.

02. (FGV-SP–2007) Nas campanhas eleitorais e mesmo em discursos, é bastante comum a referência, por parte de candidatos, de parlamentares e até de presidentes, a Juscelino Kubitschek. Tal lembrança pode ser justificada pelo fato de que seu mandato (1956-1961)

A) caracterizou-se pela estabilidade política, graças à sua habilidade, à aproximação com os militares e à aliança UDN-PTB, que garantiu maioria no Congresso.

B) correspondeu aos "anos dourados" da economia, devido aos aumentos salariais, à redução da inflação, ao apoio do FMI e à implantação da indústria automobilística no Brasil.

C) atraiu o apoio da população rural, com a extensão da legislação trabalhista ao campo e com a proposta de reforma agrária, objetivo principal do Plano de Metas.

D) foi um período de otimismo, marcado por grandes obras, pelo crescimento do PIB e pela efervescência cultural, com o início da Bossa-Nova e do Cinema Novo.

E) reatou relações diplomáticas com os países do bloco socialista e reconheceu o governo da República Popular da China, desenvolvendo uma política externa inovadora.

03. (FUVEST-SP–2007) A inauguração de Brasília, depois de sua rápida construção durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), trouxe desdobramentos diversos para o país. Entre eles,

A) estímulo à navegação fluvial no Sul e saída de capitais estrangeiros.

B) incentivo à integração econômica nacional e aumento da inflação.

C) desenvolvimento das estradas de ferro no Centro-Sul e empobrecimento do estado do Rio de Janeiro.

D) estímulo à organização dos sindicatos e crescimento do poder dos militares.

E) transformação do Centro-Oeste em área industrial e crescente endividamento externo.

04. (UERJ–2011)

Chiclete com banana

Eu só ponho bip-bop
No meu samba
Quando Tio Sam pegar o tamborim
Quando ele pegar no pandeiro
E no zabumba
Quando ele aprender
Que o samba não é rumba
Aí eu vou misturar
Miami com Copacabana
Chicletes eu misturo com banana
E o meu samba vai ficar assim
[...]

GORDURINHA; CASTILHO, Almira.
Coleção Folha-Raízes da MPB, n. 15.

No final da década de 1950, a sociedade brasileira passava por transformações marcantes em diferentes áreas. A letra da canção "Chiclete com banana" enfoca o seguinte elemento da conjuntura desse momento:

A) Difusão da cultura estrangeira

B) Diversificação da identidade étnica

C) Valorização da pluralidade artística

D) Expansão da dependência econômica

05. (PUC Rio–2007) Durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), o setor socioeconômico caracterizou-se pelo desenvolvimentismo, expressado pelo Plano de Metas, que continha trinta e um objetivos estratégicos para o desenvolvimento do país.

Com base no exposto, examine as afirmativas a seguir.

I. A energia, a educação e a indústria básica foram três dos setores estratégicos do Governo JK.

II. A agricultura de exportação foi o setor econômico de maior expansão durante os anos JK, permitindo acumulação de divisas estrangeiras.

III. O desenvolvimento industrial foi possível pela conjugação de investimentos estatais e privados, dentre os quais merece destaque a presença de capital estrangeiro.

IV. A construção da nova capital – Brasília – foi considerada a meta síntese, pois expressava, de um lado, os esforços de integração do território brasileiro e, de outro, a modernidade do momento vivido.

Estão **CORRETAS**

A) somente as afirmativas I, II e III.
B) somente as afirmativas II e IV.
C) somente as afirmativas I, III e IV.
D) somente as afirmativas II, III e IV.
E) todas as afirmativas.

06. (PUC Minas–2007) Observe o anúncio de uma batedeira de bolos, veiculado nos jornais entre 1950 e 1960.

Quem tem Walita tem tudo.

A propaganda e o *slogan* na marca de batedeira de bolos Walita expressam

A) o fim do trabalho assalariado doméstico, que exigiu novas facilidades que atendessem às mulheres.
B) o *boom* do consumismo durante a Ditadura Militar, que ficou conhecido como milagre brasileiro.
C) a crise de identidade das mulheres ao entrarem na vida pública pela inserção no mercado de trabalho.
D) a influência do modelo de família estabelecido com a influência do estilo de vida norte-americano.

07. (Unicamp-SP–2011) *Em 30 de março de 1964, o presidente João Goulart fez um discurso, no qual declarou: "Acabo de enviar uma mensagem ao Congresso Nacional propondo claramente as reformas que o povo brasileiro deseja. O meu mandato será exercido em toda a sua plenitude, em nome do povo e na defesa dos interesses populares."*

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. vol. 7. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 884 (Adaptação).

Sobre o contexto em que esse discurso foi pronunciado, é **POSSÍVEL** afirmar o seguinte:

A) Enfrentando a oposição de setores conservadores, Jango tentou usar as reformas de base, que deveriam abranger a reforma agrária, a eleitoral, a educacional e a financeira, para garantir apoio popular ao seu mandato.
B) Quando Jango apresentou ao Congresso Nacional as reformas de base, elas já haviam sido alteradas, abrindo mão da reforma agrária, para agradar aos setores conservadores, e não apenas às classes populares.
C) Com as reformas de base, Jango buscou afastar a fama de esquerdista, colocando na ilegalidade os partidos comunistas, mas motivou a oposição de militares e políticos nacionalistas, ao abrir o país ao capital externo.
D) Jango desenvolveu um plano de reformas que deveriam alterar essencialmente as carreiras dos militares, o que desagradava muitos deles, mas também reprimiu várias greves do período, irritando as classes populares.

08. (UECE–2008) O movimento sindical urbano foi bastante atuante durante o Governo João Goulart (1961-1964). Sobre o tema, é **CORRETO** afirmar que

A) Goulart enfrentou inúmeras greves motivadas, apenas, por reivindicações salariais.
B) no Governo Goulart, as ações sindicais, inclusive as greves, explicitaram o nível de participação dos sindicatos nas grandes questões nacionais.
C) durante o Governo Goulart, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) foi totalmente desarticulado e colocado no ostracismo por seu radicalismo.
D) o Governo Goulart enfrentava as greves e outras ações sindicais de forma intolerante e até truculenta.

09. (UEL-PR) *Em um de seus discursos, o presidente Juscelino Kubitschek afirmou: "O puro, o nobre e inteligente nacionalismo não se confunde com xenofobia. Da mesma maneira que a independência política de uma nação não significa animosidade contra os estrangeiros, nem a recusa aos intercâmbios econômicos ou relações financeiras com os países mais ricos ou mais favorecidos em valores econômicos."*

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 158.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o período JK, é **CORRETO** afirmar:

A) O discurso nacionalista, sob a ótica desenvolvimentista de JK, possuía conteúdo semelhante àquele estabelecido na Era Vargas: ambos minimizaram a importância do capital externo.

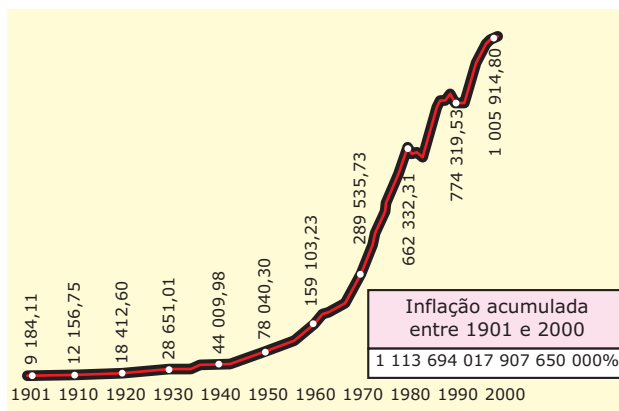
B) A ideologia do desenvolvimentismo no período JK assumiu a entrada de capitais estrangeiros no país como um recurso legítimo que expressava o verdadeiro patriotismo.

C) O desenvolvimentismo do período JK objetivou a consolidação da vocação agrícola da economia brasileira, promovendo a Marcha para Oeste, política que alavancou a agricultura de exportação.

D) Para a indústria brasileira, que passava por uma fase de retração, o desenvolvimentismo de JK foi pernicioso, pois propunha um nacionalismo xenófobo.

E) O Plano de Metas, programa de governo do então candidato JK, colocado em prática logo após sua eleição, visava primordialmente ao desenvolvimento da agricultura de exportação, instituindo, para esse fim, o "confisco cambial".

10. (UERJ)

Avanço em ciclos
A evolução do PIB brasileiro no século XX
(em R$ milhões de 1999)

JORNAL DO BRASIL, 30 set. 2003 (Adaptação).

O gráfico anterior evidencia, apesar da inflação, uma tendência de crescimento da economia brasileira. Esta, contudo, não foi acompanhada por uma significativa melhora na distribuição de renda.

Durante o século XX, políticos e intelectuais brasileiros propuseram inúmeros projetos para promover o desenvolvimento autossustentado e melhorar esta distribuição. O projeto de Juscelino Kubitschek (1956-1961) de fazer o país crescer 50 anos em 5 foi um deles.

A seguinte estratégia fundamentou a política do nacional-desenvolvimentismo:

A) Aumento do mercado consumidor, com a valorização do trabalhador rural.

B) União dos setores de esquerda, com ênfase em uma política de aumentos salariais.

C) Fortalecimento do Congresso Nacional, com a participação do empresariado industrial.

D) Atração do capital estrangeiro, com destaque para o setor de bens de consumo duráveis.

11. (UFPel-RS–2007)

BANDEIRA, Augusto.
O Correio da Manhã, 10 jul. 1962.

A charge demonstra que a conjuntura política de 1962 favorecia a João Goulart por

A) antecipar a implantação do seu projeto parlamentarista.

B) reduzir a força do Poder Executivo, que lhe fazia oposição.

C) promover o retorno do presidencialismo (efetivado com o plebiscito de 1963).

D) derrubar as reformas de base, propostas pelo parlamentarismo.

E) fechar o Congresso Nacional e governar por decretos.

12. (UFPel-RS–2007)

Texto 1

Determinados tipos de plantações quebravam a ordem natural. Relação que tendeu a se intensificar à medida que a derrubada das matas deu lugar a produtos que não tinham a ver com a nutrição de seres humanos ou animais. Para os moradores do interior paulista, entre os anos de 1946 a 1958, eucalipto não é árvore, é tão-somente eucalipto, corpo estranho ao resto do mato: nem cobra vive nessa plantação e nem bicho come aquilo ali, passarinho não faz ninho, nem dá fruita, a sombra não cobre e o pau male-mar dá pra se queimar. Para eles, árvore legítima – jacarandá, cabreúva, candeia, guarantã, ipê, saguaraji, peroba, pinho, cedro – não é aquela que, absorvendo toda a energia do solo, impede a diversidade da mata; é a que vive junto com os bichos, com os insetos, com os cipós e com o homem.

SEVCENKO, Nicolau (Org.).
História da vida privada no Brasil.
Vol. 3. SP: Cia. das Letras, 1998.
p. 73 (Adaptação).

Texto 2

Projeto de rodovia foi lançado em 1972, a Perimetral Norte na Amazônia brasileira [...] *Exemplo concreto do controle que as multinacionais exercem sobre a economia brasileira, o complexo madeireiro e agroindustrial contou com amplos recursos fornecidos pela Superintendência da Amazônia (Sudam).*

O projeto cometeu verdadeiro crime ecológico, ao desmatar parte da flora amazônica, que foi substituída por árvore asiática usada na produção de celulose.

AQUINO, Rubim *et al*.
Sociedade Brasileira: uma história
através dos movimentos sociais.
Rio de Janeiro: Record, 2000.

Os textos demonstram que as plantações de árvores exóticas já provocavam

A) danos ambientais, respectivamente, nos governos de Dutra a Juscelino e no período da Ditadura Militar.

B) desastres ecológicos, respectivamente, no período do Estado Novo de Vargas e no dos governos militares.

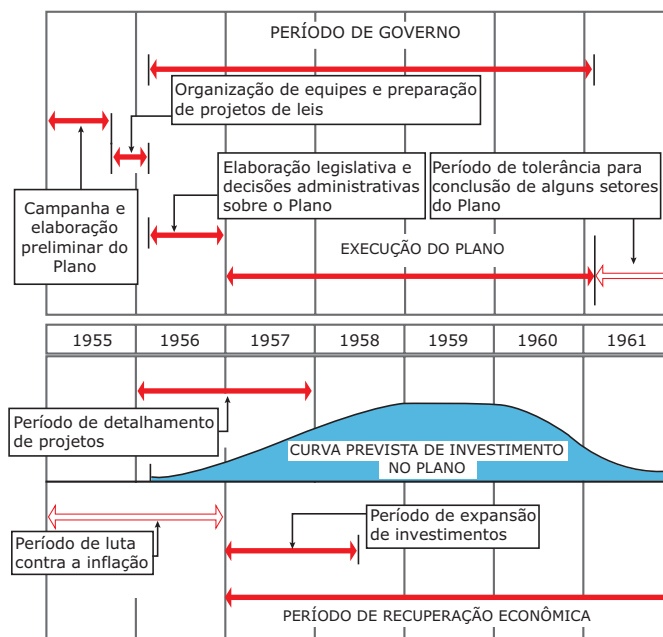
C) crescimento econômico, respectivamente, nos períodos do Governo Vargas e da redemocratização.

D) projetos de proteção ambiental, respectivamente, nos períodos do populismo e da Ditadura Militar.

E) biodiversidade, respectivamente, no governo de Dutra e no de Juscelino Kubitschek.

13. (UERJ) A proposição de planos de trabalho para o desenvolvimento nacional tornou-se comum entre os governos brasileiros, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. No caso do período JK, o Plano de Metas apresentava de forma ambiciosa 31 objetivos a serem atingidos no espaço de cinco anos de mandato (1956-1960).

Considere as informações contidas na linha de tempo a seguir.

Previsão de "tempos" no plano de investimentos do governo Juscelino Kubitschek

A partir desses dados, **IDENTIFIQUE** dois problemas que dificultaram o cumprimento dos objetivos apresentados para o ano de 1956 e duas consequências da aplicação do plano – uma social e outra econômica – no chamado "período de recuperação econômica".

14. (UFU-MG) Observe a imagem seguinte.

Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa examinam projeto no cerrado brasileiro em 1957.

Considere o contexto histórico referente à imagem apresentada e faça o que se pede.

A) A que acontecimentos se relaciona a imagem? **JUSTIFIQUE** sua resposta a partir de elementos dessa foto e **ESCLAREÇA** a que circunstâncias da história do Brasil ela está vinculada.

B) Dinamismo, audácia, vontade política e formação de boas alianças foram qualidades frequentemente associadas à presidência de Juscelino Kubitschek. **APONTE** os planos e medidas do governo, nesse período, em âmbitos nacional e internacional, capazes de estimular essa avaliação positiva.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2006) A moderna democracia brasileira foi construída entre saltos e sobressaltos. Em 1954, a crise culminou no suicídio do presidente Vargas. No ano seguinte, outra crise quase impediu a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Em 1961, o Brasil quase chegou à guerra civil depois da inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros. Três anos mais tarde, um Golpe Militar depôs o presidente João Goulart, e o país viveu durante vinte anos em regime autoritário.

Com base nessas informações, relativas à história republicana brasileira, assinale a opção correta.

A) Ao término do Governo João Goulart, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República.

B) A renúncia de Jânio Quadros representou a primeira grande crise do regime republicano brasileiro.

C) Após duas décadas de governos militares, Getúlio Vargas foi eleito presidente em eleições diretas.

D) A trágica morte de Vargas determinou o fim da carreira política de João Goulart.

E) No período republicano citado, sucessivamente, um presidente morreu, um teve sua posse contestada, um renunciou e outro foi deposto.

02. (Enem–2008) *O ano de 1954 foi decisivo para Carlos Lacerda. Os que conviveram com ele em 1954, 1955, 1957 (um dos seus momentos intelectuais mais altos, quando o Governo Juscelino tentou cassar o seu mandato de deputado), 1961 e 1964 tinham consciência de que Carlos Lacerda, em uma batalha política ou jornalística, era um trator em ação, era um vendaval desencadeado não se sabe como, mas que era impossível parar fosse pelo método que fosse.*

FERNANDES, Hélio. Carlos Lacerda, a morte antes da missão cumprida. In: *Tribuna da Imprensa*, 22 maio 2007 (Adaptação).

Com base nas informações do texto anterior e em aspectos relevantes da história brasileira entre 1954, quando ocorreu o suicídio de Vargas (em grande medida, devido à pressão política exercida pelo próprio Lacerda), e 1964, quando um golpe de Estado interrompe a trajetória democrática do país, conclui-se que

A) a cassação do mandato parlamentar de Lacerda antecedeu a crise que levou Vargas à morte.

B) Lacerda e adeptos do getulismo, aparentemente opositores, expressavam a mesma posição político ideológica.

C) a implantação do regime militar, em 1964, decorreu da crise surgida com a contestação à posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República.

D) Carlos Lacerda atingiu o apogeu de sua carreira, tanto no jornalismo quanto na política, com a instauração do regime militar.

E) Juscelino Kubitschek, na Presidência da República, sofreu vigorosa oposição de Carlos Lacerda, contra quem procurou reagir.

03. (Enem–2010) *Não é difícil entender o que ocorreu no Brasil nos anos imediatamente anteriores ao Golpe Militar de 1964. A diminuição da oferta de empregos e a desvalorização dos salários, provocadas pela inflação, levaram a uma intensa mobilização política popular, marcada por sucessivas ondas grevistas de várias categorias profissionais, o que aprofundou as tensões sociais. Dessa vez, as classes trabalhadoras se recusaram a pagar o pato pelas "sobras" do modelo econômico juscelinista.*

MENDONÇA, S. R.
A industrialização brasileira.
São Paulo: Moderna, 2002 (Adaptação).

Segundo o texto, os conflitos sociais ocorridos no início dos anos 1960 decorreram, principalmente,

A) da manipulação política empreendida pelo governo João Goulart.

B) das contradições econômicas do modelo desenvolvimentista.

C) do poder político adquirido pelos sindicatos populistas.

D) da desmobilização das classes dominantes frente ao avanço das greves.

E) da recusa dos sindicatos em aceitar mudanças na legislação trabalhista.

GABARITO

Fixação

01. C 02. B 03. A 04. B 05. A

Propostos

01. D
02. D
03. B
04. A
05. C
06. D
07. A
08. B
09. B
10. D
11. C
12. A
13. Entre os problemas, podem-se citar:
    - falta de apoio político no Poder Legislativo;
    - insucesso no controle da inflação;
    - oposição da UDN.

    Entre as consequências sociais, destacam-se:
    - aprofundamento do processo de urbanização da população;
    - aumento das desigualdades regionais;
    - aumento do poder aquisitivo das camadas médias urbanas;
    - favelização dos grandes centros urbanos.

    Entre as consequências econômicas, citam-se:
    - fortalecimento da política de substituição de importações;
    - maior ação de capitais estrangeiros no financiamento da economia nacional;
    - consolidação da indústria automobilística no país;
    - fortalecimento das indústrias de bens de consumo duráveis;
    - aumento do endividamento externo nacional;
    - maior dependência em relação ao capital internacional;
    - ampliação das taxas de crescimento anual do PIB;
    - significativo crescimento do setor industrial.
14. A) A imagem relaciona-se ao planos de construção de Brasília, evidenciados pela presença do então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, e de Lúcio Costa, um de seus arquitetos, além dos dizeres "examinam projeto no cerrado brasileiro em 1957".

    A imagem vincula-se à chamada Era JK, caracterizada pela opção por uma modernização rodoviária, pelo apoio à interiorização do território, pelo desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo duráveis, entres outros aspectos.

    B) No âmbito nacional, Juscelino Kubitschek estabeleceu o Plano de Metas, cujo lema era desenvolver o Brasil "50 anos em 5" e baseava-se num conjunto de objetivos agrupados em cinco setores: energia, indústria, transportes, educação e alimentação. Para a concretização das metas, conciliaram-se ações do Estado, sobretudo nos setores de transporte e energia, com investimentos na indústria de bens de capital e de bens duráveis, apoiados no capital internacional. Foi criada ainda a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

    No âmbito internacional, Juscelino Kubitschek chegou a romper com o FMI (Fundo Monetário Internacional) diante das críticas à sua política econômica, a qual fazia aumentar a dívida externa e não conseguia controlar o crescimento da inflação. Para a obtenção de recursos externos necessários à continuidade da política desenvolvimentista, o FMI recomendava medidas de contenção da economia. No entanto, a visão positiva de JK no cenário internacional sustentava-se na abertura do mercado brasileiro ao capital internacional, diferenciando-se do modelo de desenvolvimento varguista, e na intensificação dos avanços industriais brasileiros.

Seção Enem

01. E
02. E
03. B

HISTÓRIA

MÓDULO 22 FRENTE B

Regime Militar: democracia sitiada, liberdades vigiadas

Para a correta compreensão do regime militar brasileiro, é de fundamental importância ter em vista o cenário de seu surgimento: os intensos anos 1960. Assim, podemos pensar, como o historiador Marcelo Ridenti, que os anos 1960 foram, provavelmente, o momento da história republicana em que a convergência entre política, cultura, vida pública e privada e, especialmente, a intelectualidade apresentou-se de forma mais explícita. Discutiam-se propostas de revolução política, econômica e cultural sob os matizes mais diversos. Observa-se um amplo movimento de insurreição contra a ordem vigente em nome de uma nova proposta de sociedade, gerando, assim um diálogo criativo que emanava dos mais diferentes movimentos sociais. A tônica era a ação, tida como essencial para a realização de mudanças, sobretudo no que concerne à transformação do homem e de sua realidade, sob a influência de teóricos e de revolucionários como Karl Marx e Che Guevara.

GOVERNO CASTELO BRANCO (1964-1967)

O novo regime político brasileiro, centralizado nas ações dos militares, foi fundado através do golpe de 31 de março de 1964, porém, a posse da junta militar provisória só aconteceu no dia 9 de abril do mesmo ano. Decretando o chamado AI-1 (Ato Institucional nº 1), a junta buscava criar condições ideais para a reorganização do país segundo os moldes da direita nacional. Durante todo o período militar, os Atos Institucionais serviram como instrumentos arbitrários e contrários às normas democráticas até então vigentes, já que consistiam em uma ordem política, administrativa ou jurídica que não contava com uma aprovação do Congresso. Além de marcar eleição indireta para presidente em dois dias, o AI-1 aumentou as atribuições do Poder Executivo, que poderia cassar mandatos, suspender direitos políticos e aprovar emendas constitucionais com maioria simples no Congresso.

O presidente eleito foi o marechal Castelo Branco, líder da Escola Superior de Guerra (ESG) e simpatizante da necessidade de se restabelecer, após o reordenamento do país, de acordo com a visão golpista, o retorno à democracia. O pensamento do presidente era compartilhado por um grupo de militares classificados como "castelistas" ou "grupo da Sorbonne", em alusão à faculdade francesa, já que eram tidos como militares intelectualizados. Na oposição, estava a Linha Dura, grupo que acreditava na condução do Executivo pelos militares, que, além de encerrarem o que consideravam o perigo de esquerda, poderiam levar o país a uma fase de desenvolvimento.

O poder político sob controle militar. A imagem explicita sua tônica durante toda a Ditadura Militar: a estreita relação buscada pelos generais entre o apoio ao regime e o nacionalismo.

A tomada do poder pelos militares em 1964 representou o alinhamento de diversas forças em prol da sustentação do poder político militar, entre elas, destacam-se empresas nacionais e transnacionais, o governo estadunidense e setores das Forças Armadas ligados à Escola Superior de Guerra, responsável pela coordenação das iniciativas dos conspiradores civis e militares. A ação desses setores era corroborada, em termos ideológicos, pela Doutrina de Segurança Nacional, cuja criação data de 1949, mediante auxílio técnico estadunidense e francês.

Essa doutrina tinha como objetivo treinar, sob o mais alto nível, parte do corpo militar para atuar no que se refere à direção e ao planejamento da segurança nacional, sobretudo em face da ameaça comunista. Para tanto, erigiu-se uma aliança interamericana, alimentada por missões militares destinadas a vários países latino-americanos, que promovia a assistência militar. Trata-se, desse modo, de um desdobramento da Doutrina Monroe (1823), que se aprofunda com o contexto da Guerra Fria, passando a necessitar de um sistema de segurança não apenas norte-americano, mas distribuído por todo o continente latino-americano. Grandes setores do empresariado apoiavam tais desdobramentos, já que viam nos militares a necessária estabilidade para manter a segurança e o crescimento dos projetos econômicos por eles investidos.

Vários abusos foram cometidos durante os primeiros dias do novo regime. Além do fechamento de algumas instituições representativas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), foram realizadas centenas de cassações de mandatos, principalmente de políticos do PTB que apoiavam o presidente deposto – João Goulart. No âmbito econômico, foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), conduzido pelos ministros liberais Roberto Campos, do Planejamento, e Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda. A meta desse plano ortodoxo era acabar com a inflação por meio de uma política de restrição dos gastos públicos, controle da emissão de moeda e arrocho salarial. Apesar da diminuição do poder de compra do trabalhador, o PAEG, por meio de uma política recessiva, conseguiu reduzir a inflação de 91%, em 1964, para 24%, em 1967, criando as bases para a emergência do "milagre econômico". Os trabalhadores também foram surpreendidos com o fim da estabilidade no emprego e com o lançamento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), além da criação de uma nova moeda, o Cruzeiro Novo, e a fundação do BNH (Banco Nacional de Habitação), responsável por conduzir uma política pública de estímulo à compra da casa própria.

A vitória de lideranças políticas de oposição nas eleições de 1965 fez com que o governo decretasse, ainda no mesmo ano, o AI-2. O novo ato determinava eleições indiretas para a Presidência, no ano de 1967, e poderes extraordinários para o Executivo, inclusive o de fechar qualquer órgão do Legislativo. Porém, a principal mudança foi a reforma partidária, que determinou a extinção da vasta quantidade de partidos existentes no Brasil, instituindo o bipartidarismo: **Arena** (Aliança Renovadora Nacional) e **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro partido, composto dos antigos membros da UDN e de parcela do PSD que havia apoiado o golpe, era favorável ao regime. O Arena defendia posição contrária à do MDB, do qual faziam parte os membros do PTB e do PSD que não haviam sido afastados da vida política pelas cassações. A restrição partidária significou mais um golpe na capacidade de debate político da sociedade brasileira. No ano de 1966, o regime deu um novo sinal de endurecimento com o AI-3, que instituía eleições indiretas também para governadores e prefeitos das principais cidades.

Já em 1967, o AI-4 reabriu o Congresso, fechado no ano anterior, quando o afastamento de seis deputados pelo governo foi recusado. O objetivo do novo ato era a aprovação de uma nova Carta Constitucional que abrigaria as determinações dos atos institucionais anteriores. A criação da Constituição de 1967 indica que o regime militar, nos primeiros anos, tentava dar uma projeção de legalidade às suas ações, evitando o confronto direto e formal com o Estado de Direito. Esse período, classificado pelo jornalista Elio Gaspari como "Ditadura Envergonhada", desmoronou com a eleição de Costa e Silva em 1967. Membro da Linha Dura, o novo presidente fecharia o regime em menos de um ano de mandato.

GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)

A posse de Costa e Silva, em março de 1967, era um sinal contrário à promessa de uma rápida intervenção e do retorno à normalidade. A reação da sociedade veio ainda no mesmo ano. Carlos Lacerda, antigo aliado dos militares, João Goulart e Juscelino Kubitschek criaram a chamada **Frente Ampla**, uma aliança de políticos de várias correntes contra o regime militar. Apesar da grande divulgação na imprensa, a Frente não avançou, devido a conflitos de interesses e ao fechamento do regime, que aconteceu em 1968.

A oposição também partia dos setores estudantis, um dos mais engajados na luta contra a Ditadura. Buscando organizar manifestações e comícios, os líderes da UNE, agora na clandestinidade, enfrentaram grande repressão governamental. Um exemplo marcante dos abusos da Ditadura contra os estudantes foi o assassinato do jovem Edson Luís, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Seu enterro e as missas que vieram nos dias seguintes foram apropriados pelos que combatiam a Ditadura, culminando na chamada Passeata dos Cem Mil – ocorrida em 26 de junho de 1968 –, que atravessou o centro da capital fluminense em protesto contra o regime, cada vez mais repressor.

Evandro Teixeira / Jornal do Brasil

Repressão na Passeata dos Cem Mil. As manifestações contrárias ao regime militar, em especial no ano de 1968, foram duramente contidas com o uso sistemático de violência.

Os estudantes se manifestaram também no congresso clandestino da UNE, ocorrido em Ibiúna, interior de São Paulo, em outubro de 1968, o qual foi fechado por uma intervenção do Exército, responsável pela prisão de centenas de lideranças. A ação estudantil foi fortalecida ainda pelos movimentos grevistas em Osasco (SP) e Contagem (MG), onde as manifestações contra o regime se misturavam às reivindicações operárias.

Movimentos culturais

A década de 1960 foi marcada pelo surgimento de variadas experiências culturais que refletiam os quadros políticos interno e externo. O engajamento cultural de esquerda representou um foco de resistência ao regime durante os primeiros anos da Ditadura, principalmente através dos festivais de música. Da mesma forma, o movimento de contracultura, que ganhava cada vez mais espaço no cenário internacional, ecoava no Brasil, gerando desconforto nos setores tradicionais.

A produção musical ainda apresentou, durante essa década, uma inovadora manifestação: o **Tropicalismo**. Influenciados pelas inovações musicais do *rock* estrangeiro, principalmente pelo uso da guitarra elétrica, e ao mesmo tempo comprometidos com a cultura nacional, os criadores do Tropicalismo se destacaram pela capacidade de experimentar e de mesclar o moderno e o tradicional. O nascimento do movimento ocorreu com a apresentação da música "Alegria, Alegria" (Caetano Veloso) e "Domingo no Parque" (Gilberto Gil) durante o III Festival de MPB da TV Record em 1967. O lançamento do disco *Tropicália ou Panis et Circenses* sintetiza as ideias do movimento, que buscava agregar recursos não musicais, como a roupa, a dança, o corpo e a estética chocante, provocando reações de resistência de vários setores da sociedade. Enquanto os grupos engajados interpretavam o Tropicalismo como um movimento alienado e distante das questões nacionais mais urgentes, os setores conservadores, defensores de uma rígida moral, horrorizavam-se com o colorido e com as apresentações estridentes de Caetano, Gil e Os Mutantes.

Divulgação

Os Mutantes, banda ícone da Tropicália, no III Festival Internacional da Canção, no Rio de Janeiro, 1968. A música brasileira era subvertida com novas experimentações.

A canção "Pra não dizer que não falei das flores", também conhecida como "Caminhando", de Geraldo Vandré, hino da esquerda em resistência aos anos de chumbo da Ditadura, moveu o ânimo dos jovens durante o III Festival Internacional da Canção, promovido pela TV Globo em 1968. Antes e depois do fechamento do regime, vários artistas musicaram protestos contra o governo militar, destacando-se as canções de Chico Buarque, como "Apesar de você", um claro protesto à ordem vigente.

A produção cinematográfica também se mostrou inovadora no período. O chamado Cinema Novo, que tinha o baiano Glauber Rocha como seu principal ícone, buscava romper com os modelos cinematográficos dos grandes estúdios nacionais e internacionais, promovendo um cinema autoral, de baixo custo e comprometido com temas nacionais. A premiada produção *Deus e o Diabo na Terra do Sol* marca a obra de Glauber Rocha e representa de maneira clara os conceitos do Cinema Novo.

As novas criações nacionais conviviam com outros movimentos culturais distantes da reflexão social e política, como o movimento da Jovem Guarda, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, que embalava aqueles que interpretavam a produção musical como mero instrumento de diversão.

Deve-se ressaltar que todo o ambiente de ebulição cultural do período se via constantemente cerceado pelo intenso controle governamental. Assim, muitas das potencialidades artísticas viram-se limitadas pelos mecanismos de censura da Ditadura brasileira.

Fechamento do regime

A ampla rede de manifestações diretas ou indiretas contra a ordem vigente deixou o governo acuado por pressões internas. Os favoráveis a uma política de segurança nacional que pudesse restringir os espaços democráticos encontravam, em 1968, o momento ideal para a radicalização. Faltava apenas um elemento catalisador para o endurecimento do regime, o qual acabou sendo criado no dia 12 de dezembro de 1968, quando o Congresso Nacional se negou a cassar o mandato do deputado Márcio Moreira Alves, desafeto dos militares. Chamado de Marcito, o jovem deputado do MDB havia realizado, em 2 de setembro de 1968, um virulento discurso, contrário ao militarismo no Brasil. No dia 13 de dezembro de 1968, sexta-feira, o governo militar baixava o **Ato Institucional nº 5**, o mais repressivo dos atos e que estabelecia, entre outras determinações:

- fechamento do Congresso Nacional;
- intervenção federal em estados e municípios;
- fim do *habeas corpus* para crimes políticos;
- direito do presidente de decretar estado de sítio sem autorização do Congresso, além de lhe serem garantidas as mesmas atribuições dos atos anteriores, como cassar mandatos e direitos políticos;
- censura e controle da produção cultural.

Diferentemente dos atos anteriores, o AI-5 não apresentava limite de prazo, tendo sido encerrado apenas no final do Governo Geisel.

JORNAL DO BRASIL

Govêrno baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

O Ato Institucional n.º 5

Bonifácio declara que Ato resulta de várias crises

O Ato Complementar n.º 38

A primeira página do JB no dia 14 de dezembro de 1968, um sábado em que deu praia, início de uma noite de onze anos.

Capa do Jornal do Brasil *no dia seguinte à implementação do AI-5. A partir desse momento, as liberdades individuais seriam cerceadas de forma mais intensa.*

A partir do AI-5, ficou clara a opção de radicalização do regime, que assumia um papel explícito de ditadura, cometendo toda a ordem de abusos e violências contra a sociedade. O projeto da Doutrina de Segurança Nacional obrigava a sociedade a pagar um preço caro e lamentável por anos de ausência de liberdade plena, seja política ou cultural.

Após alguns meses da decretação do AI-5, Costa e Silva sofreu um derrame e foi substituído por uma junta militar que impediu a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo. Essa junta organizou a transição para o próximo general que assumiria a Presidência. Assim, o controle do Executivo foi entregue a mais um militar da Linha Dura: o general Garrastazu Médici.

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto I

Eleição indireta

Constituição de 1967

Mecanismo de eleições indiretas

Art. 76 – O presidente será eleito pelo sufrágio de um Colégio Eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal.

§ 1º – O Colégio Eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas Assembléias Legislativas dos estados.

§ 2º – Cada Assembléia indicará três delegados e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados.

§ 3º – A composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral serão regulados em lei complementar.

Texto II

Ato Institucional n.º 5

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e [...] CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a revolução vitoriosa outorgou à nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la, [...] resolve editar o seguinte Ato Institucional.

[...]

Art. 2º – O presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo presidente da República. [...]

Art. 3º – O presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição. [...]

Art. 4º – No interesse de preservar a revolução, o presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. [...]

Art. 10º – Fica suspensa a garantia de *habeas corpus,* nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (Fatec-SP–2007)

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais,
Braços dados ou não.
Nas escolas, nas ruas,
Campos, construções
Caminhando e cantando,
E seguindo a canção. [...]

Geraldo Vandré, 1968.

Os festivais da canção eram ocasiões nas quais novas vozes e novos compositores passavam a ser conhecidos pelo público. Era o momento das torcidas, dos cartazes na plateia, de poder, de alguma forma, demonstrar a insatisfação contra o regime militar. Porém, em 13 de dezembro de 1968, no mesmo ano em que os jovens se atreviam a cantar e aplaudir "Pra não dizer que não falei das flores", o governo militar anunciou à nação o Ato Institucional n.º 5.

Por esse ato,

A) ficavam suspensos todos os direitos civis e constitucionais e autorizava-se o presidente a decretar o recesso do Congresso Nacional.

B) iniciava-se a abertura política no Brasil, com a liberação do pluripartidarismo e a anistia geral e irrestrita.

C) a censura prévia foi definitivamente abolida e retornaram as eleições diretas para os governos estaduais.

D) foram convocados deputados e senadores para a elaboração de uma nova Constituição, a vigorar no ano seguinte.

E) tornou-se indireta a eleição para os governos estaduais e para os prefeitos de capitais consideradas de segurança nacional.

02. (UEG–2007) O estabelecimento de regimes militares é um fenômeno frequente na história política brasileira do século XX, tal como ocorreu entre 1930-1945 e entre 1964-1985. Acerca desses dois contextos, julgue a validade das proposições a seguir.

I. Em ambos, a Carta Constitucional foi reformulada, foram suspensas as eleições livres diretas e foram feitas intervenções nos governos estaduais.

II. Nos dois casos, o regime ditatorial foi implantado através de golpes militares, registrando momentos de endurecimento com suspensão dos direitos civis.

III. Nos dois casos, foi implantada uma política populista, permitindo a mobilização independente dos trabalhadores.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.

B) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.

C) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.

D) Todas as proposições são verdadeiras.

03. (PUC Minas) Nos idos de 1967, o general Costa e Silva assume o poder. Apesar da tensão política presente naquele momento, uma Frente Ampla é constituída e se apresenta como um órgão

A) parlamentar, integrado por deputados adesistas, que formam a base de sustentação do governo.

B) extraparlamentar, constituído por políticos tradicionais que defendem o retorno à ordem democrática.

C) institucional, organizado por governadores dos estados favoráveis à nova ordem política estabelecida.

D) eclesial, estabelecido pela alta cúpula da Igreja Católica, que, sob os acordes do rosário em família, apoia a luta anticomunista.

04. (UEL-PR–2007) Em 1964, houve uma ruptura institucional no Brasil com o Golpe Militar que implantou o regime autoritário por um período de mais de duas décadas.

Com base nos conhecimentos referentes a esse período histórico, assinale a afirmativa **CORRETA**.

A) Foi uma fase de censura, de repressão política e de fortalecimento dos serviços secretos de informação.

B) Durante o regime militar, prevaleceu a estagnação econômica, com baixos índices de crescimento da economia.

C) Embora a sustentação do regime fosse militar, os presidentes eram civis.

D) Foi o período do desenvolvimento neoliberal, caracterizado pelo fim dos monopólios estatais.

E) Naquele período, o Legislativo foi fechado, ficando proibida qualquer organização partidária.

05. (UERJ / Adaptado)

Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, junho de 1968.

FREIRE, Américo *et al*. *História em curso*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. (A) superação da ordem colonial e resgate da memória social.

Protesto em Paris, maio de 1968.

MOCELLIN, R; CAMARGO, R. de. *Passaporte para a História*. São Paulo: Editora do Brasil, 2004.

Em 1968, vários países foram palco de movimentos que expressaram insatisfações em relação ao sistema estabelecido. Tanto no Brasil quanto na França, estudantes e intelectuais se destacaram nas manifestações públicas de protesto.

Dois objetivos que esses grupos pretendiam alcançar estão apontados em:

A) Valorização da contracultura e supressão dos organismos políticos

B) Democratização de instituições vigentes e crítica à cultura dominante

C) Recuperação das propostas stalinistas e contestação ao mundo burguês

D) Unificação dos movimentos sociais por meio da luta armada e combate às estruturas burocratizantes

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFMG) O Cinema Novo e o movimento de renovação teatral liderado pelo Teatro de Arena e pelo Grupo Oficina foram expressões artísticas, com objetivos e características comuns, afinadas com o contexto brasileiro das décadas de 1950 e 1960 do século passado.

Entre as características desses movimentos culturais, **NÃO** se inclui a

A) vinculação a grandes estúdios cinematográficos e a companhias teatrais já estabelecidas.

B) concepção da obra de arte como meio de conscientização política, influenciada por tendências de esquerda.

C) crítica à realidade brasileira, aos seus problemas e contradições, com forte conteúdo social.

D) realização de produções de custos reduzidos, caracterizadas pelo uso de novas linguagens e inovações cênicas.

02. (UEL-PR–2008) *O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência "do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções".*

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 465.

Com base no texto, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) O AI-5 foi o instrumento que mais contribuiu para que o regime militar seguisse o curso de uma ditadura. A partir da sua instituição, vários atos de repressão passaram a fazer parte dos métodos utilizados pelo governo.

B) O Ato Institucional n.° 1, instituído pelos comandantes do Exército, atingiu principalmente o patrimônio da Igreja Católica e promoveu o início da secularização da sociedade brasileira.

C) Logo após o Golpe Militar de 1964, as eleições para Presidente da República foram estabelecidas de forma democrática através de eleições diretas.

D) A principal orientação dos governos militares foi a aproximação com os Estados Unidos, afastando-se da tendência nacionalista que vinha sendo empreendida antes do Golpe de 1964.

E) Os grupos de luta armada, de orientação socialista, nas conversas e encontros que tinham com os representantes do Governo Federal, reivindicavam o direito à formação de partidos políticos de esquerda.

03. (PUC Rio–2008) *A avaliação dos governos militares, sob o ponto de vista da cidadania, tem, assim, de levar em conta a manutenção do direito do voto combinada com o esvaziamento de seu sentido e a expansão dos direitos sociais em momento de restrição de direitos civis e políticos.*

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 172-173.

Com base nas informações contidas no texto e em seus conhecimentos, analise as afirmativas a seguir referentes ao período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

I. Para governar, os presidentes militares serviram-se dos Atos Institucionais, instrumentos legais de repressão, dos quais o AI-5 assumiu destaque por ter atingido de forma mais violenta os direitos civis e políticos dos brasileiros.

II. Durante os governos militares, ocorreu a expansão de alguns direitos sociais, de que é exemplo a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social, por meio da criação do Fundo de Assistência Rural (Funrural).

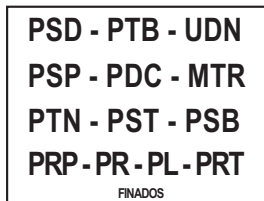
III. O não funcionamento do Congresso Nacional, durante todo o período da Ditadura Militar (1964-1985), caracteriza com nitidez a violação dos direitos políticos dos brasileiros.

IV. Durante o governo do marechal Castelo Branco, com o fechamento dos canais de representação política, os artistas organizaram em seus espetáculos protestos contra o regime, de que foi exemplo o *show* "Opinião".

Assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Somente a afirmativa IV está correta.
B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
D) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
E) Todas as afirmativas estão corretas.

04. (UFPel-RS)

PSD - PTB - UDN
PSP - PDC - MTR
PTN - PST - PSB
PRP - PR - PL - PRT
FINADOS

FORTUNA. *Correio da Manhã*, 02 nov. 1965.

Na charge observa-se que há

A) um apoio ao fim do pluripartidarismo iniciado em 1946, demonstrando a censura existente no regime militar, imposta pelo Ato Institucional n.° 5 (AI-5).
B) uma manifestação favorável ao fechamento dos pequenos partidos políticos e à introdução da bipolarização entre Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), promovido pelo Ato Institucional n.° 2 (AI-2).
C) uma crítica à dissolução dos partidos políticos até então existentes, imposta pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), que também terminou com as eleições diretas para a Presidência da República.
D) uma inconformidade com o autoritarismo do governo militar, que limitava a liberdade político-partidária, na conjuntura do "milagre econômico", através do Ato Institucional n.° 5 (AI-5).
E) uma promoção da centralização política, através da qual os partidos oposicionistas ao golpe militar, como UDN (União Democrática Nacional) e PRP (Partido de Representação Popular), foram extintos pelo Ato Institucional n.° 5 (AI-5).

05. (Fatec-SP) No dia 13 de dezembro de 1968, o governo brasileiro baixou o Ato Institucional n.° 5 (AI-5). Em fevereiro de 1969, surgiu o decreto-lei n.° 477.

O governo, com estas duas medidas jurídicas, pretendia

A) anistiar os envolvidos com a guerrilha do Araguaia e iniciar um período de distensão política.
B) consolidar as reformas iniciadas pelo vice-presidente Pedro Aleixo, permitindo, respectivamente, o funcionamento dos partidos políticos e das entidades estudantis.
C) institucionalizar a repressão, suspendendo as garantias constitucionais e individuais e afastar das universidades brasileiras os elementos considerados subversivos.
D) isolar os generais que defendiam um endurecimento do regime militar e preparar o país para a "abertura política" realizada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.
E) acabar com a guerrilha do Bico do Papagaio (AI-5) e impedir a votação da Lei de Anistia proposta pela Arena em agosto de 1968.

06. (FGV-SP) *"No fundo, chegamos à conclusão de que fizemos a revolução contra nós mesmos." Essa lamentosa frase de Ademar de Barros sintetizava o ânimo de alguns conspiradores civis com os rumos do governo militar. Após duras críticas ao regime, Ademar chegou a exigir a renúncia do presidente Castelo Branco em um manifesto à nação. Em junho de 1966, teve seus direitos políticos cassados por dez anos.*

CAMPOS, Flávio. *Oficina de História*: história do Brasil.

Carlos Lacerda, outro importante civil articulador do golpe de 1964, reagiu contra o regime por meio

A) da criação, no Rio de Janeiro, do Comitê pela Anistia, em 1968, com o apoio de militares e civis cassados pelo regime de exceção.
B) da defesa de eleições diretas para a Presidência da República e governos estaduais e apoiou, em 1968, contraditoriamente, o AI-5.
C) de um mandado de segurança apresentado, em 1969, ao Supremo Tribunal Federal, reivindicando o afastamento de Costa e Silva.
D) de uma representação ao Congresso Nacional, exigindo a imediata reconsideração acerca do AI-2, que criou o Arena e o MDB.
E) da organização da Frente Ampla, em 1967, que contou com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart.

07. (UFSJ-MG–2011) *Embora algumas pessoas possam se mostrar chocadas e incrédulas ante o fato de que padres estivessem envolvidos em atividades terroristas, essa descoberta não foi surpresa para observadores políticos de São Paulo. O consulado geral tinha recebido numerosas informações de que esse fenômeno estava ocorrendo* [...] *A explicação básica do envolvimento dos padres é a convicção, proclamada em declarações de militares, de que existe um estado de guerra e, portanto, a violência é necessária. Embora essa justificativa seja simplista e infeliz, ela parece suficiente para aqueles que acreditam estar vivendo sob uma ditadura brutal.*

TELEGRAMA do consulado geral dos Estados Unidos em São Paulo ao Departamento de Estado, de 6 de novembro de 1969. Citado por GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Com relação ao período citado, de implantação e recrudescimento da ditadura civil-militar de 1964, é **CORRETO** afirmar que

A) as agremiações e grupos liberais cassados e reprimidos durante o governo socialista de João Goulart partiram para a revanche no novo regime.
B) as esquerdas unificadas em torno do Partido Comunista Brasileiro optaram pela luta armada, obrigando o Estado a reagir de forma violenta.
C) as cassações, a repressão policial e os interrogatórios com o auxílio de tortura só atingiram indivíduos que participavam da luta armada.
D) as cassações, a repressão policial e a tortura por militares e policiais atingiram indivíduos de diversas origens e posições ideológicas.

08. (UNESP–2010) *Um editorial do jornal* Folha de S.Paulo *gerou polêmica e protestos no início de 2009. No entender do editorialista* [...] *as chamadas "ditabrandas" – caso do Brasil entre 1964 e 1985 – partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça* [...]

FOLHA DE S. PAULO, 17 fev. 2009.

O termo "ditabranda" reporta-se ao

A) golpe político aplicado por Getúlio Vargas; encerramento da chamada República Velha; repressão ao Partido Comunista; políticas econômicas de cunho nacionalista; suicídio de Vargas e divulgação da carta-testamento.

B) período do coronelismo na política brasileira; ocorrência de fraudes nas eleições, através do chamado voto de cabresto; polícia política constituída por capangas e jagunços.

C) período de Juscelino Kubitschek; imposição do crescimento econômico através da industrialização; *slogan* governamental "50 anos em 5"; tempo de democracia restrita, com voto censitário.

D) golpe político-militar que instalou a ditadura; imposição de Atos Institucionais; extinção dos partidos existentes; instituição do bipartidarismo – Arena e MDB; repressão à oposição e censura à imprensa.

E) período de redemocratização; eleições diretas para o Executivo, Legislativo e Judiciário; urbanização acelerada e enfraquecimento do poder dos presidentes da República.

09. (UECE) Em 1968, o governo militar do presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional n.° 5 (AI-5) com o objetivo de combater a subversão, sob pretexto de defender a segurança nacional. Sobre esse mecanismo jurídico do regime autoritário, é **CORRETO** afirmar:

A) Foi aprovado com apoio total do Congresso Nacional, já que expressava a convicção geral de que a luta armada precisava ser derrotada.

B) Submetia ao Congresso todas as decisões do presidente, evitando assim os desmandos que tinham levado o país ao caos e à ditadura.

C) Apesar de ter fechado o Congresso e suspendido o processo eleitoral, tornou a tortura e a perseguição aos comunistas crimes inafiançáveis.

D) Permitia uma concentração de poder ainda maior nas mãos do Executivo, favorecendo a tortura e a ação de grupos paramilitares de perseguição aos comunistas.

10. (UFPE) Durante o regime militar (1964-1984), os governos decretaram vários atos institucionais, o que permitiu o aparecimento de um processo crescente de arbitrariedade, autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos. Em relação a esse regime, podemos afirmar que

A) os atos institucionais foram os instrumentos legais que o regime militar teve em mãos para garantir a ordem política democrática.

B) nesse período de regime militar, em que vigoraram os atos institucionais, o Congresso Nacional funcionou plenamente, e os atos de corrupção parlamentar foram punidos.

C) a opção por um regime militar simbolizou o caminho escolhido pelas elites políticas, aliadas a interesses internacionais, para enfrentarem a crise social, política e econômica, face à crescente organização de parcelas da sociedade civil que reivindicavam os direitos de cidadania.

D) os vinte anos de regime militar introduziram o Brasil na modernidade e garantiram que os militares, aliados a um Congresso Nacional que funcionou com plena liberdade no cerceamento à livre expressão, evitassem a adesão do país ao comunismo.

E) entre os atos institucionais publicados durante a vigência do regime militar, o AI-5 foi o símbolo maior das medidas autoritárias necessárias à passagem ao regime democrático, alcançado imediatamente após sua publicação.

11. (UFRRJ) *Ao chegar à Oban, fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiam para que eu "confessasse". Pouco depois levaram-me para o pau de arara. Dependurado, nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo capitão Maurício. Davam-se "telefones" (tapas nos ouvidos) e berravam impropérios. Isso durou cerca de uma hora.*

FREI BETTO. *Batismo de sangue*: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

O texto anterior discorre sobre os procedimentos dos militares e demais grupos responsáveis pela repressão contra aqueles que lutavam contra a ditadura instaurada no Brasil em 1964. Sobre a ação do regime ditatorial, podemos afirmar que

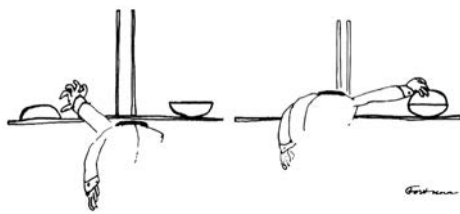
A) a suspensão dos direitos e garantias individuais serviu ao propósito de debelar a oposição com violência.

B) a tolerância política dos generais-presidentes conteve os excessos dos simpatizantes da Ditadura.

C) a sociedade brasileira estava indiferente às questões da democracia e da justiça social.

D) os tenentes foram os responsáveis pelo questionamento da ordem e exigiram medidas modernizadoras.

E) o estabelecimento do Estado Novo garantiu a entrada do país na etapa da redemocratização política.

12. (CEFET-MG–2011) Esta é uma imagem referente ao presidente Castelo Branco.

FORTUNA. IN: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 out. 1966.

A **MELHOR** interpretação para a mensagem dessa charge é que ela

A) apoia o recesso das Casas Legislativas por meio de decretos-leis do Poder Executivo.

B) denuncia o fechamento do Congresso Nacional às vésperas das eleições parlamentares.

C) aprova a extinção dos partidos políticos e o cancelamento de seus registros de funcionamento.

D) critica as tentativas dos deputados de se omitirem diante das denúncias de corrupção e nepotismo.

E) ridiculariza as filiações dos deputados e senadores aos partidos políticos criados pela reforma partidária.

13. (Mackenzie-SP) O Ato Institucional n.° 5, editado em dezembro de 1968, durante o governo de Costa e Silva, determinava que

A) na área econômica seria seguida, em linhas gerais, a orientação do governo de João Goulart, principalmente no setor agrícola.

B) o Congresso Nacional seria colocado em recesso, eliminando, dessa forma, um dos poderes do Estado, o Poder Executivo.

C) seria alterada a estrutura do Poder Judiciário e retirada do Supremo Tribunal a capacidade de arbitrar o conflito entre as leis.

D) seriam restringidas as liberdades constitucionais dos cidadãos, mas permaneceria, contudo, o direito de *habeas corpus*.

E) seriam concedidos ao Executivo amplos poderes, inclusive o de poder legislar durante o recesso parlamentar.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2010)

Opinião

Podem me prender
Podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião.
Aqui do morro eu não saio não
Aqui do morro eu não saio não.
Se não tem água
Eu furo um poço
Se não tem carne
Eu compro um osso e ponho na sopa
E deixa andar, deixa andar...
Falem de mim
Quem quiser falar
Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã seu doutor,
Estou pertinho do céu

Zé Kett. Opinião. Disponível em: <http:lwww.mpbnet.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2010.

Essa música fez parte de um importante espetáculo teatral que estreou no ano de 1964, no Rio de Janeiro. O papel exercido pela música popular brasileira (MPB) nesse contexto, evidenciado pela letra de música citada, foi o de

A) entretenimento para os grupos intelectuais.

B) valorização do progresso econômico do país.

C) crítica à passividade dos setores populares.

D) denúncia da situação social e política do país.

E) mobilização dos setores que apoiavam a ditadura militar.

02. (Enem–2009) *"Boicote ao militarismo", propôs o deputado Federal Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 2 de setembro de 1968, conclamando o povo a reagir contra a Ditadura. O clima vinha tenso desde o ano anterior com forte repressão ao movimento estudantil e à primeira greve operária do regime militar. O discurso do deputado foi a "gota-d`água". A resposta veio no dia 13 de dezembro com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5).*

DITADURA descarada. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, dez. 2008 (Adaptação).

Considerando o contexto histórico e político descrito anteriormente, o AI-5 significou

A) a restauração da democracia no Brasil na década de 1960.

B) o fortalecimento do regime parlamentarista brasileiro durante o ano de 1968.

C) o enfraquecimento do poder central, ao convocar eleições no ano de 1970.

D) o desrespeito à Constituição vigente e aos direitos civis do país a partir de 1968.

E) a responsabilização jurídica dos deputados por seus pronunciamentos a partir de 1968.

03. (Enem–2010)

Eu não tenho hoje em dia muito orgulho do Tropicalismo. Foi sem dúvida um modo de arrombar a festa, mas arrombar a festa no Brasil é fácil. O Brasil é uma pequena sociedade colonial, muito mesquinha, muito fraca.

VELOSO, C. In: HOLLANDA, H. B.; GONÇALVES, M. A. *Cultura e participação nos anos 60.* São Paulo: Brasiliense, 1995 (Adaptação).

O Movimento Tropicalista, consagrador de diversos músicos brasileiros, está relacionado historicamente

A) à expansão de novas tecnologias de informação, entre as quais a Internet, o que facilitou imensamente a sua divulgação mundo afora.

B) ao advento da indústria cultural em associação com um conjunto de reivindicações estéticas e políticas durante os anos 1960.

C) à parceria com a Jovem Guarda, também considerada um movimento nacionalista e de crítica política ao regime militar brasileiro.

D) ao crescimento do movimento estudantil nos anos 1970, do qual os tropicalistas foram aliados na crítica ao tradicionalismo dos costumes da sociedade brasileira.

E) à identificação estética com a Bossa-Nova, pois ambos os movimentos tinham raízes na incorporação de ritmos norte-americanos, como o *blues*.

04. (Enem–2010)

Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968

Art. 10 – Fica suspensa a garantia de habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.*

Art. 11 – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2010.

O Ato Institucional nº 5 é considerado por muitos autores um "golpe dentro do golpe". Nos artigos do AI-5 selecionados, o governo militar procurou limitar a atuação do Poder Judiciário, porque isso significava

A) a substituição da Constituição de 1967.

B) o início do processo de distensão política.

C) a garantia legal para o autoritarismo dos juízes.

D) a ampliação dos poderes nas mãos do Executivo.

E) a revogação dos instrumentos jurídicos implantados durante o golpe de 1964.

GABARITO

Fixação

01. A 02. A 03. B 04. A 05. B

Propostos

01. A
02. A
03. D
04. C
05. C
06. E
07. D
08. D
09. D
10. C
11. A
12. B
13. E

Seção Enem

01. D 02. D 03. B 04. D

HISTÓRIA

MÓDULO 23 FRENTE B

Regime Militar: a luta pela conquista de direitos

GOVERNO MÉDICI (1969-1974)

Utilizando os poderes obtidos através do AI-5, o Governo Médici assumiu a face mais implacável da Ditadura. Visando a combater os setores de esquerda, que agora se organizavam em guerrilhas contra o regime, os militares criaram uma extensa rede de repressão. No tocante à investigação, o chamado SNI (Serviço Nacional de Informações) garantia o controle da vida de todos os suspeitos de estarem vinculados à luta de esquerda. Contava, nessa função, com o apoio do CIE (Centro de Informações do Exército), do CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica) e do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). Como órgãos de repressão, o chamado CODI (Comando de Operações de Defesa Interna) controlava os DOIs (Destacamentos de Operações Internas), sendo comum a prática de interrogatórios e torturas dentro dos quartéis do Exército pelos participantes desses órgãos, chegando a ser recorrente os assassinatos. Outro instrumento do governo era a chamada Oban (Operação Bandeirantes), responsável por promover associações que vinculavam Exército e Polícia Civil, sendo esta a controladora do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), espaço conhecido por abrigar torturadores que defendiam a Ditadura Militar.

Panfleto governamental divulgado durante o período de insurgência da esquerda armada. Observa-se, na imagem, a estratégia militar de amedrontar a população.

Por trás dessas siglas, havia um poder paralelo de combate às guerrilhas, que se organizavam à medida que o regime fechava suas portas. No campo, o país viu surgir três focos de guerrilha: Serra do Caparaó, em Minas Gerais, Vale do Ribeira, em São Paulo e a conhecida Guerrilha do Araguaia, no Pará. Em poucos anos, os três movimentos estariam sufocados, com a prisão e morte de inúmeros guerrilheiros que lutavam pela concretização de um projeto revolucionário socialista, a partir de um processo campo-cidade, semelhante ao ocorrido em Cuba e na China.

O relativo sucesso da guerrilha no país ocorreu nos núcleos urbanos, através de ações audaciosas, como sequestros de embaixadores e assaltos a bancos, que visavam obter a liberdade de guerrilheiros detidos nas prisões dos quartéis e delegacias. A restrita solicitação de libertar companheiros era um indicativo das limitações dessa guerrilha, assim como a fragilidade gerada pela fragmentação político-ideológica dos grupos revolucionários, o que também colaborou para que a guerrilha fosse combatida e eliminada pela máquina repressora dos militares.

	Confronto
144	pessoas desapareceram em consequência da repressão política.
1 843	são os casos de tortura relatados à Arquidiocese de São Paulo.
240	pessoas, no mínimo, foram mortas pelo regime militar.
98	pessoas foram mortas pelos grupos de esquerda.
238	políticos foram cassados em 1964.
452	sindicatos sofreram expurgos em 1964.
50 000	pessoas teriam sido detidas nos primeiros meses após o Movimento de 1964.
2 828	pessoas foram condenadas à prisão pela Justiça Militar.

Dados da repressão militar

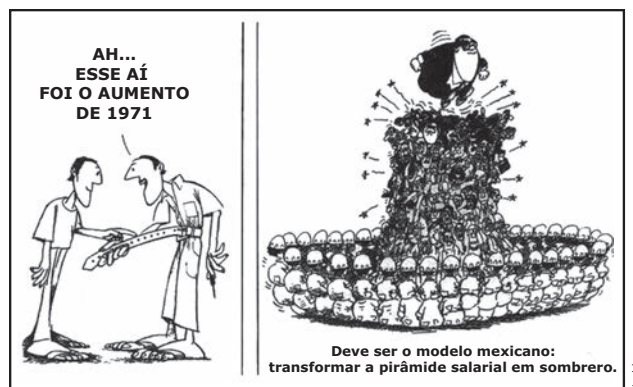
Traços econômicos: o milagre brasileiro

Após o arrocho dos primeiros anos do Governo Castelo Branco, a economia brasileira apresentou uma substancial expansão no governo de Médici. Esse período passou a ser chamado de milagre brasileiro, pois nele a economia brasileira apresentou um elevado índice de crescimento anual, que atingiu uma média de 11% ao ano entre 1968 e 1973. Além da ampliação das multinacionais e do investimento público através de grandes obras, o milagre, gerado pelo chamado PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), esteve associado ao fácil fluxo de capital internacional naquele período, o que possibilitou ao Brasil acompanhar a onda de desenvolvimento internacional. Várias obras faraônicas construídas pelo governo, como a ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica, buscavam justificar a manutenção de um governo ditatorial.

Os militares aproveitaram o amparo obtido pelos números da economia para promover uma excessiva propaganda do regime, veiculando *slogans* ufanistas como "Ninguém mais segura este país" ou "Brasil, ame-o ou deixe-o". O regime apropriou-se até da conquista da Copa do Mundo de 1970 como representação do sucesso nacional. A vitória no Mundial seria a evidência da eficácia militar em um país vitorioso na economia e no esporte.

Divulgação

Propaganda ufanista, típica do regime militar, com o objetivo de induzir a população a uma sensação de otimismo em relação ao país, que experimentava a conquista do tricampeonato mundial e o chamado "milagre econômico".

As restrições ao milagre brasileiro ficaram por conta das dívidas contraídas pelo Estado naquele período, além da excessiva concentração de renda, que construiu um universo de achatamento salarial para a população pobre e um aumento do poder de consumo da classe média, agora silenciada pela melhora na qualidade de vida.

Ziraldo

Ziraldo satiriza o Milagre e seu modelo excludente de crescimento, baseado na concentração de renda.

Economicamente, a fraqueza do PND estava na sua dependência do capital externo, que o deixava, portanto, refém das instabilidades internacionais, como a crise do petróleo de 1973, uma das causas da redução do crescimento econômico que culminou na chamada "década perdida" – os anos 1980.

A sucessão presidencial seguiu os traços dos governos anteriores, sendo eleito Ernesto Geisel para o próximo mandato, iniciado em março de 1974.

Igreja e Ditadura

Ao longo do regime ditatorial, a Igreja atuou de diferentes formas. No que se refere às questões sociais, a ação católica mostrou-se marcada pela lentidão. Inicialmente, apenas alguns membros leigos e da hierarquia católica se interessavam vagamente pelas questões que transbordavam da realidade brasileira, em oposição à maioria católica, caracterizada por um viés conservador, que se sentia ameaçada pela efervescência dos movimentos populares e pela suposta ligação que estes teriam com o movimento socialista internacional, conferindo, assim, sustentação ao regime militar.

A eleição do papa João XXIII em 1958 e a convocação do **Concílio do Vaticano II** foram fatores fundamentais para a postura da Igreja. Esse Concílio defendia a renovação católica com relação à justiça social e aos direitos humanos, renovação esta que alcançou o Brasil progressivamente, sendo incorporada por parcelas do clero no que viria a ser chamada doutrinariamente de **Teologia da Libertação**. Assim, essa tendência refletiu na oposição de certos setores da Igreja ao autoritarismo vigente, fortalecendo os segmentos da hierarquia católica pautados pela perspectiva progressista e voltados para o engajamento social. Esse quadro favoreceu a construção de pastorais populares, nas quais se discutia não só a religião, mas também a política, transformando-as em espaços de ações de resistência ao contexto ditatorial. Vale destacar um considerável envolvimento de membros do clero em guerrilhas ou outras formas de protestos, o que os tornou, vítimas de torturas e de prisões impostas pelos militares. Essas atuações colaboravam, portanto, para erigir e reivindicar mudanças sociais e restabelecer os direitos políticos no Brasil.

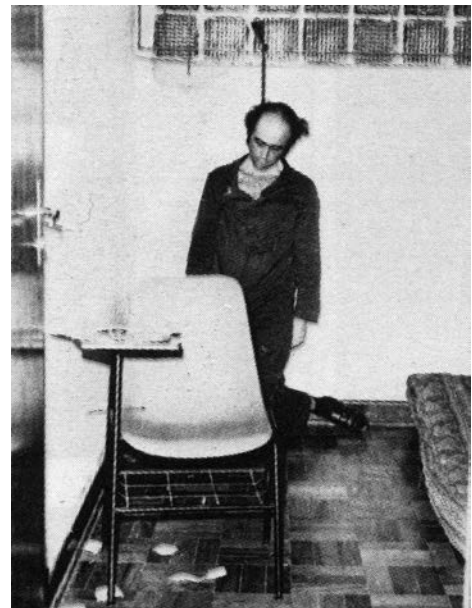
GOVERNO GEISEL (1974-1979)

Entre o fim da década de 1970 e a década de 1980, as ditaduras latino-americanas conviveram com um intenso movimento de redemocratização. No plano externo, colaborava para esse quadro a perda de prestígio estadunidense, devido a escândalos políticos internos e à derrota na Guerra do Vietnã. Os Estados Unidos agora baseavam-se em uma nova estratégia, que não a ação militar, para recuperar seu prestígio e fazer frente à União Soviética: a associação da política estadunidense à luta em prol dos direitos humanos. Por conta disso, não bastava apenas criticar o quadro de violência aos direitos humanos na União Soviética, mas também aquele presente nos aliados latino-americanos. Esse posicionamento foi claramente observado durante o governo democrata de Jimmy Carter. O longo apoio estadunidense às ditaduras latino-americanas tornava-se cada vez menos incondicional.

O modelo de eficiência econômica da ditadura brasileira, processo semelhante aos que ocorreram nas ditaduras argentina e uruguaia, demonstrava sinais de esgotamento no que se refere à manutenção do crescimento autossustentado. Tal fator, em conjunto com o cenário de retração econômica mundial, em especial após a crise do petróleo em 1973, interferiu nas exportações, tornando países como o Brasil incapazes de arcar com as dívidas contraídas internacionalmente e levando a um quadro de progressivo colapso econômico.

Os grupos sociais, bem organizados na crítica ao regime por sindicatos, Igreja, imprensa, artistas e universidades, acabaram por estimular uma postura mais ativa do partido de oposição, MDB, com relação ao projeto de abertura política do país.

A chegada de Geisel ao poder representou um novo rumo da política militar no controle do Poder Executivo. Sintonizado com um projeto de abertura "lenta, gradual e segura" do regime, o novo presidente enfrentou a difícil tarefa de iniciar o processo de retorno da ordem democrática sem a radicalização dos grupos reacionários da Linha Dura militar e, paralelamente, conter os anseios por transformações econômicas e sociais dos grupos esquerdistas. Com um enorme leque de ações, que ia de uma atitude moderada até o fechamento do Congresso, Geisel conseguiu evitar que o fim da Ditadura fosse transformado em um plano de punição aos militares que comandavam o país.

Entre as ações de Geisel para a abertura do regime, podem-se destacar o fim da censura, em 1975, e o cancelamento do AI-5, no final de seu governo. A maior oposição à abertura partia dos militares da Linha Dura, ameaçados de perder as prerrogativas que um regime de exceção autorizava. Abusos ainda eram cometidos nos quartéis, como é o caso do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nas instalações do DOI-CODI de São Paulo. Convocado para explicar as suas possíveis ligações com o PCB (Partido Comunista Brasileiro), então na ilegalidade, o diretor de jornalismo da Rede Cultura foi vítima de sucessivas torturas que provocaram a sua morte. Os militares, para encobrir o crime, forjaram uma cena de suicídio, apresentando Vladimir Herzog enforcado por um cinto em uma das dependências do quartel. A repercussão nacional e internacional foi intensa, havendo até mobilização de setores mais conservadores, como a Igreja Católica. Os abusos foram repetidos com o assassinato do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, crime que levou o presidente Geisel a demitir o general Ednardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército. As ações da Linha Dura chegaram até a ameaçar o mandato presidencial de Geisel devido à tentativa de golpe realizada pelo general Sylvio Frota, em 1977, reprimida pela reação do governo.

Vladimir Herzog, jornalista que fazia oposição à ditadura, foi preso, torturado e morreu na prisão. De acordo com os militares, Herzog faleceu por suicídio. Esse fato ocorreu em pleno período de abertura do regime.

A preocupação em garantir as bases para uma abertura gradual forçou Geisel a lançar, em 1977, de forma autoritária, o Pacote de Abril, responsável por mudanças na distribuição das cadeiras do Congresso Nacional, com o objetivo de ampliar a presença do partido Arena. O Pacote determinou a criação dos chamados senadores biônicos, nomeados diretamente pelo presidente, além do aumento do número de cadeiras preenchidas por deputados do Nordeste, área conhecida como reduto favorável ao partido de sustentação do governo, o Arena. O mandato do presidente também foi estendido para 5 anos. O Pacote de Abril veio acompanhado da Lei Falcão, que limitava o horário eleitoral apenas à apresentação do candidato com seu respectivo número e com um reduzido currículo, impedindo discursos exaltados dos candidatos do MDB contra o governo, assim como o debate político de questões referentes à vida nacional.

Satirização ao caráter autoritário da Lei Falcão

Na economia, o Governo Geisel lançou o **II PND** (Plano Nacional de Desenvolvimento), que buscava criar alternativas para o setor energético, no contexto adverso da crise do petróleo. O projeto Proálcool e o investimento nas usinas nucleares foram os destaques nesse campo. Apesar de não manter os mesmo níveis de crescimento do período do milagre brasileiro, a economia nacional ainda mostrou um crescimento substancial durante os anos do Governo Geisel.

Na sucessão presidencial, o candidato do governo foi novamente referenciado pelo Congresso nas eleições indiretas, com a vitória de João Figueiredo. Iniciava-se o último ciclo dos militares no poder do país.

GOVERNO FIGUEIREDO (1979 - 1985)

Antigo coordenador do SNI, o novo presidente da República manteve a política de distensão projetada por Geisel. A Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso em 1979, foi um dos marcos desse processo, garantindo o perdão para os responsáveis por crimes políticos no país. Essa lei, apesar de enquadrada no universo da abertura política, apresentava algumas limitações, pois estendia o perdão a setores das forças militares que cometeram abusos durante a Ditadura, como torturas e assassinatos, e excluía determinados crimes de resistência política da lista de anistiados. No decorrer das décadas de 1980 e 1990, a Lei da Anistia foi sendo ampliada pelos governos democraticamente eleitos. Houve, por exemplo, a criação da Lei 9 140, decretada em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em que o Estado assumia a culpa por algumas ações abusivas ocorridas durante o regime militar, garantindo, portanto, o pagamento de indenização às famílias de combatentes mortos pela Ditadura.

A charge de Chico Caruso, de 1979, ilustra o retorno do pluripartidarismo e a consequente fragmentação da oposição, anteriormente concentrada no MDB. Observe-se na charge a presença de expoentes dos novos partidos: Tancredo Neves, do PP, Ulysses Guimarães, do PMDB, Leonel Brizola, do PDT, e Lula, do PT.

Em 1979, o governo iniciou uma mudança na estrutura partidária do país, encerrando o sistema bipartidário e permitindo a formação de novos partidos. A medida pretendia enfraquecer o MDB, visto que as divergências internas do partido levaram à formação de várias siglas, que perderam a referência comum de luta. Do desmembramento do MDB, surgiram vários partidos de oposição. O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) foi o que mais atraiu as lideranças do antigo MDB, como o deputado Ulysses Guimarães. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista) buscavam manter a bandeira trabalhista e populista dos tempos de Vargas. O PT (Partido dos Trabalhadores) foi fundado em fevereiro de 1980 por lideranças sindicais ligadas à luta operária no ABC Paulista, como Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda existia o PP (Partido Popular), fundado pelo senador Tancredo Neves, que, posteriormente, migraria para o PMDB. O Arena permaneceu mais coeso ao formar o PDS (Partido Democrático Social).

O presidente Figueiredo ainda enfrentou a resistência da Linha Dura, principalmente por meio de atentados, como o ocorrido no Riocentro, em 1981, durante um *show* comemorativo do Dia do Trabalho. O vínculo dos militares com o episódio ficou explícito com a explosão de uma bomba dentro de um automóvel parado nas imediações do centro de convenções, no qual estavam dois membros

das Forças Armadas, provavelmente preparando o artefato para a ação terrorista. A ausência de uma ampla investigação do episódio levou à renúncia do chefe de gabinete do presidente, o general Golbery do Couto e Silva, importante articulador da abertura do regime desde o mandato do presidente Geisel, que se mostrou inconformado com a postura passiva das Forças Armadas e do governo diante dos abusos da Linha Dura.

Em 1982, foram realizadas eleições diretas para governador no país, após 17 anos, sendo que a oposição foi vitoriosa em vários estados. No mesmo pleito, foram eleitos prefeitos, senadores e deputados. O caminho para a abertura levou ao entusiasmo os deputados de oposição no Congresso, que iniciaram uma luta para a realização de eleições diretas para a Presidência da República. Era a chamada campanha "Diretas Já!". Durante o ano de 1984, o Brasil assistiu a vários comícios coordenados pelas lideranças dos partidos de esquerda, reunindo milhares de pessoas que desejavam a aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que garantiria, através de sua aprovação no Congresso, as eleições diretas para o principal cargo do Executivo. Apesar de toda a mobilização da sociedade, a Emenda foi rejeitada em 25 de abril de 1984, devido à atuação do PDS, que inviabilizou a vitória da oposição.

Passeata em defesa das "Diretas Já!" A imagem ressalta a capacidade mobilizatória do movimento e os anseios democráticos que ganhavam cada vez mais força no país.

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto I

O texto a seguir mostra como a questão da anistia continua polarizando a vida política brasileira e gerando grande antagonismo de posições.

Jobim rebate Tarso e diz que Lei da Anistia não vai mudar

GUIBU, Fábio. 08h03. Agência Folha, em Recife e Graciliano Rocha, Agência Folha, em Porto Alegre. 02 ago. 2008 - 08h03min.

O ministro Nelson Jobim (Defesa) se opôs ontem frontalmente à idéia defendida por seu colega de Ministério Tarso Genro (Justiça) de modificar a Lei da Anistia para permitir a punição de torturadores e assassinos da Ditadura Militar.

"Não haverá mudança na Lei da Anistia", declarou Jobim à *Folha*, após participar da cerimônia de troca de comando no CMNE (Comando Militar do Nordeste), em Recife (PE).

"A Lei da Anistia já esgotou os seus efeitos", disse ele. "Já foram anistiados, não existe hipótese de você rever uma situação passada", afirmou.

A idéia de criar uma alternativa jurídica para que a lei, de 1979, não impeça a punição de agentes públicos envolvidos em tortura e morte durante a Ditadura Militar (1964-1985) foi discutida anteontem, durante audiência patrocinada pelo Ministério da Justiça.

No evento, em Brasília, Tarso defendeu a tese de que não há delito político na tortura e que quem agiu assim no regime militar pode ser comparado "a qualquer outro torturador que a humanidade conhece".

Para Jobim, porém, a Lei da Anistia "foi auto-suficiente" e "já satisfez a situação que tinha para satisfazer". "Você não tem que mudar mais nada", declarou, para em seguida pedir: "Vamos olhar para o futuro".

Questionado sobre a possibilidade de existir uma alternativa jurídica para punir os torturadores, Jobim disse que "isso é um problema que tem que ser examinado pelo Poder Judiciário, e não pelo Executivo".

Na solenidade no CMNE, o ministro ficou ao lado do comandante do Exército, Enzo Martins Peri. Também questionado pela *Folha* sobre o assunto, Peri se negou a falar. "Nenhum comentário, nada de novo a comentar", afirmou.

Questionado então sobre o que achava da declaração de Jobim, de que não haveria mudanças na Lei da Anistia, o comandante sorriu e disse: "Se o ministro falou, está falado".

Em Porto Alegre (RS), ainda sem saber das declarações de Jobim, Tarso Genro afirmou que, ao defender a responsabilização cível e criminal de torturadores do regime militar, expressou uma posição pessoal, e não de governo.

"A posição que manifestei ontem [anteontem] é uma posição minha e do Paulo Vanucchi [secretário especial de Direitos Humanos], abordando juridicamente o tema à luz do direito constitucional e das normas legais da anistia. Não se trata de uma posição de governo", disse.

Tarso reafirmou que os torturadores não devem ser beneficiados pela anistia. Para ele, agentes públicos envolvidos com tortura realizaram "atos que não são aceitos nem pelo próprio regime de exceção".

Segundo o ministro, a discussão sobre o tema "é um debate do Estado democrático de Direito". "Não se trata de avaliação das Forças Armadas, nós estamos tratando de uma questão concreta", declarou.

Tarso também defendeu cautela em relação à principal demanda apresentada por ativistas de direitos humanos: a abertura dos arquivos do governo brasileiro – das Forças Armadas e do Itamaraty – sobre o período militar. "O governo não quer que qualquer tipo de investigação histórica pareça impugnação de alguma instituição da República", disse.

Texto II

LEI Nº 6 683 – DE 28 DE AGOSTO DE 1979 – Lei da Anistia

Concede anistia e dá outras providências.

O presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

[...]

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (PUC Minas) "Brasil, ame-o ou deixe-o."

Esse *slogan*, amplamente divulgado e propagado no auge do período da Ditadura Militar, criava um clima de ufanismo para

A) anunciar à população brasileira o firme propósito do governo de promover a distensão política, assim que todos os comunistas deixassem o país.

B) justificar a nova postura dos militares para atrair o apoio da opinião pública contrária ao regime autoritário, abrindo caminho para o processo de abertura política.

C) abrandar os rigores do autoritarismo, permitindo que todos os insatisfeitos com o regime militar abandonassem espontaneamente o país.

D) demonstrar a profunda intolerância do governo com os setores do movimento de oposição, que optaram pela luta armada contra o regime.

02. (PUC Minas–2007) O processo de redemocratização brasileiro, no final da década de 1970, combinou pressões da sociedade civil e a estratégia de distensão / abertura do próprio regime militar. Assinale o processo social que caracteriza objetivamente esse momento.

A) Revogação dos atos institucionais, por iniciativa do governo, após negociação com a sociedade civil organizada.

B) Aumento da guerrilha urbana por parte de facções como Colina, MR-8, Var-Palmares, Ação Popular e outros.

C) Avanço do movimento sindical com a eliminação dos direitos básicos do trabalhador brasileiro.

D) Vitória do movimento popular das "Diretas Já!" que, com sua aprovação, permitiu eleições gerais em 1982.

03. (FJP-MG) Leia a carta escrita por Henfil à sua mãe:

Mãe,

O doutor Tancredo herdou de Getúlio Vargas a caneta com que ele escreveu a carta-testamento.

Não sei bem se foi a que escreveu a tal carta ou se foi outra. Sei que na minha memória dos 10 anos de idade ficou assim: Tancredo, herdeiro da caneta de Getúlio.

Bão.

Só vim a prestar atenção de novo, no herdeiro da caneta, quando ele se tornou primeiro-ministro do regime parlamentarista, um superconsenso que militares e políticos arrumaram para impedir a posse do legítimo vice-presidente eleito, João Belchior Marques Goulart. O consensão deu no que deu, o herdeiro sumiu com sua caneta e vinte anos depois acordamos bolivianos.

Sumiu nada. O herdeiro da caneta assinou ficha no PMDB, saiu do MDB, fundou o PP, desfundou o PP, ganhou o governo de Minas Gerais pelo PMDB e o entregou ao ex-PP, e agora, onde estamos? Estamos com o herdeiro da caneta como primeiro-ministro do consenso jumbo que militares e políticos estão arrumando para que cem anos depois acordemos, todos, irremediavelmente porto-riquenhos.

O que Tancredo deveria ter herdado do Getúlio Vargas não era a caneta, era o revólver.

A benção do seu filho das bocaiúvas,

Henfil Vilela.

HENFIL. *Diretas Já*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

Nessa carta, Henfil

A) aproxima o contexto político de 1964 ao de 1984, ressaltando a face autoritária de ambos, com os militares utilizando-se dos civis para impor os seus interesses, em especial o de manter a sociedade brasileira sob controle.

B) compara as situações políticas no Brasil em 1961 e 1984 com as dos países latino-americanos, que estavam nas mãos dos militares, os quais haviam estabelecido regimes de exceção, plenos de arbitrariedades.

C) critica a posição política de Tancredo Neves que foi primeiro-ministro, quando da promulgação da emenda constitucional do parlamentarismo após a renúncia de Jânio Quadros, e candidato de consenso do Colégio Eleitoral no contexto final do regime militar.

D) identifica a postura política de Tancredo com a de Getúlio Vargas, do qual herdou a caneta, destacando tanto a indefinição partidária que os aproximava quanto a constante aproximação entre esses dois políticos e os militares.

04. (UFMG–2009) Considerando-se os fatores que contribuíram para a longevidade do regime militar no Brasil, é **CORRETO** afirmar que foi de grande relevância

A) a combinação entre a ordem constitucional, amparada pela Constituição de 1967, e a arbitrariedade, expressa em sucessivos Atos Institucionais.

B) a manutenção de um sistema político representativo, com eleições indiretas em todos os níveis, exceto para a Presidência da República.

C) o desenvolvimento econômico-social do país, acompanhado de um constante crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

D) o rodízio de lideranças políticas entre as Forças Armadas, por meio de eleições indiretas no âmbito do Comando Supremo da Revolução.

05. (UFMG / Adaptado) Considerando-se a atuação dos partidos políticos no Brasil entre 1964 e 1984, é **INCORRETO** afirmar que

A) o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi uma frente de oposição desde sua criação, nos anos 1960, até os anos mais duros do regime militar, o que lhe rendeu perseguições e rígido controle.

B) o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi criado, no fim dos anos 1970, como opção para setores médios ansiosos pelo alinhamento à nova ordem mundial, capitaneada pelo FMI e pelo neoliberalismo.

C) o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), recriado no início dos anos 1980, teve sua legenda disputada por diferentes seguidores de Vargas, mas, na prática, revelou-se distante do trabalhismo histórico.

D) a Aliança Renovadora Nacional (Arena), criada nos anos 1960, foi um dos principais esteios do regime militar, sustentando até atos que atentavam contra a liberdade do próprio Parlamento.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (Fatec-SP–2008) O movimento denominado "Diretas Já!", que começou reunindo poucos milhares de pessoas nas principais cidades brasileiras, acabou ganhando a simpatia da maior parte da população do país e tomou proporções gigantescas.

Esse movimento exigia

A) eleições diretas depois da renúncia de Jânio Quadros.

B) o fim do AI-5, a volta dos direitos políticos e o retorno das eleições pelo voto universal.

C) o fim das torturas e a aprovação da Lei de Anistia Política.

D) a anistia política e o retorno dos exilados políticos para o Brasil.

E) o fim da Ditadura Militar e eleições diretas para presidente.

02. (FGV-SP–2007)

ZIRALDO. *O Pasquim*.

[...] *meu Brasil,*

Que sonha com a volta do irmão do Henfil,

com tanta gente que partiu num rabo de foguete:

chora a nossa pátria-mãe gentil

choram marias e clarisses no solo do Brasil.

Mas sei que uma dor assim pungente

não há de ser inutilmente a esperança

dança na corda bamba de sombrinha

e em cada passo dessa linha pode se machucar.

João Bosco e Aldir Blanc. "O bêbado e a equilibrista".

A crítica expressa na charge e a referência histórica da música estão relacionadas, respectivamente,

A) à exaltação do nacionalismo e ao movimento das "Diretas Já!".

B) ao autoritarismo do governo e à campanha a favor da anistia.

C) à propaganda comunista e ao retorno dos exilados políticos.

D) ao fim da censura e à política favorável à redemocratização.

E) à outorga do Ato Institucional nº. 5 e ao milagre econômico.

03. (PUC Minas–2010) A Lei da Anistia no Brasil pós-1964 completou 30 anos em 11 de setembro de 2009. Foi sancionada pelo então presidente João Batista Figueiredo, no último suspiro da Ditadura Militar brasileira, para diminuir a tensão entre os movimentos sociais e a ala dura do Exército nacional. Sobre essa lei, é **CORRETO** dizer:

A) Foi mais um acordo político em que se anularia o julgamento dos torturadores do regime militar, ao mesmo tempo que absolveria todos os militantes que se opuseram ao regime pós-1964.

B) Foi um acordo político entre os partidos majoritários do Golpe de 1964 (PSDB e PT) para reparar os danos políticos causados pela Ditadura Militar.

C) Foi um golpe político do Poder Judiciário contra o Estado de Direito no sentido de garantir as liberdades civis neste país.

D) Foi a decretação de perdão do governo do presidente Lula aos políticos e militares cassados depois do Golpe.

04. (UFMT–2010)

Comparação da distribuição de renda no Brasil 1960, 1970 e 1976

População Economicamente Ativa (Porcentagem)	Participação na renda		
	1960	1970	1976
50% mais pobres	17,71%	14,91%	11,80%
30% seguintes	27,92%	22,85%	21,82%
15% seguintes	26,66%	27,38%	28,00%
5% mais ricos	27,69%	34,86%	39,00%

ALENCAR, Chico *et al*. *História da sociedade brasileira.*

Os dados permitem a conclusão de que, entre 1960 e 1976,

A) a partir do regime autoritário, nascido do Golpe de 1964, o esforço governamental, na legislação de apoio ao trabalho, com aumentos reais de salário, gerou estabilidade na renda dos brasileiros 50% mais pobres.

B) a concentração da riqueza no Brasil foi decorrência direta dos efeitos da crise econômica mundial que eclodiu no início dos anos 1960, que não permitiu que o PIB brasileiro crescesse na medida das suas necessidades.

C) as classes médias urbanas fazem parte do grupo mais prejudicado pela internacionalização da economia brasileira a partir de 1964, pois foram as que mais tiveram a carga tributária aumentada.

D) o chamado milagre econômico, do fim dos anos 1960 aos primeiros anos da década seguinte, permitiu que a parcela mais pobre da população brasileira aumentasse a sua participação na renda nacional.

E) ocorreu um processo de concentração de renda, pois o grupo mais rico da população ampliou a sua participação na renda nacional, em contraposição aos 80% mais pobres, que perderam espaço nessa mesma renda nacional.

05. (PUCPR–2008) *Começava a ditadura envergonhada, como a batizou Elio Gaspari. [...] Mas, como tudo na vida pode piorar, quem se queixava de 64 não sabia o que nos esperava em 68. Aí sim, com o Ato Institucional n°. 5, o pau comeu. A Ditadura esgotou o manual e criou em cima: implantou a censura, cassou mandatos, fechou o Congresso, suspendeu o* habeas corpus*, revogou a Constituição, instituiu a pena de banimento, liberou a tortura e tolerou as execuções sumárias – tudo em defesa da segurança nacional.*

MARTINS, Oswaldo. Aos nascidos em 1964. Revista *Cult,* São Paulo, n. 78, março / 2004. p. 54.

Com base nesse contexto, marque a alternativa **INCORRETA**.

A) O Ato Institucional n°. 5 foi um instrumento que proporcionou amplos poderes ao presidente da República, que podia, inclusive, fechar provisoriamente o Congresso Nacional.

B) A economia brasileira desse período (1969-1973) vai ser marcada pelo chamado milagre brasileiro.

C) Nesse período, o governo ditatorial declara que o país vivia uma guerra subversiva, sob esse pretexto aprova-se inclusive a pena de morte.

D) O *slogan* BRASIL: "Ame-o ou deixe-o" foi um grande instrumento de propaganda dos grupos da guerrilha de esquerda brasileira nessa fase.

E) A vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970 foi usada, junto aos efeitos do milagre econômico, como instrumento de construção positiva do regime militar.

06. (Uel-PR–2007) Observe a figura a seguir:

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org). *História da Vida Privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Com base na figura e nos conhecimentos sobre o Brasil Contemporâneo, a manifestação visava a reivindicar

A) eleições diretas de modo a instituir o regime parlamentarista.

B) derrubada do poder então vigente, conforme exigência dos operários.

C) o *impeachment* do presidente da República, denunciado por corrupção.

D) a convocação de eleições diretas, após vinte anos de regime ditadorial.

E) a participação dos estudantes no governo, na forma de democracia direta.

07. (UFG) Leia esse texto:

"Pegaram alguns?", perguntou Geisel.

"Pegamos. Pegamos. Foram pegos quatro argentinos e três chilenos", respondeu Pedrozo.

"E não liquidaram, não?"

"Ah, já, há muito tempo. É o problema, não é? Tem elemento que não adianta deixar vivo, aprontando. Infelizmente, é o tipo de guerra suja em que, se não se lutar com as mesmas armas deles, se perde. Eles não têm o mínimo escrúpulo."

"É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa", falou Geisel.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 387.

O diálogo, mantido em 1974, atesta a aplicação e a especificidade das práticas repressivas utilizadas pelo governo brasileiro, ao sugerir a

A) proibição da entrada, no Brasil, de estrangeiros que pudessem comprometer a estabilidade do regime governamental.

B) contenção dos partidos e das facções que preparavam a organização de guerrilhas urbanas e ações terroristas contra o governo militar.

C) defesa dos interesses nacionais, ameaçados por uma guerra civil travada silenciosamente, graças à censura aos meios de comunicação.

D) adoção de uma estratégia de extermínio pela Ditadura Militar, consentida pelo chefe do Estado brasileiro.

E) intolerância das Forças Armadas em relação ao avanço das forças políticas comprometidas com o restabelecimento do regime democrático.

08. (UFPI–2008) No período compreendido entre 1964 e 1985, o Brasil viveu a chamada Ditadura Militar, quando vários direitos constitucionais – individuais e coletivos – foram suspensos e mesmo extintos. Assinale, entre as alternativas a seguir, aquela que **NÃO** corresponde a uma afirmação correta sobre o período.

A) O general Emílio Garrastazu Médici governou o Brasil entre 1969 e 1974. Em sua gestão, a repressão atingiu o apogeu, mas, apesar disso, Médici foi o mais popular dos presidentes do ciclo militar.

B) Durante o governo do presidente Figueiredo, o último do ciclo militar, cresceu o nível de organização dos trabalhadores, especialmente daqueles da região do ABC Paulista, surgindo o CONCLAT, em 1981, e a CUT, em 1983.

C) Entre os acontecimentos que contribuíram para indispor os governantes militares com a opinião pública brasileira, pode-se citar as mortes ocorridas nas dependências do DOI-CODI e, em circunstâncias jamais esclarecidas, do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho.

D) O atentado do Riocentro, ocorrido em 30 de abril de 1981, revelou uma sofisticação e um aprofundamento das ações terroristas de grupos da esquerda radical no país.

E) Durante o governo do presidente Geisel, teve início o processo de abertura "lenta, gradual e segura".

09. (Fatec-SP–2010) Considere a foto a seguir, que é uma referência da história política do Brasil da década de 1980, para responder à questão.

Comício na Praça da Sé – 1984

Os comícios que atraíram milhares de pessoas em todo o país eram realizados em defesa

A) da anistia aos exilados políticos.

B) das greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

C) das eleições diretas para presidente.

D) da permanência dos militares no poder.

E) de uma ação conjunta entre Brasil e Argentina para por fim à Ditadura Militar.

10. (UESPI–2010) O início dos anos 1980 assiste no Brasil a uma série de atos violentos atribuídos a grupos ligados ao governo militar, como o atentado à bomba ocorrido no Riocentro, por ocasião de uma festa em homenagem ao Dia do Trabalhador. O atentado, contudo, não estancou o curso das manifestações a favor da redemocratização do país, evidenciado

1. nas eleições de 1982, pelas quais se consolidaram os partidos políticos em todo o Brasil.

2. pelo lançamento, sob a liderança do PMDB, da candidatura de Tancredo Neves como candidato oposicionista à Presidência.

3. pela articulação, em 1983, de um movimento para eleições presidenciais, popularizado como "Diretas Já!".

4. na passeata dos "Caras Pintadas", que reuniu milhares de jovens concentrados à frente da Candelária no Rio de Janeiro.

Estão **CORRETAS** apenas

A) 1 e 2.

B) 2, 3 e 4.

C) 1, 2 e 3.

D) 2 e 4.

E) 1, 2 e 4.

11. (UFU-MG) No ano de 2004, várias publicações e atividades acadêmicas foram efetuadas em diferentes cidades e instituições brasileiras, objetivando discutir – quarenta anos depois – os significados e consequências do Golpe Militar ocorrido no país em 1964.

Sobre os significados, consequências e reações às medidas praticadas pelos governos militares no Brasil, no comando do país a partir de 1964, é possível afirmar que

I. no governo do presidente Castelo Branco, foram estabelecidas as eleições indiretas para Presidência da República, que passaram a ser prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional. Implementou-se, também, uma legislação partidária que forçou, na prática, a organização de apenas dois partidos: um de partidários do governo e outro de oposição.

II. entre as medidas positivas adotadas pelos dois primeiros governos militares no Brasil, é possível destacar o combate à inflação, a promoção do desenvolvimento econômico e a implantação do pluripartidarismo, que contribuiu para a fragmentação das forças políticas conservadoras e unificação dos partidos políticos progressistas.

III. a partir do final da década de 1970, na região do ABC Paulista, os trabalhadores passaram a reorganizar suas entidades sindicais e progressivamente foram assumindo uma postura combativa, reivindicando melhores salários e negociações dos acordos coletivos de trabalho entre patrões e empregados, de forma direta, sem a interferência do Estado.

IV. a campanha em defesa de eleições diretas para presidente da República foi um movimento suprapartidário que influenciou diretamente os membros do Congresso Nacional na histórica sessão que aprovou a Emenda Dante de Oliveira, instituindo eleições diretas após 20 anos e pondo fim à Ditadura Militar.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Apenas I e IV estão corretas.
B) Apenas I e III estão corretas.
C) Apenas II e IV estão corretas.
D) Apenas II e III estão corretas.

12. (UFMG–2008) Analise esta imagem:

Anúncio publicado pelo Ministério do Interior e pelo Banco da Amazônia. Veja*, 30 dez.1970.*

A partir da análise dessa imagem e considerando outros conhecimentos sobre o assunto,

1. **ANALISE** o contexto político-econômico em que foi divulgado esse anúncio.
2. **IDENTIFIQUE** o principal objetivo desse anúncio.
3. **IDENTIFIQUE** e **ANALISE** duas decorrências da política econômica implementada na região enfocada no anúncio.

13. (UERJ–2010)

A cena retratada pelos quadrinhos só se tornou possível na história recente do país com o fim do Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 1979. A reforma partidária, assim como outros eventos do processo de restabelecimento do Estado de Direito no Brasil, contudo, permitiram ao regime militar controlar o ritmo da abertura política.

INDIQUE a principal mudança produzida pela reforma partidária de 1979 e **JUSTIFIQUE** sua aplicação no contexto da abertura "lenta, gradual e segura" promovida pelo regime militar.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2006) Os textos a seguir foram extraídos de duas crônicas publicadas no ano em que a seleção brasileira conquistou o tricampeonato mundial de futebol.

O general Médici falou em consistência moral. Sem isso, talvez a vitória nos escapasse, pois a disciplina consciente, livremente aceita, é vital na preparação espartana para o rude teste do campeonato. Os brasileiros portaram-se não apenas como técnicos ou profissionais, mas como brasileiros, como cidadãos deste grande país, cônscios de seu papel de representantes de seu povo. Foi a própria afirmação do valor do homem brasileiro, como salientou bem o presidente da República. Que o chefe do governo aproveite essa pausa, esse minuto de euforia e de efusão patriótica, para meditar sobre a situação do país. [...] *A realidade do Brasil é a explosão patriótica do povo ante a vitória na Copa.*

JOBIM, Danton. *Última Hora*, 23 jun. 1970 (Adaptação).

O que explodiu mesmo foi a alma, foi a paixão do povo: uma explosão incomparável de alegria, de entusiasmo, de orgulho. [...] *Debruçado em minha varanda de Ipanema,* [um velho amigo] *perguntava: – Será que algum terrorista se aproveitou do delírio coletivo para adiantar um plano seu qualquer, agindo com frieza e precisão? Será que, de outro lado, algum carrasco policial teve ânimo para voltar a torturar sua vítima logo que o alemão apitou o fim do jogo?*

BRAGA, Rubem. *Última Hora*, 25 jun. 1970 (Adaptação).

Avalie as seguintes afirmações a respeito dos dois textos e do período histórico em que foram escritos.

I. Para os dois autores, a conquista do tricampeonato mundial de futebol provocou uma explosão de alegria popular.

II. Os dois textos salientam o momento político que o país atravessava ao mesmo tempo que conquistava o tricampeonato.

III. À época da conquista do tricampeonato mundial de futebol, o Brasil vivia sob regime militar, que, embora politicamente autoritário, não chegou a fazer uso de métodos violentos contra seus opositores.

É correto apenas o que se afirma em

A) I.
B) II.
C) III.
D) I e II.
E) II e III.

02. (Enem–2010)

Disponível em:<http://pimentacomlimao.files.wardpress.com>. Acesso em: 17 abr. 2010 (Adaptação).

A charge remete ao contexto do movimento que ficou conhecido como "Diretas Já!", ocorrido entre os anos de 1983 e 1984. O elemento histórico evidenciado na imagem é

A) a insistência dos grupos políticos de esquerda em realizar atos políticos ilegais e com poucas chances de serem vitoriosos.

B) a mobilização em torno da luta pela democracia frente ao regime militar, cada vez mais desacreditado.

C) o diálogo dos movimentos sociais e dos partidos políticos, então existentes, com os setores do governo interessados em negociar a abertura.

D) a insatisfação popular diante da atuação dos partidos políticos de oposição ao regime militar criados no início dos anos 1980.

E) a capacidade do regime militar em impedir que as manifestações políticas acontecessem.

03. (Enem–2010)

A gente não sabemos escolher presidente

A gente não sabemos tomar conta da gente

A gente não sabemos nem escovar os dentes

Tem gringo pensando que nóis é indigente

Inútil

A gente somos inútil

MOREIRA, R. "Inútil", 1983. [Fragmento]

O fragmento integra a letra de uma canção gravada em momento de intensa mobilização política. A canção foi censurada por estar associada

A) ao *rock* nacional, que sofreu limitações desde o início da Ditadura Militar.

B) a uma crítica ao regime ditatorial que, mesmo em sua fase final, impedia a escolha popular do presidente.

C) à falta de conteúdo relevante, pois o Estado buscava, naquele contexto, a conscientização da sociedade por meio da música.

D) à dominação cultural dos Estados Unidos da América sobre a sociedade brasileira, que o regime militar pretendia esconder.

E) à alusão à baixa escolaridade e à falta de consciência política do povo brasileiro.

GABARITO

Fixação

01. D
02. A
03. C
04. A
05. B

Propostos

01. E
02. B
03. A
04. E
05. D
06. D
07. D
08. D
09. C
10. C
11. B

12\.

1. A década de 1970 no Brasil, principalmente durante o governo militar do general Emílio Garrastazu Médici, foi marcada por forte repressão política aos grupos de esquerda com orientação socialista. Práticas como censuras, torturas, exílios, cassações e combates às lutas de guerrilha tornaram-se corriqueiras. Esses movimentos também foram abafados pela intensa propaganda ufanista promovida pela Ditadura Militar. Veiculada pelo Governo, tal propaganda apresentava-se através de *slogans* nacionalistas, apropriando-se, também, de símbolos populares, como o futebol. No âmbito institucional, o regime militar cerceava as liberdades individuais com o AI-5 e impunha uma rotina de autoritarismo com o submetimento do Congresso Nacional. Economicamente, o país vivia a euforia do chamado milagre econômico, já que os índices de crescimento industrial atingiam os mais elevados da história nacional até então.

2. O anúncio publicado pelo Ministério do Interior e pelo Banco da Amazônia tem como objetivo favorecer a interiorização do desenvolvimento brasileiro por meio da exploração econômica da região Norte.

3. Podem-se citar duas, entre as decorrências:
   - A expansão da rede rodoviária para a região com a construção da Rodovia Transamazônica, que acabou se transformando em mais uma das obras faraônicas, tão comuns durante o período do "milagre".
   - A abertura de novas fronteiras agrícolas e pecuárias em função do desbravamento e ocupação de novas áreas nas regiões Centro-Oeste e Norte.
   - A intensificação das migrações para a região, devido às novas possibilidades de exploração econômica.
   - Concentração fundiária e consequente acirramento das tensões sociais entre os vários novos grupos que ocupavam as regiões rurais.
   - Impactos ambientais devido à progressiva exploração do meio ambiente na região Norte, acarretando prejuízos ao ecossistema amazônico.

13\. Fim do bipartidarismo político, possibilitando o pluripartidarismo.

O fim do bipartidarismo favorecia o esfacelamento político dos setores de oposição, que cresciam, e facilitava a manutenção, por parte do governo, da maioria de votos no Congresso.

Seção Enem

01. D
02. B
03. B

HISTÓRIA

Nova República

MÓDULO 24 FRENTE B

TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Apesar de derrotada, a campanha "Diretas Já!" possibilitou uma articulação da oposição com o governo para as eleições indiretas que decidiriam o novo presidente do país. O PMDB lançou uma das lideranças, Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, que obteve destaque na luta pelas Diretas. A sua vitória foi facilitada pela dissidência surgida dentro do PDS, quando o partido lançou o candidato à Presidência, Paulo Maluf. Algumas lideranças do partido não aceitavam a candidatura de Maluf e formaram a Frente Liberal, posteriormente PFL, que decidiu apoiar Tancredo Neves mediante participação na chapa que disputaria a Presidência. Assim, o senador José Sarney, antigo membro do PDS, assumiu a condição de vice de Tancredo. A aliança política garantiu a fácil vitória da oposição no dia 15 de janeiro de 1985, quando Tancredo Neves foi eleito presidente.

O processo eleitoral se destacou pela ausência de um candidato militar, ao contrário do que ocorria no período ditatorial. Os militares, de maneira silenciosa, retornavam aos quartéis, em um cenário de crise econômica que transformaria a década de 1980 na chamada "década perdida". Essa expressão busca designar as mazelas econômicas vividas na América Latina que foram superadas apenas no início dos anos 1990. Inclui-se na lista dos problemas econômicos a gigantesca dívida externa, o elevado índice inflacionário, o baixo crescimento econômico, quando comparado com a década de 1970, e a incapacidade do setor público de encontrar alternativas para a solução das dificuldades apresentadas.

A transição para a democracia apresentou, ainda, mais um capítulo dramático: o candidato vitorioso foi internado com graves problemas de saúde na véspera da posse, assumindo a Presidência o vice José Sarney. Tancredo Neves passou por várias cirurgias nos 38 dias de internação, vindo a falecer em 21 de abril de 1985.

GOVERNO JOSÉ SARNEY (1985-1989)

O primeiro ano do governo de Sarney foi dificultado pelo cenário político de transição, após décadas de autoritarismo militar, somado ao difícil e demorado desfecho dos problemas de saúde vividos pelo então presidente Tancredo Neves. A situação econômica se agravava com o descontrole financeiro, a gigantesca inflação e o enorme déficit público.

A tentativa de solução veio no dia 1º de março de 1986, com o **Plano Cruzado**, nome originado da nova moeda que o país teria a partir daquele instante. Iniciava-se o período dos planos econômicos no Brasil. O projeto do ministro Dílson Funaro consistia em combater a inflação artificialmente, através do tabelamento dos preços dos produtos. O objetivo era reduzir a inflação sem gerar recessão econômica. O Plano Cruzado também estabeleceu o congelamento de salários e a criação do gatilho salarial, ou seja, a elevação automática do salário quando a inflação atingisse 20%. Dentro de uma classificação econômica, as propostas do ministro Dílson Funaro se enquadravam em um tipo de Plano Heterodoxo, ou seja, distantes das medidas tradicionais de combate à inflação, como a redução dos gastos públicos e o combate ao consumo através da elevação da taxa de juros (Plano Ortodoxo). Nos primeiros meses do Plano, o país viveu uma enorme euforia, já que o fluxo monetário se mantinha elevado com a emissão de moeda realizada pelo governo para o pagamento de seus compromissos, ao mesmo tempo que o preço dos produtos não poderia ser elevado. Com a finalidade de garantir o sucesso econômico, o presidente convidou a sociedade a vigiar os abusos cometidos com o aumento de preços, criando uma leva de simpatizantes do Plano que passaram a ser conhecidos como os "fiscais do Sarney". O reflexo político foi a vitória fulminante do PMDB nas eleições para governador em novembro de 1986, que conseguiu vencer em 22 dos 23 estados.

Bóton utilizado durante o período de euforia popular com o Plano Cruzado. A figura do fiscal do Sarney expressou o assentimento e a adesão de parcela da sociedade ao combate à espiral inflacionária.

Nessa época, o Plano Cruzado dava os seus primeiros sinais de fragilidade. Como o preço tabelado não correspondia à realidade econômica, começou a faltar mercadorias nos principais locais de venda, uma vez que os fornecedores não queriam vender o produto pelos preços definidos pelo governo. Criou-se o conceito do ágio: para realizar uma compra, os consumidores eram obrigados a pagar uma taxa além do valor tabelado, ou seja, na prática, a inflação já havia voltado a ocorrer na economia brasileira. O governo tentou corrigir os déficits apresentados por meio de outros planos, como o Cruzado II, em novembro de 1986, o Plano Bresser, em junho de 1987, e o Plano Verão, em 1989, não conseguindo, porém, combater a inflação, que atingiu 1 764% no último ano do Governo Sarney. O fracasso econômico levou o presidente a decretar a moratória da dívida externa. O reflexo dessa medida foi o agravamento da crise interna, com a diminuta confiança internacional na economia brasileira e a consequente redução do fluxo de capital externo para o país.

CONSTITUIÇÃO DE 1988

Um dos marcos do Governo Sarney foi a convocação de uma Assembleia Constituinte instalada em fevereiro de 1987. Após um longo debate, coordenado pelos políticos do PMDB – partido que tinha maioria na Câmara –, a Constituição foi promulgada em outubro de 1988. Conhecida como Constituição Cidadã, a nova Carta apresentou como novidade a inclusão de várias garantias aos brasileiros, as quais haviam sido deixadas de fora das Cartas anteriores.

O direito de voto foi estendido aos jovens de 16 anos e aos analfabetos, sendo facultativo para os dois grupos. As prerrogativas democráticas, como eleições diretas, liberdade de expressão, pluripartidarismo, direito à greve, liberdade sindical, *habeas corpus*, estavam garantidas, além de haver uma preocupação com a assistência social por parte do Estado brasileiro. Foram realizadas críticas à Carta de 1988 devido à sua amplitude legislativa, uma vez que tal documento aspirava legislar a respeito de temas que normalmente não cabem a uma Constituição, como a política de taxa de juros definida pelo governo.

Exemplar da Constituição de 1988. A nova Carta representou a consolidação da nova ordem democrática.

SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Conforme previsto na nova Constituição, o Brasil teria eleições diretas para presidente em 1989, a primeira em 29 anos. Concorreram ao cargo 24 candidatos. Entre os políticos que pleitearam a Presidência, destacam-se Ulysses Guimarães, do PMDB, Mário Covas, do PSDB, Paulo Maluf, do PDS, Leonel Brizola, do PDT, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Fernando Collor de Mello, do PRN. A campanha eleitoral foi acirrada e democrática. Collor e Lula foram os vitoriosos para concorrerem no segundo turno.

Collor representava um novo partido político, PRN (Partido da Reconstrução Nacional), que se sintonizava com um projeto econômico neoliberal que fosse capaz de introduzir o país na chamada economia globalizada, a qual varria o mundo em um cenário de crise do socialismo. Prometendo defender os chamados "descamisados", o jovem político de Alagoas vinculava sua imagem à de um político inovador e capaz de combater as mazelas brasileiras, como a fome e a corrupção. Chamado de "Caçador de Marajás", o governador alagoano recebia apoio dos setores empresariais, principalmente dos meios de comunicação conservadores.

Já o candidato do PT, conhecido pela sua luta no movimento sindical no final da década de 1970, buscava atrair os votos dos grupos insatisfeitos com os rumos econômicos do Brasil e que desejavam uma ruptura da hegemonia da direita no controle do país nas últimas décadas. Lula contava com o apoio da massa de trabalhadores, dos setores acadêmicos e,

durante o segundo turno, de praticamente toda a esquerda brasileira. A vitória de Collor foi obtida em 17 de dezembro de 1989, com 53,03% dos votos válidos contra 46,79% de Lula. A eleição de Collor foi garantida através do apoio de uma parcela da classe média, que temia o destino do país nas mãos de um governo de esquerda, e pela maneira agressiva como a campanha de Collor conduziu as propagandas no horário eleitoral, fazendo acusações impertinentes sobre a vida particular do candidato do PT e contando com o respaldo da mídia. A década de 1990 começou, então, com a esperança em torno de um novo governo democraticamente eleito.

GOVERNO COLLOR (1990-1992)

O novo governo assumiu o poder carregando a esperança de milhões de brasileiros na redução da acelerada inflação que corroía a economia brasileira. O início dessa luta veio a partir do chamado Plano Collor, divulgado logo depois da posse do presidente, seguindo alguns fundamentos do Plano Cruzado, porém, tentando evitar os erros de 1986. O novo plano repetiu a forma de modificação da moeda, que retornou ao cruzeiro, estabeleceu o congelamento dos preços e impediu o deslocamento dos recursos de conta corrente para consumo, através da proibição de saques de valores acima de 50 000 cruzeiros, durante 18 meses. Para evitar a emissão de moeda, o governo tentou controlar os gastos públicos, reduzindo a máquina estatal através de demissões e privatizações. A facilitação nas importações garantiria o acesso a produtos que pudessem faltar na economia, caso algum setor retirasse o produto de circulação para pressionar o aumento de preços.

A capa da revista Veja*, de 21 de março de 1990, demonstra como foi impactante para a sociedade o decreto do Plano Collor.*

O Plano, elaborado sob a chefia da economista Zélia Cardoso de Mello, obteve um relativo sucesso no combate à inflação nos primeiros meses, principalmente em virtude da ausência de recursos financeiros circulantes. A esperança em solucionar os problemas econômicos do Brasil fez com que quase todos os setores da sociedade aceitassem o arrocho financeiro. As consequências foram danosas para muitas pessoas que mantinham suas reservas na caderneta de poupança e perceberam que estavam sem o dinheiro que haviam economizado. A indústria e o comércio também foram prejudicados, enfrentando uma grande recessão, já que não existia um amplo mercado por falta de recursos dos consumidores. Meses após o lançamento do Plano, começava a ficar evidente que o remédio doloroso do confisco não fazia efeito. Em janeiro de 1991, o governo lançava uma nova tentativa frustrante de combater a inflação através do Plano Collor II.

No âmbito internacional, o Brasil oficializou, em 26 de março de 1991, a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul), com a participação de Argentina, Paraguai e Uruguai. A política de globalização do governo estava associada a um enorme esforço em seguir a cartilha econômica dos organismos internacionais, em especial a do chamado Consenso de Washington, que inseria o Brasil no universo do neoliberalismo. Importações, privatizações, redução dos gastos públicos eram tratadas como regras para a modernização do país. Também o estilo de vida do presidente – as constantes corridas matinais nas redondezas de sua residência em Brasília, sempre vestindo camisetas com dizeres otimistas e ufanistas – era associado a esse novo momento que se pretendia para o país.

Impeachment

No final de 1991, o presidente Collor foi vítima de várias denúncias de corrupção em seu governo. A principal acusação partiu do seu próprio irmão, Pedro Collor, que informou à revista *Veja* que o presidente permitia a existência de uma rede de influência chefiada pelo ex-tesoureiro de campanha, o empresário Paulo César Farias. O chamado "Esquema PC" funcionava por meio de favores governamentais concedidos a empresários que, por sua vez, depositavam recursos financeiros no exterior para os participantes do esquema. Voltando para o Brasil, esse dinheiro era utilizado para pagar os gastos particulares de membros do governo, de PC Farias e até da família do presidente, por meio de correntistas fictícios (contas fantasmas).

A denúncia levou à abertura de uma CPI no Congresso, que sugeriu o afastamento do presidente. A desilusão com o governo, somada aos protestos da população, principalmente dos jovens estudantes apelidados de "caras-pintadas", favoreceu a votação pela possibilidade do *impeachment* do presidente da República, no dia 29 de setembro de 1992. Fernando Collor renunciou meses depois para evitar a cassação de seu mandato, um ato inócuo, já que o Senado não aceitou sua renúncia e o cassou em uma sessão em 29 de dezembro de 1992. Collor perdeu seus direitos políticos por oito anos e o vice-presidente, Itamar Franco, cumpriu o mandato até o final de 1994.

Capa da revista Veja *após o* impeachment *de Collor. Com uma base política restrita, medidas econômicas impopulares, inflação em níveis elevados e denúncias de corrupção, Collor, isolado politicamente, não conseguiu manter-se no poder.*

GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1994)

Muitos dos problemas econômicos do país ainda não haviam sido solucionados quando Itamar Franco assumiu a Presidência. A necessidade de combater a inflação e de gerar crescimento econômico tomou conta dos meses iniciais do governo, que contava com substancial apoio do PSDB, partido criado ainda na década de 1980 como uma dissidência do PMDB.

Esse apoio possibilitou a entrada de Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e acadêmico, na direção do Ministério da Fazenda, criando um novo plano para combater a inflação. O projeto passou a ser conhecido como Plano Real. Seu objetivo era reduzir a persistente inflação através de um novo padrão monetário que estaria atrelado ao dólar. A chamada URV (Unidade Real de Valor) transformou-se em elemento de conversão monetária estável, que, após alguns meses, foi transformado em uma nova moeda: o real. Com isso, a inflação foi automaticamente reduzida, já que a política de câmbio fixo mantinha a moeda com o preço atrelado ao dólar. Quando ocorria algum tipo de especulação que levasse ao aumento do preço da moeda norte-americana, o Banco Central vendia dólares de sua reserva para controlar o aumento súbito. Assim, a vinculação da economia a uma moeda forte reduzia a inflação.

Raio X – O Brasil de 1990 a 1994

Indicador	1990	1994
Renda mensal dos 5% mais pobres cai para quase a metade	R$ 26	R$ 14
Desemprego aumenta em mais de 50%	9,6%	14,2%
Diminui porcentagem de carentes em educação	54,2%	46,8%
Aumenta o número de famílias chefiadas por mulheres	17,3%	19,6%
Cresce o número de famílias com convênio médico	49,0%	52,8%
Diminui o número médio de pessoas por família	3,9	3,7
Aumenta a parcela de famílias sem filhos	21,8%	24,2%
Dobra a procura por igreja ou associação religiosa	16,0%	34,3%
Cai o interesse por partidos e entidades políticas	23,1%	11,8%

O sucesso do plano só foi possível graças ao controle dos gastos públicos, ao fluxo de capital estrangeiro, obtido pelos setores públicos e privados, e a um crescimento da economia nacional, que permitia uma boa arrecadação pelo governo brasileiro. Os aspectos negativos foram o aumento dos gastos com importações, devido ao baixo valor do dólar, gerando problemas estruturais na balança comercial brasileira, e a dependência do cenário econômico internacional, que poderia provocar a redução da vinda de recursos para a nossa economia, como ocorreu durante as crises do México e dos Tigres Asiáticos, na década de 1990. A solução encontrada nesses momentos foi a elevação da taxa de juros para atrair o capital de risco para o Brasil, o que acarretou um expressivo aumento da dívida pública do país.

O Governo Itamar Franco também foi marcado pela confirmação do presidencialismo como forma de governo, em um plebiscito ocorrido em 21 de abril de 1993, previsto na Constituição de 1988. Quanto à sucessão presidencial, o ministro Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República ainda no primeiro turno, como consequência do sucesso do Plano Real, derrotando a oposição liderada pelo PT, representada por Luiz Inácio Lula da Silva.

GOVERNO FERNANDO HENRIQUE (1995-2002)

Os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso foram marcados pelo esforço governamental em manter o controle da inflação através da defesa dos fundamentos do Plano Real. A busca de uma política econômica austera que evitasse os gastos públicos além da capacidade orçamentária, fundamento básico da estabilidade monetária, levou à aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, que passou a exigir dos governantes de todas as esferas públicas controle e transparência na gestão dos orçamentos, impondo, inclusive, a punição aos políticos que não tratassem corretamente os bens públicos.

Apesar do esforço do governo em manter o controle do Plano Real, o país teve de assistir à desvalorização da moeda em 1999, no início do segundo mandato do presidente, que visava regular a economia aos patamares reais da moeda no cenário internacional. A desvalorização provocou um abalo inicial nas empresas que detinham dívidas em dólares, porém possibilitou um aumento gradual das exportações, já que os produtos brasileiros se tornavam mais atraentes no mercado internacional, devido ao baixo preço. Ainda no aspecto econômico, o Governo Fernando Henrique foi marcado por um reajuste das instituições bancárias (PROER) que necessitavam de reorganização interna, em virtude do fim da inflação. Alguns bancos faliram e foi necessário que o governo socorresse as instituições com a injeção de recursos públicos para cobrir o prejuízo dos correntistas. Essas medidas sofreram severas críticas por socializarem o prejuízo das grandes instituições bancárias. A política de privatizações foi mantida, podendo-se destacar, nesse aspecto, a venda da companhia Vale do Rio Doce, em 1997, e do Sistema Telebrás, no ano seguinte. Ainda como consequência da política neoliberal aprofundada no governo do PSDB, observou-se a tentativa de flexibilização das relações de trabalho, com a criação do emprego temporário e do banco de horas.

Seguindo a cartilha neoliberal, o Governo Fernando Henrique criou diversos programas destinados ao desenvolvimento das ONGs, viabilizando o afastamento do compromisso e do papel do Estado na área social. Sob a perspectiva neoliberal, o Estado não deveria intervir em questões sociais, tendo estas sua resolução pelo próprio desenvolvimento econômico. Essa postura traz em si o perigo da perpetuação de desigualdades históricas.

FOLHA DE S.PAULO

Maior leilão da história vende a Telebrás por R$ 22 bilhões

Reprodução

Protestos contra a privatização do Sistema Telebrás. Diversos setores sociais se organizaram procurando reagir à implementação do modelo neoliberal no Governo FHC.

No âmbito social, os dados assinalam uma significativa melhora em alguns indicadores, como educação infantil, acesso a saneamento básico e alimentação. Entretanto, esse cenário não indica uma ampliação da renda do trabalhador, que permaneceu achatada durante todo o Governo Fernando Henrique. O reduzido valor do salário mínimo, fruto da limitação imposta pela Previdência Social, representa, até os dias de hoje, uma das facetas da baixa renda brasileira.

O país também assistiu ao aumento dos conflitos no campo, principalmente a partir da atuação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), fundado em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná. Alguns episódios de violência por parte das forças policiais foram denunciados, como o ocorrido em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, que culminou na morte de 19 trabalhadores sem-terra. O último capítulo desse episódio ocorreu em agosto de 1999, quando os oficiais envolvidos no massacre foram absolvidos.

Bandeira do MST, movimento que, com a persistência das mazelas rurais brasileiras e um maior grau de organização e ação, teve forte atuação durante os anos 1990.

A ação radical do MST, por vezes, lembra à nossa sociedade que o Brasil ainda se encontra distante do modelo de modernidade em que acredita estar inserido. A incapacidade governamental de efetuar a reforma agrária e a latente concentração fundiária nos apontam para a permanência de antigas relações de poder, ainda bastante persistentes na realidade vivenciada no campo. A questão agrária, por vezes subestimada por políticos e intelectuais, continua em pauta, e, se ainda está em voga, é porque exige discussões para levar à solução de problemas que emergem dos conflitos sociais. A dificuldade do sistema político brasileiro em solucionar a questão colabora para que o MST se manifeste, muitas vezes, por vias não democráticas.

No final do segundo Governo FHC, em meio a denúncias de compra de votos, foi garantida a aprovação de uma emenda constitucional que permitia a reeleição. Fernando Henrique também enfrentou uma grave crise no setor energético, fruto das reduzidas chuvas do período e de uma indefinida e ineficaz política pública / privada para o setor. A consequência foi a necessidade de um racionamento e a ameaça de cortes no fornecimento de energia ("apagão"), fato que marcou a vida dos brasileiros em 2001 e provocou um desgaste na imagem do presidente da República e de sua equipe e impôs restrições ao crescimento econômico do país no período. O temor só foi encerrado com as chuvas do verão, no início de 2002.

O transtorno gerado pela crise energética, assim como a saturação provocada por oito anos de governo, a reduzida renda do trabalhador, a ausência de uma considerável taxa de crescimento, as críticas à política neoliberal de FHC, a limitada resolução de problemas sociais e a dependência excessiva do capital externo, impediu o PSDB de eleger seu candidato, José Serra, para a Presidência da República. A vitória foi da esquerda, chefiada por Luiz Inácio Lula da Silva, eleito no segundo turno, com 61% dos votos válidos, em sua quarta tentativa de chegar à Presidência.

GOVERNO LULA (2003-2010)

O Governo Federal, conduzido pelo PT, buscou, nos primeiros meses após a posse de Lula, garantir a manutenção da estabilidade econômica por meio da elevação da taxa de juros, impedindo uma súbita elevação dos preços em um cenário de transição política. O temor especulativo quanto aos rumos a serem tomados pela nova equipe econômica levou à redução do investimento na economia, ocasionando uma ausência de crescimento do país no primeiro ano de governo (2003). A inversão desse cenário foi observada nos primeiros meses de 2004, quando os indicadores econômicos demonstraram um crescimento do PIB superior a 4%, fruto da austeridade econômica mantida pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, além da limitada e gradual redução da taxa de juros e da retomada dos investimentos.

Nos primeiros meses de governo, o presidente Lula defendeu a necessidade de uma reforma na previdência, aprovada no final de 2003, que objetivava controlar os gastos públicos com aposentadorias a médio e longo prazo, visando não comprometer o orçamento do governo.

Em fevereiro de 2004, o governo foi envolvido em um escândalo de corrupção denunciado pela revista *Época*, que apresentou provas de cobrança de propina realizada pelo assessor do ministro José Dirceu, Waldomiro Diniz, a um empresário do jogo do bicho, no Rio de Janeiro, em 2002. O episódio abalou por alguns meses a credibilidade do governo, apenas retomada no segundo semestre, graças ao fim das denúncias, à ausência de provas do envolvimento de José Dirceu no episódio e à retomada do crescimento econômico do país.

Identificado com os setores populares, o Governo Lula, desde o seu início, implantou projetos de caráter social, dos quais dois merecem destaque: Fome Zero e Bolsa Família. Com o Fome Zero, programa que alcançou reconhecimento internacional, o governo buscou garantir o direito básico de alimentação à população. Isso se deu através da ampliação do acesso direto ao alimento para as populações carentes e do fortalecimento da agricultura familiar. Vinculado ao projeto de erradicação da fome, o Bolsa Família teve como objetivo inicial conceder auxílio financeiro a famílias com renda *per capita* inferior ao salário mínimo. A melhoria da renda garantiria maior acesso à educação, à saúde e à alimentação. O impacto desses programas fez-se notar através de um limitado, mas relativo, avanço social.

Em um país marcado pela brutal desigualdade social, iniciativas como essas geraram leituras diversas e por vezes antagônicas. Assim, as medidas de caráter assistencial do governo ora são vistas por determinados setores como expressão de um populismo arraigado na política brasileira, ora são apreendidas como uma nova política governamental, na qual questões sociais ocupam um espaço privilegiado.

Programas como os citados chamaram a atenção da opinião pública internacional. O então presidente Lula viajou por várias nações defendendo suas propostas de maior justiça social e alcançou relativa repercussão entre diversas personalidades em todo o planeta.

Internamente, no entanto, o país passou por uma nova crise política. Mais uma, em tão poucos anos de abertura democrática. A partir de denúncias feitas por Roberto Jefferson, deputado do PTB pelo Rio de Janeiro, ficou comprovada a existência de um "propinoduto" dentro da Câmara dos Deputados. Congressistas de vários partidos foram acusados de receber do governo uma mesada (o "mensalão") para que determinadas medidas fossem aprovadas.

Foram envolvidos no escândalo, além de deputados de diferentes partidos, membros do Executivo, como José Dirceu, então chefe da Casa Civil. Funcionários do PT, como o tesoureiro Delúbio Soares, também foram incriminados por coordenar o esquema de transferência de dinheiro que envolvia, ainda, o publicitário Marcos Valério. Esse esquema teria se originado na campanha de Eduardo Azeredo (PSDB), então governador de Minas Gerais, tendo depois sido alçado a nível nacional. A CPI do Mensalão, iniciada em julho de 2005, conseguiu a cassação de alguns deputados, bem como a renúncia e o afastamento de outros envolvidos no escândalo. Não houve, porém, a aprovação de um relatório final e o necessário aprofundamento em algumas investigações, o que estimulou a sensação de impunidade no país.

FOLHA DE S.PAULO

'Mensalão' derruba José Dirceu

Nova denúncia não piora avaliação de Lula

AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA

44

36

19

1

Seleção foi a única equipe a brilhar na 1ª rodada

Petista vence 2º turno, diz Datafolha

DOMINGO

9.0

As denúncias de corrupção, em especial o "mensalão", provocaram a queda do ministro da Casa Civil durante a maior parte do primeiro mandato de Lula, propiciando um cenário de forte instabilidade política.

Apesar de abalar a confiança no Partido dos Trabalhadores, o escândalo não prejudicou a imagem do presidente Lula, que alegou desconhecimento dos fatos. Faltando poucos meses para a eleição em 2006, o candidato apareceu nas pesquisas como provável vencedor ainda no primeiro turno.

O ano de 2006 também foi marcado por uma onda de violência organizada que evidenciou a fraqueza do Estado em garantir a segurança de seus habitantes. Inconformada com a decisão do governo do estado de São Paulo de isolar grandes líderes que haviam sido presos, a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) organizou uma série de violentos ataques a partir de 12 de maio. As ações, que visavam atacar policiais e agentes penitenciários, espalharam-se pelo interior do estado. Logo nos primeiros dias de confronto entre a polícia e os criminosos, foram registradas 35 mortes entre policiais civis, militares, integrantes de guardas metropolitanas e agentes de segurança de penitenciárias, além do registro de 14 suspeitos de participarem dos ataques.

As eleições de 2006 confirmaram a vitória do presidente Lula sobre o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Apesar de desgastada e sob forte crítica de setores conservadores da imprensa, a popularidade do presidente foi suficiente para lhe garantir mais um mandato, após vitória no segundo turno.

O início do segundo mandato de Lula foi marcado por acontecimentos que abalaram o país. No campo da política, investigações da Polícia Federal e denúncias feitas pela imprensa acusaram o presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, de receber dinheiro de empreiteiras para pagar despesas de uma jornalista com a qual havia tido uma filha fora do casamento. Após uma série de reviravoltas e mesmo com o surgimento de novas acusações, o plenário do Senado considerou Renan Calheiros inocente. No entanto, devido às pressões da sociedade civil, o senador renunciou ao cargo de presidente do Senado, conservando, entretanto, seu mandato.

O ano de 2007 foi marcado, também, por uma crise no sistema aéreo brasileiro. Em setembro de 2006, a queda de um avião da companhia de aviação Gol já havia chamado a atenção para os problemas relacionados ao controle do tráfego aéreo no Brasil. A ineficiência do governo em contornar a crise levou a uma greve dos controladores de voo, acusados de serem os responsáveis pelo incidente. A paralisação causou enormes transtornos e aumentou a crise, devido à indignação dos passageiros que enfrentavam horas de espera para realizar suas viagens. Um novo acidente, em julho de 2007, dessa vez com um avião da TAM, deixou clara a fragilidade do controle sobre o espaço aéreo brasileiro.

No início de 2007, foi anunciada a destinação de recursos para o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). Cerca de 500 bilhões de reais seriam investidos em diferentes setores, como o de infraestrutura, com o objetivo de impulsionar o crescimento da economia brasileira. A tentativa visava à superação dos níveis de crescimento econômico alcançados durante o primeiro mandato de Lula, 2,6% em média, considerados medianos.

A política externa implementada pelo Governo Lula, de diversificação nas relações brasileiras, concedeu ênfase nas relações econômicas e diplomáticas com países anteriormente pouco presentes nas relações bilaterais brasileiras, especialmente do Hemisfério Sul. Esse maior leque de opções no comércio internacional, somado à robustez do mercado interno brasileiro, entre outros fatores, permitiu ao Brasil superar, relativamente estabilizado, a crise internacional que afetou as finanças mundiais nos dois últimos anos.

O ano de 2010 também foi marcado pelo processo eleitoral, no qual foi definido o novo governante brasileiro. Essas foram as primeiras eleições após o fim da Ditadura Militar em que Luiz Inácio Lula da Silva não foi um dos concorrentes. O processo eleitoral se encaminhou para uma polarização entre os candidatos Dilma Roussef, representando a aliança liderada pelo PT, e José Serra, expoente da chapa orientada pelo PSDB. Como terceira força no processo eleitoral, aparece Marina Silva, candidata do PV. Em um ambiente democrático e de forte crescimento econômico, a disputa foi acirrada, e temas como política externa, segurança pública, programas sociais e o modelo de crescimento econômico ocuparam papel de destaque no debate político.

A força da popularidade do presidente Lula e o forte crescimento econômico do país foram fundamentais para a vitória da candidata governista: a ex-ministra Dilma Rousseff. Dessa forma, o ano de 2011 iniciou-se com a primeira presidente da vida política brasileira e com a manutenção da aliança liderada pelo PT, detentora do poder político nacional por mais 4 anos.

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto I

Constituição de 1988 – Constituição Cidadã

CAPÍTULO I – DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
II. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
III. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
IV. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
V. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
VI. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
VII. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

[...]

LXVIII. Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

[...]

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 2 mai. 2011.

Texto II

Discurso de posse de Collor

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria de nossa gente, pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela, recorrendo a outras moedas. A inflação é, além disso, um enorme fator de desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil [...]

A finalidade maior do meu governo é libertar o Brasil da vergonha, da miséria e da injustiça. Mas, como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, impõe-se a estabilização financeira, para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se, também, que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas.

COLLOR, Discurso de Posse no Congresso Nacional, 15 mar. 1990.

Texto III

Discurso de posse do Presidente Fernando Henrique

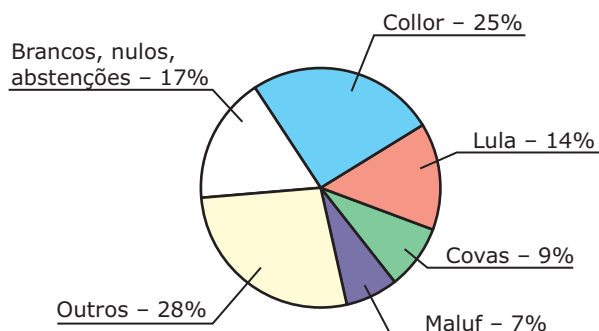
[...] eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social.

Mas veio também, e em grande número, dos excluídos; os brasileiros mais humildes que pagavam a conta da inflação, sem ter como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao país nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos – a eles eu devo em grande parte a minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de Posse no Congresso Nacional, 1 jan. 1995.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (PUC-Campinas-SP) Para responder à questão, analise o gráfico a seguir.

Ao assumir a Presidência do Brasil, em 1990, Fernando Collor de Mello adotou um plano econômico baseado na premissa central de que

A) a redução dos altos salários dos políticos traria a estabilidade econômica sonhada pelos brasileiros, medida que o tornou conhecido como "Caçador de Marajás".

B) a elevação da taxa de juros e patamares acima de 20% ao mês seria uma medida econômica determinante para a redução dos preços e salários e, portanto, da queda da inflação.

C) o excesso de dinheiro em circulação provocava a especulação financeira e a elevação da espiral inflacionária, sendo o seu enxugamento um fator determinante para frear a escalada da inflação.

D) a distribuição equitativa da renda nacional minimizaria o problema inflacionário, por isso optou pelo bloqueio dos cruzados das classes sociais mais favorecidas.

E) o Estado deveria ampliar sua atuação no domínio econômico visando forçar o setor privado a reduzir sua margem de lucro e os preços dos produtos de primeira necessidade.

02. (UFMG) Leia este trecho de reportagem:

Às 11h34 deste 15 de janeiro, explode o grito parado no ar durante 21 anos [...] *A multidão se abraça e chora, ergue os braços e pula, rompe os cordões de isolamento, atravessa as rampas proibidas e escala a cúpula do Senado, agitando faixas e bandeiras.*

Trio elétrico, bumba meu boi, charanga do Atlético Mineiro, samba, frevo e maracatu, bandeiras do Brasil, do Corinthians, dos partidos comunistas, do PMDB, do Flamengo, gente moça e velha, de terno ou de calção, cantando e dançando, um homem grita: A liberdade chegou [...]

Um último susto: o carro de bombeiros liga a sirene, mas é só para poder levar uma jovem que desmaiou de alegria, primeira vítima da democracia nascente.

KOTSCHO, Ricardo. *Folha de S. Paulo.*

Considerando-se as informações desse trecho, é **CORRETO** afirmar que, nele, se faz referência à

A) posse de Fernando Collor de Mello, presidente eleito pelo voto direto, como sucessor do general João Batista Figueiredo.

B) aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas após o término do Governo Geisel, pelo Congresso Nacional.

C) vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de presidente da República, na sua terceira tentativa de conquistar o poder.

D) eleição por via indireta, no Colégio Eleitoral, de um presidente civil, que colocava um fim no regime militar.

03. (UFPE–2008) A eleição de Fernando Collor para o cargo de presidente da República, derrotando Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores, movimentou politicamente o Brasil. O governo de Fernando Collor

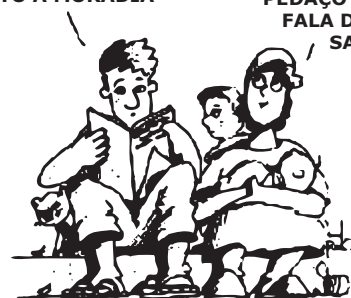
A) surpreendeu pelo equilíbrio do presidente como estadista bem informado.

B) teve apoio incondicional dos grandes partidos políticos durante seu governo.

C) prometeu amplas e renovadoras políticas de modernização econômica

D) consolidou a democracia no país, isolando as oligarquias anacrônicas.

E) impediu a entrada do capital estrangeiro nos negócios nacionais.

04. (UEL-PR) Observe a figura e responda à questão.

CHARGE de Miguel de Paiva, *O Estado de São Paulo*, 05 out. 1988. Editora Histórica, p. 3.

Com base na charge e nos conhecimentos sobre a atual Constituição brasileira, é **CORRETO** afirmar:

A) As dificuldades de acesso aos direitos sociais elementares (moradia, saúde e alimentação) têm origem na forma como a Constituição atual foi elaborada.

B) A Constituição de 1988 introduziu uma série de benefícios sociais que privilegiaram as famílias dos estratos médios em detrimento da população em geral.

C) O texto da última Constituição assegura em sua formulação jurídica conquistas sociais e individuais aos cidadãos brasileiros.

D) Os dispositivos da Constituição de 1988 revogaram a legislação conhecida como CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

E) O texto atual da Constituição é omisso em relação ao tema dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

05. (UFMG) Considerando-se as práticas e os agentes culturais no Brasil dos anos 1980, é **CORRETO** afirmar que

A) houve um intenso debate em torno do uso, ou não, de influências e instrumentos estrangeiros – por exemplo, a guitarra elétrica – na produção da MPB.

B) foi comum a criação de grupos teatrais – entre outros, o Teatro Brasileiro de Comédia – que buscavam, inspirados por autores como Brecht, uma grande sintonia com o mercado.

C) ocorreu um grande projeto nacional, o Tropicalismo, que articulava diferentes atores da esquerda militante e os estudantes em torno da cultura.

D) foi muito frequente o surgimento de grupos de *rock*, pelos quais parte da juventude expressava seu descontentamento com a política e os políticos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFLA-MG–2007) No contexto histórico que se sucedeu à morte de Tancredo Neves (21 de abril de 1985) e à posse de José Sarney, um dos desafios deste foi o da recuperação da economia, então com uma inflação próxima dos 200% ao ano. É nesse contexto que foi implantado o Plano Cruzado. Uma figura bastante conhecida do Plano Cruzado foi a dos "fiscais do Sarney". As alternativas a seguir estão ligadas a essa "figura", **EXCETO**

A) Donas de casa observavam permanentemente as prateleiras dos supermercados, munidas de tabelas de preço da Sunab, à procura de mercadorias ilegalmente remarcadas.

B) Congelamento das poupanças e contas bancárias em todo o país.

C) Proprietários e gerentes de estabelecimentos comerciais foram presos por violar o congelamento dos preços após denúncias.

D) Milhares de pessoas passaram a vigiar os preços no comércio e a denunciar as remarcações feitas.

02. (UFPel-RS–2007)

Lei do Máximo, de 29 de setembro de 1793.

Fixa limites para os preços e salários, aprovada sob pressão popular pela Convenção Nacional.

Plano Cruzado

"[...] *Se, por um lado, lançou o Plano Cruzado congelando preços e salários, reduzindo bruscamente a inflação que penalizava os trabalhadores de baixo poder aquisitivo, por outro foi extremamente inoperante em relação às elites quando estas iniciaram o boicote ao Plano e passaram a reter produtos provocando a escassez no mercado, assim pressionando para a elevação dos preços através da formação de mercado paralelo. Com isso, a corrosão dos salários se manifestava na prática, sem entrar, contudo, nos cálculos oficiais da inflação.*"

AQUINO, Rubim *et al.* Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais. Da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

A legislação brasileira contemporânea imitou aquela estabelecida pela Convenção Nacional.

As conjunturas históricas a que correspondem os textos, respectivamente, são

A) a da Revolução Francesa e a do Governo Sarney.

B) a da Revolução Industrial e a do Governo Collor de Mello.

C) a da Revolução Americana e a do Governo Itamar Franco.

D) a da Revolução Inglesa e a do Governo Fernando Henrique Cardoso.

E) a do Império Napoleônico e a do Governo João Figueiredo.

03. (PUC Rio–2011) Democracia foi palavra de ordem da oposição política ao regime militar brasileiro (1964-1985). Como expressão da consolidação da ordem democrática, diversas ações e instituições foram implementadas no Brasil após 1985. Sobre estas, não é **CORRETO** afirmar que

A) a privatização de diversas empresas estatais, entre elas a Companhia Siderúrgica Nacional, foi parte da reforma do Estado.

B) as eleições diretas para presidente mobilizaram milhões de pessoas, no movimento das "Diretas Já!", e foram implementadas em 1989.

C) a Constituição de 1988 aprovou a liberdade de organização partidária e sindical e ampliou a cidadania política para os analfabetos e maiores de 16 anos.

D) o *impeachment* se apresentou como novo instrumento político e foi utilizado para retirar o mandato do presidente Collor, em 1992.

E) o orçamento participativo foi praticado em vários municípios brasileiros visando a ampliar a participação popular nas decisões sobre os usos das verbas públicas.

04. (Fatec-SP) Sobre o Governo José Sarney (1985-1990), pode-se afirmar:

A) Para manter a ordem social, lançou mão de um governo autoritário, abolindo conquistas políticas anteriores.

B) Durante os cincos anos desse governo, o país enfrentou recordes de taxas de inflação, diversas crises ministeriais (só da Fazenda foram quatro) e vários planos econômicos que alteraram as regras da economia.

C) Cancelou a moratória, que havia sido requerida no governo anterior.

D) Devido às grandes agitações sociais, Sarney não conseguiu renegociar a dívida externa, e a redução dos juros só foi possível com o auxílio do FMI.

E) No fim desse governo, foi aprovado o Plano Cruzado, que contribuiu para que Sarney deixasse o cargo com prestígio e apoio integral do PMDB.

05. (Mackenzie-SP) Entre os fatores que favoreceram a vitória, por reduzida margem de votos, de Fernando Collor de Mello sobre Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno das eleições em 1989, apontamos:

A) As táticas amendrontadoras de Collor sobre o eleitorado conservador, o confronto ideológico e o apoio da mídia.

B) A oposição do governo norte-americano ao candidato Collor de Mello, já que este se posicionava contra o modelo neoliberal.

C) A proposta social de Collor, francamente favorável à reforma agrária, e a defesa de um maior papel do Estado na economia.

D) A convicção de Lula de privatizar estatais e o discurso moralizante assustaram os segmentos mais ilustrados da classe média.

E) Lula e Collor tinham em comum o apoio da massa, mas a proposta de Luiz Inácio Lula da Silva de abertura total do mercado impediu o apoio da burguesia nacional à sua candidatura.

06. (UFU-MG) A respeito das manifestações sociais ocorridas no Brasil entre 1983 e 1993, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Entre os mais significativos movimentos, estão o dos consumidores em defesa do congelamento de preços no Plano Cruzado e o dos estudantes "caras-pintadas", que ocuparam as ruas exigindo o *impeachment* do presidente Collor, investigado por corrupção e enfraquecido pelo fracasso na política econômica de combate à inflação.

B) A campanha das "Diretas Já!", iniciada após a derrota da Emenda Dante de Oliveira pela eleição direta para presidente, reuniu políticos e intelectuais na chamada Aliança Liberal, tendo sido fortemente impulsionada pela mídia televisiva.

C) A década de 1980 pode ser identificada como a década dos movimentos sindicais operários, após a fundação da CUT, Central Única dos Trabalhadores. Isso se deveu à desmobilização dos servidores públicos, ao enfraquecimento do movimento ecológico após a morte do líder seringueiro Chico Mendes e à diminuição dos saques, invasões de terras e terrenos.

D) A comoção social observada com a morte e o enterro do presidente Tancredo Neves, cuja eleição selou o fim da Ditadura, tornou-se símbolo de mobilização nacional popular, possibilitando a vitória das esquerdas na constituinte de 1988 contra o chamado "Centrão", sobretudo com os avanços obtidos na legislação sobre a reforma agrária.

07. (UFLA-MG) Em 29 de setembro de 1992, após uma sucessão de escândalos, a Câmara dos Deputados aprovou a abertura de processo contra o então presidente Fernando Collor por vários crimes. Com o afastamento de Collor em 2 de outubro, Itamar Franco assumiu o cargo, inicialmente como interino e, a partir de 29 de dezembro, quando o ex-presidente renunciou à Presidência, em caráter definitivo. Seu governo iniciou-se com amplo apoio popular e sem oposição, mas enfrentou sérios problemas econômicos legados pelos governos anteriores.

Assinale a alternativa que caracteriza **CORRETAMENTE** ações do Governo Itamar Franco.

A) Criação de um plano de estabilização econômica que estabeleceu uma paridade entre a moeda local e o dólar.

B) Confisco da poupança e congelamento das contas bancárias acima de determinado valor.

C) Quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações e alteração estratégica do conceito de empresa estatal em prol do mercado externo.

D) Lançamento de um conjunto de medidas, como o aumento dos juros, com o objetivo de reduzir o déficit público.

E) Convocação de uma nova Assembleia Constituinte, caracterizada pela descentralização administrativa e financeira do Estado.

08. (PUC RS) Considere as afirmativas a seguir, sobre fatos relacionados à política interna do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

I. Foi criado o programa "Primeiro Emprego", como forma de combater o trabalho infantil e o escravo, em expansão em várias regiões do país.

II. Ampliaram-se, através do ProUni, as vagas no Ensino Superior, para acolher alunos provenientes do ensino público e com renda familiar reduzida.

III. O programa Fome Zero, taxado por vários representantes da sociedade civil de assistencialista, tem sido criticado pelos entraves burocráticos e pela forma de controle adotada para a concessão dos benefícios, que dificultam a expansão do programa.

IV. O Governo Federal reduziu significativamente os impostos visando a diminuir a carga tributária sobre a classe média e a produção industrial.

Estão **CORRETAS** as afirmativas

A) I e II.

B) I e III.

C) II e III.

D) II e IV.

E) III e IV.

09. (UFF-RJ–2011) *Miséria é imoral. Pobreza é imoral. Talvez seja o maior crime moral que uma sociedade possa cometer.*

BETINHO

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda, cujo objetivo é auxiliar famílias em situação de pobreza. Sobre esse projeto, pode-se afirmar que

A) houve uma redução de quinze pontos percentuais no número de pobres da população rural brasileira, entre 2003 e 2008, como indicam dados das Nações Unidas.

B) é considerado, por muitos, o mais importante projeto de transferência de renda do mundo, criado pela primeira vez por Getúlio Vargas, tido até hoje como o "pai dos pobres".

C) o sucesso do programa pode ser verificado pela diminuição do êxodo rural da população pobre brasileira.

D) foi um dos programas responsáveis pela concentração da população miserável no campo, segundo os dados da Fundação Getúlio Vargas.

E) desestimula a agricultura familiar, já que os contemplados não são constrangidos a trabalhar, em razão do auxílio dado pelo governo.

10. (UFU-MG)

A foto anterior, publicada na *Folha de S. Paulo*, em 7 de maio de 2005, mostra imagens de uma marcha dos trabalhadores sem-terra, entre Goiânia e Brasília. Ao final da marcha, representantes do movimento foram recebidos em audiência pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sobre os significados políticos dessa marcha e sobre o relacionamento entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Governo Lula, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) A defesa do *impeachment* do presidente Lula, em função das denúncias de corrupção no seu governo, foi a principal bandeira levantada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, na marcha de Goiânia a Brasília.

B) Na audiência com o presidente da República, os representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra entregaram-lhe um documento que continha, entre outras reivindicações, a necessidade de o governo aumentar significativamente o número de famílias assentadas até o fim de seu mandato, além de liberar crédito especial para os trabalhadores assentados.

C) A marcha de Goiânia a Brasília unificou as organizações dos trabalhadores sem-terra que externaram, em documento, a sua completa desconfiança em relação ao presidente da República, considerando-o representante dos setores conservadores da sociedade brasileira, portanto, sem nenhuma credibilidade para implementar os assentamentos de reforma agrária pretendidos.

D) A decisão do presidente Lula de compor seu governo com ministros do campo progressista foi determinante para lhe assegurar maioria no Congresso Nacional, possibilitando o cumprimento das promessas de campanha relativas ao número de assentamentos de reforma agrária e colocando fim aos conflitos e à violência no campo. Por isso, a marcha objetivou explicitar o apoio do movimento ao presidente da República.

11. (UFPR) A economia brasileira, a partir dos anos noventa do século XX, registrou uma série de mudanças estruturais. Entre elas, podemos considerar como **INCORRETA**

A) a flexibilização dos monopólios e a desregulamentação dos mercados.

B) a estabilidade monetária e a consagração do Plano Real.

C) a consolidação do Mercosul como um forte grupo de pressão para a conquista da soberania e desenvolvimento autossustentado dos países do Cone Sul.

D) a reestruturação do sistema produtivo, com o desenvolvimento da informática e da robotização.

E) o desemprego estrutural, a precarização das relações trabalhistas e a fragilização da estrutura sindical.

12. (PUC-Campinas-SP) Observe os dados do gráfico.

FOLHA DE S. PAULO,
30 abr. 1998. In: CAMPOS, Flávio de.
Oficina de História: história do Brasil.
São Paulo: Moderna, 1999. p. 327.

Nos últimos anos, a população brasileira familiarizou-se com análises e discussões sobre modelos econômicos, sobretudo pela série de planos econômicos estabelecidos no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Numa perspectiva histórica sobre a implantação desses planos e de acordo com os dados do gráfico, pode-se afirmar que

A) o Plano Cruzado trouxe prejuízos incalculáveis para os trabalhadores, uma vez que provocou uma redução brutal da oferta de trabalho.

B) os planos Cruzado e Real beneficiaram os trabalhadores rurais, em razão da queda vertiginosa do desemprego no campo, que caiu de 7,81% para 4,39% e de 5,90% para 4,42%.

C) o Plano Real provocou o aumento das taxas de desemprego nas regiões metropolitanas, em razão, entre outras, da política de juros altos, da redução do déficit público e da política de privatizações das estatais.

D) o Plano Collor, ao favorecer a abertura da economia, promoveu um grande crescimento econômico, razão pela qual se verifica uma queda acentuada da taxa de desemprego.

E) os planos não alteravam os níveis de desemprego, uma vez que as medidas estabelecidas não atingiam os diferentes setores produtivos da economia brasileira.

13. (UFMG) Assinale a alternativa em que o contexto destacado está **CORRETAMENTE** relacionado a uma manifestação cultural de resistência, de setores da sociedade brasileira, aos problemas vivenciados na época.

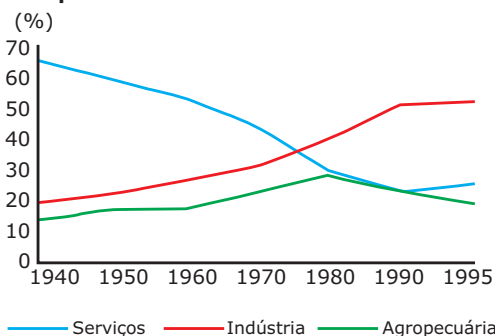
A) Era Vargas/ Desfiles de escolas de samba com enredos que criticavam Getúlio e seus assessores.

B) Governo JK / Telenovelas cujas tramas buscavam explicitar os problemas econômicos e sociais gerados pela política desenvolvimentista.

C) Governo FHC / Grupos de *rap* com denúncias do racismo, da falta de oportunidades econômicas e da miséria que assolam as grandes cidades.

D) Governos Militares / Pornochanchadas cinematográficas com roteiros que desmoralizavam as Forças Armadas e o regime implantado em 1964.

14. (PUC Rio–2010)

População economicamente ativa ocupada por ramo de atividade: 1940-1995

Tendo como referência o gráfico anterior, é **CORRETO** afirmar que,

A) na década de 1950, o crescimento de empregos na indústria relaciona-se à política do governo de Juscelino Kubitschek, que estimulou esse setor da economia restringindo a entrada do capital internacional.

B) no início da década de 1970, o grande crescimento econômico possibilitou que as atividades da indústria e de serviços ampliassem a geração de empregos, com frequentes reajustes do salário mínimo.

C) nas décadas de 1970-1990, apesar de a população trabalhadora se dirigir para ocupações no setor industrial e de serviços, a economia brasileira manteve suas características seculares, ou seja, continuou marcadamente agrícola.

D) na década de 1980, a diminuição do número de pessoas ocupadas na atividade industrial esteve associada à recessão econômica, à inflação e ao desemprego, vividos pelos brasileiros naquele período.

E) entre 1970-1990, o decréscimo de pessoas ocupadas no setor agrícola explica-se pela situação do trabalhador rural, dificultada pela ausência de legislação trabalhista e pela queda da oferta de empregos.

15. (FUVEST-SP–2010) A partir da redemocratização do Brasil (1985), é possível observar mudanças econômicas significativas no país. Entre elas, a

A) exclusão de produtos agrícolas do rol das principais exportações brasileiras.

B) privatização de empresas estatais em diversos setores, como os de comunicação e de mineração.

C) ampliação das tarifas alfandegárias de importação, protegendo a indústria nacional.

D) implementação da reforma agrária sem pagamento de indenização aos proprietários.

E) continuidade do comércio internacional voltado prioritariamente aos mercados africanos e asiáticos.

16. (UFMG / Adaptado) Leia este trecho:

Para ser bem sucedido nas eleições e na luta pelo cargo governamental, o partido tem que orientar o seu programa para as conveniências do mercado político. Isto exige, primeiramente, a maximização dos votos através do apelo ao maior número possível de eleitores e, em conseqüência, a minimização dos elementos programáticos que podem criar antagonismos dentro do eleitorado.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 363.

1. Tendo como referência as campanhas eleitorais de Fernando Henrique (1994) e Lula (2002) para a Presidência da República no Brasil, **EXPLIQUE** essa afirmação do autor.
2. **ANALISE** os impactos dessa estratégia política no desempenho dos Governos Federais brasileiros comandados por Fernando Henrique e Lula.

17. (UERJ / Adaptado)

Texto 1

Texto 2

Programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil

O programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil é uma iniciativa do governo através do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a comunidade internacional. Tem como finalidade o desenvolvimento de estratégias inovadoras para promover, simultaneamente, a proteção e o uso da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas a melhorias na qualidade de vida das populações locais. Um dos objetivos do programa é demonstrar a viabilidade da harmonização dos objetivos ambientais e econômicos nas florestas tropicais.

Disponível em: <http://www.mma.gov.br> (Adaptação).

A comparação entre os textos anteriores indica uma mudança na gestão do espaço amazônico. A concepção que movia o governo brasileiro em relação à Amazônia na década de 1970 e a que serve de base para as ações propostas pelo atual Ministério do Meio Ambiente estão respectivamente apresentadas em:

A) Território estratégico – preservação dos ambientes rurais

B) Região-problema – desenvolvimento ecológico equilibrado

C) Espaço da vida selvagem – proteção integral do ambiente

D) Fronteira de recursos – crescimento econômico sustentável

E) Expansão nacional – fortalecimento êxodo urbano

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009)

Texto 1

Texto 2

A Constituição Federal no título VII da Ordem Social, em seu capítulo VII, Art. 226, § 7°, diz:

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício deste direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 set. 2008.

A comparação entre o tratamento dado ao tema do planejamento familiar pela charge de Henfil e pelo trecho do texto da Constituição Federal mostra que

A) a charge ilustra o trecho da Constituição Federal sobre o planejamento familiar.

B) a charge e o trecho da Constituição Federal mostram a mesma temática sob pontos de vista diferentes.

C) a charge complementa as informações sobre planejamento familiar contidas no texto da Constituição Federal.

D) o texto da charge e o texto da Constituição Federal tratam de duas realidades sociais distintas, financiadas por recursos públicos.

E) os temas de ambos são diferentes, pois o desenho da charge representa crianças conscientes e o texto defende o controle de natalidade.

02. (Enem–2010)

A chegada da televisão

A caixa de pandora tecnológica penetra nos lares e libera suas cabeças falantes, astros, novelas, noticiários e as fabulosas, irresistíveis garotas-propaganda, versões modernizadas do tradicional homem-sanduíche.

SEVCENKO, N. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 3.* República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

A TV, a partir da década de 1950, entrou nos lares brasileiros provocando mudanças consideráveis nos hábitos da população. Certos episódios da história brasileira revelaram que a TV, especialmente como espaço de ação da imprensa, tornou-se também veículo de utilidade pública, a favor da democracia, na medida em que

A) amplificou os discursos nacionalistas e autoritários durante o Governo Vargas.

B) revelou para o país casos de corrupção na esfera política de vários governos.

C) maquiou indicadores sociais negativos durante as décadas de 1970 e 1980.

D) apoiou, no Governo Castelo Branco, as iniciativas de fechamento do Parlamento.

E) corroborou a construção de obras faraônicas durante os governos militares.

03. (Enem–2010)

QUINO. *Toda Mafalda.* São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Democracia: *regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto dos cidadãos.*

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia.* Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Uma suposta "vacina" contra o despotismo, em um contexto democrático, tem por objetivo

A) impedir a contratação de familiares para o serviço público.

B) reduzir a ação das instituições constitucionais.

C) combater a distribuição equilibrada de poder.

D) evitar a escolha de governantes autoritários.

E) restringir a atuação do Parlamento.

04. (Enem–2010) *A primeira instituição de ensino brasileira que inclui disciplinas voltadas ao público LGBT (lésbicas,* gays, *bissexuais e transsexuais) abriu inscrições na semana passada. A grade curricular é inspirada em similares dos Estados Unidos da América e da Europa. Ela atenderá jovens com aulas de expressão artística, dança e criação de* fanzines. *É aberta a todo o público estudantil e tem como principal objetivo impedir a evasão escolar de grupos socialmente discriminados.*

ÉPOCA, 11 jan. 2010 (Adaptação).

O texto trata de uma política pública de ação afirmativa voltada ao público LGBT. Com a criação de uma instituição de ensino para atender esse público, pretende-se

A) contribuir para a invisibilidade do preconceito ao grupo LGBT.

B) copiar os modelos educacionais dos EUA e da Europa.

C) permitir o acesso desse segmento ao ensino técnico.

D) criar uma estratégia de proteção e isolamento desse grupo.

E) promover o respeito à diversidade sexual no sistema de ensino.

GABARITO

Fixação

01. C
02. D
03. C
04. C
05. D

Propostos

01. B
02. A
03. A
04. B
05. A
06. A
07. A
08. C
09. A
10. B
11. C
12. C
13. C
14. D
15. B
16. 1. As campanhas eleitorais brasileiras de Fernando Henrique e de Lula foram marcadas muito mais pela construção da imagem dos candidatos, de forma a atingir o eleitorado através do *marketing* político sob o comando de agências publicitárias, do que pela apresentação de um programa partidário objetivo. Essa estratégia visava evitar as divisões do eleitorado e os ataques dos adversários, o que poderia resultar não só na perda de votos com posições mais consolidadas frente a temas polêmicos, mas também na perda das eleições. Dessa forma, nota-se que as posições ideológicas e o conteúdo programático cedem espaço a posições que se adequem ao consenso político vigente.

    Coligações partidárias antes pouco prováveis, as quais se formaram nessas eleições, também expressam a preocupação por parte dos candidatos em atingir grande quantidade do eleitorado, facilitando, assim, a vitória. O pragmatismo dessas coligações, implicou, portanto, concessões dos projetos partidários a estratégias eleitorais.

    2. Essas estratégias contribuem para a formação de governos que adotam medidas paliativas em relação aos grandes problemas sociais do país. Os dois governos brasileiros em questão se assemelharam em suas políticas internas, levando a um continuísmo que se apresenta na manutenção de altas taxas de juros, persistência de uma política neoliberal e incapacidade de resolução das mazelas históricas do país. Além desses aspectos, a imagem do governante tornou-se frágil diante das críticas oposicionistas, uma vez que o espaço para inovações no meio político restringe-se cada vez mais, devido a opções por políticas com menor caráter transformador.

17. D

Seção Enem

01. B
02. B
03. D
04. E